

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS *CAMPUS* SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ADRIANA TALITA GOMES CANIZELLI

**POLÍTICAS DE ESTADO VERSUS POLÍTICAS DE GOVERNO: UMA ANÁLISE
DAS PARCERIAS PÚBLICO – PRIVADAS ENTRE OS ANOS 2010 A 2020
NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM SOROCABA/SP**

SOROCABA - SP
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS *CAMPUS* SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ADRIANA TALITA GOMES CANIZELLI

**POLÍTICAS DE ESTADO VERSUS POLÍTICAS DE GOVERNO: UMA ANÁLISE
DAS PARCERIAS PÚBLICO – PRIVADAS ENTRE OS ANOS 2010 A 2020
NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM SOROCABA/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos *Campus* Sorocaba, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação:
Prof. Dr. Silvio Cesar Moral Marques

Sorocaba – SP
2023

Adriana Talita Gomes, Canizelli

Políticas de Estado versus Políticas de Governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na rede municipal de ensino em Sorocaba/SP / Canizelli Adriana Talita Gomes -- 2023. 242f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Silvio Cesar Moral Marques
Banca Examinadora: Elidia Vicentina de Jesus Ribeiro, Paulo Gomes Lima, Silvio Cesar Moral Marques
Bibliografia

1. Escola Pública . 2. Parcerias público-privadas. 3. Sorocaba. I. Adriana Talita Gomes, Canizelli. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Adriana Talita Gomes Canizelli, realizada em 24/02/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Sílvio César Moral Marques (UFSCar)

Profa. Dra. Elidia Vicentina de Jesus Ribeiro (UEMG)

Prof. Dr. Paulo Gomes Lima (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

“Aos que lutam pela defesa da educação como direito, impõem-se, neste momento, assegurar sua natureza estatal”

(Theresa Adrião)

AGRADECIMENTO

Não cheguei aqui sozinha, tive o privilégio de ter muitas pessoas que me ajudaram nesse caminho!

Agradeço: a Deus pelo dom da vida!

À toda minha família, principalmente meus pais que me incentivaram e garantiram condições para estudar. À minha esposa Giseli, por compreender minhas ausências e compartilhar comigo as lutas e vitórias.

Ao amigo Leandro por acreditar desde o início nessa conquista! Aos amigos Adilene e Carlos por incentivarem desde 2016 minha entrada na universidade. A todos os amigos que compreenderam meu afastamento para me dedicar aos estudos.

Aos doutores Viviane e Paulo por me aceitarem como aluna especial. Aos doutores Marquinhos e Ribamar pela oportunidade de ingressar no Curso Teoria e Prática na Elaboração de Projetos de Pesquisa. Ao Grupo de Pesquisa Teorias e Fundamentos da Educação (GPTeFE) em especial: Gislaine, Luiza e Maria Luiza. Ao Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação (GEPLAGE) em especial: Ione e Daniele. Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Epistemologia (GEPEE) pelas reflexões. Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE) porque suas produções foram fundamentais para essa pesquisa.

À Secretaria de Educação de Sorocaba (SEDU) pela oportunidade de estudo. Aos meus alunos, a comunidade e toda equipe da EM Prof. Benedicto Cleto, em especial: Luiz, Welington, Joyce, Bia, Érica e Regina que foram essenciais na rotina entre trabalho e estudos.

Aos queridos membros da banca doutores: Paulo, Elidia (que estava presente no meu primeiro congresso) e Silvio meu orientador, por acreditar nesta pesquisa e apoiar desde o início. Todos contribuíram imensamente para essa versão final da dissertação.

RESUMO

CANIZELLI, Adriana Talita Gomes. Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 242 p.

Esta pesquisa surgiu da inquietação sobre os novos programas/projetos apresentados a cada ano letivo, sem que a efetivação dos contratos contasse com a participação dos docentes da rede ou avaliação para continuidade dos programas/projetos em andamento. A presença de parcerias público-privadas foi crescente na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP, no recorte dos anos 2010 a 2020. Dessa inquietação, surgiu a pesquisa “Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP” que pretende responder: quais arranjos sócio-políticos se mostraram predominantes nas parcerias público-privadas na rede municipal de Sorocaba/SP no período de 2010 a 2020 em relação à educação? Pois se as medidas da reforma do Estado implantadas no país a partir dos anos 1990 visam a um modelo neoliberal, então o modelo de ensino implementado prioriza as demandas mercadológicas e não a aprendizagem. Tem como objetivo geral conhecer as parcerias entre a rede municipal de Sorocaba/SP e os atores privados para a Dimensão Política Educacional de gestão, oferta e currículo para a educação básica. Tem como objetivos específicos: Conhecer o Estado e a relação público-privada e seus desdobramentos quanto à educação pública; Compreender a educação como direito na história do Brasil; Fazer o levantamento do estado do conhecimento sobre pesquisas que tratem da privatização na e da escola pública; Fazer o levantamento do estado do conhecimento sobre pesquisas que tratem da privatização na e da escola pública em Sorocaba/SP. Assim como pesquisar se houve incidência ou não de parcerias com os atores privados na rede de ensino na última década; O objetivo geral foi tema de toda a pesquisa e os objetivos específicos foram trabalhados ao longo dos 7 capítulos. A Metodologia foi a Pesquisa Bibliográfica (Estado do Conhecimento das pesquisas que tratam da privatização na e da escola pública, inclusive na rede municipal de Sorocaba/SP) e a Análise Documental com as publicações oficiais do Jornal do Município de Sorocaba, da Secretaria de Educação e sites dos atores privados sobre as parcerias público-privadas da rede municipal de Sorocaba/SP. Os resultados demonstraram que não existe um compromisso em estabelecer políticas de Estado a longo prazo. Não existe avaliação dos programas/projetos em andamento, pois se priorizam as demandas mercadológicas e não a aprendizagem.

Palavras-chave: Parcerias público-privadas. Escola Pública. Sorocaba.

RESUMEN

Esta investigación surgió de la preocupación por los nuevos programas/proyectos presentados cada año escolar, sin que la efectividad de los contratos cuente con la participación de los profesores de la red ni evaluación para la continuidad de los programas/proyectos en curso. La presencia de alianzas público-privadas fue creciendo en la Red Municipal de Educación de Sorocaba/SP, de los años 2010 a 2020. A partir de esa preocupación, la investigación “Asociaciones público-privadas entre los años 2010 a 2020 en la red municipal de educación de Sorocaba /SP” que pretende responder: ¿cuáles arreglos sociopolíticos y económicos predominaron en las alianzas público-privadas en la red municipal de Sorocaba/SP en el período de 2010 a 2020 en relación a la educación? Porque si las medidas de reforma del Estado implementadas en el país a partir de la década de 1990 apuntan a un modelo neoliberal, entonces el modelo de enseñanza implementado prioriza las demandas del mercado y no el aprendizaje. Tiene como objetivo general conocer las alianzas entre la red municipal de Sorocaba/SP y los actores privados para la Política Educativa Dimensión de gestión, oferta y currículo para la educación básica. Sus objetivos específicos son: Conocer el Estado y la relación público-privada y sus consecuencias en la educación pública; Entendiendo la educación como un derecho en la historia de Brasil; Llevar a cabo una encuesta sobre el estado del conocimiento sobre la investigación relacionada con la privatización en y de la escuela pública; Realización de levantamiento del estado de conocimiento de las investigaciones que tratan sobre la privatización en y de la escuela pública en Sorocaba/SP. Así como investigar si hubo o no incidencia de actores privados en la red educativa en la última década; El objetivo general fue el tema de toda la investigación y los objetivos específicos se trabajaron a lo largo de los 7 capítulos. La Metodología fue la Investigación Bibliográfica (Estado de Conocimiento de las investigaciones que tratan de la privatización en y de la escuela pública, inclusive en la red municipal de Sorocaba/SP) y el Análisis Documental con las publicaciones oficiales del Jornal do Município de Sorocaba, de la Secretaría de Educación y sitios web de actores privados sobre alianzas público-privadas en la red municipal de Sorocaba/SP. Los resultados mostraron que no existe un compromiso de establecer políticas estatales de largo plazo. No hay una evaluación de los programas/proyectos en curso, ya que se priorizan las demandas del mercado en lugar del aprendizaje.

Palabras clave: Asociaciones público-privadas. Escuela pública. Sorocaba.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Investimentos em livros nas escolas públicas em 2010 e 2020	44
Quadro 2 – Investimentos por editoras em 2010 e 2020	45
Quadro 3 – Estados que aderiram à plataforma Google para o ensino remoto	47
Quadro 4 – Leis: avanços e retrocessos na Educação	65
Quadro 5 – Presença de atores privados na rede estadual de São Paulo	107
Quadro 6 – Diminuição de matrículas para o Ensino Fundamental na rede estadual (2005 a 2018)	110
Quadro 7 – Atores privados na rede estadual de São Paulo (2005-2018)	111
Quadro 8 – Atores privados na rede estadual de São Paulo: programas e vigência (2005-2018)	112
Quadro 9 – Atores privados na rede estadual de São Paulo: a Dimensão Política Educacional	112
Quadro 10 – Prefeitos de Sorocaba/SP início e fim dos mandatos (2005-2020) ...	119
Quadro 11 – Parcerias Vitor Lippi	124
Quadro 12 – Parcerias Pannunzio	140
Quadro 13 – Parcerias Crespo e Coutinho	150

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - O ESTADO E A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA: UMA REFLEXÃO	16
1.1 ESCOLAS CHARTERS	39
1.2 GRUPOS EDITORIAIS	41
1.3 PLATAFORMAS DIGITAIS	45
CAPÍTULO 2 - A EDUCAÇÃO COMO DIREITO NA HISTÓRIA DO BRASIL	50
2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL	57
2.2 AVANÇOS E RETROCESSOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	63
2.3 O BRASIL E A DISTRIBUIÇÃO DO PODER ENTRE OS ENTES FEDERADOS	67
2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A VISÃO DE MERCADO	71
CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO PÚBLICA E A PRIVATIZAÇÃO	80
3.1 ESTADO DO CONHECIMENTO	80
CAPÍTULO 4 - A REDE MUNICIPAL DE SOROCABA/SP E AS PARCERIAS COM OS ATORES PRIVADOS	100
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOROCABA/SP	104
4.2 O ESTADO DE SÃO PAULO E AS PARCERIAS COM OS ATORES PRIVADOS	106
4.3 METODOLOGIA: PESQUISA SOBRE AS PARCERIAS DOS ATORES PRIVADOS E A SUA IDENTIFICAÇÃO NA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE SOROCABA/SP	116
CAPÍTULO 5 - AS GESTÕES VITOR LIPPI E ANTONIO CARLOS PANNUNZIO: O AVANÇO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	123
CAPÍTULO 6 - GESTÃO JOSÉ CRESPO E JAQUELINE COUTINHO: A TUMULTUADA CONSOLIDAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO/PRIVADAS	145
CAPÍTULO 7 – POLÍTICAS DE ESTADO VERSUS POLÍTICAS DE GOVERNO: REFLEXÕES SOBRE AS PARCERIAS COM OS ATORES PRIVADOS EM SOROCABA/SP	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS	202
APÊNDICE	235

APÊNDICE A - 20 RESULTADOS ESTADO DO CONHECIMENTO PRIVATIZAÇÃO E ESCOLA PÚBLICA (BDTD)	235
APÊNDICE B - RESULTADOS ESTADO DO CONHECIMENTO PRIVATIZAÇÃO, ESCOLA PÚBLICA E SOROCABA (UNISO)	239
APÊNDICE C - RESULTADOS ESTADO DO CONHECIMENTO PRIVATIZAÇÃO, ESCOLA PÚBLICA E SOROCABA (UFSCAR)	240
APÊNDICE D – PREFEITOS DE SOROCABA/SP (1895 – 2012)	241

INTRODUÇÃO

A motivação principal desta pesquisa surgiu quando me tornei¹ professora de escola pública. Com o passar dos anos observava cada vez mais presente os processos de transferência de responsabilidade pública para o setor privado. A cada ano letivo, surgiam novos programas/projetos através de parcerias de atores privados. Havia questionamentos dos professores e alunos sobre o encerramento de programas/projetos em andamento, para lançar novos. Os mais críticos apontavam que a mudança só ocorria no nome.

Em 2003, ingressei na Academia de Ensino Superior onde me graduei em Letras Português e Literaturas. Iniciei como professora de Português em 2008 com as turmas de fundamental II na rede municipal de Capela do Alto/SP. Em 2010, passei a atuar na rede municipal de Porto Feliz/SP. Em 2012, lecionei na rede estadual e ingressei na graduação em Pedagogia. Em 2016, iniciei como professora dos anos iniciais da rede municipal de Sorocaba/SP, onde atuo até hoje.

Como professora da rede pública, fui apresentada a diversos programas/projetos que iniciavam os anos letivos com promessas de aprendizagem e qualidade para todos os alunos, sem exceção. Os responsáveis conheciam os programas/projetos através das mídias, onde se destacava o investimento e a preocupação das prefeituras com a qualidade da educação. Essa era a principal justificativa para as parcerias. Não eram raras as cobranças que os responsáveis faziam aos professores sobre apostilas, jogos, ou materiais divulgados que não chegavam aos alunos no tempo prometido. Meu papel enquanto professora era de sempre lembrá-los que não existe material pronto que atenda todas as crianças e suas especificidades. Cada criança tem seu tempo e forma de aprender, o que se justificam os questionamentos presentes nesta pesquisa, em relação aos materiais didáticos escolhidos, os programas e projetos vindos como pacotes a serem implementados pelos professores, muitas vezes sem a escuta destes.

Por esse cenário, observou-se que os prefeitos defendem que os atores privados podem trazer qualidade para a escola pública com materiais prontos, testados, “comprovados” e aplicáveis a qualquer rede de ensino. Colocando de lado

¹ O uso da 1ª pessoa na Introdução se justifica pela narrativa pessoal de como iniciou a inquietação que motivou a presente pesquisa.

a formação de professores, contratação de docentes, investimento em novas construções e reformas. Dessa inquietação, surgiu a pesquisa “Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP” que pretende responder: quais arranjos sócio-políticos se mostraram predominantes nas parcerias público-privadas na rede municipal de Sorocaba/SP no período de 2010 a 2020 em relação à educação? Pois se as medidas da reforma do Estado implantadas no país a partir dos anos 1990 visam a um modelo neoliberal, então o modelo de ensino implementado prioriza as demandas mercadológicas e não a aprendizagem.

De acordo com as pesquisas de Adrião (2009;2021), Arelaro (2009) e Krawczyk (2005) acredita-se que a implementação de parcerias está relacionada com as medidas da reforma do Estado e no Plano de Reforma do Aparelho do Estado implantados a partir dos anos 1990. O Estado em um contexto de crise da eficácia da administração pública escolhe transferir a oferta de serviços públicos para as esferas locais. Processo que ficou claro com a municipalização do ensino fundamental. Os municípios tiveram um aumento significativo de demanda, não dispunham de recursos necessários para atender com qualidade o que já ocorria antes da municipalização. Optaram por recorrer a parcerias com os atores privados.

Arelaro (2009), Krawczyk (2005) e Adrião (2017) explicam que os atores privados adentram nas escolas públicas com o discurso de responsabilidade social, mas na verdade, contribuem para a alteração da natureza da educação que é ser um bem público. As parcerias se apresentam atraentes com: a formação “permanente” dos professores da rede (com um modelo já pronto e testado), com o novo material didático, maior efetividade, podendo inclusive diminuir os cargos técnicos das Secretarias de Educação - atendendo a Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000), conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal que limita a despesa com pessoal em até 60% para os municípios e estados, segundo Arelaro (2009).

Esta pesquisa se torna importante porque se preocupa com os processos de privatização da escola pública, principalmente no contexto da rede municipal de Sorocaba. A pesquisa “Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP” tem como objetivo geral conhecer as parcerias entre a rede municipal de Sorocaba/SP e os atores privados para a Dimensão Política

Educacional de gestão, oferta e currículo para a educação básica (com foco na educação infantil e ensino fundamental anos iniciais). Tem como objetivos específicos:

- Conhecer o Estado e a relação público-privada e seus desdobramentos quanto à educação pública;
- Compreender a educação como direito na história do Brasil;
- Fazer o levantamento do estado do conhecimento sobre pesquisas que tratem da privatização na e da escola pública;
- Fazer o levantamento do estado do conhecimento sobre pesquisas que tratem da privatização na e da escola pública em Sorocaba/SP. Assim como pesquisar se houve incidência ou não de parcerias com os atores privados na rede de ensino na última década;

O objetivo geral foi tema de toda a pesquisa e os objetivos específicos foram trabalhados ao longo dos 7 capítulos.

Nesta pesquisa, optamos como Metodologia a Pesquisa Bibliográfica - com autores que estudam a educação como direito social e a privatização da escola pública; o levantamento do Estado do Conhecimento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para conhecer as pesquisas que tratam da privatização na e da escola pública, inclusive na rede municipal de Sorocaba/SP. Para isso, também consultamos os bancos de dados da Universidade de Sorocaba e Universidade Federal de São Carlos. E a Análise Documental com as publicações oficiais do Jornal do Município de Sorocaba, da Secretaria de Educação e sites dos atores privados sobre as parcerias público-privadas da rede municipal de Sorocaba/SP.

O recorte histórico aplicado de 2010 a 2020 foi escolhido pelas mudanças significativas na educação realizadas pelos governos municipais. Adotamos a Abordagem Empírico Analítica buscando estabelecer um diálogo entre os autores e as fontes primárias como dados empíricos.

No *Capítulo 1 “O Estado e a relação Público-Privada: uma reflexão”*, apresentamos um estudo com Adrião (2014), Aguiar (2011), Antunes (2004), Arelaro (2009) e Durham (2010) que observaram ações do Estado nas mudanças quanto a sua responsabilidade com a educação.

No *Capítulo 2 “A educação como direito na história do Brasil”* compreendemos a educação como direito na história do Brasil, na perspectiva de Barroso (2005), Cury (2008;2010), Duarte (2004;2007), Krawczyk (2005), Ribeiro (1993) e Xavier (1992).

No *Capítulo 3 “A educação pública e a privatização”* descrevemos o estado do conhecimento sobre pesquisas que tratam da privatização na e da escola pública no recorte histórico de 2010 a 2020.

No *Capítulo 4 “A rede municipal de Sorocaba/SP e as parcerias com os atores privados”* descrevemos o estado do conhecimento sobre pesquisas que tratem da privatização na e da escola pública em Sorocaba/SP, a metodologia e a incidência ou não dos atores privados na rede de ensino estadual na última década.


No *Capítulo 5 “As gestões Vitor Lippi e Antonio Carlos Pannunzio: o avanço das parcerias público-privadas”* apontamos os dados da incidência de parcerias público-privadas durante as gestões Lippi e Pannunzio em Sorocaba/SP.

No *Capítulo 6 “Gestão José Caldini Crespo e Jaqueline Coutinho: a tumultuada consolidação das parcerias público/privadas”* apontamos as incidências de parcerias público-privadas na gestão Crespo e Coutinho em Sorocaba/SP.

No *Capítulo 7 “Políticas de Estado versus Políticas de governo: reflexões sobre as parcerias com os atores privados em Sorocaba/SP”* tecemos as discussões acerca dos dados levantados quanto a incidência de parcerias público-privadas na rede municipal de Sorocaba/SP. Em seguida, apresentamos as *Considerações Finais e Apêndice*.

Esta pesquisa pretendeu contribuir com os estudos sobre a privatização e a escola pública no contexto da rede municipal de ensino de Sorocaba, onde encontramos poucos estudos. Porque existem diversas ações no sentido de colocar a responsabilidade da educação nas mãos de atores privados. Afinal, a educação na rede municipal de Sorocaba/SP é tratada como políticas de Estado ou políticas de governo? Essa não é nossa pergunta central, mas é uma reflexão que se faz a partir desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 - O ESTADO E A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA: UMA REFLEXÃO

 objetivo desse capítulo foi conhecer o Estado e a relação público-privada e seus desdobramentos quanto à educação pública. Para iniciar as discussões, recorreremos aos estudos de Peroni (2003) que afirma que o Brasil teve sua história marcada pela particularidade capitalista, com sua gênese colonial, escravista e conservadora. Isso reflete nas forças políticas que atuam até hoje no Estado brasileiro. Lembra que o Brasil passou por momentos de centralização/descentralização do poder político estatal.

De 1820 a 1870 houve centralização de poder no Estado Imperial com um regime político parlamentar extremamente excludente, porém sólido e duradouro. A partir de 1870 iniciou a descentralização do poder com a “política dos governadores”, com destaque para os estados de São Paulo e Minas Gerais que tinham total autonomia política e financeira em relação ao Estado. Da Primeira Guerra Mundial a 1980, retorna à centralização do poder com a ampliação do papel econômico do Estado na regulação e condução da acumulação. O que resultou na ampliação da burocracia e na gestão da máquina estatal (PERONI, 2003).

Nesse período, houve crescimento dos setores médios e da classe operária, o que provocou demandas que se confrontavam com o padrão de desenvolvimento concentrador de distribuição de renda, ocasionando um alto índice de desemprego e baixos níveis salariais, além do agravamento das situações de miséria absoluta (PERONI, 2003, p.39)

Percebe-se que o Estado vive essas dificuldades sociais há muito tempo. Essa compreensão histórica dos períodos vividos reflete na sociedade assim como no papel que o Estado desenvolve nos dias atuais.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma expansão da política enquanto processo decisório, momento em que foram apontadas falhas do mercado, e o Estado apresentou-se como o meio para sanar essas falhas (PERONI, 2003, p.29-30).

Segundo Peroni (2003), a centralização do poder no Estado passou a ser exigência para se manter a unidade territorial por meio de um processo de dominação e acumulação. Envolvendo oligarquias, grupos e capitais que atuavam com poderes diferenciados e hierarquizados. O Estado assegurou sua reprodução político-econômica com a desigualdade política das taxas de lucros. A crise, a guerra, as dificuldades de exportação nacional e a entrada do capital estrangeiro

compuseram um novo padrão de acumulação.

Em 1930, o Estado passou a defender os cafeicultores socializando suas perdas, deslocando recursos e alterando valores. O poder das oligarquias agrárias tinha base fiscal e eleitoral. Nesse período houve pouca ousadia tecnológica, apenas em 1950 o Estado busca recursos necessários para o processo de industrialização. No fim da Segunda Guerra, com a bipolarização ideológica e militar, ocorreu a associação entre o Estado e as grandes empresas estrangeiras. O Estado empresarial passou a se responsabilizar pelas condições externas, pelo financiamento e pela própria produção. Estimulou a urbanização acelerada, aumentou a massa de desempregados, a marginalização social, a miséria, criando um sistema social cada vez mais excludente (PERONI, 2003).

Peroni (2003) relata que em um contexto de pressões e inflação, os segmentos conservadores buscaram apoio nas Forças Armadas, com o Golpe de 1964. Até 1968, as forças agrárias, mercantis, financeiras, industriais e os setores de classe média buscaram a hegemonia do processo. A partir de 1968, a burguesia monopolista industrializada comandou um novo ciclo de expansão industrial com o Estado até 1974. Nesse período de autoritarismo, o quadro social de desigualdade agravou-se e as dívidas interna e externa cresceram. A década de 1980 em toda a América Latina passou pelo fim das ditaduras e degradação econômico-social. A organização dos setores da sociedade emergentes no período da distensão, transição e abertura democrática trouxe a Nova República.

Em 1983, o governo brasileiro realizou negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e assinou documentos com política de arrocho salarial. Várias entidades da sociedade civil, lideradas por advogados e religiosos, articulavam uma mobilização para a consciência da cidadania e defendiam as eleições gerais e a convocação da Constituinte. Em 1989, as eleições diretas preencheram o cargo de presidente da República. Nessa fase, houve a crise da dívida externa que aprofundou a crise fiscal brasileira. Em 1990, a dívida permaneceu e a deteriorização das contas públicas se relacionou diretamente com essa política. Os recursos provenientes das privatizações financiaram os déficits de transações correntes, na produção, a indústria nacional teve queda e na agricultura o Brasil precisou fazer importação de grãos. Com isso, o governo brasileiro pagou altas taxas de juros, pelos prazos e operações de liquidez. O que resultou na acumulação dos bancos e segmentos sociais que se beneficiam com títulos públicos (PERONI,

2003).

Portanto, na correlação de forças internacionais, os países periféricos, de alguma forma, pagam a conta da crise do capital, assim como, no interior desses países, quem paga a conta são as classes subalternas, pois as políticas de ajuste retiram da classe trabalhadora as mínimas conquistas sociais através do argumento de que “estamos em crise” (PERONI, 2003, p.51).

Peroni (2003) acredita que a crise fiscal tem relação com o declínio econômico e a redução nas transferências de recursos para os estados e municípios, somado a dívida dada a política de juros altos do governo federal. O que implicou diretamente no financiamento da educação. É nesse contexto que ocorreu a proposta de reforma do estado com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) que apresentou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). O Estado deixou de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, pela via de produção de bens e serviços, para ser promotor e regulador de desenvolvimento.

Foi apenas em 1994, conforme o documento, que o discurso de reforma administrativa assumiu nova direção, com a campanha presidencial, ao introduzir a perspectiva da mudança organizacional e cultural da administração pública no sentido de uma administração gerencial (PERONI, 2003, p.59)

De acordo com Peroni (2003), a administração pública gerencial visava a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, baseada nos valores de eficiência e qualidade. Para a estrutura organizacional, tinha como proposta a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos. O Estado tinha funções de coordenação e regulação na esfera federal, as funções de execução de serviços sociais e infraestrutura cabiam a estados e municípios. Baseado nos princípios de cidadão-cliente, no controle por resultados e na competição na administração. As políticas sociais passavam agora a serviços não-exclusivos do Estado, mas propriedade pública não-estatal ou privada. Estratégias como a privatização, publicização e terceirização foram defendidas como meios de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio promovidos pelo Estado. Nesse sentido, O Estado continuou financiando os serviços sociais que passava pelo controle político e ideológico das organizações públicas não-estatais.

Portanto, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, quando propõe a administração gerencial que tem a lógica do mercado e, ainda, quando propõe as organizações públicas não-estatais, não está apenas utilizando a teoria para o diagnóstico, mas também para a própria

implementação da reforma (PERONI, 2003, p.64).

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado trouxe a descentralização com a proposta de privatização (transferência de empresas estatais para a propriedade privada); transferência da exploração de um serviço público (da administração pública para a privada); terceirização dos serviços de apoio à administração pública e a descentralização ampla (combinação das formas citadas). Entretanto, Peroni (2003) afirma que o plano gerou muitas críticas porque não abria espaço para a participação da população na gestão pública e o controle social, pelo cidadão, das autoridades, instituições e organizações governamentais.

Nesse contexto, a descentralização, gradualmente, tenta retirar responsabilidades do Estado, o qual quer transferir para a sociedade tarefas que eram suas no que se refere às políticas públicas e, principalmente, às políticas sociais (PERONI, 2003, p.69).

Também fazem parte o ajuste do país à política dos organismos internacionais e o processo de competitividade internacional que visavam a diminuição do Estado frente às políticas sociais, que incluía a educação. A Constituição de 1988 marcou um processo de descentralização quando compreendeu a União, Estados, o Distrito Federal e os municípios todos autônomos, enquanto assumiam o status de ente federativo também aprofundavam sua crise fiscal. Peroni (2003) alerta que as medidas tomadas para “modernizar o Estado” acabou tornando-o ainda mais excludente.

A tensão descentralização/centralização constituiu as bases da política educacional dos anos 1990. Principalmente com o controle através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, descentralizando o financiamento da educação com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)² e o repasse de dinheiro direto para as escolas, de acordo com Peroni (2003).

A autora relembra que nos anos 1980, as políticas tinham preocupação com a democratização da escola, a universalização do acesso, a gestão democrática e a formação do cidadão. Nos anos 1990, a preocupação passou a ser a qualidade enquanto produtividade, a busca pela eficiência e a eficácia com autonomia da

² O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n.º 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental. Dados extraídos no site oficial, consultar nas Referências.

escola, o controle de qualidade, a descentralização de responsabilidades e a terceirização de serviços.

Podemos constatar (...) um movimento que vem ocorrendo na redefinição do papel do Estado, tendência essa que aponta para a incorporação da lógica empresarial da produtividade no interior do próprio aparelho do Estado (PERONI, 2003, p.90).

Ainda de acordo com Peroni (2003), esse movimento é internacional, embora condicionado pela história política e correlação de forças locais, porque é vinculado a organismos internacionais – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e Banco Mundial por exemplo - e suas orientações políticas direcionadas aos países periféricos.

Em 1990, o Ministério da Educação elaborou o Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área da Educação (1991-1995) que era composto pelos fundamentos da educação (previstos na Constituição Federal de 1988) e a modernização do Brasil - já que o país foi inserido na ordem econômica internacional. Os projetos educacionais sob orientação do Banco Mundial também tinham como objetivo melhorar a imagem do Brasil para os organismos internacionais. Nesse sentido, o banco propunha a descentralização, privilegiando o ensino básico, a avaliação das instituições educacionais e a capacitação em serviço, de acordo com os estudos de Peroni (2003).

Conforme as orientações do banco, o que deve guiar as decisões descentralizadas é o investimento no ensino fundamental e, apenas quando o país apresentar justificativa econômica, investir-se-á no nível secundário. O objetivo é desenvolverem-se as habilidades básicas de aprendizagem, para que os trabalhadores possam satisfazer a demanda imposta pela acumulação flexível (PERONI, 2003, p.101”

Na visão de Peroni (2003), a autonomia da escola é parte da determinação do Banco Mundial que veio com o projeto de repasse de dinheiro para a escola, como um recurso de descentralização da política educacional no Brasil. O recurso vem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pode ser usado: na aquisição de material permanente, na manutenção e conservação, para capacitar e aperfeiçoar os profissionais da educação, para realizar avaliação de aprendizagem, para implementar seu projeto pedagógico e desenvolver atividades diversas (BRASIL, 1995). Para receber o recurso, a escola precisava criar uma unidade executora de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar - caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, entre outros - que seria responsável pelo recebimento e execução dos recursos

financeiros.

Isso conduz a reflexão de que, mais do que o repasse de dinheiro para a escola, pois esse é insignificante, o programa objetiva, atualmente, a montagem de uma estrutura paralela ao estabelecimento para a capacitação de recurso, o que pode vir a se adequar à proposta de organizações públicas não-estatais do programa de reforma do Estado (PERONI, 2003, p.103).

Peroni (2003) relembra que nos anos 1990, na América Latina já se via sinais da ofensiva neoliberal e sua proposta de globalização da economia. Nas propostas de elaboração curricular se observava forte presença dos organismos internacionais. O Brasil assumiu compromissos na Conferência de *Jomtien* (1990) e na Declaração de *Nova Delhi* (1993), por isso o Ministério da Educação e do Desporto coordenou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) que incluía a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com orientação dos organismos internacionais. Há questionamentos sobre a falta de democratização do processo de elaboração das diretrizes nacionais, porque foi centrado em determinadas equipes sem a colaboração de grupos de especialistas e pesquisadores do currículo e a ausência de consulta ao público-alvo, principalmente professores do ensino fundamental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais também compunham a avaliação educacional aplicada em todas as escolas do país.

A avaliação no Brasil foi preocupação desde os anos 1980, quando o Ministério da Educação (MEC) iniciou estudos sobre a avaliação educacional. Em 1990 a 1991, o Ministério da Educação (MEC) solicitou à Fundação Carlos Chagas a elaboração de provas, que foram feitas com base nas propostas dos Estados. Em 1993 a 1994, também foram abordados: a gestão escolar, situação e competência do professor e rendimento do aluno. O relatório da avaliação de 1995, apontou mudanças e aperfeiçoamentos de forma que o Ministério da Educação (MEC) assinou um acordo de cooperação técnica com Fundação Cesgranrio e a Fundação Carlos Chagas. O que deu início a uma nova fase da avaliação institucional dentro do próprio Ministério da Educação, com o processo de terceirização. Essa terceirização inicial é parte de uma política em que o Estado central não é o executor. Quando terceiriza, o Estado passa para a sociedade tarefas que historicamente eram suas, um dos grandes eixos do debate sobre a redefinição do Estado para Peroni (2003).

Peroni (2003) avalia que se os Parâmetros Curriculares Nacionais se apresentam como um plano de governo existia por parte do Ministério da Educação

(MEC) a necessidade de implantá-lo o mais rápido possível, através do livro didático e como referência para avaliação.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233 também foi parte das reformas institucionais do governo Fernando Henrique Cardoso. O Estado apontou para uma descentralização quando propôs um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), de natureza contábil. Nesse sentido, tratou-se de um mecanismo de redistribuição dos recursos fiscais dos Estados e municípios destinados ao ensino fundamental. Dessa forma, quando propôs o não aumento dos gastos, mas que os recursos fossem apenas redistribuídos, a União retirou sua responsabilidade para com o financiamento do ensino fundamental e com a erradicação do analfabetismo, na visão de Peroni (2003).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233 foi aprovada pela Câmara e pelo Senado em 12 de setembro de 1996 e tornou-se a Emenda Constitucional 14/96, regulamentada pela lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Criou-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), de natureza contábil que distribui recursos para cada Estado e município proporcionalmente ao número de alunos na rede de ensino fundamental. Sob o ponto de vista de Peroni (2003), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério não amenizou as desigualdades sociais no quesito gasto/aluno. Mas poderia ser resolvido com a complementação de recursos pela União, se de fato fosse interesse elevar a qualidade do ensino fundamental.

Pela composição do conselho proposta para a União, verificamos mais uma vez que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) vem consolidar o projeto de reforma do Estado na Educação, em parte, pelo contexto da crise fiscal, pois, pela presença do ministro do Planejamento e da Fazenda no conselho, verificamos que este vem mais no sentido de se racionalizarem os recursos do que de se universalizar o ensino ou de se avançar a qualidade e, em parte, pela proposta de descentralização. Essa descentralização passa pela gradativa desobrigação da União para com o ensino (PERONI, 2003, p.132).

Com a lei 9.424/96, o salário educação passou ser dividido em duas quotas: um terço para a União (destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE) e dois terços para o Estado (destinado a financiamento de programas, projetos e ações para o ensino fundamental). Com as novas regras do salário-educação, aumentou-se o volume de recursos públicos, mas continuaram

centrados nos Estados; enquanto isso, havia incentivo na municipalização das matrículas.

Nesse contexto, foram descentralizadas as responsabilidades e não os recursos. Com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), a União pretendia racionalizar recursos porque sua justificativa para a crise é a crise fiscal, tirando sua responsabilidade para com a educação; em um contexto em que os municípios passavam por grande crise financeira. Assim é parte da sua estratégia: passar para a sociedade as políticas sociais enquanto estabelecia outras prioridades para superar a crise do capital (PERONI, 2003).

A estratégia em curso no Brasil é a de financiar-se o capital especulativo com juros altos, o que aumenta a dívida pública (...). Portanto, os Estados e municípios pagam duas vezes pelo déficit público, pois suas dívidas estão se tornando irresgatáveis e, ainda assumem as políticas sociais, que passam a ser, cada vez mais, descentralizadas, o que se torna inviável e, assim, a sociedade terá de assumir as tarefas que, até então, eram do Estado (PERONI, 2003, p.141-142)

Peroni (2003) define que a política educacional não é apenas determinada pelas mudanças que ocorrem na redefinição do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas mudanças. A redefinição do papel do Estado vem se materializando, principalmente com: a contradição Estado mínimo/Estado máximo (que se demonstra nos processos de centralização/descentralização dos projetos de política educacional) e no conteúdo dos projetos de descentralização.

Esse movimento onde é descentralizado o financiamento e centralizado o controle é parte da proposta de redefinição do papel do Estado, de acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995).

Ao analisarmos os projetos de política educacional, constatamos que, por um lado, o governo federal, com essas reformas, vem-se desobrigando do financiamento das políticas educacionais, mas, por outro lado, ele objetiva centralizar as diretrizes, principalmente mediante Parâmetros Curriculares Nacionais e avaliação das instituições de ensino. Definir o que vai ser ensinado em todas as escolas do país e ter o controle por meio da avaliação institucional tornam-se aspectos estratégicos neste período particular do capitalismo (PERONI, 2003, p.178)

A década de 1990 foi o período em que mais se percebeu a inserção do mundo globalizado e suas políticas neoliberais. Os três pilares da política educacional: financiamento, avaliação institucional e parâmetros curriculares nacionais eram preocupação dos projetos elaborados pelo Legislativo e Executivo brasileiros. A crise fiscal foi a principal justificativa para a reforma do Estado, mas o que existia era

uma grande crise do capital. Por isso, toda estratégia de reforma proposta, resolvia parte do problema e fragilizava o Estado quando se tratava de políticas sociais. Pela crise fiscal se propôs a racionalização dos recursos, sendo a descentralização a principal estratégia (PERONI, 2003).

Segundo Peroni (2003) a descentralização pode ser restrita ao aparelho de Estado, de uma esfera de governo para outra ou também no interior da mesma esfera de governo. Por meio da privatização no sentido estrito, da terceirização de serviços de apoio à administração pública, da transferência da exploração de um serviço público da administração pública para a privada, da participação da população nas decisões coletivas, no planejamento e gestão dos serviços públicos e no controle social das autoridades, instituições e organizações governamentais e a descentralização ampla que é a soma de todas as formas. O Plano Diretor de Reforma do Estado propôs a descentralização por meio da publicização e a terceirização, sendo excluídas a participação da população na gestão pública e no controle social.

A autora também afirma existir uma contradição na centralização/descentralização, porque os Parâmetros Curriculares Nacionais e a avaliação foram centralizados como uma forma de controle, depois descentralizados porque ocorreu a terceirização. Todavia não houve a participação e controle social dos setores que representavam a educação. O governo federal com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) propuseram uma descentralização de responsabilidades, mas não de recursos. Ela existiu apenas na ação de responsabilizar os municípios pelas matrículas do ensino fundamental. Nesse sentido, Peroni (2003) critica que o Estado é mínimo quando se trata de políticas sociais e distribuição de renda, mas é máximo em relação ao grande capital.

Para somar a reflexão sobre o Estado e a relação público-privada nos deparamos com os estudos de Aguiar (2011) e Antunes (2004). A partir do fim da ditadura militar e a abertura da democracia, Aguiar (2011) cita os ex-presidentes do Brasil: Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva que iniciaram na política durante a época da ditadura militar (1964-1985) e pretendiam a construção de uma sociedade democrática. O autor afirma que existiram de fato mudanças políticas, porém a democracia, no ponto de vista econômico não resolveu os problemas sociais, porque continuamos vivendo em um ciclo de exclusão social.

Antunes (2004) explica que no governo de Fernando Henrique Cardoso, apoiado no governo anterior, houve uma desorganização dos setores públicos para justificar sua privatização a preço aviltado.

(...) Depois que o rolo compressor fernando-henriquista, sob a batuta real de ACM, ganhou dinâmica, aí a velocidade aumentou. Privatizar, ou talvez dar mais vida às privadas, era o que importava. E foi o que ocorreu com as empresas de energia elétrica, as telecomunicações, as estradas, a previdência, a Vale do Rio Doce, anteriormente a CSN, enfim, com tudo que fora criado sem (e muitas vezes contra) a participação do capital privado (ANTUNES, 2004, p.38).

O autor relata que em quatro anos, Cardoso fez no Brasil o que Margareth Thatcher fez em doze anos na Inglaterra. Na época, a crise do Brasil nem chegou a ser mencionada nos debates presidenciais e Cardoso foi reeleito para seu segundo mandato.

Agora se inicia o segundo ato, subordinação arregaçada ao FMI, aumento dos impostos (a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira - CPMF -, provisoriamente criada para suprir as deficiências da saúde, deve ser aumentada pois também os bancos ficam doentes...). Teremos mais recessão, mais precarização do trabalho, mais desemprego explosivo, mais desindustrialização, mais destruição dos direitos sociais num país em que eles quase nunca realmente existiram. A eufemística fórmula da flexibilização da jornada de trabalho, a acintosa 'demissão temporária', a perseguida privatização da previdência combinando o modelo menemista da Argentina com tempero pinochetiano do Chile, tudo isso é mostra do que o Governo FHC quer impor (ANTUNES, 2004, p.39).

Sabe-se que a sociedade atual passou por fortes transformações, principalmente nas últimas décadas. O neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a era da acumulação flexível têm acarretado um monumental desemprego em escala globalizada. Ao passo que se avança na competitividade e integração mundial, mais se aumentam as taxas de exclusão e desemprego. Contudo, uma das formas de combater o desemprego é através da luta pelo direito ao trabalho reduzido (ANTUNES, 2004).

Porém, esta luta pelo direito ao trabalho em tempo reduzido e pela ampliação do tempo livre, sem redução de salário - que é muito diferente de *flexibilizar* a jornada segundo a lógica do capital -, deve estar intimamente articulada à luta contra o sistema produtor de mercadorias, que converte o 'tempo livre' em tempo de *não trabalho*, no qual o indivíduo se exaure, ora se capacitando, nos infernais cursos de qualificação, para melhor 'competir' no mercado de trabalho, ora num consumo estranhado, coisificado e fetichizado, inteiramente desprovido de sentido. Ao contrário, se o fundamento da ação coletiva for voltado radicalmente contra as formas de (des) sociabilização do mundo das mercadorias, a luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho torna-se inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida). E a luta pela vida cheia de sentido no trabalho torna-se fundamento para a vida cheia de sentido fora do trabalho. Duas batalhas obrigatórias no mundo

contemporâneo (ANTUNES, 2004, p.52).

De acordo com Antunes (2004), a multifuncionalidade e a terceirização, propostas no governo Cardoso, vêm como instrumental básico para novas modalidades produtivas voltadas para a indústria e serviços em geral. Menos direitos sociais, qualificação, cuidados nas condições de trabalho e custos, para mais produtividade, rentabilidade, terceirização. Essas ações incidiram na classe trabalhadora e conseqüentemente, nos organismos sindicais.

A crise que atinge os sindicatos se manifesta desde logo no enorme fosso existente entre os trabalhadores 'estáveis', que permanecem no mercado de trabalho formal, e aqueles que se tornaram precarizados, terceirizados, subcontratados, *part-time* que compreendem um segmento em expansão no interior do mundo do trabalho, em escala mundial. Este fosso social reduz fortemente a ação e força dos sindicatos, historicamente mais vinculados aos trabalhadores da era do fordismo e que se tem mostrado, até o presente, demasiadamente tímidos na incorporação dos trabalhadores parciais, temporários, precários, terceirizados, sem os quais os sindicatos estão fadados à redução e ao enfraquecimento (ANTUNES, 2004, p.82).

Compreende-se que essas ações não incidiram apenas no setor privado, nas indústrias e serviços em geral, mas também em órgãos ligados ao Estado e funcionários públicos. Por isso, o autor traz o exemplo:

Uma prefeitura municipal, dentro de um Estado nacional em crise, prisioneira de uma política econômica neoliberal destrutiva, atada aos interesses do sistema global do capital, cujas diretrizes são pautadas pelos grandes grupos transnacionais financeiros e produtivos, bem como por seus organismos mundiais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial etc., tem limites claros. Hoje existe até mesmo uma *lei de responsabilidade fiscal*, que talvez pudesse ser chamada de *lei de irresponsabilidade social*, tal sua subserviência em relação aos ditames próprios do neoliberalismo (ANTUNES, 2004, p.86).

O autor ressalta que a administração municipal poderia inverter as prioridades que têm marcado as gestões municipais. Investir em ações contra: a corrupção, os privilégios dos proprietários (empreiteiros, donos de empresas de transportes, empresas fornecedoras, etc.). Instituir uma administração democrática e comprometida, reorganizar/relocar os recursos segundo os interesses da população trabalhadora. População que vive do seu trabalho e mantém com seus impostos, os recursos públicos, apesar do governo Cardoso não valorizar essa classe.

No primeiro plano, do Governo FHC, a população poderá referendar ou reprovar a política econômica dominante, com seu sentido neoliberal e destrutivo, pautado pela subserviência aos ditames financeiros globais do FMI, do Consenso de Washington, do Banco Mundial, do salário mínimo de R\$ 151,00, das privatizações, da desindustrialização, do desmonte nacional e da integração servil e subordinada à ordem mundializada (ANTUNES, 2004, p.89).

O padrão de acumulação que se desenvolveu no Brasil, desde o pós-1964, fundamentou o arrocho salarial e a produção de bens/mercadorias para as classes médias, altas e proprietárias. Esse padrão dependia dos capitais financeiros externos que financiavam e se beneficiavam desse modelo, o que resultou no endividamento externo do Brasil. Nesse sentido, tudo o que se produzia era destinado para o pagamento da dívida externa, ou seja, para remuneração e enriquecimento dos grandes capitais financeiros internacionais. A consequência foi a falta de recurso para atender à saúde, educação, previdência, entre outros (ANTUNES, 2004).

O autor explica que em 1950, o padrão de acumulação industrial do Brasil desenvolveu-se com a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos etc.) para um mercado interno restrito e seletivo. A produção para exportação era de produtos primários e industrializados. Situados em um período de baixa remuneração salarial e alta dependência dos capitais externos. Nas décadas de 1960 e 1970, esse "modelo econômico" se manteve e se expandiu. Em 1980, ocorreram as primeiras mudanças no interior do processo produtivo e de serviços. O que levou as empresas a adotarem novos padrões organizacionais, tecnológicos e novas formas de organização sociotécnica do trabalho.

A partir de 1990, com o presidente Collor e seu sucessor presidente Cardoso, o país recebeu elementos significativos do receituário neoliberal e seu processo de reestruturação produtiva. Houve um considerável enxugamento organizacional e alterações no processo tecnológico. Nesse período, através do projeto *IdeopoHuco*, neoliberal, que a reestruturação produtiva se desenvolveu intensamente com a *lean production*, do sistema *just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação, de terceirização da força de trabalho, entre outros.

Como resultado deste "modelo", toda riqueza que aqui se produz acaba sendo substancialmente canalizada para o pagamento da dívida externa (e interna) monumental, consequência da forma subordinada e dependente de (des) integração do país à chamada mundialização. Desprovido de soberania, o país torna-se prisioneiro de um "modelo" que tem sido responsável pelo aumento da precarização social, intensificação do desemprego estrutural, explosão da violência e da criminalidade, descontrole completo da corrupção sendo que a lista das nossas mazelas e iniquidades seria interminável (ANTUNES, 2004, p.96)

Diante desse contexto, como uma prefeitura comprometida com as maiorias, poderia auxiliar na luta contra o desemprego? Segundo Antunes (2004), ela poderia colocar a força social e política de um mandato contra os elementos conjunturais

que causam o desemprego. Para isso, deveria resgatar o caráter público e social do estado, recusando a política de privatizações, terceirizações e diversas formas de precarização do trabalho. O capitalismo pregou uma necessidade imperiosa de produzir mercadorias e valorizar os capitais. Eliminar o desemprego é atingir diretamente a lógica do capital. Antunes (2004) defende um programa, contrário ao neoliberalismo:

- 1) eliminação da superexploração do trabalho;
- 2) realização de uma reforma agrária ampla e profunda;
- 3) impulsionar a pesquisa científica brasileira com ciência e tecnologia voltada para as necessidades da classe trabalhadora;
- 4) controlar e coibir fortemente os setores monopólicos, contraditar a hegemonia do capital financeiro e limitar as formas de expansão e especulação do capital-dinheiro. Incentivando as formas de produção voltadas para as necessidades sociais da população trabalhadora;
- 5) resgatar o caráter público e social das empresas estatais com a participação efetiva dos funcionários e da população diretamente envolvida, contra a lógica da privatização;

Antunes (2004) alerta que acabar com o desemprego não é uma preocupação porque os capitais globais necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais de trabalho *part-time*, terceirizado, precarizado, crescente no mundo produtivo, industrial e de serviços.

No Brasil, se o neoliberalismo começou com a eleição de Collor, em 1989, foi, entretanto, no Governo FHC, entre 1994 e 2002, que ele de fato deslanchou. Como em quase toda a América Latina, o desemprego, a precarização do trabalho e a exclusão social proliferaram. E no Brasil de FHC não foi diferente (ANTUNES, 2004, p.131).

Enquanto o Brasil se integrava à globalização, ampliava sua dívida externa. O "modelo econômico" que se desenvolveu o presidente Lula chamou, em 1970, de arrocho salarial, ou seja, a manutenção de um salário que degradou a força de trabalho brasileira. O país também aprofundou a dependência em relação aos capitais financeiros externos que resultou no expressivo endividamento interno e externo.

Vale lembrar que, desde sua criação, em plena ditadura getulista, nos anos de 1930, o salário mínimo fora concebido como salário "biológico" ou "vital", soma das despesas diárias de um trabalhador adulto, considerando-se parcela dos itens mencionados. O pai dos pobres aproximava o salário mínimo ao estritamente necessário para a reprodução da força de trabalho. Era um mecanismo para alavancar a acumulação industrial em expansão,

depreciando a remuneração da força de trabalho (ANTUNES, 2004, p.146).

Antunes (2004) também critica o governo de Lula, sucessor de Cardoso, porque defendia os trabalhadores em seu discurso, mas ampliou o desemprego e não resolveu o problema da perda salarial.

Em vez de iniciarmos uma nova era, de desmontagem do neoliberalismo, atolamos e chafurdamos na continuidade do nefasto projeto de desertificação social e política do país, iniciado por Collor, desenvolvido por FHC e agora mantido pelo governo do PT. Consolida-se, mais uma vez, o triste processo de cooptação do que de melhor as classes trabalhadoras criaram nas últimas décadas. É constrangedor presenciar, num governo recrutado no mundo do trabalho, tanto desemprego, tanta precarização, tanto destroçamento social (ANTUNES, 2004, p.155).

O autor denuncia que o Estado foi desmantelado no período, com as políticas do presidente Lula voltadas à previdência pública, privatização e flexibilização das leis do trabalho para atender capitais transnacionais. As empresas visavam acumular capital, para isso, produziam mercadorias com o menor número de trabalhadores, aumentando produtividade e lucro. Quanto mais “moderna” a empresa, maior o desemprego.

As políticas econômicas vigentes (e o Brasil não é exceção) seguem o receituário neoliberal, imposto pelo FMI, pelos EUA e pelos capitais financeiros. O resultado é o aumento do desemprego em praticamente todas as partes do mundo, além da criação de uma monumental sociedade dos precarizados e dos chamados “excluídos”, situação em que o Brasil é campeão (ANTUNES, 2004, p.157).

Para combater o desemprego, Antunes (2004) afirma que se deve elaborar uma política econômica contrária ao neoliberalismo. Pautada na eliminação da superexploração do trabalho (com uma política de salário mínimo digna); na reforma agrária ampla e profunda (que desmontasse a estrutura elitista da propriedade da terra); na contraposição à hegemonia do capital financeiro e especulativo (incentivando a produção de valores de uso, coisas úteis e socialmente necessárias); na recuperação do sentido público, coletivo e social das atividades estatais.

Nos anos 1990, a década da desertificação neoliberal no Brasil, o mundo do trabalho e seus núcleos orgânicos foram surpreendidos pela privatização acelerada, pela informalidade descompensada, pela desindustrialização avançada e pela financeirização desmesurada, como pedia o figurino global, de acordo com Antunes (2004).

Em seu trabalho, Aguiar (2011) apresenta uma retrospectiva dos mandatos dos presidentes Cardoso e Lula. Vale lembrar que Fernando Henrique Cardoso

(Partido da Social Democracia Brasileira) foi presidente no Brasil de 1995 a 2002. Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) presidiu de 2003 a 2010. Dilma Vana Rousseff (Partido dos Trabalhadores) presidiu de 2011 a 2015. Nessa data, assumiu seu vice Michel Miguel Elias Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, desde 2017 apenas Movimento Democrático Brasileiro) que permaneceu no poder até 2018. Em 2019, o presidente eleito foi Jair Messias Bolsonaro.

Aguiar (2011) aponta que a educação foi tema principal das campanhas e planos de governos dos dois presidentes: Cardoso e Lula. Mas quando assumiram a presidência, a educação não recebeu os investimentos necessários. Passaram a inclinar o ensino básico para o ensino profissional o que contribuiu para a criação de mão de obra para o mercado.

Sabe-se que a educação não é neutra, mas influenciada pelos diversos interesses da sociedade. Quando um documento é elaborado, como a Lei de Diretrizes e Bases, esse já passou por influências de vários atores e foi o resultado de um jogo de concessões e lutas entre eles (AGUIAR, 2011).

Aguiar (2011) relembra que no governo do presidente Cardoso, apesar de contribuir para a criação de sistemas de avaliação como fonte de dados para repensar a educação, também apoiou parcerias com atores privados para investir e “salvar” a educação. No governo Lula, a reforma universitária (com apoio da Organização Não Governamental - ONG *Orus* e do Banco Mundial) abriu espaço para parcerias entre os atores privados e as instituições públicas.

Os estudos da professora Durham (2010)³ já trazem outro ponto de vista: que a educação e seus insucessos não são de responsabilidade exclusiva do federal. Ela entende que as Políticas Estaduais e Municipais são tão ou mais importantes, alerta de que o desempenho escolar também está ligado ao nível de renda e escolarização dos pais dos alunos.

A autora relembra que em 1980, a preocupação da educação era quanto ao acesso às séries iniciais do ensino fundamental já que o analfabetismo era considerado o maior problema do país. No final desta década, a preocupação passou para o aumento de matrículas nas séries finais do ensino fundamental. Somente em 1990, se pensou nas questões da ampliação do ensino médio e da qualidade do ensino.

³ Infelizmente no durante a pesquisa ocorreu o falecimento da Prof^a. Dr^a. Eunice Ribeiro Durham, consulte Nota do Jornal USP nas Referências.

Por isso, Durham (2010) argumenta que na educação, o desenvolvimento se dá a longo prazo e é cumulativo. As boas políticas só apresentam resultados no governo seguinte. No caso do ensino médio, o desenvolvimento esperado vai depender do aumento das matrículas no ensino fundamental, da diminuição da repetência e do abandono escolar nas séries iniciais, permitindo o aumento de concluintes no 9º ano do Ensino Fundamental. Por conseguinte, a expansão do ensino superior também está relacionada ao aumento do número de matriculados e de egressos do ensino médio.

Desde o Império, foi dada aos estados e municípios a responsabilidade pelo ensino básico (escola primárias). Ao governo federal coube administrar as instituições do topo (mais caras e de melhor qualidade) atendendo às faixas superiores de renda da população, de acordo com Duhram (2010). Quando o governo federal tentou controlar o sistema de ensino com leis, normas e decretos nacionais, sabendo que os estados e municípios não conseguiriam financiar e executar, contribuiu para a consolidação de um sistema burocrático, centralizador, fragmentado e desigual.

Durham (2010) analisa as discussões presentes na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e defende que foi assertiva na formação de professores - quando exigiu em um prazo de 10 anos que todos os professores tivessem ensino superior – e na exigência de avaliações periódicas em todos os níveis de ensino.

De acordo Durham (2010) esses foram os principais avanços na educação básica desde o governo Cardoso:

- o índice de Desenvolvimento Educacional (IDEB) - que mede o desempenho na Prova Brasil e o fluxo escolar;
- o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) - que foi um marco para a formulação de políticas públicas;
- a partir de 2000, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) - realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) com alunos de 15 anos de idade realizada a cada 3 anos;
- a partir de 2006, a prova Brasil - que passou a avaliar os alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental - o que permitiu avaliar estados e regiões, municípios e escolas, com resultados mais detalhados;

Duhram (2010) destaca que a ação do presidente Cardoso marcou a educação

quando permitiu que a qualidade do ensino fosse medida. Foram alcançados dados objetivos sobre o desempenho escolar, graças a regularização e o aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) em 1995 e a inclusão do Brasil na avaliação internacional feita pela *Organization for Economic Co-Operation Development* (OECD) com o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). O governo Cardoso também foi criticado na época, porque marcou o início da queda da qualidade do ensino. Durham (2010) explica que, na verdade, o governo Cardoso proporcionou uma possibilidade de medir a qualidade do ensino e que esse Sistema de Avaliação colocou as Políticas Educacionais do país em outro patamar.

(...) naquele tempo, as altíssimas taxas de reprovação e evasão escolar, (assim como os antigos exames de admissão ao ginásio) funcionavam como um sistema de peneiras cada vez mais finas, que excluía precocemente do sistema de ensino a enorme maioria dos alunos provenientes de famílias menos escolarizadas e de menor renda (DURHAM, 2010, p.164).

Durham (2010) relembra que em atendimento a Lei de Diretrizes e Bases, os governos de Cardoso e Lula trouxeram/ampliaram diversos projetos na educação:

- Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) – através do qual governos municipais e estaduais deveriam destinar 60% dos recursos vinculados à educação para a manutenção do ensino fundamental. Passou a ser Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) - atendendo a todo o ensino básico (desde a creche ao Ensino Médio);
- Bolsa Escola – Antes auxílio para as famílias de baixa renda com filhos na escola. Passou a ser Bolsa Família – estendeu-se a toda a população de baixa renda (com ou sem filhos na escola);
- Dinheiro Direto na Escola – trata-se da distribuição de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para consertos, reformas, compra de materiais, etc.;
- Os programas de Formação de Professor – trata-se da oferta de cursos de aperfeiçoamento para professores em exercício nas redes públicas;
- Fundescola – fundo criado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que visava ajudar as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste a diminuir as desigualdades regionais. Passou a ser Plano de Ações

Articuladas (PAR);

- Programa de Avaliação dos Livros Didáticos – programa que gerou uma equipe técnica que avaliava os livros didáticos antes de chegarem às escolas;
- Programa dos Parâmetros Curriculares Nacionais – programa que pretendia elaborar uma Base Comum Nacional;
- Iniciativas de ampliar o uso de Novas Tecnologias - TV Escola, a distribuição de computadores, cursos à distância;
- Programas mais antigos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tais como: Merenda Escolar, Transporte Escolar, distribuição de livros didáticos - foram ampliados e avaliados;

Durham (2010) avalia que esses programas contribuíram apenas para o aumento de matrículas nas escolas de ensino básico, mas não demonstraram aumento na qualidade. Segundo a autora, a formação inicial dos professores reflete muito na qualidade da educação e os programas de formação continuada não têm sanado esses problemas. Também aponta para os concursos públicos que não conseguem selecionar o número de professores necessários devido à alta taxa de reprovação, também reflexo das falhas na formação inicial.

Na visão de Duhram (2010), o cerne da questão reside na formação de docentes dos níveis iniciais. Nessa etapa de escolarização, as crianças deveriam aprender a ler, escrever, realizar operações simples de matemática, utilizar computadores e adquirir noções elementares, integradas de geografia, história e ciências. Para a autora, essa é a base que garante o sucesso escolar em todos os níveis subsequentes. A educação tem dificuldades em garantir a qualidade porque não consegue formar professores competentes para ensinar esta base.

A questão da ênfase nos conteúdos é tão mais necessária porquanto, no Brasil (embora o problema não seja só nosso), os candidatos às licenciaturas, especialmente das séries iniciais, são majoritariamente jovens provenientes do nosso péssimo ensino médio público, oriundos de famílias pobres, cujos pais são pouco escolarizados. Boa parte deles não tem um domínio adequado nem da leitura nem da escrita, possuem um vocabulário muito pobre e tem grande dificuldade de resolver problemas simples de aritmética. Seus conhecimentos de Geografia e História são muito limitados e fragmentados. Por outro lado, são também, frequentemente, jovens que se esforçaram muito para concluir o Ensino Médio e os primeiros de suas famílias a ingressar num Curso Superior. Têm um talento que deve ser aproveitado e desenvolvido, mas para isso é necessário que as deficiências de sua formação anterior sejam sanadas (DURHAM, 2010, p.178).

Fica claro que Duhram (2010) responsabiliza inicialmente as famílias porque seu nível de renda e falta de escolarização prejudica as crianças; na sequência

responsabiliza os professores de anos iniciais porque, mesmo escolarizados, são desprovidos de capital cultural necessário para se elegerem professores. Nessa pesquisa, criticamos esse ponto de vista porque acreditamos que o cerne da questão está na desigualdade social do país que atinge as crianças, as famílias e também os professores.

Concordamos com os estudos das professoras Arelaro (2009) e Adrião (2017) que entendem que o Estado deveria consolidar a educação como direito humano, utilizando projetos educativos próprios que atendem perfis de cidadão e perspectivas de sociedade, pensando na superação das desigualdades e dos processos de exclusão do acesso a bens socialmente construídos. Nesse sentido, não se pode justificar que a baixa qualidade do ensino é de responsabilidade dos professores ou faz famílias, porque é dever do Estado garantir a educação pensando na superação das desigualdades.

No início do capítulo, com Peroni (2003), percebeu-se as estratégias de centralização/descentralização do Estado que tinham como objetivo não aumentar os gastos, apenas redistribuir os recursos para a educação. Dessa forma, a União retirou sua responsabilidade quanto o financiamento do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo. Quando o governo federal optou por dividir a tarefa de administrar a educação com os estados e municípios (sem dar condições mínimas de exercer essa tarefa) contribuiu para aumentar a desigualdade social. Até hoje vemos o reflexo dessas ações, no atendimento de forma precária, sala de aulas lotadas, dificuldades na contratação de professores, falta de formação de professores, principalmente para atuar nos anos iniciais.

Esta pesquisa adota a defesa da escola pública e trouxe a reflexão que não são todos os autores que concordam com as mesmas soluções. Há autores que entendem o Estado como uma figura importante, capaz de garantir a educação como direito humano. Diferente de um administrador que observa seu negócio de longe, o Estado pode, com seus próprios projetos educativos, atender aos cidadãos de todas as camadas da sociedade, para superar as desigualdades e processos de exclusão social.

Arelaro (2009)⁴ afirmou que algumas vezes as políticas públicas saem de cena para entrar alternativas privatizantes justificadas pela emergência do contexto. De

⁴ Infelizmente na trajetória da pesquisa faleceu a Prof^a. Dr^a. Lisete Regina Gomes Arelaro, consulte Nota do Jornal USP nas Referências.

acordo com a autora, nas últimas décadas, houve a desvalorização do trabalho produtivo e com isso, a privatização das empresas e dos serviços públicos se mostrou estrutural. O Estado Nacional passou a ser “planetário” como citam o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O termo “Sociedade do conhecimento” surgiu nos anos 90, para demarcar as mudanças ocorridas com a globalização. O Banco Mundial alertou sobre a importância do conhecimento como gerador de riqueza e estabeleceu ainda três lições para os países, segundo estudos de Arelaro (2009):

1) instituir política de redução das defasagens de conhecimento (investimentos públicos com oportunidades de formação permanente, com o Ensino à distância, por exemplo);

2) convocar governos, doadores bilaterais, instituições multilaterais, as organizações não-governamentais e o setor privado a colaborar no fortalecimento das instituições;

3) aumento de benefícios sociais e melhor funcionamento dos mercados (que além de coordenar vão distribuir as oportunidades).

O crescimento expressivo, nas últimas décadas, das redes de Investimento Social Privado, que repassam “voluntariamente” recursos privados para projetos sociais, representa a confiança nas lições propagadas pelo Banco Mundial. Participam neste universo, as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou familiar. No Brasil, na América Latina e Caribe são destaques o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE)⁵ e o Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina e do Caribe (PREAL)⁶ (ARELARO, 2009, p.18).

A autora chama atenção que no contexto da crise do Bem-Estar Social (momento em que o Estado já não se colocava como promotor dos direitos sociais) houve modificações nas relações de trabalho, no atendimento aos direitos sociais,

⁵ O GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - é a associação dos investidores sociais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas. Nascido como grupo informal em 1989, foi instituído como organização sem fins lucrativos, em 1995. Desde então, tornou-se referência no país no tema do investimento social privado. Possui uma plataforma de fortalecimento da filantropia e do investimento social privado no Brasil. Conta com uma rede de mais de 160 associados que, somados, aportaram R\$ 5.3 bilhões em investimento social no ano de 2020, segundo dados do Censo GIFE, operando projetos próprios ou viabilizando os de terceiros. Dados extraídos do site: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/>. Acesso em: 31 mai. 2022.

⁶ A PREAL – Plataforma Regional de Educação da América Latina – é uma plataforma digital onde são registrados fatos, ideias e tendências na educação. Políticas e práticas para o desenvolvimento profissional de professores, desenvolvimento de competências para uma gestão escolar de qualidade e a contribuição dos atores sociais para a melhoria do rendimento escolar e da eficácia escolar. Também tem links para portais e sites de organizações internacionais e regionais que investem na análise e divulgação de boas práticas, no monitoramento e avaliação das políticas educacionais, na identificação de opções políticas para melhorar os sistemas escolares e da educação em geral. Informações do site: <https://www.preal.online/somos>. Acesso em: 31 mai. 2022.

precarização do emprego, novas formas de flexibilização e no caso da educação, a introdução de subcontratos, formação de docentes polivalentes, privilegiando a ideia de competência, também supervalorizada nos dias atuais. Na década de 90, com o presidente Cardoso e depois com Lula, a educação recebeu: materiais didáticos, sistemas de avaliação, gestão escolar, material pedagógico, currículo, todos advindos de recursos de atores privados.

Arelaro (2009) aponta que a reforma do Estado veio como resposta para a crise do capitalismo. Tanto os neoliberais quanto os apoiadores da Terceira Via, acreditam que o Estado deveria ter participação mínima repassando essa ação para o mercado com a privatização (visão neoliberal) ou com a parceria com a sociedade civil com ou sem fins lucrativos (terceiro setor).

A autora analisa que o professor não se tornou o sujeito das políticas públicas aplicadas nos programas de avaliação escolar instituídos desde o governo Cardoso: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Prova Brasil, Provinha Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Cursos (ENADE/Provão) e também nos documentos curriculares como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Ao contrário, o professor foi visto como "problema" porque esses documentos insistem na necessidade da reconstrução das práticas docentes e de sua (nova) profissionalização. A reconfiguração da formação e profissionalização docente tem sido presente no processo de reformas, que envolve a formação docente e a introdução das parcerias com o setor privado na Educação.

De acordo com Arelaro (2009) e Peroni (2003), durante o governo Cardoso usaram as estratégias: privatização, publicização e terceirização para implantar a Reforma do Estado. A reforma propôs a gestão gerencial que atende ao novo cidadão: o cidadão cliente e em seguida, com a Emenda Constitucional nº19/1998, as políticas sociais se traduziram como serviços não - exclusivos do Estado.

Arelaro (2009) chama a atenção que dessa forma, não se trata mais do direito de todos, agora é importante oferecer políticas sociais àquele grupo que não tem condições alguma de pagar pelos serviços; ou seja, as políticas sociais agora são "focais". A saúde, educação, cultura, esportes e assistência social passaram a ser de competência dos municípios.

A reforma do Estado para a América Latina após os governos militares de 60 e 70, também recomendou a municipalização dos serviços sociais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 5.692/1971, chamada LDB dos militares já

colocava os municípios como responsáveis pelo ensino de 1º grau (hoje Ensino Fundamental). Antes essa fase escolar era administrada pelos estados, de acordo com as normas do governo federal (ARELARO, 2009).

A autora relata que na época, o Programa Pró-Município oferecia recursos internacionais e foi disponibilizado para os prefeitos dos municípios mais pobres do Brasil para incentivar a municipalização. A região Nordeste foi a que mais se destacou na adesão. “É um erro político e uma irresponsabilidade social transferir-se responsabilidades de esfera central para as periféricas sem que se lhes conceda condições para esse atendimento aos direitos sociais” (ARELARO, 2009 p. 25).

Arelaro (2009) e Peroni (2003) apontam que apesar de receber os recursos eram insuficientes para manter a educação municipalizada, porque eram inferiores ao que o Estado deveria dispor, se realmente tivesse como objetivo municipalizar essa fase escolar. Como consequência se tem hoje: escolas precárias, professores mal pagos, falta de formação permanente, entre outras dificuldades.

As autoras destacam que nos anos 90, com a Constituição Federal de 1988, foram estabelecidos três pilares: descentralização (municipalização do Ensino Fundamental); Reformas Curriculares e de Gestão e Competitividade.

(..) a introdução da Política de Fundos na Educação Básica traduzida pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), pela Emenda Constitucional de nº 14/1996, menos que propiciar a declamada justiça social - constante de sua justificativa de criação - provocou acelerada municipalização do ensino fundamental baseada na mesma lógica empregada pelo governo militar vinte anos antes: quem concordasse em municipalizar receberia recursos financeiros proporcionais ao número de alunos “municipalizados” (ARELARO, 2009, p.25).

Na época, a Constituição Federal de 1988 não previa uma redistribuição para os estados mais pobres, por isso, os mais ricos obtiveram maiores recursos. Hoje o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atende a todo o ensino básico (desde a creche até o Ensino Médio). Antes, devido à falta de recursos para a Educação Infantil, era comum as parcerias entre os municípios e instituições filantrópicas/comunitárias para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos.

Arelaro (2009) indica que o Estado carrega o discurso de falta de recursos financeiros e com isso justifica: a falta de formação continuada de professores, congelamento dos salários, falta de inovação nas condições materiais e de trabalho, depreciação do patrimônio público, construção de escolas improvisadas (escolas de

lata, *madeirit*, *tralliers*, com folhas de zinco, entre outros). Diante desse contexto, ainda se instalou o processo de rendimento escolar com avaliações externas.

Iniciado o sistema de avaliação nacional - coincidente com a instalação do FUNDEF e sua respectiva municipalização do ensino fundamental - constatou-se que as escolas, agora municipalizadas, não possuíam as condições para exercer com competência e segurança as suas tarefas. Criaram-se indicadores nacionais do desenvolvimento educacional (o IDEB) e estabeleceram-se "metas" a ser cumpridas por todos os municípios como pré-requisito para o recebimento de recursos financeiros complementares - ainda que de direito! - do Governo Federal por meio do Ministério da Educação (ARELARO, 2009, p.29).

Arelaro (2009) afirma que dentro desse contexto, as parcerias se apresentam atraentes com: a formação "permanente" dos professores da rede (com um modelo já pronto e testado) - tirando os espaços de discussão entre os grupos de professores; maior participação dos pais nas reuniões e Conselhos - porque com o novo material podem acompanhar e avaliar o trabalho do professor; maior efetividade podendo diminuir os cargos técnicos das Secretarias de Educação - atendendo a Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000), conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal que limita a despesa com pessoal em até 60% para os municípios e estados.

(...) as chamadas parcerias nada mais são que a transferência de serviços, historicamente considerados privativos do poder público, para um privado ou grupo de privados executarem, em nome da boa gestão e da eficácia dos "negócios públicos" (ARELARO, 2009, p.31).

Novamente, destacamos nossa inquietação descrita na introdução dessa pesquisa. É importante a discussão sobre os processos de transferência de responsabilidade pública para o setor privado, inclusive quando projetos educacionais que são realizados há anos nas redes públicas saem de cena para dar lugar a projetos temporários vindos de atores privados.

Como se apresentou anteriormente, a Emenda Constitucional nº 14 de 1996 (BRASIL, 1996), contribuiu para descentralização da educação. A oferta educacional do ensino fundamental público foi transferida para municípios que passaram a ter maior número de matrículas na educação básica sem que tivessem condições (financeiras e técnicas) para o atendimento com qualidade. Os municípios precisaram criar estratégias de atendimento. Esses modelos de parcerias com empresas privadas podem estar associados as *charters schools* dos Estados Unidos, modalidade em que as crianças estudam de forma gratuita em instituições privadas que recebem recursos em forma de *vouchers*.

1.1 Escolas charters

A discussão anterior trouxe que o Estado descentralizou a responsabilidade da educação para municípios e estados, mesmo conhecendo suas dificuldades de recursos para atender com qualidade essa demanda. Nesse cenário, os atores privados tiveram espaço para oferecer seus serviços em forma de projetos educacionais que se apresentavam prontos, sem considerar as especificidades locais. Com o objetivo de ampliar o seu capital oferecem parcerias para e nas escolas públicas. Segundo Adrião (2014), essas ações foram facilitadas:

1) pelas alterações no texto constitucional feitas pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998 - onde se tratavam dos elementos da Nova Gestão Pública que permitiram e induziram à privatização da educação pública;

2) pela Lei Federal nº 9.790 de 1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.100/99 - que tratou das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que poderiam realizar serviços sociais não mais considerados como função exclusiva do Estado;

3) pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000) que delimita os gastos do poder público com despesas de pessoal em 60% das receitas que incentivou as parcerias entre os municípios e o setor privado, estimulando opção pela terceirização - especialmente nas áreas que mais precisavam de mão de obra, como a educação;

4) pela Lei das Parcerias Público-Privadas (PPP) Lei nº 11.079/2004 - que autorizou um novo regime de contratação administrativa entre o poder público e o setor privado lucrativo, utilizando contratos administrativos de concessão que permitiram que os serviços ou obras públicas passassem para o setor privado;

Adrião (2014) destaca que a educação pública, no contexto de período de crise do capitalismo, passa a ser atrativa para a expansão do capital, ainda mais por trazer subsídios públicos. Nos estados e municípios, onde as áreas financeira e técnica precisam de apoio é que mais se incentivam a reforma educativa. A privatização aqui tratada não é simplesmente transferir o público para o privado. Mas se apresenta na escola pública como: parcerias para a oferta educativa (abertura de

vagas); gestão escolar privada para administrar as escolas públicas; oferta de materiais apostilados e formações para profissionais da educação.

A autora reflete que a partir da Emenda Constitucional nº 14 de 1996 (BRASIL, 1996), a oferta educacional pelo setor público foi transferida para municípios que passaram a ter maior número de matrículas na educação básica sem que tivessem condições (financeiras e técnicas) para o atendimento com qualidade.

Adrião (2014) alerta que esses modelos de parcerias com empresas privadas podem estar associados as *charters schools* dos Estados Unidos. No país, existem as diversas modalidades: a Escolha da Escola Particular, a Política de Matrículas Abertas, as escolas “*Magnet*”, o “*homeschooling*” e as *charters schools*:

A primeira delas é denominada propriamente de **Escolha** de Escola Particular viabilizada por três mecanismos de subsídio público: bolsas de estudo direcionadas aos alunos ou “*voucher*” (modelo semelhante ao aprovado em 2013 pela Câmara Municipal de São Paulo para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade); créditos fiscais reembolsáveis (semelhante ao que temos no Brasil que permite deduzir do imposto de renda gastos com escolas privadas) ou bolsas de estudo financiadas pela empresa para enviar os filhos de seus funcionários a escolas particulares. A segunda modalidade denomina-se segundo o movimento, **Política de matrículas abertas**, pela qual, as famílias não precisariam obedecer ao georeferenciamento, podendo matricular seus filhos em escolas públicas de qualquer localidade dentro do distrito e em alguns casos, fora do seu distrito de origem. A terceira modalidade são as escolas “*Magnet*” instituições com orientação curricular definida e específica (arte, ciências, etc.), mantidas e geridas pelos distritos. O “*homeschooling*” (educação em casa) é a quarta modalidade, pela qual as famílias ou grupo de famílias ensinam crianças e adolescentes em casa ainda que em muitos distritos seguindo orientações determinadas por estes. Por último, o modelo que nos interessa mais de perto, são as **escolas charters**, expressão que para nós poderia ser traduzida como **escolas contratadas** ou **sob contrato** (ADRIÃO, 2014, p.270-271).

Adrião (2014) descreve que as *charters schools* são escolas privadas que recebem subsídios públicos para atender de forma gratuita seus alunos. Nos períodos de matrículas, organizam uma feira com *stands* pagos pelas escolas. Nessa feira divulgam e distribuem uma cartilha com a identificação das escolas, classificadas em baixa, média e alta performance. Essas escolas selecionam os alunos por sorteio, possuem independência curricular e trabalhista. Caso não correspondam às metas exigidas as escolas podem ser fechadas ou substituída toda a equipe por uma “mais qualificada”. Em 2003, havia 2.695 escolas *charters* nos Estados Unidos, em 2010, já se somavam 4.741, segundo Adrião (2014).

Observa-se que muitas prefeituras têm realizado parcerias nessa modalidade escolas *charters* para atender a demanda de alunos que não conseguem vagas na

rede pública municipal, principalmente no atendimento da Educação Infantil. A denúncia de que este modelo se configura em uma modalidade de privatização da oferta educativa é defendida nesta pesquisa, porque a iniciativa de criação ou gestão da escola parte de organizações sem fins lucrativos, ou seja, é a criação de um mercado que visa o gerenciamento da oferta, dos serviços e das assessorias voltadas à implantação dessas escolas. Essas empresas lucrativas se ampliam e crescem, em seguida passam a gerir conjuntos de escolas. Trazem o discurso de que a “qualidade” em educação vem da esfera privada. Essa modalidade pode vir de uma instituição de mercado que “vende” seus produtos educacionais ou de uma instituição sem fins lucrativos que “oferece” seus serviços ao poder público. Nesse sentido, observa-se que em ambas situações a educação está sendo administrada por atores privados.

Adrião (2014) em sua obra traz exemplos de empresas que oferecem serviços educacionais: Instituto Ayrton Senna, Fundação Pitágoras, Fundação Itaú Social, Instituto Braudel, Fundação Lemann, etc. Destaca-se três situações que comprovam os estudos de Adrião (2014): 1- a Fundação Lemann participa de eventos da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), atua como formadora de gestores municipais e integra o “Programa Educação – Compromisso de São Paulo” desde 2011; 2- em São Paulo, a Câmara Municipal aprovou os *vouchers* para que as crianças de 0 a 3 anos fossem matriculadas em entidades privadas e 3- em Campinas/SP, implantou-se o Programa Nave-Mãe, a prefeitura constrói espaços para o atendimento da educação infantil que são administrados por atores privados.

De acordo com Adrião (2014), desde os anos 1990, o Brasil tem firmado parcerias para a manutenção do atendimento escolar: merenda, transporte, recursos didáticos, entre outros. Com isso, criou-se um discurso de supervalorização da escola privada com promessas de qualidade e as famílias optaram por matricular as crianças nas Organizações Sociais, Organização Não Governamental (ONG's), Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou outras nomenclaturas que se apresentaram. Assim como as *charters schools* não importa como se classifica o ator privado que “oferece” o serviço ao estado ou município, mas é conveniente que não cobre mensalidade, que atue segundo as normas e que possa ser escolhido pelas famílias.

1.2 Grupos editoriais

Adrião (2017) explica que os processos de privatização na educação se traduzem em todas formas de transferência de responsabilidade sobre a elaboração, gestão de políticas educativas ou oferta educacional para o setor privado, seja lucrativo ou não. A autora defende que o Estado deveria consolidar a educação como direito humano, utilizando projetos educativos próprios que atendam perfis de cidadão e perspectivas de sociedade pensando na superação das desigualdades e dos processos de exclusão do acesso a bens socialmente construídos.

Mais precisamente, presencia-se privatização de processos como a definição dos currículos escolares dos sistemas públicos; a elaboração e aplicação de sistemáticas de avaliação desses; procedimentos de formação em serviço de educadores (professores e gestores); qualificação de assessorias técnicas e jurídicas de esferas governamentais, incluindo formas de supervisão das atividades de ensino desenvolvidas pelas escolas (ADRIÃO, 2017, p.130).

A autora denuncia que se criou um mercado educacional formado por corporações e grupos “filantropos” que entendem a educação como negócio, nesse sentido elaboram “Sistemas Privados de Ensino” e participam inclusive do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que atende as escolas públicas de todo o Brasil. Como já apresentado nesta pesquisa, o Estado descentralizou sua responsabilidade com a educação ao orientar que as esferas locais de governo (municípios) cuidassem da oferta e manutenção da educação básica. Isso ampliou a presença direta do setor privado nas políticas educativas e nas estratégias de transferência de fundos públicos para o setor privado, seja esse lucrativo ou não.

Adrião (2017) relembra que a presença direta do setor privado foi ampliada com três ações: 1- a Emenda Constitucional 19 de 1998 (BRASIL, 1998) – que operacionalizou e normalizou o financiamento público para a oferta privada de serviços e atividades governamentais; 2- a Lei Complementar nº 101 de 2000 (BRASIL, 2000) conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal - fixou teto para gastos com despesa de pessoal, precarizou a educação e a saúde (e permitiu a privatização desses setores) e 3- ações articuladas que visavam o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995 - que colocou o setor privado como agente e “parceiro” na elaboração de políticas públicas.

Percebe-se que a partir de 2010, grandes grupos editoriais nacionais e internacionais ofereceram “insumos curriculares”, ou seja, “conjunto de produtos e serviços diretamente relacionados a ‘estruturação’, portanto a conformação, do trabalho pedagógico” (ADRIÃO, 2017, p. 132). Cita como exemplo: Abril (Revista

Nova Escola), Editora Santillana (integrante do Grupo Prisa e responsável pela plataforma SmartLab), Pearson (Sistema COC de Ensino), Somos Educação (Editoras Scipione e Ática), Instituto Ayrton Senna, Porvir, Fundação Lemann e seus “parceiros”. A autora traz alguns exemplos de empresas ou *startups* financiadas por filantropos que “oferece” responsabilidade social. Esses atores privados ofereciam livros, coletâneas didáticas, conteúdos digitais e materiais estruturados denominados como “sistemas privados de ensino”, revistas para professores e gestores, equipamentos (celulares/*tablets*) e aplicativos chamados de “tecnologias educacionais”, todos com estratégias de melhorias na qualidade da educação básica.

No entanto, vale ressaltar que esses materiais prontos não respeitam o tempo de aprendizagem individual do aluno, porque seguem roteiros e cronogramas. Para Adrião (2017) esses materiais exercem controle e supervisão sobre o trabalho docente. Sabe-se do baixo poder aquisitivo de algumas famílias que não podem matricular seus filhos em escolas privadas. Nesse contexto, os atores privados atuam na escola pública com propostas de padronização de currículos e projetos educativos, ou seja, veem a escola pública como um novo mercado consumidor para seus “insumos curriculares”. Por isso, observa-se que a inserção desses grupos na política educacional é também uma forma de privatização.

Em 1998, foi a primeira vez que um município paulista adotou um “sistema privado de ensino”. Em 2010, mais de 50% dos municípios paulistas já faziam o mesmo. Em 2014, uma pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE) e da Ação Educativa analisou a atuação dos cinco maiores grupos empresariais da época e suas parcerias com as escolas públicas (ADRIÃO, 2017):

- Grupo Objetivo – com o Sistema Municipal de Ensino (SOME);
- Pearson - com o Núcleo de Apoio a Municípios e Estados (NAME)⁷;
- Grupo Positivo - com o Sistema de Ensino Aprende Brasil (SABE);
- Grupo Santillana – com o Sistema Uno Público;
- Grupo Abril Educação⁸ - com o Sistema Anglo de Ensino.

⁷ Na sua origem NAME significava Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino. Foi criado em 1999, pela Editora do Colégio Oswaldo Cruz (COC). Em 2010, a editora foi vendida para o grupo inglês Pearson (ADRIÃO, 2017, p.133). Mais informações no site oficial, consulte Referências.

Para Adrião (2009; 2017) essas empresas ofereciam serviços como: formação continuada, acompanhamento e supervisão de atividades docentes, investimentos na produção e distribuição de materiais didáticos, processos de avaliação interna e externa, dentre outros, antes desenvolvidos pelas equipes pedagógicas das escolas e da administração pública. Esses grupos também vendiam livros didáticos e paradidáticos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Programa Nacional do Livro de Didático (PNLD)⁹. Traziam para as escolas públicas livros didáticos, acervos de obras literárias, obras complementares, dicionários e mais recentemente livros digitais.

Quadro 1 – Investimentos em livros nas escolas públicas em 2010 e 2020:

2010				
Etapa de Ensino	Escolas contempladas	Alunos contemplados	Total de livros	Investimento em reais
Ensino Fundamental	134.791	28.968.104	103.581.176 Obras complementares distribuídas: 6.608.597	591 milhões
Ensino Médio:	17.830	7.630.803	11.189.592	137 milhões
2020				
Etapa de Ensino	Escolas contempladas	Alunos contemplados	Total de livros	Investimento em reais
Educação Infantil	17.069	3.204.748	28.407	749.606,65
Ensino Fundamental Anos Iniciais	88.674	12.337.614	71.816.715	458.638.563,27
Ensino Fundamental Anos Finais	48.213	10.197.262	80.528.321	696.671.408,86
Ensino Médio	19.249	6.270.469	20.198.488	234.141.456,77

Elaborado pela autora, 2022.

Fonte: MEC. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (2011, 2021) acesso em: 25 jul.2022.

⁸ Em 2015, a Abril Educação foi vendida para Thunnus Participações, ligada a Tarpon Gestora de Recursos e saiu do mercado educacional (ADRIÃO, 2017, p.133-134). Mais informações no site oficial, consulte Referências.

⁹ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foi criado em 1929 com outra designação, já o seu atual formato tem início em 1995. A ele vinculam-se outros programas para etapas e modalidades específicas como o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), implantando em 2004 e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), iniciado em 2007. Segundo informações disponíveis no site do PNLD, a partir de 2015, prevê-se às editoras a possibilidade de inscreverem para compra pelo FNDE de obras multimídia (livro impresso e livro digital). Mais informações no site oficial, consulte Referências.

Quadro 2 – Investimentos por editoras em 2010 e 2020:

2010	
Editora	Investimento em reais
Base Livros Didáticos Ltda.	5.087.062,88
Editora Ática S.A.	755.908,86
Editora FTD S.A.	4.805.713,85
Editora Moderna Ltda.	3.327.301,24
Global Editora e Distribuidora Ltda.	1.996.302,07
Total	15.972.288,90
2020	
Editora	Investimento em reais
Autêntica Editora Ltda.	2.530.488,50
Base Editorial Ltda.	1.603.185,99
Berlendis Editores Ltda.	908.886,80
Daniella Almeida Barroso 25879106845	17.563,16
Edições Sm Ltda.	126.968.469,31
Editora Ajs Ltda.	17.077.709,03
Editora Aprende Brasil Ltda.	5.434.259,90
Editora Ática S.A.	226.861.773,82
Editora Dimensão Eireli	6.932.292,29
Editora do Brasil S.A.	74.606.637,72
Editora Ftd S.A.	240.877.985,62
Editora Moderna Ltda.	367.646.392,27
Editora Scipione S.A.	58.303.265,74
Fbf Cultural Ltda.	7.068.677,35
Ibep - Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas Ltda.	50.573.062,02
Imperial Novo Milênio Gráfica e Editora Ltda.	4.310.602,45
Kit's Editora Comércio e Indústria Ltda.	1.482.549,17
Mvc Editora Ltda.	21.102.050,42
Palavras Projetos Editoriais Ltda - Me	1.025.541,00
Quinteto Editorial Ltda.	21.710.936,84
Richmond Educação Ltda.	26.972.833,38
Saraiva Educação S.A.	111.307.799,51
Terra Sul Editora Eireli	6.401.479,14
Zapt Editora Ltda.	8.476.594,13
Total	1.390.201.035,55

Elaborado pela autora, 2022.

Fonte: MEC. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (2011b, 2021b).

Observa-se em 2010 a 2020, um crescimento importante nos investimentos em livros para as escolas públicas, acompanhado pelo aumento do número de editoras que ocuparam o mercado educacional com seus “insumos curriculares”. Nesse sentido, para Adrião (2017), a inserção desses grupos na política educacional é uma forma de privatização. A educação está cada vez mais nas mãos dos atores privados, cada vez mais privatizada e descentralizada porque o Estado delegou suas responsabilidades.

1.3 Plataformas digitais

Adrião e Domiciano (2020) perceberam o aumento da adoção de ferramentas digitais por sistemas estaduais públicos de ensino, o que também é uma forma de privatização da gestão da educação básica. Os resultados de sua pesquisa apontaram que a plataforma *Google For Education* teve crescimento de 150% do período de 2005-2018 para 2020, nas redes estaduais de ensino. Em 2020, devido a pandemia pelo Coronavírus as aulas foram suspensas e a plataforma foi utilizada para o ensino remoto.

As autoras percebem que a gestão da educação (tanto pública quanto privada) tem trazido cada vez mais plataformas e ferramentas digitais, com o objetivo de dar espaço para a tecnologia e inovação. A adoção de plataformas e ferramentas digitais na sociedade permite a dispersão espacial/geográfica da produção, processos da globalização. Essa ampliação dos negócios da e pela internet envolve a popularização das iniciativas e a divulgação de serviços e produtos como essenciais, o que os torna quase obrigatórios. Temos por exemplo: *Whatsapp* para comunicação, o *Facebook* e *Instagram* para divulgação de serviços, entre outros. A educação, no contexto social, passa a ser incorporada à economia digital da mesma forma que a incorpora.

(...) é fundamental destacar que tais plataformas e recursos digitais são propriedade de corporações globais compostas por investidores financeiros e empresas de tecnologia, que desenvolvem ferramentas, produtos e serviços apoiados na captura privada de bilhões de dados de “usuários”, os quais se valorizam em termos mercantis na medida em que geram “fidelidades” e criam demandas (ADRIÃO; DOMICIANO, 2020, p.674).

Segundo a pesquisa, a plataforma mais utilizada é a *Google* que hospeda e desenvolve serviços e produtos; gerando lucro principalmente com publicidade. Ela compreende o “gosto” ou perfil do usuário que é descrito por uma gama de algoritmos e que direciona o “produto certo” para seu público-alvo.

Olhando mais de perto e entendendo a gestão da educação como o processo que envolve a tomada de decisão, a operacionalização dessas decisões e as formas de avaliação do que foi implementado, indaga-se sobre os processos que estão sendo transferidos para plataformas digitais privadas e sobre as consequências para a gestão democrática da educação pública da ausência de controle e transparência sobre os dados e os ‘algoritmos’ deles decorrentes, tendo em vista a tendência de crescimento no acesso a tais plataformas (ADRIÃO; DOMICIANO, 2020, p.677).

Ao comparar as informações da pesquisa “Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública” (elaborado pelo Grupo de Estudos e

Pesquisas em Política Educacional – GREPPE) com as informações do site “Educação e Coronavírus” (elaborado pela Vozes da Educação) com recorte de 2005 a 2018 e 2020, Adrião e Domiciano (2020) apresentaram resultados que mostram que a região Norte tinha apenas 1 estado que utilizava a plataforma *Google* de 2005-2018, em 2020 passou para 3; a região Nordeste tinha 4 e passou para 8; a região Centro-Oeste de 0 passou para 3; a região Sudeste de 1 para 3; a região Sul de 2 para 3. No total de 2005-2018 haviam 8 estados que adotavam a plataforma, em 2020 já eram 20. Os primeiros estados a adotar foram: São Paulo em 2013, Rio Grande do Sul em 2015 e Pará em 2017. Esse aumento em 2020, também se deve a pandemia do Coronavírus que suspendeu as aulas presenciais e deu lugar ao ensino remoto. Segundo a pesquisa:

Quadro 3 – Estados que aderiram à plataforma *Google* para o ensino remoto:

Regiões que aderiram ao <i>Google</i>	Estados que aderiram	Recursos que utilizaram no ensino remoto
Norte	Rondônia	<i>G Suite for Education</i>
	Acre	<i>Google Sala de Aula</i> (também chamado de <i>Google Classroom</i>)
	Amazonas	
Nordeste	Rio Grande do Norte	<i>G Suite for Education</i>
	Alagoas	
	Sergipe	
	Bahia	
	Maranhão	<i>Google Sala de Aula</i>
	Ceará	
	Paraíba	
	Pernambuco	
Centro-Oeste	Goiás	<i>Google Sala de Aula</i>
	Mato Grosso do Sul	
	Distrito Federal	
Sudeste	São Paulo	<i>G Suite for Education</i>
	Espírito Santo	<i>Google Sala de Aula</i>
	Rio de Janeiro	
Sul	Santa Catarina	<i>G Suite for Education</i>
	Rio Grande do Sul	<i>Google Sala de Aula</i>
	Paraná	

Elaborado pela autora, 2022.

Fonte: (ADRIÃO; DOMICIANO, 2020).

As autoras destacam que ainda que a plataforma seja presente em diversas redes, existe o acesso desigual a produtos desiguais. Para se candidatar ao *G Suite for Education*, por exemplo, as instituições de ensino ou cooperativas de ensino domiciliar devem se classificar como sem fins lucrativos e ter reconhecimento governamental. A plataforma *Google* também oferece formação aos docentes sobre a plataforma, por meio dela própria. Dessa forma, avança em várias dimensões do

processo educativo e garante o aumento de pessoas “logadas”, conseqüentemente maior registro das informações do seu público-alvo.

(...) de acordo com consulta às páginas da empresa, o serviço é gratuito e os dados são de propriedade das escolas sem fins lucrativos, assegurando-se proteção na medida em que os próprios mecanismos e sistemas de segurança são desenvolvidos pelo *Google*. No caso do *G Suite*, afirma-se, explicitamente, conforme detalhe de contrato, que “as informações pessoais dos alunos não são usadas para criar perfis de anúncios para fins de segmentação”, entretanto, não se localizou a mesma afirmação para o caso de docentes (ADRIÃO; DOMICIANO, 2020, p. 679-680).

A pesquisa também mostrou que os estados que não utilizaram a plataforma *Google* estavam presentes a *Microsoft* (Mato Grosso), a *Ismart* (Amapá) e a Editora Moderna (Tocantins). Em outros estados como: Piauí, Minas Gerais e Roraima, as secretarias de educação optaram por aula gravada. Piauí também disponibilizou um canal de televisão e alguns governos criaram sua própria plataforma como: Estude em Casa (de Minas Gerais) e a Plataforma Educarr (em Roraima).

Além da desigualdade, uma consequência que pode resultar desta condição é a indução à compra de serviços “mais avançados” por parte dos entes governamentais para abranger maior número de usuários, incluir outras ferramentas no processo educativo e ampliar a “ajuda digital” na gestão educacional (ADRIÃO; DOMICIANO, 2020, p. 682).

As autoras destacam que os processos de “digitalização” das relações educacionais se aprofundaram e expandiram durante a pandemia. Essas ferramentas transformaram: os tempos das relações docente e aluno; as lógicas de organização e acesso ao conhecimento; o controle do trabalho de educadores e procedimentos de avaliação dos estudantes. Ou seja, afetaram todos os processos pedagógicos e sua gestão. Essas plataformas captaram informações para personalizar produtos e incentivar o consumo. Trata-se de uma forma indireta de privatização da educação, porque mesmo quando não é comercializado, o uso dessas ferramentas (sob o controle e o interesse de corporações) aquece outro mercado com oferta de serviços/produtos modelados aos interesses do usuário. Inclusive, cria necessidades e novas demandas. Além disso, não basta ter acesso gratuito, é também importante que o Estado assegure banda larga e equipamentos adequados nas escolas públicas.

Adrião e Domiciano (2020) alertam que negar o uso das ferramentas digitais nos processos pedagógicos pós pandemia pode acentuar a exclusão. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2011, considerou o acesso à internet como um direito humano. Destaca-se o Programa Nacional de Tecnologias na

Educação (ProInfo), criado em 1997, que passou a ser Programa Nacional de Tecnologia Educacional e o Banda Larga nas Escolas, criado em 2008 com ações de informatização das unidades de ensino. Esses programas que já existiam, se mostraram insuficientes no ensino remoto imposto pela pandemia. Faz-se necessário fortalecer as políticas públicas de acesso às tecnologias já existentes no Brasil.

Por essa razão, as autoras apontam que as pesquisas devem valorizar as iniciativas junto às redes públicas que buscam inaugurar a criação coletiva de plataformas, o desenvolvimento de conteúdos por educadores e a reivindicação de equipamentos de qualidade como insumos básicos. Sabemos que a tecnologia entrou de forma abrupta na escola pública durante a pandemia, resta agora lutar para garantir e consolidar esse direito humano.

No início deste capítulo, destacou-se os comparativos dos governos Cardoso e Lula que tratavam da educação em suas campanhas, mas não realizaram ações e investimentos necessários para atender toda a população, de acordo com Aguiar (2011) e Antunes (2004). Arelaro (2009) lembrou que nos programas de avaliação escolar e de documentos curriculares, o professor não se tornou o sujeito dessas políticas públicas; ao contrário, foi visto como “problema”. Em um contexto em que o Estado diz ter dificuldades com os recursos para a educação, optou por transferir a administração do ensino fundamental para os municípios. Nesse cenário, os atores privados ofereceram seus recursos em forma de projetos educacionais prontos, sem considerar as especificidades locais. Adrião (2014) comparou essas escolas administradas por atores privados com as *charters schools* dos Estados Unidos. Sabemos que a educação é um direito constituído, mas mesmo garantido em termos legais, o Estado tem dificuldades no seu cumprimento, tema que será tratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - A EDUCAÇÃO COMO DIREITO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo compreender a educação como direito na história do Brasil. Xavier (1992) aponta que os problemas da educação parecem se resumir na luta entre a “Escola Tradicional” e a “Escola Nova”. A “Escola Tradicional” modela o indivíduo e apresenta uma escola escravizadora. A “Escola Nova” abre novas possibilidades para o aluno e apresenta uma escola libertadora, o que nos leva a reflexão sobre o termo educação:

Ora, se utilizamos o termo educação, como hoje o apregoamos, no sentido de designar o processo de configuração do sujeito humano através da realidade que o cerca, processo no qual o sujeito é um só tempo agente e paciente, já que se forma nessa realidade, com essa realidade e para essa realidade, outro deveria ser o nosso conceito de educação intencional, ou da ação do educador nesse processo. Enquanto paciente, enquanto ser situado, o ser humano está sujeito à direção da realidade na qual existe. Essa direção, cósmica e dispersa, assume caráter intencional quando da tomada de consciência da educação, no processo espontâneo e natural da interação humana. Essa influência ou direção consciente do processo educacional é que chamamos de prática educativa ou prática pedagógica (XAVIER, 1992, p.13-14).

Xavier (1992) entende que a prática pedagógica se opõe a interferência espontânea, se constitui numa manipulação ou transformação intencional para interferir no processo educacional do educando, porque se efetua no estabelecimento de condições que propiciem/produzem formas específicas de interação que atuam com menor ou maior intensidade no processo educacional em andamento.

A ação pedagógica, se constitui, portanto, numa substituição das interações espontâneas por interações planejadas, produzidas intencionalmente, com a única finalidade de dar ao processo educacional rumos preestabelecidos. E são justamente esses rumos ou essa diretividade que justificam a interferência de um ser humano (educador) no processo de educação de um outro ser humano (educando), que se opera espontaneamente na interação com o ambiente que o cerca (XAVIER, 1992, p.14).

A autora relembra que a defesa da não-diretividade/neutralidade da escola é presente também nas propostas dos Pioneiros da Educação Nova. A escola é entendida como instituição social que tem como função dar aos indivíduos os elementos necessários para consecução dos fins sociais.

E, em nome da não-diretividade, da supremacia dos objetivos sociais sobre os individuais (...) a educação sistemática deve limitar-se à esfera propriamente pedagógica, ou seja, àquela dos métodos, dos procedimentos, das habilidades a serem adquiridas com vistas a objetivos que a ultrapassam (...) A escola deve, segundo a nova ótica, educar o homem em

sociedade, com a sociedade e para a sociedade, o que equivale dizer que não cabe à escola estabelecer os seus próprios objetivos, mas aplicar-se na consecução dos objetivos que para ela são estabelecidos pela sociedade da qual é delegada (XAVIER, 1992, p.15).

A autora explica que com essa capacidade de instrumentalizar é que se mede o sucesso da escola, com essa instrumentalização o sujeito se torna homem e a sociedade justa. Nesse sentido, os problemas educacionais se relacionam aos sucessos e insucessos das atividades sociais e como consequência, atuam em todos os problemas sociais.

Sabe-se que no período colonial do Brasil, o compromisso da escola era com a classe dominante e havia desinteresse pela educação popular. A partir da independência política do país que se tornou uma obrigação cuidar da promoção do homem através da educação. Esse compromisso recaiu nas duas primeiras décadas do período monárquico, momento em que foi debatida a construção de um sistema educacional nacional e tomadas as primeiras medidas (XAVIER, 1992).

Durante os dois primeiros séculos da colonização brasileira, os jesuítas haviam sido os únicos educadores do país. Preocupados com a difusão da fé e com a educação de uma elite religiosa, criaram no Brasil Colônia um sistema educacional que, em última instância, fornecia aos elementos das classes dominantes uma educação clássica e humanista como era o ideal europeu da época. Operavam, com isso, a transplantação da cultura metropolitana, como era natural à situação colonial, sem problemas ou contradições, graças à perfeita identidade de interesses entre as classes dominantes metropolitana e colonial (XAVIER, 1992, p.21).

Segundo a autora, o Brasil Colônia contou com esse “sistema educacional” organizado até 1759, momento em que houve a expulsão dos jesuítas e a paralisação de suas atividades educacionais. O financiamento e a administração passou para o governo metropolitano que não tinha interesse em equipar a colônia com um sistema educacional eficiente. Assim, a educação ficou reduzida as poucas “Escolas e Aulas Régias”. O Brasil saiu da fase joanina com algumas instituições de educação elitária (escolas técnicas superiores) e chegou à Independência sem oferecer de forma organizada a educação escolar. “Inaugurando a Assembleia Legislativa e Constituinte em 3 de maio de 1823, D. Pedro I referiu-se à necessidade de uma legislação particular sobre a instrução para que se pudesse promover efetivamente os estudos públicos” (XAVIER, 1992, p.22)

Xavier (1992) traz em seus estudos que após muitos debates foram apresentados o projeto do Tratado de Educação para a Mocidade Brasileira e o projeto de Criação de Universidades. O Tratado de Educação para a Mocidade

Brasileira teve vários debates e emendas propostas, que dificultaram e demoraram a votação. Houve seis sessões, com numerosos oradores, depois foi entregue à Comissão de Instrução para a redação final, conforme o vencido não voltou mais o plenário.

Quanto ao projeto de Criação de Universidades depois de várias sessões e emendas, foi aprovado que haveria duas Universidades (em São Paulo e Olinda), com estatutos próprios para regular o número de professores, a ordem e arranjo dos estudos. Com cursos jurídicos em cada Universidade, com mestres idôneos nomeados pelo governo, que seriam regidos nesse momento pela Universidade de Coimbra. Os fundos para despesas seriam provenientes da Fazenda Nacional. A Assembleia Constituinte e Legislativa foi dissolvida em 12 de novembro de 1823, não houve tempo para promulgar o projeto (XAVIER, 1992).

Segundo estudos de Xavier (1992), reunida a Legislatura em 3 de maio de 1826, os primeiros trabalhos apresentaram proclamações e propostas para a educação popular. Em 16 de junho, os deputados Januário da Cunha Barbosa, José Cardoso Pereira de Mello e Antonio Ferreira França trouxeram à Câmara dos Deputados um plano integral de ensino que dividia a instrução pública em: Pedagogias, Liceus, Ginásios e Academias, assim como definiram o conhecimento de cada categoria.

Primeiro grau ou pedagogias eram os conhecimentos necessários a todos os estados e profissões; segundo grau ou liceus eram os conhecimentos essenciais aos agricultores, artistas e negociantes; terceiro grau ou ginásios eram os conhecimentos científicos para a introdução dos estudos profundos das ciências e gêneros de erudição; quarto grau ou academias eram as ciências abstratas e as de observação, de maior extensão e das diversas relações com a ordem social, compreendendo também as ciências morais e políticas. “Esse projeto, apresentado na sessão de 16 de junho, não chegou a entrar em discussão. Não há nos Anais da Câmara dos Deputados do ano de 1826, qualquer menção que justifique esse esquecimento” (XAVIER, 1992, p.41).

Xavier (1992) relata que mesmo sem dados do recenseamento escolar, a Comissão de Instrução ofereceu à Câmara dos Deputados, em 9 de junho de 1827 um modesto projeto de lei sobre a criação das escolas primárias. Após vários debates, a votação de trinta emendas e três sessões de discussões, foram aprovadas dezenove emendas e o projeto voltou à Comissão de Instrução para a

redação final. Depois de debatido no Senado, também com emendas, voltou à Câmara dos Deputados que em 19 de setembro aprovou o projeto. A lei 15 de outubro de 1827, foi a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil.

Nesse sentido, os debates da Assembleia Constituinte sobre o problema educacional surgiram com a denúncia da inexistência de instrução pública no Brasil. A necessidade e urgência da criação de um sistema de instrução pública foram debatidas e associadas ao caráter do regime político nacional e liberal (XAVIER, 1992).

O Ato Adicional descentralizador de 1834, ao qual se tem atribuído, muitas vezes, a responsabilidade do fracasso das aspirações de educação popular do período pós-Independência, veio apenas legalizar uma situação de fato – a omissão do poder central em relação à educação popular (...) Não é, portanto, de hoje, que se evidencia claramente o desajuste entre as proclamações e as realizações oficiais no campo da instrução pública, marco característico de toda a história da nossa educação (XAVIER, 1992, p.63-64).

No contexto de Revolução Industrial, ascensão da burguesia europeia, chegou-se a segunda fase da produção colonialista. A independência do Brasil trouxe o rompimento com Portugal, mas não dos laços coloniais. A aliança entre a classe dominante colonial e a burguesia europeia estreitou-se na fase joanina. A supressão de taxas e impostos de intermediação contribuiu positivamente com o Brasil no mercado externo. Nas primeiras décadas do século XIX, deu-se a ruptura do Pacto Colonial. Antes e depois da independência, o Brasil tinha sua hierarquia social composta por grandes proprietários e grandes comerciantes. A camada média social era composta por: pequenos proprietários, pequenos comerciantes, profissionais liberais, padres, literatos, ou seja, aqueles que não viviam do trabalho alheio. Tiveram papel significativo do ponto de vista político e cultural. Somente depois vinham os trabalhadores livres e os escravos (XAVIER, 1992).

A contradição com a classe dominante metropolitana e o desejo comum de eliminar em definitivo o monopólio comercial português criaram as condições necessárias para a efetivação do movimento de emancipação. A Independência foi, portanto, um empreendimento da classe dominante que a realizou, por sobre as contradições internas que gerava, na medida e nem um passo além dos seus interesses. Apesar disso, encontrou o apoio da classe média da população e, “dentro dos limites da sua consciência política”, também da classe trabalhadora” (XAVIER, 1992, p.78).

Xavier (1992) afirma que a estrutura econômica do Brasil Independente permaneceu a mesma da Colônia: o sistema de monocultura regional, de regime latifundiário e escravista. “O papel secundário que atribuía à agricultura de

subsistência trazia sérios problemas às populações urbanas, onde a carestia e a insuficiência alimentar tornaram-se quase regra” (XAVIER, 1992, p.79).

No Brasil Independente, os dois problemas básicos da economia eram: a necessidade de uma reforma agrária e a inexistência de mão de obra qualificada. A exploração comercial de seu território atendia ao comércio europeu e nunca sua população. O Brasil foi somando dívidas e a classe dominante nacional não colaborava com sua recuperação financeira.

Ora, essa era a situação financeira de uma país independente, que em momento algum pensou em abandonar a estrutura colonial que garantia os privilégios da classe que empreendeu a Independência. Uma Independência que, embora tenha sido bastante dispendiosa para uma nação já arruinada financeiramente, exigindo empréstimos que criaram ainda piores perspectivas para o seu futuro econômico e financeiro, foi bastante lucrativa para a classe que a empreendeu. A economia e finança nacional eram sacrificadas aos interesses econômicos e financeiros de uma classe que via vantagem em libertar o país de uma metrópole falida e entregá-lo a outra em franca prosperidade. Uma pequena minoria ficou mais rica e poderosa, enquanto o Estado e, conseqüentemente, a população brasileira, mais pobres e subordinados (Xavier, 1992, p.87).

Observa-se que a Independência foi a transferência de poderes da Metrópole para o novo governo, poderes que foram absorvidos pela classe dominante (ex-colônia), sem os movimentos populares ou participação direta do povo, que também foi excluído no novo governo, segundo Xavier (1992). No período de pós independência, apesar da ascensão da classe dos proprietários rurais, não existia um poder central forte que garantisse a manutenção dos privilégios da classe dominante. Nesse sentido, a instabilidade política e a dificuldade de centralização constituíram problemas mais econômicos que políticos.

A classe que empreendeu a Independência, a dos proprietários rurais, só conseguiu consolidar o seu poder com o Golpe da Maioridade possibilitado pela superação da crise econômica. Durante o período compreendido entre a Independência e o referido golpe, essa classe oscilou no poder, a ponto de permitir o golpe absolutista de 1823 e a outorga da Constituição de 1824 (XAVIER, 1992, p.102).

Xavier (1992) afirma que o pensamento pedagógico passou a se orientar pela reconstrução social. Nesse sentido, a escola passou a assumir a função de transmissora das formas de justificação da divisão do trabalho e de persuasão para a aceitação da condição de exploração das classes dominadas.

Foi por essa razão que a pedagogia moderna, a liberal, embora considerando o homem dentro do seu contexto, inverteu a relação entre ambos, com a finalidade de justificar a ordem capitalista (...) A educação, agora universal e gratuita, contrabalançará as tendências ao domínio e à exploração social, dando a todos os homens as condições idênticas para a realização social” (XAVIER, 1992, p.123-124).

Dessa forma, as desigualdades sociais passaram a ser desigualdade de oportunidades educacionais que seriam superadas pela nova escola. O trabalho e o talento eram instrumentos legítimos de ascensão social. À escola cabia desenvolver os talentos e preparar para o trabalho, sendo um instrumento de reconstrução social.

A escola liberal torna-se, assim, nas sociedades onde domina o modo capitalista de produção, um instrumento ideológico essencial à justificação das relações de produção e à transmissão dos instrumentos de dominação no aprendizado diferencial dos conhecimentos e das técnicas (XAVIER, 1992, p.124).

O Brasil pós independência produziu matérias primas para o comércio abastecedor das potências industriais e a importação dos manufaturados europeus. O modelo agrário-exportador colonial serviu-se de mão de obra escrava, o que trouxe consequências na sua estrutura social. A mão de obra escrava era prevista na Constituição “liberal” de 1824. Nesse contexto, havia uma concentração intensa do capital e uma profunda distância entre a minoria dominante e a maioria dominada (XAVIER, 1992). De forma que a escola era o local para se ter acesso às funções não maculadas pelo trabalho físico, às profissões liberais e aos empregos públicos.

A escola pública não se colocava, portanto, no Brasil pós-Independência, como um requisito para a própria manutenção e reprodução das relações estruturais. A sua qualidade e extensão eram bastante limitadas, destinando-se aos poucos elementos da minoria dominante, para quem fornecia um mero ornamento, e estendendo-se, quando muito, à camada média, a quem conferia status. Daí a preocupação maior com a sofisticação ou complexificação do que com a ampliação do ensino, implícita nos projetos apresentados no período de que tratamos, e que eram formulados por ‘literatos’ oriundos da classe média que, através da atividade política, representavam os interesses dominantes em nome dos interesses nacionais ou populares” (XAVIER, 1992, p.127).

A autora afirma que a preocupação com a educação popular só surgiu pela necessidade momentânea de responder às pressões internas. Não partiram da maioria dominada, mas da pequena camada média da população que apoiou a classe de senhores de escravos na Independência, que via na escolarização um meio de participar dos privilégios. As classes inferiores não tinham condições de reivindicar seus direitos mais elementares, sendo escravos ou livres, não tinham compreensão para se expressar adequadamente. A classe dominante possuía formas de organização e de expressão, que lhe permitiam controle sobre as contradições que gerava.

E foi justamente através do discurso liberal, das preocupações “nacionais”, das promessas de participação política, ascensão social e educação universal, que as camadas médias, e com elas as camadas populares do

país, se colocaram a serviço dos interesses da ala dos proprietários de terras e escravos (XAVIER, 1992, p.130).

Xavier (1992) relata que além das pressões internas, as pressões externas também contribuíram para a continuidade do discurso liberal por meio de maior participação da população nas transações comerciais, no estabelecimento do trabalho assalariado e no incentivo da imigração. Compreende-se então, que a preocupação com a educação popular era falsa, porque era fruto das manobras estratégicas da classe senhorial brasileira que atuava no processo de organização do novo Estado Nacional, tentava impor e também dissimular sua dominação, sempre em função dos seus interesses particulares.

Em contrapartida, quando se tratava de ensino superior, em especial os cursos jurídicos, se tornava importante formar o pessoal para compor os seus quadros dirigentes. Por isso, o projeto de criação de Universidades foi prontamente aprovado. A classe intermediária tinha interesse porque permitia acesso à vida política e aos cargos públicos. Desde a criação do primeiro curso jurídico na Corte em 1825, as instituições isoladas de ensino superior cresceram e esse crescimento seguiu durante todo o período Imperial, relembra Xavier (1992).

Também foi o caso do ensino secundário (com iniciativa particular na imitação dos modelos oficiais) que criou na Corte em 1836, o Colégio D. Pedro II. Cuidadosamente montado e destinado a servir de padrão, foi o único colégio que habilitava para as faculdades. No caso de outros colégios, os alunos teriam que prestar “exames preparatórios” para o ingresso, baseados no currículo padrão do Colégio D. Pedro II.

Concretizavam-se, assim, os objetivos reais da classe dominante brasileira no setor educacional, enquanto se descartavam, cada vez mais claramente, os interesses populares, na medida em que se fortalecia o poder central. Eles só voltarão a ser proclamados com a mesma intensidade do período que abordamos, e naturalmente com a mesma finalidade ideológica, nos movimentos republicanos (XAVIER, p.135).

Xavier (1992) procurou nos seus estudos demonstrar que após a Independência se colocou pela primeira vez a preocupação com a necessidade da criação de um sistema nacional de educação no Brasil. Denuncia que essa aparente autonomia que marcou pensamentos e empreendimentos educacionais se transformou em um eficiente instrumento ideológico a serviço da manutenção da injustiça social. Assim como a falta de compreensão sobre esse fenômeno também contribuiu para seu sucesso. Outros autores como Ribeiro (1993) e Cury (2008;2010),

estudaram a educação pública no Brasil, suas conquistas e seus insucessos de acordo com o contexto histórico. A História da Educação Escolar no Brasil será tratada a seguir.

2.1 História da Educação Escolar no Brasil

Ribeiro (1993) afirma que o Brasil (enquanto colônia de Portugal) era marcado pela grande propriedade e mão de obra escrava.

Uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas sim de uma massa iletrada e submissa. Neste contexto, só mesmo uma educação humanística voltada para o espiritual poderia ser inserida, ou seja, uma cultura que acreditavam ser neutra (RIBEIRO, 1993, p.15).

Nesse sentido, a Companhia de Jesus responsável pela educação, na época, ensinava a fé católica aos índios que aprendiam também a servir e obedecer com sua mão de obra. Quanto às elites, a Companhia educava projetando formar novos sacerdotes. Na metade do século XVIII, algumas reformas educacionais chegaram ao Brasil, porém o ensino continuou enciclopédico, com objetivos literários, métodos autoritários e disciplinares, comuns na época.

Até os professores eram, em sua maioria, os mesmos que lecionavam nos colégios jesuítas. As reformas pombalinas causaram uma queda no nível do ensino e os reflexos desta reforma são sentidos até nossos dias, visto que temos uma Educação voltada para o Estado e seus interesses (RIBEIRO, 1993, p.16).

No século XVIII, com a mineração, uma nova classe voltada ao comércio que residia na zona urbana prosseguiu ao século seguinte. No século XIX, uma sociedade mais complexa reivindicava a educação escolarizada. Com D. João VI no Brasil por mais de 10 anos, outras mudanças educacionais ocorriam como a criação da Academia Real da Marinha, Academia Real Militar, os cursos médico-cirúrgicos, a presença da Missão Cultural Francesa, a criação do Jardim Botânico, do Museu Real, da Biblioteca Pública e da Imprensa Régia. Ribeiro (1993) afirma que:

(...) embora relevantes por serem os primeiros centros de educação e cultura do Brasil, não deixam de revelar as intenções aristocráticas de D. João, pois o ensino primário foi esquecido e a população em geral continuou iletrada e sem acesso aos grandes centros do saber. Na Monarquia, deu-se muito valor ao ensino superior. Isto reflete a necessidade de pessoal capacitado para preencher os quadros administrativos do país que há pouco se libertara politicamente (RIBEIRO, 1993, p.17).

De acordo com o autor, o Ato Institucional de 1834 descentralizou a

responsabilidade educacional; as províncias legislavam e controlavam o ensino primário e médio, enquanto que ao poder central cabia o ensino superior.

A falta de recursos e o falho sistema de arrecadação tributária com fins educacionais, impossibilitaram as províncias de cumprirem o papel que lhes fora dado: o de regular e promover o ensino primário e médio. O total abandono destes níveis educacionais abriu caminho para que particulares assumissem o nível médio, o que contribuiu ainda mais para a alta seletividade e o elitismo educacional (RIBEIRO, 1993, p.17).

Ribeiro (1993) aponta que no século XIX, o ensino secundário se preocupava com o preparo para o ingresso no ensino superior. Nos primeiros anos da República, surgiram propostas educacionais como a Reforma de Benjamim Constant (que propunha a inclusão de disciplinas científicas nos currículos), o Código Epitácio Pessoa (que privilegiava a parte literária e lógica) e a Reforma Rivadávia (com orientação positivista). Entretanto:

Estas reformas pedagógicas não foram suficientes para que os problemas educacionais fossem resolvidos, e o que percebemos é que a educação tradicional manteve-se durante este período como consequência do próprio modelo sócio-econômico, que não havia substancialmente sido alterado com o advento da República (RIBEIRO, 1993, p.17).

Segundo o autor, em um contexto de sociedade agrícola que visava os meios de produção, a educação era garantida apenas para a elite dominante. Por isso, a elite frequentava as escolas particulares com o objetivo de ter condições de acesso ao ensino superior e se tornarem futuros administradores do país.

Na década de 1920, com o rearranjo político e econômico das oligarquias, a crise do modelo agrário e a industrialização a classe burguesa se fortaleceu. As revoluções, o Tenentismo, o Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, as linhas de pensamento filosófico dos escolanovistas e dos católicos influenciaram a educação e a organização escolar. Os militares provocaram as revoltas: do Forte Copacabana (1922), a liderada por Isidoro Dias Lopes (1924) e a Coluna Prestes (1924-1927). Nesse contexto:

O escolanovismo vai buscar na Europa suas origens, onde já no século anterior uma sociedade industrializada se preocupava com a individualidade do aluno. No Brasil, os pioneiros da Escola Nova defendem o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório, a reorganização do sistema escolar sem o questionamento do capitalismo dependente, enfatizam a importância do Estado na educação e desta na reconstrução nacional. Como solução para os problemas do país, apelam para o humanismo científico-tecnológico, ou seja, convivência harmoniosa do homem com a máquina, criando-se condições para que os indivíduos convivam com a tecnologia e a ciência, fazendo-os entender que tudo isto está a serviço e disponibilidade do homem (RIBEIRO, 1993, p.19-20).

Ribeiro (1993) relembra que de 1920 a 1929, ocorreram as reformas

educacionais: de Lourenço Filho (no Ceará, em 1923); de Anísio Teixeira (na Bahia, em 1925); de Francisco Campos e Mário Casassanta (em Minas Gerais, em 1927); de Fernando Azevedo (no Distrito Federal, em 1928) e a de Carneiro Leão (no Pernambuco, também em 1928). O ator destaca que essas reformas não consideraram o contexto histórico, mas foram determinantes principalmente para o Ensino Primário. Com o fim da República Velha e a tomada do poder com Getúlio Vargas, o pensamento conservador católico ganha destaque e entra em contradição com a proposta dos pioneiros da Escola Nova (composta por educadores que assinaram em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova¹⁰).

Baldan (2015) afirma que as estruturas econômicas e políticas da época somadas ao sistema escravocrata dificultava o sistema republicano que era ligado ao simbolismo e à necessidade de identidade nacional. Com os processos de urbanização e industrialização, as cidades foram promovidas à centros de civilização e cultura. A formação étnico-racial brasileira (índio, negro e branco português) foi se constituindo. Contudo, essa falsa harmonia escondia uma forte discriminação como a proibição de casamentos inter-raciais, a segregação e a esterilização. Passou-se a incentivar a imigração com o interesse de substituir o sistema escravocrata pelo sistema de assalariamento.

A autora aponta que na época, a educação era considerada como instrumento político para efetivação da unidade nacional, através da transmissão dos símbolos, da língua nacional, da mentalidade e do comportamento desejável para o homem republicano. A escola foi responsável pela efetivação de várias ações sanitárias e higiênicas em razão da sua arquitetura escolar, das medidas de salubridade, dos serviços médicos e das atividades de higiene.

De acordo com Baldan (2015), a escola se configurava no “entusiasmo educacional” e o “otimismo pedagógico”. O “entusiasmo educacional” era um projeto para civilizar, higienizar e moralizar os cidadãos republicanos, segundo os moldes da Revolução Francesa e do Iluminismo, que também contou com a expansão e organização das instituições escolares a partir do Estado. O “otimismo pedagógico” foi um processo de modernização/renovação das ideias pedagógicas denominado “Escola Nova”. A educação antes pensada como formação técnico-profissional

¹⁰ As ideias da Escola Nova chegaram em 1882 com Rui Barbosa (1849-1923). A Escola Nova defendia uma pedagogia com mais mobilidade e justiça social, onde o aluno seria o centro. A iniciativa e a espontaneidade eram valorizadas.

ganhava uma necessidade de democratização no sentido mais pragmático e utilitário. Nesse período do final do século XIX e no início do século XX, se pensava a escola e a educação, assim como a compreensão da criança e o ensino-aprendizagem, sob a perspectiva da biologia, psicologia e sociologia.

O movimento das Escolas Novas, no Brasil, teve a participação de Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira (professores, intelectuais e agentes políticos de transformação). Compartilhavam de um projeto de reconstrução social por meio da reconstrução da escola e eram chamados “Pioneiros da Educação”. Nessa perspectiva, a educação contava com a promoção da cultura, formação integral e as descobertas das ciências para o progresso e desenvolvimento do país. A formação de professores era de responsabilidade das Escolas Normais. A primeira foi a Escola Normal da Praça inaugurada em 1896, com a Escola Modelo anexa ao prédio. Foi referência para as escolas normais no estado de São Paulo, a partir de 1913 (BALDAN, 2015).

Em São Paulo, a criação das Escolas Normais e a criação do “sistema de educação” apresentam um sentido de homogeneizar e uniformizar o ensino paulista e estabelecer métodos inovadores na educação, aumentando o consumo de livros escolares escolhidos pelo próprio estado. Essa relação do estado com a instrumentalização da educação acaba por gerar o interesse das editoras, que viam na educação e no estado um mercado garantido para as vendas das publicações. A quantidade de editoras surgidas em São Paulo e, a maioria delas, voltadas para a área da educação e dos livros escolares deram à capital o título de “cidade dos livros escolares” (BALDAN, 2015, p.82).

Nesse contexto, as editoras buscavam projetos editoriais e políticos no cenário educacional, vinculando-se aos debates educacionais do período. A educação vista sob a perspectiva da biologia e da psicologia trouxe pluralidade de ideias, novas representações e concepções sobre escola, professor e criança.

A Escola tem sido caracterizada pela centralidade da criança, cujos conhecimentos biológicos e psicológicos tiveram uma correspondência com o estabelecimento dos processos educativos (conformidade biológica). A prática educativa deveria ser resultado da experiência concreta e diária da criança por meio dos métodos ativos, além do uso dos jogos e brincadeiras; a formação moral da criança deveria refletir a formação do homem para a nova sociedade (BALDAN, 2015, p.90).

A autora destaca que nesse período, havia preocupação com o movimento europeu das escolas novas, a introdução de princípios do liberalismo, indicação de métodos escolanovistas, criação de laboratórios de psicologia e formação do homem

republicano. Em 1932, é publicado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” que teve como líder Fernando de Azevedo.

Os signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova no Brasil se reportam ao governo brasileiro e à sociedade civil conclamando-os a reconstruir a educação nacional, considerando intervenções na estrutura e no sistema da educação brasileira por meio de uma política educacional de caráter unitário/nacional (BALDAN, 2015, p.90).

Assim a nova política, sugerida pelos pioneiros, colocava para o Estado a responsabilidade de garantir uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória. De 1931 a 1937, permaneceu esse conflito de ideias entre os católicos e os pioneiros, os dois lados alegaram ter propostas fundamentais para orientar a educação do país. A Constituição de 1934 atribuiu à União a competência de dar diretrizes educacionais a todo o Brasil, criou o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais, determinou verbas para o ensino, reconheceu a educação como direito que se estendia a todos e tornou obrigatório o ensino primário (RIBEIRO, 1993).

Ainda de acordo com o autor, em 1937, durante o Estado Novo (regime ditatorial), a educação passou por novas mudanças: o governo autorizou que a oferta da educação podia vir da livre iniciativa individual ou da associação de pessoas coletivas públicas e particulares, foi mantida a gratuidade do ensino primário e deu providências ao programa de ensino pré-vocacional e profissional. Com essas mudanças, a educação atendeu às necessidades de mão de obra para as funções que o mercado de trabalho do período exigia.

Durante o Estado Novo, aumentaram-se as verbas destinadas à Educação e houve uma tentativa de se traçar uma política educacional de âmbito nacional. Criaram-se órgãos como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938) e o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa (1939). Com o desenvolvimento industrial, havia a necessidade de uma formação mínima ao operariado, e de maneira rápida e prática. Assim foi criado o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - através do Decreto-Lei nº 4048, de 22 de Janeiro de 1942, com finalidade de ministrar um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial (RIBEIRO, 1993, p.23).

Segundo Ribeiro (1993), na década de 40, a educação se preocupou mais com o ensino primário e secundário. Em 1942, a Reforma Capanema trouxe a disciplina e a ordem com os cursos de moral e civismo. O ensino secundário foi organizado em dois ciclos (quatro anos ginasial com ensino clássico e três anos colegial com ensino científico). Em 1945, com a saída de Getúlio Vargas, o Brasil passou por um período democrático e o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente da

República. Nessa época, foi sancionada a Lei Orgânica do Ensino Primário que trazia os princípios defendidos pelos pioneiros do Manifesto de 1932.

Na década de 50, um novo conflito surge entre a escola pública e a particular. A escola particular composta de atores privados recebeu apoio da Igreja e afirmava que a escola pública não educava o aluno integralmente, limitando-se ao conhecimento formal, deixando de lado a filosofia integral de vida. Já os defensores da escola pública se apoiavam nas ideias da doutrina liberal-pragmática sobre educar para ajustar o indivíduo à sociedade (RIBEIRO, 1993).

Quando em 1961, é aprovada a Lei 4024 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ambas as tendências são beneficiadas pelo seu conteúdo, que atende às reivindicações feitas tanto pelos católicos quanto pelos liberais. Na década de 60, determinados setores da sociedade voltaram-se para a educação popular, surgindo então os chamados Movimentos de Educação Popular (Centros Populares de Cultura - CPC - ligados à União Nacional dos Estudantes; Movimento de Educação de Base - MEB - ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; e os Movimentos de Cultura Popular) que propunham levar ao povo, elementos culturais como teatro, cinema, artes plásticas; além de alfabetizá-lo e fazer com que a população adulta participasse ativamente da vida política do país (RIBEIRO, 1993, p.25).

Segundo os estudos de Ribeiro (1993), em 1964, com o golpe de Estado os militares assumem o poder e o Brasil passa por um período de repressão política, censura, reforço do Executivo, tortura a presos políticos, exilados, política de arrocho salarial e aumento da renda da elite. Nesse contexto, aumentou o número de jovens aprovados no vestibular que mesmo com a aprovação, não conseguiam efetivar a matrícula por falta de vagas no nível superior.

Até então, o vestibular eliminava apenas os candidatos que não tirassem a nota mínima estabelecida para aprovação. Tivemos várias manifestações, nas quais os estudantes reivindicavam as vagas que lhes pertenciam por direito. Esta crise abriu caminho a uma série de acordos feitos entre o Ministério da Educação e Cultura e a *Agency for International Development* (AID), conhecidos como acordos MEC-USAID. O momento era propício para uma intervenção externa, pois o problema educacional era uma justificativa para se consolidar uma intervenção que no plano econômico, já se traçara há muito. Estes acordos ofereciam ajuda econômica à Educação, através de bolsas e verbas, e também propostas concretas para solução dos problemas educacionais brasileiros (RIBEIRO, 1993, p.26).

O autor alerta que a classe operária também exigia oferta do ensino elementar médio para que seus filhos pudessem entrar no mercado de trabalho. Assim, em 1967, o governo criou a Comissão Meira Matos para atender as demandas educacionais.

O Ato Institucional nº 5 de 13 de Dezembro de 1968 (o famoso AI-5), extinguiu todas as liberdades individuais do cidadão e deu plenos poderes ao presidente da República. O decreto-lei 477/69 proibia o corpo docente e

o corpo discente de qualquer manifestação política, com perigo de serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Específicos para a Educação eram o decreto-lei 574/69 que proibia as instituições de reduzir suas vagas, permitindo no entanto que estas fossem redistribuídas pelos cursos; a lei 5741/69, que estabelecia vagas limitadas no nível superior; a lei 5540/68 referente à reforma universitária; e a lei 5692/71 destinada aos 1º e 2º graus (RIBEIRO, 1993, p.26-27).

Ribeiro (1993) afirma que a lei nº 5.692/71 modificou o ensino médio que passou a se caracterizar como curso de profissionalização para atender as exigências do mercado de trabalho. Contudo em 1982, o ensino médio foi alterado pela lei nº 7.044/82.

Apresentou-se com Ribeiro (1993) as principais mudanças na área educacional do país desde o período colonial até o final do regime militar. Compreende-se que as reformas não proporcionaram grandes avanços, contudo, antes de ser prioridade nacional, a educação historicamente atende apenas a uma camada social privilegiada da sociedade. Serão tratados a seguir as legislações, acordos, avanços e retrocessos da educação, segundo os estudos de Duarte (2007) e Cury (2008;2010).

2.2 Avanços e retrocessos na Legislação brasileira

O Brasil se caracteriza como Estado Democrático formado pela República Federativa do Brasil, ou seja, há uma união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Sendo Estado Social e Democrático impõe respeito aos interesses individuais e a realização de direitos sociais. O direito à educação já foi previsto em diversos documentos ao longo da história do país (CURY, 2010; DUARTE, 2007):

- No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932);
- na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948);
- na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961;
- no Plano Nacional de Educação (1962);
- no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966);
- na Convenção Relativa a Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (Decreto 63.223 de 1968);
- na atual Constituição Federal (1988) entendida como Constituição Cidadã porque trata de diversos direitos humanos;

- no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);
- na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de *Jomtien* – 1990) também promulgada pelo Decreto Legislativo nº 592 de 06 de dezembro de 1992;
- na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96);
- no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001); dentre outros documentos; Procuramos citar os mais conhecidos.

Sendo a educação prevista em lei, o Brasil garantiu a imposição constitucional a ela, classificando como um dos direitos fundamentais de natureza social que não atende apenas aos interesses individuais, mas para a sociedade se caracteriza como bem comum, que deve ser garantido sem qualquer tipo de discriminação.

No artigo 206 da atual Constituição Federal (1988) estão previstos os princípios da educação. Vale destacar: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais; a valorização dos profissionais do ensino e a garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988). Apesar dessas garantias previstas em lei, a educação pública apresenta problemas:

- na igualdade de condições – quando a criança é matriculada em salas lotadas;
- na permanência na escola – quando, por exemplo, o adolescente não encontra vaga para cursar o Ensino Médio noturno;
- na gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais - quando a mãe trabalhadora não encontra vaga na creche mais próxima à sua casa;
- na valorização dos profissionais do ensino – quando o Estado não oferece Formação Continuada e salários adequados (para que o professor não precise ter diversas jornadas a fim de garantir seu sustento);
- na garantia de padrão de qualidade – quando o Estado cria ações meritocráticas, associando salários e premiações aos resultados das avaliações externas dos seus alunos;

Essas são algumas reflexões sobre como a educação pública ainda não garantiu os princípios da educação previstos na Constituição Federal (1988). Historicamente as leis passaram por alterações que contribuíram para avanços e retrocessos na educação pública, de acordo com CURY (2008; 2010) e RIBEIRO (1993):

Quadro 4 – Leis: avanços e retrocessos na Educação

Constituição de 1824	define como cidadãos os ingênuos (os que nasceram livres) e os libertos. Dessa forma, escravos e índios eram excluídos da sociedade e da escola.
Lei Provincial nº 1 de 2/1/1837 do Rio de Janeiro	também excluía da escola as pessoas com moléstias contagiosas, escravos e pretos africanos.
Constituição de 1891	dava autonomia aos estados para declarar ou não a gratuidade do ensino, previa a obrigatoriedade apenas para o ensino primário. Legalmente os estados podiam ter suas próprias instituições de ensino secundário e superior.
Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932	a escola católica via a criança como objeto central da educação que deveria receber um ensino religioso de acordo com seu sexo biológico. O Manifesto de vários educadores (dentre eles Anísio Teixeira) defendia uma escola pública com currículo comum e para todos.
Constituição de 1934	trouxo avanços quanto a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, a vinculação de parte dos impostos para a educação, o Plano Nacional de Educação e a criação dos Conselhos de Educação. Porém, também trouxe obstáculos limitando à matrícula a capacidade didática do estabelecimento, criando exames de admissão e deixando a gratuidade a critério dos estados.
Constituição de 1937	tem a família como detentora do conjunto da socialização do indivíduo. A infância e a juventude são objetos de cuidados do Estado. A escola privada é a principal rede do sistema de ensino. Ao Estado cabe ofertar ensino pré-vocacional e profissional às classes menos favorecidas, ou seja, a escola pública é para aqueles que não atendem os requisitos da escola particular. Com o desenvolvimento industrial, era importante formar mão de obra rápida e prática.
Constituição de 1946 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB lei 4.024/61)	confirmaram os avanços previstos na Constituição de 1934. Entretanto, a LDB tirou a obrigatoriedade do ensino primário aos que comprovassem estado de pobreza; aos que não encontrassem escolas (porque alguns municípios não tinham recursos para abrir); aos que encontrassem a escola sem vagas; aos doentes ou com anomalia grave. Esses indivíduos privados do seu direito de estudar iam trabalhar de forma precária em áreas rurais. O decreto lei nº 8622 (10/01/1946) trazia a obrigação das empresas comerciais a contratarem menores e matriculá-los nas escolas de aprendizagem do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Na década de 50, também houve um conflito entre a escola pública e a particular. A Igreja e as escolas particulares afirmavam que a escola pública não formava o indivíduo integralmente ao oferecer o conhecimento formal, sem os valores cristãos.
Constituição de 1967 (Ditadura Militar 1964-1985)	ampliou o ensino primário para 8 anos, sendo obrigatório dos 7 aos 14 anos. Mas retirou a vinculação de parte dos impostos para a educação, existindo somente para os municípios em 1969. Aumentou o número de crianças atendidas e diminuíram os recursos, contribuindo para a precarização do trabalho docente, evasão e repetência. Em razão da falta de vagas no Ensino Superior, foram firmados acordos para bolsas e verbas entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a <i>Agency for International Development</i> (AID).
Constituição de 1988	considerada a Constituição cidadã, prevê diversos direitos sociais, coloca a educação como direito fundamental e define seus princípios. É vigente até hoje.

Elaborado pela autora, 2022.

Fonte: CURY (2008, 2010) e RIBEIRO (1993).

Os estudos de Cury (2008, 2010) e Ribeiro (1993) demonstram com esse estudo que a educação nunca foi planejada para atender de forma igualitária todos os cidadãos brasileiros ao longo da história, conforme quadro 4.

Nos anos citados, as poucas crianças que frequentavam a escola tinham a intenção de não repetir o ciclo dos pais e avós analfabetos. Antes se privilegiava o trabalho, quem não estudava em boas instituições ia para as áreas rurais ou fazia cursos profissionalizantes para se inserir no mercado de trabalho. Hoje o mesmo problema ocorre, as crianças fora da escola estão à margem da sociedade, algumas no trabalho informal, nas ruas, sujeitas a situações de vulnerabilidade. Essas crianças fora da escola compõem mais um quadro de desigualdade social no país. As legislações e as decisões políticas não foram suficientes para garantir a educação de qualidade para todos.

A esse respeito, em relação ao recorte da pesquisa de 2010 a 2020, observou-se os seguintes dados do Censo Escolar sobre os alunos atendidos pela rede pública na educação básica: em 2010, o número de escolas de Educação Básica somava 194.939, com 51.549.889 total de alunos matriculados. Dentre eles, 85,4% eram de escolas públicas (0,5% da rede federal, 38,9% das redes estaduais e 46,0% das redes municipais).

Em 2020, os dados caíram, o número de escolas de Educação Básica somava 179,5 mil, com 47,3 milhões total de alunos matriculados. Dentre eles, 81,5% eram de escolas públicas (sendo agora 1% da rede federal, 32,1% das redes estaduais e 48,4% das redes municipais) (BRASIL, 2011;2021). Ainda que a educação seja prevista em lei, o número de escolas públicas que atendem a educação básica e o total de alunos matriculados sofreram uma queda considerável de 2010 a 2020.

De acordo com Cury (2008; 2010) e Ribeiro (1993), o Estado não garante acesso à escola pública por falta de vagas, falta de investimento em estrutura, possui salas lotadas, não dá formação continuada, dentre outros. Tais ações resultam em um ensino de baixa qualidade que traz mais desigualdade social ao país.

Importante destacar a Emenda Constitucional nº 14 de 1996 (BRASIL, 1996) – que alterou a Constituição brasileira, colocando o Ensino Fundamental e a Educação Infantil como prioridade dos municípios e o Ensino Médio a cargo dos estados; o artigo 8 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996) que instrui que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por organizar, em regime de colaboração, os sistemas de ensino; o artigo 19 que classificava as

instituições de ensino como públicas - as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; o artigo 210, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) - que já tratava da fixação dos conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Sabe-se que o Brasil passou por mudanças históricas, econômicas e políticas, mas ainda carrega dificuldades antigas na educação. De acordo com Cury (2010) e Duarte (2007), o Estado no papel de único administrador do país entendendo suas demandas, teve como estratégia a ação de dividir sua responsabilidade com seus entes federativos, como tratado a seguir.

2.3 O Brasil e a Distribuição do Poder entre os entes federados

O Brasil, República Federativa desde 1889, tem essa característica porque dividiu sua responsabilidade com seus entes federativos. De forma que propôs um autogoverno (concentração) e um governo compartilhado (difusão). Ocorrendo uma definição maior dos entes federados em relação aos deveres da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O Brasil não se limitou a produção de leis (como no Estado liberal), mas garantiu a participação popular na tomada de decisões previsto no Estado democrático (DUARTE, 2007). Nesse sentido, devia elaborar e implementar políticas públicas que envolvessem o poder jurídico, legislativo e executivo, independente do partido político eleito.

Cury (2010) explica que como União Federativa, o país carregava o poder de gerar obrigações e deveres, assegurar direitos com Lei Maior para todo seu território. Sendo a educação escolar um direito, é também um bem público que quando ofertada pelo Estado se torna um bem para todos. A educação foi organizada sob diretrizes, bases educacionais e o Ministério da Educação (MEC) que tem um papel único, em nível nacional para atuar em regime de colaboração com as diferentes esferas federativas. Exige competências próprias, responsabilidades legais e divisão das responsabilidades materiais e financeiras de impostos para o financiamento da educação que cabem aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Para que a União Federativa funcione, também é necessária uma articulação conjunta de todos os entes federativos. Além de se considerar as desigualdades

regionais existentes no país o que inclui mais recursos para estados e municípios que mais necessitam (CURY, 2010).

O Poder público titular do dever jurídico deveria prover essa educação para todos, o que caracteriza um dever progressivo em que devem ser investidos todos os recursos disponíveis para alcançar (BRASIL, 1992). E alcançando resultados, buscar novos, sempre em compromisso de progressividade. Enquanto fiscalizador desse direito, o Estado devia prestar contas de que diante dos recursos escassos se empenhou para atingir as obrigações mínimas essenciais (DUARTE, 2007).

Cury (2010) relembra que o federalismo significa que os poderes de governo foram repartidos e podem se distinguir em: centrípeto, centrífugo e de cooperação. No Federalismo centrípeto há subordinação de poder dentro do Estado Federal. No Federalismo centrífugo prevalecem relações de larga autonomia dos Estados-membros. Já no Federalismo de cooperação existe uma busca pelo equilíbrio de poderes, com atividades planejadas e articuladas, objetivando fins comuns, como define a atual Constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

O Brasil se enquadra no federalismo cooperativo com regime articulado de colaboração recíproca. Um regime normativo e político, plural e descentralizado que ampliou os sujeitos políticos nas tomadas de decisões. Entretanto, para que exista de fato a cooperação é importante um entendimento mútuo entre os entes federativos, argumenta Cury (2010).

No circuito dos entes federativos, o regime escolhido para integrá-los foi o de colaboração recíproca. O regime de colaboração, seja em termos de conteúdo, seja em termos de mecanismo é difícil, lento e necessariamente negociado. É o que acontece com um Brasil cuja União congrega 27 estados, mais de 5.600 municípios e o Distrito Federal (CURY, 2010, p.160).

Também não se pode deixar de lado, as desigualdades sociais e regionais que refletem nos índices de avaliações apontando para a repetência, evasão, falta de acesso à Educação Infantil, entre outros.

Segundo Cury (2008;2010), de acordo com a Constituição de 1988, a União, os Estados e Municípios deveriam organizar em regime de colaboração seus sistemas de ensino, também previsto no atual Plano Nacional de Educação (2014). Todavia a implantação de um Sistema Nacional de Educação teve dificuldades porque além da busca pela organização pedagógica também incide relações de poder.

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) surgiu em um contexto de mobilização popular pelos direitos da cidadania e novas obrigações do Estado. A educação se

tornou um direito social, o ensino fundamental gratuito e obrigatório, reconheceu o direito à diferença (etnia, idade, sexo, deficiência, etc.) e os sistemas de ensino deveriam ter colaboração recíproca.

O contraste entre a real situação do país, herança secular, e a necessidade de eliminar várias dessas marcas anacrônicas em face da modernidade, das injustiças existentes em face dos direitos sociais proclamados e do autoritarismo em face da democracia ganha relevo e apoio no texto constitucional. Prova disso é o artigo 3º da Constituição, que põe como objetivos fundamentais do Estado Democrático de Direito a busca por uma sociedade livre, justa e solidária, a redução das desigualdades sociais, das disparidades regionais e das discriminações que ofendem a dignidade da pessoa humana (CURY, 2008, p.1195).

As classes populares, migrantes do campo, negros, pardos, indígenas, periféricos e pessoas fora da idade escolar tinham direito a escola pública, contudo: 1) não havia vagas para todos; 2) as políticas de permanência na escola eram excludentes com exames e verificações contínuas que mensuravam as habilidades em prosseguir para o ano seguinte e 3) as condições econômicas de alguns pais não permitiam manter seus filhos na escola. As classes populares tinham direito à educação pública, mas apresentavam inúmeras dificuldades para entrar e se manter na escola, o que não era tema das políticas públicas da época.

Em 2020, o Censo Escolar divulgou que foram registradas 47,3 milhões de matrículas no Ensino Fundamental, cerca de 579 mil a menos que os dados de 2019 (CRISTALDO, 2021). O governo federal ainda não conseguiu sanar as diferenças entre os índices de escolarização.

Um sistema de educação supõe como definição, uma rede de órgãos, instituições escolares e de estabelecimentos – fato; um ordenamento jurídico com leis de educação – norma; uma finalidade comum – valor; uma base comum – direito (CURY, 2010, p.164).

Cury (2008; 2010) defende que um sistema nacional federativo e articulado tem organização, clareza e direção. Aplica lei de responsabilidade educacional e gestão responsável dos recursos. Destacamos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Ainda há necessidade de equilíbrio no país quanto aos recursos aplicados, para que haja desenvolvimento e bem-estar. A escola é gratuita porque é mantida

por impostos que toda a população contribui para o bem comum: a educação. A sociedade cobra resultados, requer um esforço das políticas públicas no objetivo de diminuir as desigualdades sociais. Isso porque a educação e as condições sociais dos alunos e suas famílias não podem ser dissociadas.

A concretização das políticas públicas é tarefa complexa, que demanda a intervenção racional do Estado, em um conjunto de ações que envolvem, além da escolha de prioridades, a implementação de medidas legislativas, administrativas e financeiras. O processo de elaboração de uma política pública deve ser equacionado, pois, levando-se em conta os ditames constitucionais, os compromissos assumidos internacionalmente e os espaços deixados à discricionariedade do administrador, envolvendo diferentes etapas: planejamento, fixação de objetivos, escolha dos meios adequados, definição dos métodos de ação e destinação de recursos (DUARTE, 2007, p.707).

Duarte (2004; 2007) afirma que o direito à educação só se efetiva com o planejamento e implementação de políticas públicas. Por isso, o Estado deveria se empenhar para garantir as condições mínimas e buscar novos resultados progressivamente.

A educação enquanto direito público subjetivo deixa de ser apenas uma norma geral para todos e passa a ser direito individual, inclusive permite um indivíduo acionar judicialmente o Estado a executar esse dever. O Estado não tem mais abstenção, mas a função de criar políticas para o bem comum. A pretensão pública deve ocupar o primeiro lugar, porque o direito social só se concretiza por meio das políticas públicas que atendam a coletividade e não apenas o indivíduo (DUARTE, 2004).

O processo inicia-se pela escolha das prioridades e dos meios adequados para atingir os fins estabelecidos, além da determinação dos caminhos a serem adotados. Um outro elemento essencial da política pública diz respeito à previsão de financiamento, pois a destinação de recursos é indispensável à contratação de pessoal, oferta de serviços, etc. Por fim, deve haver uma fase de avaliação dos resultados da política adotada, o que inclui o controle a fiscalização de sua implementação pela sociedade civil, pelos Tribunais de Contas, Conselhos Gestores de Políticas Públicas e, até mesmo, pelo Judiciário (DUARTE, 2004. p.114).

O benefício da educação não interessa apenas ao individual, mas a coletividade, porque ao ensinar valores de direitos humanos, tolerância, participação social na vida pública se trata de proteção de direito individual e bem comum, no contexto de Estado social. A educação escolar permite acumular o patrimônio cultural da humanidade e a ele dar continuidade. Assim o indivíduo e a máquina estatal contribuem de forma mútua. Já não cabe ao federal, processos hierárquicos, mas cada estado e município tem suas competências mediadas e articuladas pela

colaboração recíproca e dialogal.

Entretanto, Cury (2008) alerta sobre a guerra fiscal entre os estados o que gera federalismo competitivo no lugar de cooperativo:

A rigor, um aperfeiçoamento do FUNDEB, com mais recursos e controle social destes, carrega consigo a possibilidade de uma gestão democrática e compartilhada da educação escolar no sistema público de ensino (CURY, 2008, p.1203).

O autor alerta que quando se propõe um sistema único de educação com vias a igualdade, tem que se considerar o contexto da sociedade capitalista. Os capitalistas (proprietários dos meios de produção) competem entre si, mas também regulamentam e organizam o trabalho. Enquanto que os trabalhadores competem entre si para ter trabalho, mas não possuem o direito, a alocação ou distribuição de produtos. Nessa perspectiva, a promoção de igualdade não vem apenas da escola, mas do próprio sistema social (CURY, 2008).

A participação política é uma via para garantir os direitos dos trabalhadores, porque a educação prepara para a participação da vida em sociedade. Destacamos o papel das políticas públicas que devem se preocupar com o acesso à educação e como resultado: garantir os direitos de exercer de forma plena a cidadania.

Sabe-se, contudo, que nas políticas públicas também incidem as relações de poder, as representações sociais, as construções de valores, os símbolos e as normas daquela determinada realidade. De acordo com Azevedo (2004) desde 1970, o poder do Estado passa por pressões. A Globalização como geopolítica e o modo de acumulação flexível trouxeram as novas tecnologias que impactaram o mundo do trabalho e as políticas educacionais. Barroso (2005) e Krawczyk (2005) também abordam as políticas educacionais que serão tratadas a seguir.

2.4 As políticas públicas e a visão de mercado

Azevedo (2004) traz um importante estudo das políticas públicas sob a visão de mercado, ou seja, analisa as políticas sob o aspecto econômico do reflexo das estruturas sociais¹¹. De forma que divide em: Abordagem Neoliberal, Teoria Liberal Moderna da Cidadania, Abordagem Pluralista e Abordagem Social-Democrata,

¹¹ A autora divide seu livro em 4 capítulos, onde explora: a Abordagem Neoliberal, a Teoria Liberal Moderna da Cidadania, a Abordagem Pluralista, a Abordagem Social-Democrata, a Abordagem Marxista e propõe ao final Uma Proposta Analítica para a Política Educacional no Espaço de Intersecção das Abordagens. Consulte Referências.

assim como explica como causam maior ou menor impacto nas políticas públicas.

A autora trata da Abordagem Neoliberal¹², adotada por vários governos a partir dos anos 80 que compreende a “neutralidade do Estado”. Nessa abordagem, o Estado deve ser o guardião dos interesses públicos, principalmente quanto aos bens essenciais: educação, defesa e aplicação das leis. O mercado gera o bem-estar social ao regular/distribuir riqueza e renda, estimulando habilidade, competitividade e a busca ilimitada do ganho. Essa abordagem acredita que o mercado pode regular o capital e o trabalho.

Nessa visão, as políticas públicas geram desequilíbrio no plano econômico, social e moral, porque desrespeitam os princípios de liberdade e individualidade. Os programas de proteção aos trabalhadores (excluídos do mercado e pobres); os seguros de acidente e desemprego; as pensões e aposentadorias são exemplos de fatores que interferem na livre iniciativa e individualidade, porque na perspectiva dessa abordagem alteram o equilíbrio do mercado. No momento em que o governo se compromete com os Programas Sociais, necessita de maiores receitas, para isso aumenta a carga de tributos e dos encargos sociais.

De acordo com Azevedo (2004), a Política Educacional é entendida como um dos fatores mais importantes para à redução das desigualdades e tem o Estado como “guardião” que deve transferir/dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado. Dessa forma, estimula a competição e aquecimento do mercado, porque as famílias podem escolher o tipo de educação ofertada aos filhos, ao mesmo tempo que diminuem os gastos públicos. Quanto à Formação Profissionalizante, os neoliberais defendem que seja totalmente privatizada. No caso de falta de recursos, financiamentos, empréstimos públicos e privados podem ser previstos, mas o pagamento é de responsabilidade do indivíduo, que pagará assim que tiver valorização do seu capital humano (PAIVA, 2001)¹³.

De acordo com Azevedo (2014), a Teoria Liberal Moderna da Cidadania entende que o bem-estar e a liberdade são indispensáveis, assim o Estado é responsável pela promoção do bem comum. A “solidariedade mecânica” era substituída pela “solidariedade orgânica” com novas regras morais e cooperação. As

¹² As raízes da corrente Neoliberal encontram-se na Teoria do Estado formulada a partir do século XVII. Nessa fase surgem os direitos políticos como meio de garantir a participação no poder, fundamentado e organizado como Democracia (AZEVEDO, 2004).

¹³ Capital Humano é entendido como a educação formal somada as virtudes pessoais, competências e habilidades que determinam a ação individual (PAIVA, 2001).

relações entre capital e trabalho deveriam ter regulação jurídica e absoluta igualdade de condições exteriores. Respeitar os interesses, capacidades e habilidades era condição para a integração social. Com isso, surgiram apoiadores que entendiam que o pleno exercício da igualdade das chances supõe pré-requisitos básicos e essenciais para o mundo do trabalho. A educação como política pública é dividida com a iniciativa privada, o Estado é responsável, contudo não monopoliza, apenas fiscaliza.

Para Azevedo (2014), a Abordagem Pluralista tem como preocupação como os bens públicos surgem a partir das pressões sociais. O Estado deveria buscar o bem comum da população. Entretanto é de considerar a impossibilidade de atender a todas as reivindicações, seja pela falta de recursos ou pelas necessidades crescentes e ilimitadas da sociedade. Por isso, todos os indivíduos são convidados a participar da política enquanto cidadãos. Porque na participação se garante a distribuição dos recursos públicos. Os eleitores delegam às elites (dotados de alto grau de racionalidade) as tomadas de decisão. Os mediadores são os partidos políticos com programas e candidatos que atuam com a “teoria do consumidor”, construída com o mercado econômico e o mercado de bens públicos. Mesmo que atuem visando interesses pessoais, conseguem conquistar direitos e bens públicos para a população, para justificar que o poder vem dos cidadãos. O Estado administra os conflitos dos grupos e atores em luta, os resultados são as políticas governamentais. A política educacional tem o papel de ensinar normas, valores e atitudes para formar agentes sociais e políticos. Quanto mais a sociedade se torna complexa, mais cresce a importância da escola para a distribuição mais igualitária do poder.

Quanto a Abordagem Social-Democrata, Azevedo (2004) entende o Estado como Bem-Estar Social que busca um padrão de justiça na sociedade capitalista, mesmo em tempos de crise. Existem três modelos de proteção social: o modelo residual de bem-estar (o Estado atua em casos emergenciais), o modelo industrial de ampla realização (o Estado atua para corrigir uma falha do mercado) e o modelo institucional redistributivo (Estado distribui direito a todos).

O Estado como Bem-Estar Social é aquele que: garante aos indivíduos e família uma renda mínima; diminui a insegurança dando condições de enfrentar as contingências sociais e garante a todos os cidadãos serviços ofertados de alto padrão. Nessa abordagem se considera a luta das classes subalternas, pois tem

como base os estudos do capitalismo avançado da Europa. Garantindo os direitos de organização e representação no mundo do trabalho e de acesso aos serviços públicos. A Abordagem Social-Democrata aparece com um forte apelo político, por lembrar suas conquistas de proteção social na história. Não pedem pela substituição do Estado pelo mercado, mas o entendem como regulador, capaz de selar um compromisso que proteja os segmentos de cada classe, por intermédio de ajustes e reformas nos sistemas de proteção. Nessa abordagem, a política educacional é um direito de todos e devem ser consideradas as classes menos favorecidas.

Embora se diferenciem em alguns pontos, as três abordagens apontam para um Estado fiscalizador das políticas educacionais que deve atender a toda a população de forma igualitária. Mesmo com investimento, o discurso do Estado é de não possuir condições de atender a todas as demandas devido as dificuldades de recursos e estruturas. Essa tem sido a principal justificativa para o Estado firmar parcerias com os atores privados.

Há os que defendem que substituir os poderes públicos por atores privados ajuda no combate a ineficiência do Estado, além de libertar a sociedade civil do seu controle (BARROSO, 2005). Entretanto o mesmo autor ressalta que o sistema educativo é complexo; há pluralidade de fontes, finalidades e modalidades de regulação; sofrem influência das posições, interesses e estratégias dos diversos atores. O Estado adota um papel de regulador e avaliador, orienta o alvo, monitora, avalia e investe. Mas deixa de lado a organização e transfere funções para os atores privados, criando um sistema competitivo entre as entidades, também sofre múltiplas regulações por parte dos professores, pais, comunicação social, entre outros. Essa multiplicidade implica no equilíbrio e coerência, o que dificulta a existência de um sistema nacional de ensino.

Barroso (2005) afirma que no início dos anos 80, Margaret Thatcher e Ronald Reagan trouxeram as ideias neoliberais com a redução do papel do Estado e a abertura para parcerias privadas na saúde, educação, transportes, etc. Nesse período, a educação passou a ser discutida por organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras. Outro marco importante foi o “Consenso de Washington” que trazia a disciplina orçamental, a reforma fiscal, o apoio às trocas internacionais, privatização e desregulamentação

como receitas para diminuir a intervenção do Estado.

Este “encorajamento do mercado” traduz-se, sobretudo, na subordinação das políticas de educação a uma lógica estritamente econômica (“globalização”); na importação de valores (competição, concorrência, excelência etc.) e modelos de gestão empresarial, como referentes para a “modernização” do serviço público de educação; na promoção de medidas tendentes à sua privatização (BARROSO, 2005, p.741).

De acordo com o autor, a educação considerada serviço público passou a ser serviço para clientes e o bem educativo se tornou bens diversos, porque existiu uma proposta de articulação entre o mercado da educação e do emprego. Os critérios e opções de financiamento voltaram a atender a eficácia, qualidade e excelência, através das regras de concorrência do mercado.

Segundo Barroso (2005), no início do século XXI, com a globalização econômica, o Estado passou a ser visto como provedor e regulador. Nesse sentido, se faz necessário repensar a escola pública enquanto projeto nacional, com a promoção e a defesa dos seus princípios fundadores. Fazer da definição e regulação das políticas educativas uma construção coletiva em busca do bem comum, oferecendo qualidade e justiça para todos. Para isso, se tornam importantes formas democráticas de participação e decisão, sem deixar de lado a diversidade e individualidade dos cidadãos¹⁴.

Krawczyk (2005) relata que a cidadania moderna se traduz em um sujeito de direito e um Estado que garante esse direito. Mas o Estado quando se restringe à regulação do mercado, passa para a sociedade civil (iniciativa privada) a área social. Segundo a autora, a educação é condição indispensável para constituir a cidadania. Por isso, o Estado deveria garantir acesso e igualdade à educação para diminuir as diferenças econômicas e sociais.

Coube aos estados e municípios a educação primária e secundária, que sabemos houve dificuldades na distribuição de competências. Essa mudança do papel do Estado que era provedor e regulador e passa a ser apenas avaliador, valorizou o indivíduo e o mercado, afetou as ações do Estado e do comportamento social (KRAWCZYK, 2005).

A escola pública, antes considerada na sua construção espaço de igualdade e justiça e com o papel de transmitir conhecimento a seus atendidos, passou a

¹⁴ Barroso explica que “a regulação é um processo constitutivo de qualquer sistema e tem por principal função assegurar o equilíbrio, a coerência, mas também a transformação desse mesmo sistema” (BARROSO, 2005, p.733).

privilegiar a heterogeneidade, a diferença e o individualismo. Nesse sentido, abriu espaço para a privatização e sua nova lógica de regulação social. Na verdade, é a adaptação da educação às mudanças econômicas e de concorrência a nível internacional. Nessa lógica de mercado, o cidadão se tornou consumidor e se apresentaram formas quase mercantis de delegação de poderes, por meio de um novo processo de descentralização. A educação pública antes entendida como parte da distribuição das responsabilidades dos diferentes entes do Estado, passou a ser descentralizada para o mercado (BARROSO, 2005).

Na década de 80, a autonomia escolar e a governação participativa eram temas da luta por uma sociedade democrática que visava a formação do cidadão. Na reforma de 1990, muito se falou da autonomia escolar. A concepção da autogestão e/ou co-gestão como modelo de administração autônoma trouxe responsabilidade pelo seu conteúdo, financiamento e resultados. A unidade escolar deveria promover a autonomia financeira, administrativa e pedagógica da instituição. A educação pública foi responsabilidade do Estado, foi parte das responsabilidades dos diferentes entes do Estado e depois descentralizada para o mercado. O Estado passou então a responsabilidade para os estados e municípios, colocou na unidade escolar a responsabilidade de promover a educação e se auto manter (KRAWCZYK, 2005).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 reformulou as responsabilidades do Estado, do mercado e da sociedade quanto à educação. Buscou dispositivos e ações voltados à flexibilidade, liberdade, diversidade, competitividade e participação. Com a política de autonomia, a escola ampliou a liberdade de decisão e gestão dos recursos financeiros, para otimizar a prática escolar e flexibilizar as diretrizes para a produção de um projeto pedagógico que tenha sentido para a comunidade.

(...) uma escola autônoma é aquela que tem maior liberdade de organização, gestão e ação. A liberalização da gestão escolar estaria garantindo o aumento da responsabilidade de seus atores e, portanto, a eficiência da instituição. Essa ideia de liberdade na gestão surge como possibilidade ao serem suprimidas as ações governamentais, o que obriga as instituições a se tornarem autônomas (KRAWCZYK, 2005, p.809).

Esta pesquisa está em concordância com a autora quando critica essa ação. Porque essa “autonomia da escola” carrega consigo a responsabilização, os problemas e obstáculos são dos atores da escola, isentando o Estado de qualquer responsabilidade na gestão educacional. De forma que os recursos financeiros da escola e da comunidade é que regem seu nível de autonomia e liberdade. A

descentralização do poder para a escola, que incluiu políticas de incentivo e financiamento compartilhado, veio traçando caminhos de desigualdades. Também relacionou os salários dos professores ao desempenho dos alunos, o que gerou disputa entre os profissionais da educação.

Esta reconceitualização do público é um exemplo paradigmático do processo de descentralização para o mercado. Podemos dizer que é uma forma de privatização da educação que se realiza por um conjunto de reformas que, imbricado ao processo de descentralização para a escola, busca aproximar as “decisões no mercado” (as decisões políticas) das “decisões do mercado”, criando um quase-mercado em educação. Isto é, provocando uma gestão do sistema e da escola – com novas formas de financiamento, fornecimento e regulação diferentes das tradicionais, exclusivamente assumidas pelo Estado –, que simule o mercado (KRAWCZYK, 2005, p.811).

Foi uma estratégia para transferir a responsabilidade dos direitos sociais. Primeiro o Estado descentralizou para o mercado a responsabilidade do controle e a regulação educacional. Permitiu a criação de serviços educacionais que atuavam na gestão escolar, no sistema educacional e na própria escola. Depois descentralizou a responsabilidade da oferta e da universalização do serviço educativo, criou uma lógica de oferta e demanda, que incorporada como sistema democrático, passou a ter obrigação de: oferecer projetos institucionais diversificados, atender os interesses dos consumidores e demonstrar resultados à sociedade. Não se trata mais de direitos sociais do cidadão, mas de direitos do consumidor, incentivados por informações aos pais, premiações nas escolas, inserindo a competição por captação de recursos e valorização (KRAWCZYK, 2005).

Neste capítulo, destacamos os princípios da educação: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais; a valorização dos profissionais do ensino e a garantia de padrão de qualidade. Os atores privados oferecem seus serviços na educação pública quanto a:

- igualdade de condições – quando firmam parcerias/criam instituições conveniadas para atender as crianças sem vagas;
- permanência na escola - quando criam discursos de que as conveniadas oferecem a mesma qualidade das instituições privadas para que as famílias não mudem de unidade escolar ou optem pela conveniada;
- gratuidade do ensino – quando oferecem ensino gratuito, mesmo nas instituições conveniadas;

- valorização dos profissionais do ensino – quando oferecem cursos rápidos ou formações temporárias no início das parcerias aos professores;
- garantia de padrão de qualidade – quando inserem nas redes de ensino materiais apostilados, normas de avaliação, programas de notas e créditos às escolas com alunos com alto desempenho nas avaliações externas.

Adrião (2014) e Krawczyk (2005) trazem como exemplo de serviços dos atores privados os *vouchers* e a escola *charter*. Os *vouchers* já são utilizados no Chile, Colômbia, Porto Rico, Guatemala, vários países da Europa e América do Norte. Trata-se de um vale educação subsidiado pelo governo através de impostos que permite aos pais matricular os filhos na escola de sua escolha.

Como mencionado anteriormente, Krawczyk (2005) concorda com Adrião (2010) sobre a semelhança das escolas conveniadas com as escolas *charters*. A escola *charter*, com origem nos Estados Unidos, presente também na província de San Luis, Argentina, Chile e vários países latino-americanos. Define-se como escola cooperativa e pública porque atende a todos, mas é financiada com recursos próprios, administrada por grupos de educadores, pais, líderes comunitários, etc. Tem como diferencial os contratos de desempenho que controla os operadores da escola e o ensino público, também oferece variedade nas opções educativas para as crianças (KRAWCZYK, 2005).

A autora chama a atenção de que essa liberdade financeira e administrativa foi vista como exemplo de eficiência e eficácia das reformas do Estado. Foi tema de estudos do Banco Mundial, do Programa de Reformas Educacionais na América Latina (PREAL), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Também cresceu no Brasil a transferência de funções e responsabilidades para a comunidade de forma privada/voluntária no funcionamento e gestão da escola. Parcerias com setores da sociedade, filantrópicos e empresas em nome do bem-estar como dever de todos, “amigos da escola”, “empresa cidadã”, “responsabilidade social” que estimularam a sociedade civil a “adotar” uma escola, com reformas, manutenção e investimentos financeiros (KRAWCZYK, 2005).

Dessa forma, a escola e sua constante crise orçamentária, viraram atração para novos atores participantes da gestão. Esse processo de descentralização implicou em uma nova proposta de governação e governabilidade da educação pública. Promoveu mudanças estruturais, mudou o rumo da qualidade e direito à

educação e rompeu com a lógica das demandas sociais conforme Krawczyk (2005) porque entende-se nesse processo que o direito à educação passou a atender a visão de mercado.

Neste capítulo, estudou-se com Ribeiro (1993) e Xavier (1992) as principais mudanças na área educacional do país desde o período colonial até o final do regime militar, com a discussão de que as reformas não proporcionaram grandes avanços. Observou-se nas Legislações que os avanços e retrocessos se demonstram nas leis e acordos firmados, de acordo com o Quadro 4 – Leis: avanços e retrocessos na Educação. O Brasil passou por mudanças históricas, econômicas e políticas, mas carrega dificuldades antigas na educação. Cury (2008;2010) e Duarte (2004;2007) alertaram que a participação política é uma via para garantir os direitos dos trabalhadores e destacaram que a educação prepara para essa participação. Por isso, a importância do papel das políticas públicas que deve se preocupar com o acesso à educação e como resultado: garantir os direitos da população de exercer de forma plena a cidadania. Barroso (2005) e Krawczyk (2005) afirmaram que a escola e sua crise orçamentária viraram atração para atores privados. Esses ofertaram seus serviços na escola pública e a educação passou a atender a visão de mercado.

Conforme apresentado, o Estado possibilita esse processo de descentralização da educação pública para os atores privados. No próximo capítulo, serão apresentadas as parcerias público-privadas nas pesquisas da última década.

CAPÍTULO 3 - A EDUCAÇÃO PÚBLICA E A PRIVATIZAÇÃO

No presente capítulo apresentamos o levantamento do estado do conhecimento sobre pesquisas que tratavam da privatização na e da escola pública. Sabe-se que o Brasil, assim como outros países têm intensificado as parcerias com o setor privado para atender as demandas da educação. Essa notória incidência motivou estudos nas Universidades. Para o Estado do Conhecimento realizou-se a busca de pesquisas sobre privatização e escola pública nos repositórios das Universidades e encontrou-se o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE¹⁵. Esse grupo é composto por docentes, pesquisadores (estudantes de graduação e pós-graduação) e educadores interessados no tema e vinculados a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) Rio Claro, Universidade de São Paulo (USP) Ribeirão Preto e Universidade Federal do Mato Grosso – Rondonópolis. Desde 2019, o grupo de pesquisa criou e coordena a Rede Latino Americana e Africana de pesquisadores em privatização da educação¹⁶. Assim como esses pesquisadores, buscou-se nesta pesquisa compreender os modos de atuação do setor privado e como ele se instalou na educação, reconfigurando a escola pública. Para isso, iniciou-se a Pesquisa Bibliográfica descrita a seguir.

3.1 Estado do Conhecimento

¹⁵ O Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE tem desenvolvido pesquisas interinstitucionais no campo da política educacional, em âmbitos nacional e internacional, priorizando a relação contemporânea entre os setores público e privado para a oferta, a gestão, o currículo, as relações de trabalho e o financiamento da educação básica e as implicações dessas dimensões para o direito à educação. São atividades intrínsecas ao Grupo: a formação de pesquisadores, a articulação com entidades da sociedade civil vinculadas à defesa da educação pública e a difusão do conhecimento científico construído com base nas pesquisas desenvolvidas. Além disso, organiza seminários de pesquisa com convidados externos como forma de complexificar a análise dos temas investigados e estimula a publicação dos resultados de suas pesquisas em periódicos acadêmicos e científicos (“Grupo de Estudo e Pesquisas em Políticas Educacionais - GREPPE”, 2005). Informações retiradas do site oficial. Disponível em: < <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br> >. Acesso em 01 jan. 2022.

¹⁶ A Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPe) se constitui a partir da ação voluntária de pesquisadores e pesquisadoras da América Latina e África, cujo intuito é reunir reflexões e promover diálogos acerca dos processos e efeitos da privatização da educação, tendo por princípio a educação como direito humano fundamental e o fortalecimento dos sistemas públicos como premissa para sua concretização. Dessa iniciativa se vislumbra avançar na construção dos conhecimentos sobre o tema e contribuir com a materialização do direito à educação (“RELAAPPE”, 2019). Informações retiradas do site oficial. Disponível em: < <https://www.relaappe.fe.unicamp.br/pt-br> >. Acesso em 01 jan. 2022.

A Pesquisa Bibliográfica trata-se de um movimento importante para compreender, explicar e dar significado aos fatos que se estudará (TRIVIÑOS, 1987). É a busca que fornece dados atuais e relevantes, uma fonte indispensável de informações (MARCONI; LAKATOS, 2003). Com ela é possível identificar os limites e as possibilidades de avançar (GROPPO; MARTINS, 2006). Nesse sentido, procurou-se conhecer os anúncios e denúncias que essas pesquisas traziam acerca da privatização da escola pública.

Iniciamos¹⁷ a pesquisa bibliográfica na “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações”¹⁸, para responder a seguinte questão: quais arranjos sócio-políticos se mostraram predominantes nas parcerias-público privadas no período de 2010 a 2020 em relação à educação? Pois se as medidas da reforma do Estado implantadas no país a partir dos anos 1990 visam a um modelo neoliberal, então o modelo de ensino implementado prioriza as demandas mercadológicas e não a aprendizagem. Optamos por esse banco de dados por ser confiável e atualizado, já que existe um movimento dinâmico de produções culturais e científicas.

Escolhemos as produções de mestrado e doutorado, devido à profundidade dessas pesquisas. Como critério para a seleção, a busca se deu a partir das palavras-chave “privatização” e “escola pública” nos seus resumos.

Adrião (2017) explica que os processos de privatização na educação se traduzem em todas formas de transferência de responsabilidade sobre a elaboração, gestão de políticas educativas ou oferta educacional para o setor privado (seja lucrativo ou não).

A privatização entra na escola pública como: parcerias para a oferta educativa (abertura de vagas), gestão escolar privada para administrar as escolas públicas, oferta de materiais apostilados, formações para profissionais da educação, entre outros. A autora compara essas escolas administradas por atores privados com as

¹⁷ Nesta pesquisa utilizamos a 1ª pessoa para indicar as várias mãos que teceram essa dissertação: autores, pesquisadores, grupos e professores que compuseram todo esse rico material.

¹⁸ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002. Hoje, a BDTD se consolida como uma das maiores iniciativas, do mundo, para a disseminação e visibilidade de teses e dissertações (BDTD, 2016). Informações retiradas do site oficial. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 01 jan. 2022.

charters schools dos Estados Unidos. Destaca que desde os anos 90, o Brasil tem firmado parcerias para a manutenção do atendimento escolar: merenda, transporte, recursos didáticos, etc. (ADRIÃO, 2014).

Nesta pesquisa, entende-se a partir dos autores que a privatização se apresenta como: a participação na gestão das escolas, no currículo, na oferta de vagas, nas aprendizagens para as avaliações externas, nas redes de atendimentos, nos materiais didáticos, nas formações de professores, entre outros.

Quando se refere a atores privados se compreende: associações, institutos, fundações, Organização Não Governamental (ONG's), empresas, agências internacionais, organização social, instituições religiosas e outras instituições com ou sem fins lucrativos.

A privatização aqui tratada não é apenas a ação de transferir o público para o privado, mas se insere na escola pública como: parcerias para a oferta educativa (abertura de vagas); gestão escolar privada para administrar as escolas públicas; oferta de materiais apostilados e formações para profissionais da educação.

O recorte histórico aplicado nas teses e dissertações foi de 2010 a 2020. Escolhemos esse recorte por ser o mesmo período analisado na pesquisa proposta. De forma didática, descrevemos passo a passo como ocorreu esse procedimento.

No site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) realizamos uma “Busca Simples” com os descritores escola pública e privatização, chegou-se a 177 resultados. Novamente fizemos uma “Busca Simples” com os descritores escola pública e apostilamento, diminuiu para 148 resultados. Optamos pela “Busca Simples” com os descritores “escola pública” e “empresa” entre aspas (o que exige que o banco traga as palavras escola pública e empresa juntas), que gerou 138 resultados. Percebemos que as escolhas tinham refinado os resultados para chegar a um resultado mais preciso, por isso, realizamos a “Busca Avançada” com os descritores escola pública e privatização em todos os campos, em todos os termos, no idioma português, selecionando apenas dissertação e tese, no período de 2010 a 2020, que gerou 108 resultados (totalizando 77 dissertações e 31 teses). Por fim, realizamos a “Busca Avançada” com os descritores “escola pública” e “privatização” entre aspas (o que exige que o banco traga as palavras escola pública e privatização juntas) em todos os campos, em todos os termos, no idioma português, selecionando apenas dissertação e tese, no período de 2010 a

2020, gerou 20 resultados (totalizando 14 dissertações e 6 teses). Esse último resultado se mostrou mais preciso e possível de realizar uma filtragem manual.

Inicialmente foram utilizados os filtros do site para contribuir no refinamento da busca. Seguem os 20 resultados¹⁹ que se assemelhavam a pesquisa “As parcerias da rede municipal de Sorocaba/SP com os atores privados no recorte dos anos 2010 a 2020”:

- 2020 - “A qualidade da educação das crianças de zero a três anos: estudo a partir da percepção das famílias de uma creche conveniada no município de Curitiba” - Mariana Veríssimo da Silva - Dissertação - Universidade Federal do Paraná;
- 2020 – “A gestão público-comunitária da educação como horizonte comum: a experiência comparada das ocupações das escolas de Santiago e São Paulo” - Juan David Miranda González – Dissertação - Universidade Estadual de Campinas;
- 2019 – “Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública no Brasil” - Adriana Álvares de Lima Depieri - Dissertação - Universidade de São Paulo;
- 2019 – “Discursos para a Educação Básica e Superior do Campo: Adestramento ou Desenvolvimento Rural?” - Alessandra Luther - Tese - Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- 2019 – “Narrativas sobre o Processo de Constituição Docente dos Estudantes de Educação Física em Formação Inicial durante os Estágios de Docência da ESEFID/UFRGS” - Lediana Ribeiro de Quadros - Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- 2018 – “Políticas Públicas para a Leitura: A Mercantilização da Educação” - Katia Silva Bufalo - Dissertação - Universidade Estadual de Londrina;
- 2018 – “Projeto bens comuns: a práxis do bem comum e a cidadania ativa através do ensino de ciências ambientais e filosofia” – Levy Müller Júnior - Dissertação - Universidade Federal do Paraná;
- 2018 – “O Movimento ‘Todos Pela Educação’: o Público, o Privado e a disputa de Projetos Educacionais no Brasil” - Dalessandro de Oliveira Pinheiro – Tese - Universidade Federal do Paraná;

¹⁹ Verifique quadro completo em Apêndice.

- 2017 – “A Agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação: um estudo do acordo com a Rede Municipal de Educação de Florianópolis” - Mariano Moura Melgarejo - Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina;
- 2016 – “A participação das instituições não governamentais na gestão da escola pública: uma análise do Programa "Nave-Mãe" no município de Campinas-SP” - Sílvia Helena Chicone - Dissertação - Universidade de São Paulo;
- 2016 – “Responsabilidade social e educação escolar: o projeto de educação básica da ‘direita para o social’ e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo” - Leonardo Docena Pina - Tese - Universidade Federal de Juiz de Fora;
- 2016 – “Mercantilização x escola pública: a instrumentalização das ONG’s no processo de privatização no início do século XXI” - Roberto Alves Simões – Tese - Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
- 2015 – “Influências de instituições externas à escola pública: privatização do ensino a partir da Educação Ambiental?” - Carolina Borghi Mendes – Dissertação - Universidade Estadual Paulista de Bauru;
- 2013 – “Políticas Públicas de reestruturação do Ensino Médio: as reformas implantadas pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás no período 2000-2010” – Elaine Nicolodi - Tese - Universidade Federal de Goiás;
- 2013 “O trabalho em Saúde nos hospitais de Gestão Terceirizada: o caso do estado de Goiás” - Patrícia Santiago Vieira - Dissertação - Universidade Federal de Goiás;
- 2013 – “O atendimento público e privado concessionário na Educação Infantil: um olhar sobre as condições de oferta” - Jaqueline dos Santos Oliveira - Dissertação - Universidade Estadual Paulista de Rio Claro;
- 2013 – “Política de Avaliação e Trabalho Docente no Ensino Médio” – Verônica Lima Carneiro - Tese - Universidade Federal do Pará;
- 2012 – “Parcerias Público-Privadas no Ensino Fundamental e na Educação Infantil: Implicações na Gestão da Escola Pública e no Trabalho Docente” - Kildo Adevaír dos Santos - Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais”;

- 2011 – “Dinheiro Direto na Escola, Gestão Democrática e Público Não-Estatal: uma Avaliação do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de Fortaleza” - João Inácio Campelo – Dissertação - Universidade Federal do Ceará;
- 2010 – “A Educação Municipal e a Relação Público x Privado: um Estudo de Caso em Fernão/SP” - Fernanda Marcela Delgado - Dissertação - Universidade Estadual Paulista de Marília;

Após a análise dos 20 resultados (14 dissertações e 6 teses); percebemos que a Universidade Federal do Paraná teve 3 resultados; a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Goiás tiveram 2 resultados cada uma; já a Universidade Estadual de Campinas, a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual Paulista de Bauru, a Universidade Estadual Paulista de Rio Claro, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Estadual Paulista de Marília todas tiveram 1 resultado cada, no recorte de 10 anos.

Em seguida, realizamos mais uma filtragem, após a seleção do banco de dados, fizemos a “busca manual” e a leitura das pesquisas. Por meio do site das universidades, chegamos aos repositórios, os documentos foram “baixados” e então seguimos com a leitura dos resumos e do corpo das pesquisas. Nessa leitura identificou-se o título da pesquisa, tipo de pesquisa (dissertação/tese), autor da pesquisa, data de defesa, instituição, resumo, metodologia e resultados. MARCONI e LAKATOS (2003) citam que nenhuma pesquisa começa do zero, alguém em algum lugar já pesquisou o seu tema. Conhecer as conclusões dessas pesquisas permitiu demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes.

Embora alguns dados obtidos sejam expostos quantitativamente, nesse capítulo trazemos uma pesquisa qualitativa, porque queremos aprofundar a compreensão das pesquisas sobre escola pública e privatização. Sintetizamos as produções acadêmicas que se preocuparam com o tema “parcerias entre as escolas públicas e os atores privados”, conhecendo quais foram os autores citados, os problemas de pesquisa, os recortes teórico-metodológicos e os resultados obtidos. A análise e interpretação tem o mesmo movimento: olhar com atenção para os dados

(DE SOUZA MINAYO, 2011). Essa análise descreveu o cenário das pesquisas que traziam semelhança ou não com a pesquisa proposta. A partir dele, compreendemos o que já foi estudado e as lacunas que podiam ser preenchidas.

Com a análise crítica dos resumos e a leitura do corpo das dissertações e teses, constatamos que 8 pesquisas, embora pertinentes, não tinham semelhança com a pesquisa apresentada, são elas:

- 2020 – “A gestão público-comunitária da educação como horizonte comum: a experiência comparada das ocupações das escolas de Santiago e São Paulo” - Juan David Miranda González – Dissertação - Universidade Estadual de Campinas – Palavras-chave: Privatização na educação. Estudantes do ensino médio. Movimentos sociais. Escolas. Ocupação. Cultura Política. Escolas Públicas. Educação Comunitária;
- 2019 – “Discursos para a Educação Básica e Superior do Campo: Adestramento ou Desenvolvimento Rural?” – Alessandra Luther - Tese - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Palavras-chave: Educação no campo. Desenvolvimento rural. Paradigmas. Discursos. Geografias;
- 2019 – “Narrativas sobre o Processo de Constituição Docente dos Estudantes de Educação Física em Formação Inicial durante os Estágios de Docência da ESEFID/UFRGS” – Lediana Ribeiro de Quadros - Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Palavras-chave: Narrativas. Experiências formativas. Constituição docente. Formação inicial. Estágio de docência;
- 2018 – “Projeto bens comuns: a práxis do bem comum e a cidadania ativa através do ensino de ciências ambientais e filosofia” – Levy Müller Júnior - Dissertação - Universidade Federal do Paraná – Palavras-chave: Filosofia. Bens Comuns. Meio ambiente. Eco pedagogia. Grupo focal. Ciências ambientais. Ensino médio;
- 2013 – “Políticas Públicas de reestruturação do Ensino Médio: as reformas implantadas pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás no período 2000-2010” - Elaine Nicolodi - Tese - Universidade Federal de Goiás – Palavras-chave: Ensino Médio. Identidade. Políticas de reforma. Avaliação;
- 2013 – “O trabalho em Saúde nos hospitais de Gestão Terceirizada: o caso do estado de Goiás” - Patrícia Santiago Vieira - Dissertação - Universidade Federal de Goiás – Palavras-chave: Hospitais públicos. Organizações sociais.

Gestão terceirizada. Trabalho em saúde;

- 2013 – “Política de Avaliação e Trabalho Docente no Ensino Médio” - Verônica Lima Carneiro - Tese - Universidade Federal do Pará. Palavras-chave: Políticas educacionais. Reforma do Estado. Políticas de avaliação. Avaliações externas. Trabalho docente. Ensino médio;
- 2011 – “Dinheiro Direto na Escola, Gestão Democrática e Público Não-Estatal: uma Avaliação do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de Fortaleza” - João Inácio Campelo – Dissertação - Universidade Federal do Ceará – Palavras-chave: Avaliação. Descentralização. Gestão democrática. Público não-estatal. Autonomia escolar;

Para compreender a análise foram incluídas as palavras-chave. Observamos nessas 3 teses e 5 dissertações a preocupação com: o Ensino Médio e as ocupações nas escolas, a Educação no Campo, Formação inicial dos docentes de Educação Física, Ciências Ambientais e Ensino Médio, Ensino Médio e Políticas de Reforma, Hospitais Públicos e Organizações Sociais, Políticas de Avaliação e Ensino Médio, Gestão Democrática e Público Não-Estatal. Embora sejam temas muito importantes, levaram a outros caminhos de pesquisa.

Consideramos muito relevante a filtragem manual, porque apesar de contar com os filtros de buscas do site, se pode ter um resultado ainda mais preciso com as leituras das pesquisas. A pesquisa bibliográfica dá consistência ao trabalho, mostra o que acontece na comunidade científica e lembra que deve existir um diálogo entre as fontes e as ideias dos autores (KOHL, 2016). É necessário estabelecer um critério na análise e interpretação, por isso algumas pesquisas foram selecionadas de acordo com a semelhança.

Com a análise crítica dos resumos e a leitura do corpo das dissertações e teses, constatamos que 12 pesquisas tinham semelhança com a nossa proposta. Seguem as pesquisas selecionadas:

- 2020 - “A qualidade da educação das crianças de zero a três anos: estudo a partir da percepção das famílias de uma creche conveniada no município de Curitiba” - Mariana Veríssimo da Silva - Dissertação - Universidade Federal do Paraná – Palavras-chave: Privatização da Educação. Trajetória de dependência. Qualidade no atendimento em creche. Direito à Educação. Famílias;

- 2019 – “Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública no Brasil” - Adriana Álvares de Lima Depieri - Dissertação - Universidade de São Paulo - Palavras-chave: Educação pública. Empresários e a educação. Instituto Ayrton Senna. Privatização. São Paulo;
- 2018 – “Políticas Públicas para a Leitura: A Mercantilização da Educação” - Katia Silva Bufalo - Dissertação - Universidade Estadual de Londrina – Palavras-chave: Políticas Públicas de Leitura. Democratização da leitura. Público-privado. Mercantilização da educação;
- 2018 – “O Movimento ‘Todos Pela Educação’: o Público, o Privado e a disputa de Projetos Educacionais no Brasil” - Dalessandro de Oliveira Pinheiro – Tese - Universidade Federal do Paraná – Palavras-chave: Política Educacional. Gestão da escola pública. Movimento Todos pela Educação. Empresariamento da educação pública;
- 2017 – “A Agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação: um estudo do acordo com a Rede Municipal de Educação de Florianópolis” - Mariano Moura Melgarejo - Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina – Palavras-chave: Banco Interamericano de Desenvolvimento. Educação e Desenvolvimento. Política Educacional. Rede Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Florianópolis;
- 2016 – “A participação das instituições não governamentais na gestão da escola pública: uma análise do Programa "Nave-Mãe" no município de Campinas-SP” - Sílvia Helena Chicone - Dissertação - Universidade de São Paulo – Palavras-chave: Educação Infantil. Privatização. Parceria Público-Privado;
- 2016 – “Responsabilidade social e educação escolar: o projeto de educação básica da ‘direita para o social’ e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo” - Leonardo Docena Pina - Tese - Universidade Federal de Juiz de Fora – Palavras-chave: Empresários. Responsabilidade social. Educação escolar. Política educacional;
- 2016 – “Mercantilização x escola pública: a instrumentalização das ONG’s no processo de privatização no início do século XXI” - Roberto Alves Simões – Tese - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Palavras-chave: ONG’s. Privatização do ensino público. Capitalismo. Crise. Imperialismo. Marxismo.

Esquerda;

- 2015 – “Influências de instituições externas à escola pública: privatização do ensino a partir da Educação Ambiental?” - Carolina Borghi Mendes – Dissertação - Universidade Estadual Paulista de Bauru – Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica. Responsabilidade socioambiental. Escola pública. Agronegócio;
- 2013 – “O atendimento público e privado concessionário na Educação Infantil: um olhar sobre as condições de oferta” - Jaqueline dos Santos Oliveira - Dissertação - Universidade Estadual Paulista de Rio Claro – Palavras-chave: Educação infantil. Condições de oferta. Indicadores de qualidade. Privatização. Avaliação;
- 2012 – “Parcerias Público-Privadas no Ensino Fundamental e na Educação Infantil: Implicações na Gestão da Escola Pública e no Trabalho Docente” - Kildo Adevaír dos Santos - Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais” – Palavras-chave: Parceria público-privada. Gestão escolar. Trabalho docente. Política educacional;
- 2010 – “A Educação Municipal e a Relação Público x Privado: um Estudo de Caso em Fernão/SP” - Fernanda Marcela Delgado - Dissertação - Universidade Estadual Paulista de Marília – Palavras-chave: Quase-Mercado em educação. Gestão Educacional. Municipalização do Ensino;

Para compreender a análise foram incluídas no quadro as palavras-chave. Observamos nessas 3 teses e 9 dissertações a preocupação com: a Creche Conveniada de Curitiba/PR; Políticas Públicas de Leitura e Mercantilização; “Todos pela Educação” e o Empresariamento da Educação Pública; a Agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação e a Rede Municipal de Florianópolis/SC; Parceria Público-Privado e o Programa "Nave-Mãe" no município de Campinas/SP; Empresários e Responsabilidade social; ONGs e Privatização do ensino público; Agronegócio e Educação Ambiental; Atendimento Público e Privado concessionário na Educação Infantil; Parcerias Público-Privadas e Gestão Escolar e a Relação Público X Privado na Rede Municipal de Fernão/SP.

A Pesquisa Bibliográfica demonstrou que o tema tem sido a preocupação de pesquisadores em várias universidades do Brasil, no recorte de 2010 a 2020. Foram selecionadas 3 teses e 9 dissertações que se assemelhavam a pesquisa

apresentada e trouxeram parcerias dos atores privados com as escolas públicas. Foram identificados 3 estados diferentes (Paraná, Santa Catarina e São Paulo). Nos resultados apareceram 3 municípios paulistas e 2 casos de creches conveniadas. É de se considerar que as parcerias encontradas nos municípios paulistas podem servir de modelo para a rede municipal de Sorocaba/SP, situada no estado paulista. Destaca-se também que a Educação Infantil foi citada em 4 pesquisas, isso aponta que as parcerias também têm ocorrido na creche e pré-escola.

A tentativa de padronização dos projetos pedagógicos e do trabalho realizado nas escolas é a principal justificativa dos dirigentes municipais de Educação para a realização de parcerias com sistemas de ensino privados. Buscam instaurar nas redes municipais uniformidade nos processos pedagógicos, alegando evitar “desigualdades” entre as escolas. Se tal motivação revela uma preocupação com a possibilidade de que ações diferenciadas gerem qualidade também diferenciada, por outro lado, incide sobre a autonomia de escolas e docentes frente à organização do trabalho pedagógico ao retirar-lhes, como assegura a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a possibilidade de organizarem suas práticas a partir de necessidades locais ou iniciativas próprias (ADRIÃO et al., 2009, p.118).

No capítulo 1, teceu-se reflexões acerca da privatização e a escola pública. Peroni (2003) afirmou que a preocupação do governo federal, nos anos 1990, passou a ser a qualidade enquanto produtividade, busca pela eficiência e eficácia com autonomia da escola, controle de qualidade, descentralização de responsabilidades e terceirização de serviços.

Podemos constatar (...) um movimento que vem ocorrendo na redefinição do papel do Estado, tendência essa que aponta para a incorporação da lógica empresarial da produtividade no interior do próprio aparelho do Estado (PERONI, 2003, p.90).

Nesse contexto, foram descentralizadas as responsabilidades e não os recursos. Com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), na época, a União pretendia racionalizar recursos porque sua justificativa para a crise foi a crise fiscal, tirando sua responsabilidade para com a educação; em um contexto em que os municípios passaram por grande crise financeira. Assim foi parte da sua estratégia passar para a sociedade as políticas sociais enquanto estabelecia outras prioridades para superar a crise do capital (PERONI, 2003).

A estratégia em curso no Brasil é a de financiar-se o capital especulativo com juros altos, o que aumenta a dívida pública (...). Portanto, os Estados e municípios pagam duas vezes pelo déficit público, pois suas dívidas estão se tornando irresgatáveis e, ainda assumem as políticas sociais, que passam a ser, cada vez mais, descentralizadas, o que se torna inviável e,

assim, a sociedade terá de assumir as tarefas que, até então, eram do Estado (PERONI, 2003, p.141-142)

Nesse levantamento encontramos 4 pesquisas que tratavam da descentralização da oferta da educação infantil para os atores privados:

- 2020 - “A qualidade da educação das crianças de zero a três anos: estudo a partir da percepção das famílias de uma creche conveniada no município de Curitiba”;
- 2016 – “A participação das instituições não governamentais na gestão da escola pública: uma análise do Programa "Nave-Mãe" no município de Campinas-SP”;
- 2013 – “O atendimento público e privado concessionário na Educação Infantil: um olhar sobre as condições de oferta”;
- 2012 – “Parcerias Público-Privadas no Ensino Fundamental e na Educação Infantil: Implicações na Gestão da Escola Pública e no Trabalho Docente”;

Peroni (2003) define que a política educacional não é apenas determinada pelas mudanças que ocorrem na redefinição do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas mudanças. A redefinição do papel do Estado vem se materializando, principalmente com: a contradição Estado mínimo/Estado máximo (que se demonstra nos processos de centralização/descentralização dos projetos de política educacional) e no conteúdo dos projetos de descentralização.

De acordo com Arelaro (2009) nas últimas décadas, houve a desvalorização do trabalho produtivo e com isso, a privatização das empresas e dos serviços públicos se mostrou estrutural. A autora discute que a reforma do Estado veio como resposta para a crise do capitalismo. Tanto os neoliberais quanto os apoiadores da Terceira Via, acreditam que o Estado deve ter participação mínima repassando essa ação para o mercado com a privatização (visão neoliberal) ou com a parceria com a sociedade civil com ou sem fins lucrativos (terceiro setor). Para descentralizar sua responsabilidade com a educação básica, o Estado promoveu uma política de municipalização, com a Emenda Constitucional nº 14 de 1996 (BRASIL, 1996).

Arelaro (2009) e Peroni (2003) apontam que apesar dos municípios receberem recursos do governo federal são insuficientes para manter a educação municipalizada, porque eram inferiores ao que o Estado deveria dispor se realmente tivesse como objetivo municipalizar essa fase escolar.

A Emenda Constitucional nº 14 de 1996 (BRASIL, 1996), contribuiu para descentralização da educação. A oferta educacional do ensino fundamental público foi transferida para municípios que passaram a ter maior número de matrículas na educação básica sem que tivessem condições (financeiras e técnicas) para o atendimento com qualidade. Os municípios precisaram criar estratégias de atendimento, esses modelos de parcerias com empresas privadas, de acordo com Adrião (2014), podem estar associados as *charters schools* dos Estados Unidos. Modalidade em que as crianças estudam de forma gratuita em instituições privadas que recebem recursos em forma de *vouchers*.

Como mencionado no capítulo 1, desde os anos 1990, o Brasil tem firmado parcerias para a manutenção do atendimento escolar: merenda, transporte, recursos didáticos, etc. Criou-se um discurso que a escola privada traz qualidade e as famílias optaram por matricular as crianças nas Organizações Sociais, Organização Não Governamental (ONG's), Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou outras nomenclaturas que se apresentem. Assim como as *charters schools* não importa o tipo de entidade que ofereça o serviço, mas é conveniente que ela não cobre mensalidade, que atue segundo as normas e que possa ser escolhida pelas famílias (Adrião 2014).

Mais precisamente, presencia-se privatização de processos como a definição dos currículos escolares dos sistemas públicos; a elaboração e aplicação de sistemáticas de avaliação desses; procedimentos de formação em serviço de educadores (professores e gestores); qualificação de assessorias técnicas e jurídicas de esferas governamentais, incluindo formas de supervisão das atividades de ensino desenvolvidas pelas escolas (ADRIÃO, 2017, p.130).

Arelaro (2009) indica que o Estado carrega o discurso de falta de recursos financeiros e com isso justifica: a falta de formação continuada de professores, congelamento dos salários, falta de inovação nas condições materiais e de trabalho, depreciação do patrimônio público, construção de escolas improvisadas (escolas de lata, madeirit, *traillers*, com folhas de zinco, etc.). Nesse contexto, ainda se instalou o processo de rendimento escolar com avaliações externas que ignoram essa falta de recursos.

As parcerias se apresentaram atraentes com: a formação “permanente” dos professores da rede (com um modelo já pronto e testado) - tirou os espaços de discussão entre os grupos de professores; maior participação dos pais nas reuniões e Conselhos - porque com o novo material podem acompanhar e avaliar o trabalho

do professor; maior efetividade podendo diminuir os cargos técnicos das Secretarias de Educação – cumprindo a Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000) conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal que limitou a despesa com pessoal em até 60% para os municípios e estados, de acordo com Arelaro (2009). Para a autora,

as chamadas parcerias nada mais são que a transferência de serviços, historicamente considerados privativos do poder público, para um privado ou grupo de privados executarem, em nome da boa gestão e da eficácia dos “negócios públicos” (ARELARO, 2009, p.31).

Adrião (2014) destaca que a educação pública, no contexto de período de crise do capitalismo, passou a ser atrativa para a expansão do capital, ainda mais por trazer subsídios públicos. Nos estados e municípios, onde as áreas financeira e técnica precisam de apoio é que mais se incentivaram a reforma educativa. Como se pode observar nas pesquisas selecionadas:

- 2019 – “Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública no Brasil”;
- 2017 – “A Agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação: um estudo do acordo com a Rede Municipal de Educação de Florianópolis”;
- 2016 – “Responsabilidade social e educação escolar: o projeto de educação básica da ‘direita para o social’ e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo”;
- 2016 – “Mercantilização x escola pública: a instrumentalização das ONG’s no processo de privatização no início do século XXI”;
- 2015 – “Influências de instituições externas à escola pública: privatização do ensino a partir da Educação Ambiental?”;

Adrião (2017) denuncia que se criou um mercado educacional formado por corporações e grupos “filantropos” que entendem a educação como negócio. Elaboraram “Sistemas Privados de Ensino” e inclusive participam do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do governo federal.

A autora relembra que a presença direta do setor privado foi ampliada com: a Emenda Constitucional 19/1998 (BRASIL, 1998) – que operacionalizou e normalizou o financiamento público para a oferta privada de serviços e atividades governamentais; a Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Complementar nº 101, de

2000 (BRASIL, 2000) - que fixou teto para gastos com despesa de pessoal, precarizou a educação e a saúde (permitiu a privatização desses setores); e ações articuladas visando o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995 - que tem o setor privado como agente e “parceiro” na elaboração de políticas públicas.

Percebe-se que a partir de 2010, grandes grupos editoriais nacionais e internacionais ofereceram “insumos curriculares”, ou seja, “conjunto de produtos e serviços diretamente relacionados a ‘estruturação’, portanto a conformação, do trabalho pedagógico” (ADRIÃO, 2017, p. 132). Como se pode observar nas pesquisas selecionadas:

- 2018 – “Políticas Públicas para a Leitura: A Mercantilização da Educação”;
- 2018 – “O Movimento ‘Todos Pela Educação’: o Público, o Privado e a disputa de Projetos Educacionais no Brasil”;
- 2010 – “A Educação Municipal e a Relação Público x Privado: um Estudo de Caso em Fernão/SP” (uso de apostilamento do Sistema COC de Ensino);

Por esse levantamento, percebeu-se que as parcerias se apresentaram com modelos prontos, testados e que podiam ser implantados em qualquer unidade escolar, sem considerar suas especificidades. No entanto, vale ressaltar que esses materiais prontos não respeitam o tempo de aprendizagem individual do aluno, porque seguem roteiros e cronogramas. Para Adrião (2017) esses materiais exercem controle e supervisão sobre o trabalho docente. Sabe-se do baixo poder aquisitivo de algumas famílias que não podem matricular seus filhos em escolas privadas. Nesse contexto, os atores privados entram na escola pública com as propostas de padronização de currículos e projetos educativos, ou seja, veem a escola pública como um novo mercado consumidor para seus “insumos curriculares”. Por isso, observa-se que a inserção desses grupos na política educacional é também uma forma de privatização.

Para Adrião (2009; 2017) essas empresas oferecem serviços como: formação continuada, acompanhamento e supervisão de atividades docentes, investimentos na produção e distribuição de materiais didáticos, processos de avaliação interna e externa, dentre outros, antes desenvolvidos pelas equipes pedagógicas das escolas e pela administração pública. Esses grupos também vendem livros didáticos e paradidáticos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Programa Nacional do Livro de Didático (PNLD) sob supervisão do governo

federal. Trazem para as escolas públicas livros didáticos, acervos de obras literárias, obras complementares, dicionários e mais recentemente livros digitais.

Observamos nas pesquisas selecionadas que os métodos e técnicas mais adotados foram: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa qualitativa e a análise documental. Documentos firmados nas parcerias, documentos expedidos pelas instituições públicas e documentos expedidos pelos atores privados, compuseram as fontes primárias. Alguns pesquisadores também utilizaram análise de conteúdo, questionário, entrevistas semiestruturadas, grupo focal, visitas e observações. Como resultados das pesquisas selecionadas foram extraídos os seguintes trechos²⁰:

- 2020 - “A qualidade da educação das crianças de zero a três anos: estudo a partir da percepção das famílias de uma creche conveniada no município de Curitiba” – Mariana Veríssimo da Silva - Dissertação - Universidade Federal do Paraná – Resultados: “As famílias percebem a creche conveniada mais próxima da creche privada, sendo, portanto, de maior qualidade em relação à creche pública”;
- 2019 – “Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública no Brasil” - Adriana Álvares de Lima Depieri - Dissertação - Universidade de São Paulo – Resultados: “A atuação dos empresários na educação é motivada por bandeiras e demandas que não conflitam com a lógica central do sistema capitalista”;
- 2018 – “Políticas Públicas para a Leitura: A Mercantilização da Educação” - Katia Silva Bufalo - Dissertação - Universidade Estadual de Londrina – Resultados: “Os programas de Políticas Públicas para o Livro e a Leitura utilizam a bandeira da democratização, no entanto, esses programas atendem muito mais um viés mercadológico”;
- 2018 – “O Movimento ‘Todos Pela Educação’: o Público, o Privado e a disputa de Projetos Educacionais no Brasil” - Dalessandro de Oliveira Pinheiro – Tese - Universidade Federal do Paraná – Resultados: “A organização do movimento “Todos Pela Educação” (2006) passa a representar a constituição de um dos principais vetores da coalizão empresarial, que se estrutura para pautar a agenda da educação pública no país”;

²⁰ Consultar quadro completo no Apêndice.

- 2017 – “A Agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação: um estudo do acordo com a Rede Municipal de Educação de Florianópolis” - Mariano Moura Melgarejo - Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina – Resultados: “Os empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o setor Educação deixam de se voltar para o Ensino Superior e Profissional, a partir dos anos 1990, e passam cada vez mais a atingir o Ensino Fundamental” (caso de Florianópolis/SC);
- 2016 – “A participação das instituições não governamentais na gestão da escola pública: uma análise do Programa "Nave-Mãe" no município de Campinas-SP” - Sílvia Helena Chicone - Dissertação - Universidade de São Paulo – Resultados: “Com base nos dados de matrículas apresentados, desde a criação da CEI's “Naves-Mães”, tem sido priorizada a expansão da oferta pelo setor público não estatal em detrimento da oferta direta pela Prefeitura que, inclusive, sofreu um declínio, principalmente, no caso das pré-escolas” (caso de Campinas/SP);
- 2016 – “Responsabilidade social e educação escolar: o projeto de educação básica da ‘direita para o social’ e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo” - Leonardo Docena Pina - Tese - Universidade Federal de Juiz de Fora – Resultados: “Apoiando-se na apropriação privada do saber erudito, as organizações analisadas propõem uma formação escolar centrada nas ideologias da empregabilidade e do capital humano e social”;
- 2016 – “Mercantilização x escola pública: a instrumentalização das ONG's no processo de privatização no início do século XXI” - Roberto Alves Simões – Tese - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Resultados: “A nova política de gestão escolar exigirá mudanças radicais no currículo do ensino básico, o que exigirá mudanças também, no currículo da formação de professores formados pelas universidades públicas e privadas para o trabalho com os novos métodos de manualização do ensino”;
- 2015 – “Influências de instituições externas à escola pública: privatização do ensino a partir da Educação Ambiental?” - Carolina Borghi Mendes – Dissertação - Universidade Estadual Paulista de Bauru – Resultados: “Ficou constatado que a inserção de instituições externas - de tamanha relevância econômica e cultural na região amostrada - nas escolas públicas interfere no

trabalho docente e no desenvolvimento de uma educação humanizadora para os estudantes”;

- 2013 – “O atendimento público e privado concessionário na Educação Infantil: um olhar sobre as condições de oferta” - Jaqueline dos Santos Oliveira - Dissertação - Universidade Estadual Paulista de Rio Claro – Resultados: “Os dados obtidos revelam que o Programa Bolsa Creche foi implementado como uma ação paliativa para resolver o problema de falta de vagas nas creches. Apesar disso, o programa ainda se mantém e o problema de falta de creches permanece” (caso de Limeira/SP);
- 2012 – “Parcerias Público-Privadas no Ensino Fundamental e na Educação Infantil: Implicações na Gestão da Escola Pública e no Trabalho Docente” - Kildo Adevaír dos Santos - Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais” – Resultados: “Constata-se que a estratégia da parceria público-privada tem implicado fortemente na gestão das escolas públicas e no trabalho dos docentes, implantando uma lógica mercantil, tecnicista, gerencialista”;
- 2010 – “A Educação Municipal e a Relação Público x Privado: um Estudo de Caso em Fernão/SP” - Fernanda Marcela Delgado - Dissertação - Universidade Estadual Paulista de Marília – Resultados: “Os dados coletados durante a realização desta pesquisa apontaram que a parceria entre a Secretaria Municipal da Educação de Fernão e o Colégio Oswaldo Cruz (COC) se deu por acaso, demonstrando que o Poder Público se preocupa muito mais com sua imagem diante dos eleitores do que com a qualidade dos serviços prestados” (caso de Fernão/SP);

As teses e dissertações selecionadas apontaram para uma preocupação em analisar o atendimento da educação à lógica capitalista com seu viés mercadológico. Nas pesquisas, a falta de vagas na rede pública, as dificuldades de investimento na educação, as promessas de qualidade no ensino são justificativas para o estabelecimento das parcerias que atenderam aos interesses do empresariado e não focaram na aprendizagem.

Com os resultados das pesquisas, percebe-se que os atores privados atuaram nas escolas públicas em diversos estados e municípios. O Estado tem descentralizado a responsabilidade pela educação básica para os municípios, sem que tivessem condições financeiras para atender a essa demanda. Nesse sentido, recorrem a atores privados que oferecem: parcerias para a oferta educativa

(abertura de vagas), gestão escolar privada para administrar as escolas públicas, oferta de materiais apostilados e formações para profissionais da educação. Além das parcerias já estabelecidas desde os anos 90, para a manutenção do atendimento escolar: merenda, transporte, recursos didáticos, etc.... Adrião (2014) compara essas escolas administradas por atores privados com as *charters schools* dos Estados Unidos.

As pesquisas mostraram a participação dos atores privados na gestão das escolas, no currículo, na oferta de vagas, nas aprendizagens para as avaliações externas, nas redes de atendimentos, nos materiais didáticos, nas formações de professores, entre outros, o que entendemos ser uma forma de privatização. Com os resultados, os pesquisadores afirmam não existir impactos positivos na qualidade da educação, mas uma busca em atender as demandas mercadológicas.

Destacamos a importância da discussão sobre os processos de transferência de responsabilidade pública para o setor privado, inclusive quando projetos educacionais que são realizados há anos nas redes públicas saem de cena para dar lugar a projetos temporários vindos de atores privados.

Na pesquisa “Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP”, optamos como Metodologia a Pesquisa Bibliográfica - com autores que estudam a educação como direito social e a privatização da escola pública - e a Análise Documental - com as publicações oficiais sobre as parcerias da rede municipal de Sorocaba/SP com os atores privados. Adotamos a Abordagem Empírico Analítica buscando estabelecer um diálogo entre os autores e as fontes primárias como dados empíricos.

Procuramos responder a seguinte questão: quais arranjos sócio-políticos se mostraram predominantes nas parcerias público-privadas no período de 2010 a 2020 em relação à educação? Pois se as medidas da reforma do Estado implantadas no país a partir dos anos 1990 visam a um modelo neoliberal, então o modelo de ensino implementado prioriza as demandas mercadológicas e não a aprendizagem. Encontramos vários pesquisadores e Universidades que tiveram a mesma preocupação nos últimos 10 anos. Com o estado do conhecimento, levantamos 12 pesquisas que se assemelhavam diretamente com nossa pesquisa. Os resultados dessas teses e dissertações mostraram a preocupação em atender à lógica capitalista com seu viés mercadológico.

Como pesquisadora, busca-se com a pesquisa “Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP”, avançar os estudos sobre escolas públicas e privatização, não esgotando o tema, mas permitindo que novos caminhos e novas pesquisas possam despertar.

Neste capítulo, apresentou-se o Estado do Conhecimento sobre as pesquisas que se preocupavam com a privatização na e da escola pública. Encontrou-se o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE. Esse grupo é composto por docentes, pesquisadores (estudantes de graduação e pós-graduação) e educadores interessados no tema e vinculados a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) Rio Claro, Universidade de São Paulo (USP) Ribeirão Preto e Universidade Federal do Mato Grosso – Rondonópolis. Iniciamos a pesquisa bibliográfica na “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações”. Escolhemos as produções de mestrado e doutorado, a busca se deu a partir das palavras-chave “privatização” e “escola pública” nos seus resumos, com o recorte histórico aplicado de 2010 a 2020, o mesmo do período analisado na pesquisa proposta.

Selecionamos 12 pesquisas que apontaram em seus resultados a preocupação com o atendimento da educação à lógica capitalista com seu viés mercadológico. Nessas pesquisas, a falta de vagas na rede pública, as dificuldades de investimento na educação, as promessas de qualidade no ensino foram justificativas para o estabelecimento das parcerias que atenderam aos interesses do empresariado. No próximo capítulo, será tratada a privatização e a escola pública no contexto da rede municipal de ensino de Sorocaba/SP.

CAPÍTULO 4 - A REDE MUNICIPAL DE SOROCABA/SP E AS PARCERIAS COM OS ATORES PRIVADOS

Levantar o estado do conhecimento sobre pesquisas que tratavam da privatização na e da escola pública em Sorocaba/SP foi o objetivo deste capítulo. Assim como pesquisar se houve incidência ou não de parcerias com os atores privados na rede de ensino na última década.

De acordo com as pesquisas de Adrião (2009;2021), Arelaro (2009) e Krawczyk (2005) acredita-se que a implementação de parcerias está relacionada com as medidas da reforma do Estado e no Plano de Reforma do Aparelho do Estado implantados a partir dos anos 1990. O Estado em um contexto de crise da eficácia da administração pública escolheu transferir a oferta de serviços públicos para as esferas locais, processo que ficou claro com a municipalização do ensino fundamental. De forma que os municípios tiveram um aumento significativo de demanda e como antes, não recebiam recursos necessários para atender com qualidade, optaram por firmar parcerias com os atores privados.

Sabendo desse contexto, nossa pesquisa pretendeu responder a seguinte questão: quais arranjos sócio-políticos se mostraram predominantes nas parcerias público-privadas na rede municipal de Sorocaba/SP no período de 2010 a 2020 em relação à educação? Pois se as medidas da reforma do Estado implantadas no país a partir dos anos 1990 visam a um modelo neoliberal, então o modelo de ensino implementado prioriza as demandas mercadológicas e não a aprendizagem.

Iniciamos com o levantamento do estado do conhecimento, assim como realizado no capítulo 3 com pesquisas que tratavam de privatização e escola pública. A Pesquisa Bibliográfica é importante para compreender, explicar e dar significado aos fatos que se estudará (TRIVIÑOS, 1987). É a busca que fornece dados atuais e relevantes, uma fonte indispensável de informações (MARCONI; LAKATOS, 2003). Com ela é possível compor os limites e as possibilidades de avançar (GROPPO; MARTINS, 2006). Nesse sentido, procurou-se conhecer as pesquisas que tratavam de privatização e escola pública em Sorocaba, assim como os anúncios e denúncias que essas pesquisas traziam.

Iniciamos²¹ a pesquisa bibliográfica na “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações”²². Optamos por esse banco de dados por ser confiável e atualizado, já que existe um movimento dinâmico de produções culturais e científicas. Escolhemos as produções de mestrado e doutorado, devido à profundidade dessas pesquisas. Como critério para a seleção, a busca se deu a partir das palavras-chave “parcerias público-privadas” e “Sorocaba” nos seus resumos. O recorte histórico aplicado nas teses e dissertações foi de 2010 a 2020. Escolhemos esse recorte por ser o mesmo período analisado na pesquisa proposta.

No site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) repetimos a pesquisa realizada no capítulo 3, agora inserido o termo “Sorocaba”. Realizamos uma “Busca Simples” com os descritores escola pública, privatização e Sorocaba, não houve resultados. Novamente fizemos uma “Busca Simples” com os descritores escola pública, apostilamento e Sorocaba, não houve resultados. Optamos pela “Busca Simples” com os descritores “escola pública”, “empresa” e “Sorocaba” entre aspas (o que exige que o banco traga as palavras juntas), não houve resultados. Realizamos a “Busca Avançada” com os descritores escola pública, privatização e Sorocaba em todos os campos, em todos os termos, no idioma português, selecionando apenas dissertação e tese, no período de 2010 a 2020, não houve resultados. Realizamos a mesma “Busca Avançada” utilizando os filtros com os descritores “escola pública”, “privatização” e “Sorocaba” entre aspas (o que exige que o banco traga as palavras juntas), não houve resultados. Após todos esses procedimentos, concluímos que não se encontrou pesquisas em relação a parceria público-privada de Sorocaba/SP, no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O município de Sorocaba/SP conta com duas universidades que oferecem Mestrado e Doutorado em educação: Universidade de Sorocaba (UNISO) e Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Repetimos a pesquisa

²¹ Nesta pesquisa utilizamos a 1ª pessoa para indicar as várias mãos que teceram essa dissertação: autores, pesquisadores, grupos e professores que compuseram todo esse rico material.

²² A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002. Hoje, a BDTD se consolida como uma das maiores iniciativas, do mundo, para a disseminação e visibilidade de teses e dissertações (BDTD, 2016). Informações retiradas do site oficial. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 01 jan. 2022.

realizada no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) nos bancos de dados dessas universidades.

No site de pós-graduação da Universidade de Sorocaba (UNISO) se encontra na aba dissertações, as pesquisas realizadas de 1998 a 2022. O site não oferece sistema de buscas, organiza as pesquisas por ano, por isso, realizamos a busca manual com os descritores escola pública, apostilamento, privatização, empresa e Sorocaba nos títulos das dissertações, não houve resultados. Na aba teses estão as pesquisas realizadas de 2011 a 2022. Realizamos a busca manual com os mesmos descritores nos títulos das teses, chegou-se a 1 resultado:

2021 – “O movimento da privatização da rede municipal de ensino de Sorocaba entre 2018-2020” – Edmara Aparecida Parra Melati – Tese – Universidade de Sorocaba – Palavras-chave: Neoliberalismo. Terceira Via. Política Educacional. Legislação Educacional. Movimento Todos pela Educação. Privatização da Educação. Rede Municipal de Ensino de Sorocaba;

A pesquisa de Melati (2021) se assemelhava a nossa pesquisa porque estudou de que forma as ideias propostas pelo neoliberalismo e pela terceira via influenciaram o Estado brasileiro na formulação das políticas voltadas a privatização, também como se deu esse desdobramento na Rede Municipal de Ensino de Sorocaba. Os resultados de Melati (2021) apontaram para a influência da lógica do neoliberalismo e da terceira via na organização das políticas proposta pelo Estado brasileiro, observou-se a atuação empresarial na definição da política e da legislação educacional, por fim identificou-se formas de privatização da educação municipal de Sorocaba com a “Gestão Compartilhada da Educação Infantil” e o “Sistema de Ensino SESI”. Compreendemos que a tese da pesquisadora já apontou dois resultados para nossa pesquisa: atores privados como responsáveis pela oferta de vagas na educação infantil e o uso de apostilamento na rede municipal de Sorocaba/SP.

A professora Adrião (2014) destaca que a privatização entra na escola pública como: parcerias para a oferta educativa (abertura de vagas), gestão escolar privada para administrar as escolas públicas, oferta de materiais apostilados e formações para profissionais da educação. Compara essas escolas administradas por atores privados com as *charters schools* dos Estados Unidos. Em seu artigo de 2017, Adrião explica que os processos de privatização na educação se traduzem em todas

formas de transferência de responsabilidade sobre a elaboração, gestão de políticas educativas ou oferta educacional para o setor privado (seja lucrativo ou não). Criou-se na educação, um mercado educacional composto por corporações e grupos “filantropos” que entendem a educação como negócio. Atuam com oferta de livros, coletâneas didáticas, conteúdos digitais e materiais estruturados - entendidos como “sistemas privados de ensino”; tal qual estratégias de melhorias na qualidade da educação básica.

As *charters schools* nos Estados Unidos são escolas privadas que recebem subsídios públicos para atender de forma gratuita seus alunos. Essas escolas selecionam os alunos por sorteio, possuem independência curricular e trabalhista. Caso não correspondam às metas exigidas podem ser fechadas ou substituída toda a equipe por uma “mais qualificada” ADRIÃO (2014).

A autora afirma que muitas prefeituras têm realizado parcerias nessa modalidade escolas *charters* para atender a demanda de alunos que não conseguem vagas na rede pública municipal, principalmente na Educação Infantil. A denúncia de que este modelo se configura em uma modalidade de privatização da oferta educativa é também defendida nesta pesquisa, pois a iniciativa de criação ou gestão da escola, parte de organizações sem fins lucrativos, ou seja, é uma criação de um mercado que visa oferta, serviços e assessorias voltadas à implantação dessas escolas. Essas empresas lucrativas também se ampliam e crescem, em seguida passam a gerir conjuntos de escolas. Trazem o discurso de que a “qualidade” em educação vem da esfera privada. Essa modalidade pode vir de uma instituição de mercado que “vende” seus produtos educacionais ou de uma instituição sem fins lucrativos que “oferece” seus serviços ao poder público. Nesse sentido, observa-se que em ambas situações a educação está sendo administrada por atores privados.

Outra base de dados consultada foi o site de pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. No site se encontra na aba programa, as dissertações defendidas com as pesquisas realizadas de 2013 a 2019, a partir de 2020 as pesquisas ficaram arquivadas no site do repositório UFSCAR. O site de pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba não oferece sistema de buscas, organiza as pesquisas por ano, por isso, realizamos a busca manual com os descritores escola pública, apostilamento, privatização, empresa e Sorocaba nos títulos das dissertações, chegou-se a 2 resultados:

- 2018 – “A judicialização na Educação Infantil entre ênfases, encaminhamentos e solicitações no município de Sorocaba/SP” - Petula Ramanauskas Santorum e Silva – Dissertação - Universidade Federal de São Carlos - *campus* Sorocaba – Palavras-chave: Judicialização. Educação Infantil. Sorocaba-SP. Políticas públicas para educação infantil;
- 2018 – “O conselho municipal de educação de Sorocaba/SP: a gestão democrática e a busca pela qualidade socialmente referenciada” - Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara – Dissertação - Universidade Federal de São Carlos - *campus* Sorocaba – Palavras-chave: Conselhos Municipais de Educação. Qualidade da educação socialmente referenciada. Sorocaba/SP;

As pesquisas encontradas são pertinentes, porém não tem como tema a privatização e escola pública em Sorocaba. Silva (2018) estuda os processos de judicialização nos casos em que não há vagas na Educação Infantil e os responsáveis procuraram por vias legais ter esse direito respeitado. Já Almenara (2018) se preocupa com a atuação do conselho municipal de educação, sua autonomia e participação na educação municipal por meio de funções normativas, deliberativas e consultivas.

O processo seletivo do programa de doutorado da universidade, iniciou em 2019, assim as teses defendidas são a partir de 2021 e estão arquivadas no site do repositório UFSCAR. O sistema de buscas permite selecionar teses e dissertações, realizamos a busca das teses de 2021 com os descritores: escola pública, apostilamento, privatização, empresa e Sorocaba nos títulos, não houve resultados.

Destacamos que nossa pesquisa contribui para o campo acadêmico porque se interessa pela discussão sobre os processos de transferência de responsabilidade pública para o setor privado no ensino, principalmente na rede municipal de Sorocaba, visto que encontramos poucas pesquisas que tratam do tema. O próximo passo foi explicitar a caracterização do município de Sorocaba/SP.

4.1 Caracterização do município de Sorocaba/SP

A cidade de Sorocaba é a sede da região metropolitana, localiza-se no estado de São Paulo a 100 km de distância da capital. Consultamos o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e encontramos que na área população:

em 2010, a população era de 586.625 pessoas e a densidade demográfica era de 1.304,18 habitantes/km². Na área trabalho e rendimento, em 2020, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,9 salários mínimos, o pessoal ocupado somava 226.123 pessoas (32,9%) e em 2010 o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo era de 31,7%.

Na área educação: em 2010 a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,1%; em 2019, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública) era de 6,7; em 2021, a população estimada era de 695.328 pessoas; as matrículas no ensino fundamental somavam em 84.221; o total de docentes no ensino fundamental era de 4.355; o número de estabelecimentos de ensino fundamental era de 210 escolas. Na área economia: em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita somava R\$ 54.878,75; em 2015, o percentual das receitas oriundas de fontes externas era de 41,2% e em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,798.

Na área saúde: em 2020, a mortalidade infantil era de 8,48 óbitos por mil nascidos vivos; em 2016, as internações por diarreia eram de 0,1 internações por mil habitantes e em 2019, os estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) eram de 75 no total. Na área território e ambiente: em 2021, a área da unidade territorial é de 449,872 km², o esgotamento sanitário adequado é de 98% e em 2010, a população exposta ao risco era de 12.867 pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021).

Consultamos a seguir, o site da Secretaria da Educação da Prefeitura de Sorocaba/SP que atualiza os dados anualmente. Encontramos os dados: em 2022, a rede municipal era composta por 88 creches, 70 escolas com atendimento de pré-escola e 58 escolas com atendimento de ensino fundamental (anos iniciais). Em 2021, tinham 9 Instituições de Educação Infantil conveniadas que atendiam creche (SOROCABA, 2022). Em contato telefônico com essas instituições foi confirmado que o atendimento conveniado permaneceu em 2022.

Em 2020, o número de professores de educação básica (anos iniciais) era de 2005; auxiliares de educação que atuavam nas creches com o professor eram 1500; a evolução das taxas de rendimento escolar apontava que 99,9% tinham aprovação nos anos finais e 0,1% foi abandono; a evolução da taxa de distorção idade-série era de 3,3 nos anos iniciais; a média de alunos por turmas era de 22,9 na educação infantil e 25,6 no ensino fundamental (anos iniciais); o número de matrículas na

educação básica era de 156.788, sendo 16.905 em creches, 17.146 na pré-escola e 46.506 no ensino fundamental (anos iniciais) e as demais no ensino fundamental (anos finais) (SOROCABA, 2021).

A educação na cidade conta com o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) que segundo o site oficial, foi criado pela lei nº 4.574, de 19 de julho de 1994 (SOROCABA, 1994) e pela lei nº 6.754, de 22 de novembro de 2002 (SOROCABA, 2002). Iniciou suas atividades como instituição do Sistema Municipal de Ensino de Sorocaba, em 1998. Foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo através do Parecer CEE nº. 197/1998, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 08 de maio de 1998 (SÃO PAULO, 1998).

O Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) é um órgão normativo, deliberativo e consultivo. Publica deliberações, indicações e pareceres sobre questões técnicas, pedagógicas e administrativas sobre a educação. É formado por 18 conselheiros com mandato de 3 anos, cessando todos os anos o mandato de um terço. Seus membros não são remunerados e participam das Câmaras de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Todos os anos, o presidente e o vice são eleitos por seus pares, por meio de voto secreto (CMESO, 2022).

As sessões ordinárias são quinzenais e as Comissões e Câmaras se reúnem mensalmente ou de acordo com a necessidade. As manifestações do CMESO são publicadas no site oficial e no jornal “Município de Sorocaba” disponibilizado no site oficial da prefeitura diariamente (CMESO, 2022).

Compreende-se com esses dados que Sorocaba possui uma rede de ensino grande, que se apoia também em critérios e atitudes assumidas pela rede estadual. Por isso se tornou importante pesquisar se o estado de São Paulo estabelecia ou não parcerias com os atores privados, esse foi a próxima etapa desta pesquisa.

4.2 O estado de São Paulo e as parcerias com os atores privados

Como visto no Capítulo 2, Krawczyk (2005) alerta que o Estado de São Paulo tem firmado parcerias com os atores privados desde 1987, “Adote uma Escola” e “Parceria Empresa-Escola Pública”, estão entre as principais. Essas parcerias promovem apoio financeiro em reformas, manutenção, aumento de funcionários, complemento no salário dos docentes, entre outros. Muitas vezes projetos de leitura

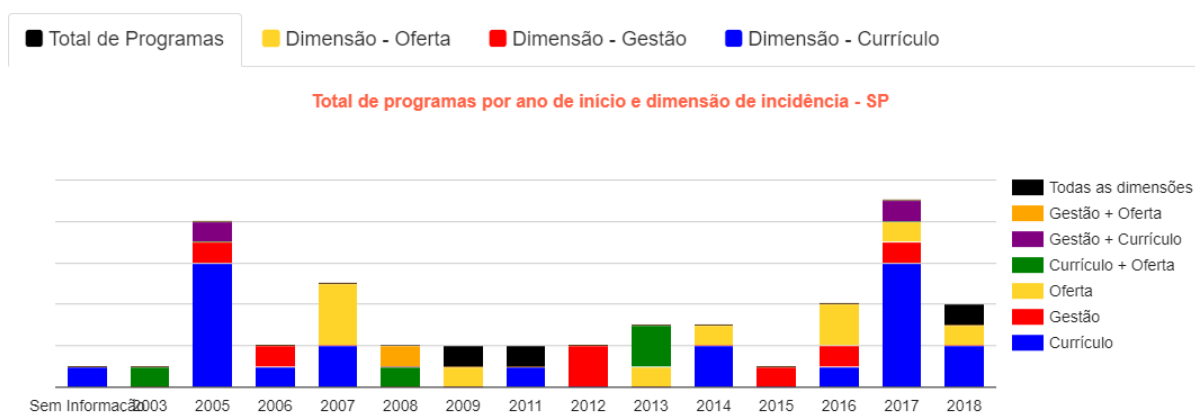
vem acompanhados pela reforma da Biblioteca e composição do acervo. Projetos de ciências vem com a construção de laboratórios e materiais para experimentos.

O que mais justifica essas parcerias são as dificuldades da escola pública se manter. Krawczyk (2005) aponta que a concepção da autogestão e/ou co-gestão como modelo de administração autônoma trouxe para a escola pública a responsabilidade pelo seu conteúdo, financiamento e resultados. Essas parcerias com os atores privados não possuem um contrato a longo prazo, “o processo de descentralização para o mercado tende a gerar uma nova qualidade na relação entre escola e comunidade, que é uma relação de dependência unilateral da primeira com a segunda” (KRAWCZYK, 2005, p.815).

A autora traz a preocupação que esse processo de descentralização implica em uma nova proposta de governação e governabilidade da educação pública. Promove mudanças estruturais, muda o rumo da qualidade, do direito à educação e rompe com a lógica das demandas sociais. No lugar da sociedade de direito, surge a cidadania e a competitividade, porque o direito à educação passa a atender a visão de mercado (KRAWCZYK, 2005).

No capítulo 3, apresentou-se o Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais (GREPPE) que também se preocupa com a escola pública e os movimentos de privatização. Dentre seus membros se destaca o trabalho da professora Adrião (2017) que por mais de 10 anos tem estudado o tema. Em 2017, a autora pesquisou as parcerias das escolas públicas do estado de São Paulo.

Quadro 5 – Presença de atores privados na rede estadual de São Paulo



Fonte: Adrião (coord.) Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015) 2018/Cnpq-Fapesp. Link: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao. Acesso em: 25 jun. 2022.

O quadro demonstra os resultados sobre a atuação dos atores privados na gestão, oferta e currículo das escolas públicas paulista. Atuam: na gestão quando participam das ações das secretarias de educação e criam políticas públicas ou diretrizes para o estado; na oferta quando abrem escolas conveniadas para atender gratuitamente as crianças em instituições não públicas e no currículo quando inserem nas escolas públicas livros didáticos, materiais de apoio, sistemas apostilados que “ditam” o que será ensinado.

De acordo com Arelaro (2009), Krawczyk (2005) e Adrião (2017), os atores privados adentram nas escolas públicas como ação de responsabilidade social e contribuem para a alteração da natureza da educação que é ser um bem público. Transforma a educação em mercadoria, na função de poder de compra e demanda, subordinada à lógica do lucro. Adrião (2017) critica as parcerias dos atores privados com as escolas públicas paulistas e destaca seis fatores:

- 1- É papel do Estado assegurar a efetivação da educação como direito humano - inclusive foram firmados acordos internacionais;
- 2- Existe dificuldade de controle público sobre os fundos públicos - ausência de transparência na compra de “sistemas privados de ensino” ou “tecnologias educacionais” quando são firmadas parcerias com esses grandes grupos;
- 3- O Banco Mundial (BM) defende essas parcerias - como composição do Sistema Público de Ensino;
- 4- Ocorre a duplicação de gastos – programas curriculares nível macro repassam “insumos curriculares” adquiridos dos grandes grupos privados e outras redes públicas também consomem desses mesmos grupos, como por exemplo, os municípios;
- 5- A incidência de sistemas privados de ensino na Educação Infantil, inclusive em creches de municípios paulistas, orientando e prescrevendo o trabalho docente na lógica de entidades privadas;
- 6- O aumento dos investimentos, em 2015 o “mercado da educação” movimentou cerca de US\$5 trilhões (dados da Internacional da Educação). Segundo a autora, pode ser esse o interesse na privatização da escola pública;

Adrião (2021) realizou nova pesquisa com o Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais (GREPPE) para levantar os dados sobre a incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste. Em São Paulo, a autora buscou caracterizar e analisar três programas de atores privados para a

educação pública paulista no recorte de 2005 a 2018. Essa pesquisa foi importante para conhecer fatores e relações político-institucionais que possam ser padrões na relação atores privados e o estado, responsável pela educação e vigência dos programas. Para a seleção dos programas foram consideradas a capilaridade e a vigência. A capilaridade diz respeito a abrangência, ou seja, quantos segmentos da escola atende e a vigência se trata do tempo que o programa existiu.

A autora relembra que o recorte 2005 foi o ano limite para a adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, os dados levantados de 2015 a 2018 foram retirados de fontes primárias disponíveis nas páginas institucionais das organizações selecionadas, no site da secretaria estadual de educação e em notícias divulgadas pela imprensa, localizadas via Google.

Adrião (2021) destacou que desde 1995 o estado de São Paulo elege governadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Esse partido de linha tradicional tem exercido o poder com cargos legislativos e executivos. O partido compartilha de orientações liberais que tem interesse na liberação da economia, na privatização, nas medidas de ajuste fiscal e na diminuição da máquina pública. De 2005 a 2018, os governadores foram Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra²³. O estado de São Paulo tem o maior produto interno bruto (PIB) do Brasil e os mais influentes grupos e organizações empresariais do país.

Também Secretários/as de Educação assumiram postos relevantes em esferas governamentais, com destaque para Maria Helena Guimarães de Castro (2007-2009) - presidente do INEP, integrante do Conselho Nacional de Educação, Secretaria Executiva do MEC e Secretaria do DF; Paulo Renato Souza (2009-2010) ministro da Educação e reitor da Universidade Estadual de Campinas (1986-1990); Herman Voorwald (2011-2015) reitor da Universidade Estadual Paulista - UNESP, José Renato Nalini (2016-2018) foi promotor de justiça. Exceção feita a Gabriel Chalita (2002-2006), Maria Lúcia Vasconcelos (2006-2007) e João Cury (2018) (ADRIÃO, 2021 p.361).

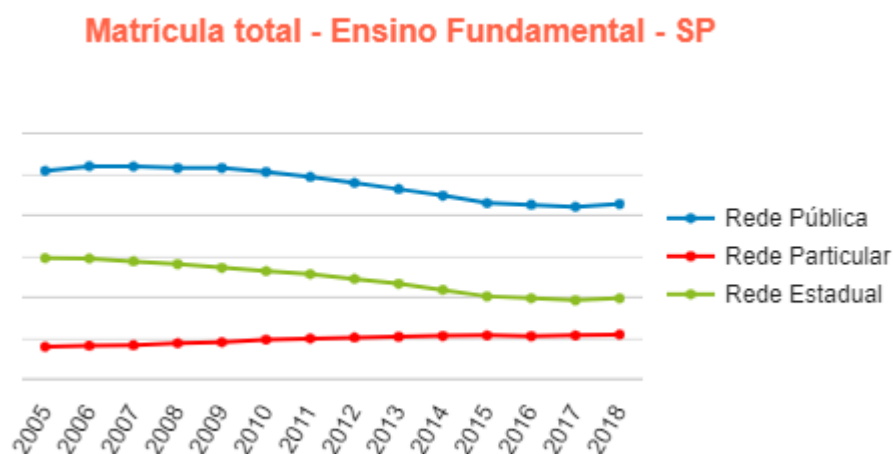
A autora nota que a presença de ex-secretários da educação paulista no governo federal está relacionada com a visão do partido e as políticas educacionais nacionais. Cita como exemplo políticas públicas adotadas no período: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional de Cursos (Provão), o

²³ A eleição de 2022, foi eleito um governador de direita que tomará posse em 2023, Tarcísio Gomes de Freitas do Partido Republicanos. Seu plano de governo pretende continuar com as políticas de educação até agora implementadas e pode acentuar o viés mercadológico da mesma. Informações retiradas do site oficial. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/SP/546/candidatos/909026/5_1660082556447.pdf>. Acesso em 12 dez. 2022.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), entre outros.

Adrião (2021) afirma que São Paulo é uma das maiores redes públicas de ensino da América Latina e do Brasil. Em 2018, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE) era constituída por 56.075 escolas, ofertando Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa da autora também indicou que houve uma queda nas matrículas do ensino fundamental nas escolas estaduais, de 2005 a 2018, porque o processo de municipalização havia se iniciado.

Quadro 6 – Diminuição de matrículas para o Ensino Fundamental na rede estadual (2005 a 2018)



Fonte: Adrião (coord.) Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015), 2018/Cnpq-Fapesp. Disponível em: <https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento-da-insercao-do-setor-privado-nas-redes-estaduais-de-educacao>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Adrião (2021) aponta que o estado de São Paulo criou situações de sucateamento da educação pública estadual, sem novas contratações de professores no período, com salas de aulas lotadas, prédios sem manutenção, baixos salários, falta de formação continuada que atenda às especificidades da rede, entre outras ações. Em 1996, a Secretaria da Educação paulista criou um sistema próprio de avaliação, Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Em 2008, apesar da queda das matrículas, o estado adotou a política de bonificação com a lei complementar criou o programa Bonificações por Resultados (BR). A autora também denuncia a diminuição de concursos públicos,

principalmente para a contratação de profissionais da educação, o que resulta em processo de precariedade.

Observa-se com isso, diretores que assumem cargos de supervisão de ensino e professores que assumem a direção escolar para preencher as lacunas existentes. Relembramos que nas cidades paulistas, principalmente as menores, ainda existe os cargos por indicação, ou seja, o prefeito que indica o profissional com ou sem experiências para os cargos de gestão escolar. Soma-se a isso o fechamento de salas, a ampliação do número de alunos por turma, ampliação de jornada dos docentes, entre outras dificuldades. Todos esses fatores contribuem para a situação precária da educação pública e a saída escolhida são as parcerias com os atores privados. Esses além de entrar com soluções prontas para os problemas da educação, demonstram capacidade de influenciar, que pode ser identificada na institucionalização de suas propostas como política pública.

Adrião (2021) encontrou 49 programas educacionais advindos de organizações sem fins lucrativos que se identificam como Fundações ou organizações da sociedade civil com vínculos empresariais e adotam o termo “Responsabilidade Social Empresarial” (SER). O quadro abaixo demonstra os atores privados que atuam no estado de São Paulo e como se auto declaram:

Quadro 7 – Atores privados na rede estadual de São Paulo (2005-2018)

Natureza da organização segundo auto declaração atuando na rede paulista de ensino	Total em atuação entre 2005-2018
Instituto ou Fundação	35
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP	02
Associação	04
Empresa	27
Organização Não Governamental - ONG	02
Agências internacionais	04
Organização Financeira Internacional	01
Organização Social	02
Outros	01
Total	75

Elaborado pela autora, 2022.

Fonte: ADRIÃO (2021, p.369).

Ao todo são 75 atores privados que atuaram na oferta, gestão e currículo na rede estadual paulista, de 2005 a 2018. A autora também apontou a presença de empresas de tecnologia da informação, bancos e agências internacionais atuando

como promotoras ou idealizadoras de programas ou ações para o campo da educação pública. O quadro abaixo demonstra os programas selecionados.

Quadro 8 – Atores privados na rede estadual de São Paulo: programas e vigência (2005-2018)

Programa	Início	Vigente em 2018	Natureza do ator privado
Superação Jovem	2003	Sim remodelado	Instituto e Empresa
Prêmio Professor do Brasil	2006	Sim	ONG, Associação, Empresa, Fundação, Instituto e Agência
Prêmio Gestão Escolar	2006	Sim	ONG, Empresa, Instituto, Fundação e Agência
Prêmio Educador Nota 10	2006	Sim	Fundação
Jovem do Futuro	2009	Sim	Instituto
Compromisso São Paulo	2011	Sim	Instituto, Fundação, Empresa e Associação
Escola Digital	2013	Não	Instituto e Fundação

Elaborado pela autora, 2022.

Fonte: ADRIÃO (2021, p.369).

Observa-se que apenas um programa educacional pode envolver diversos atores privados que implicaram na gestão, oferta e currículo das escolas públicas paulistas. Isso ocorre porque os atores privados atuam de forma coletiva ou criam um novo programa. Adrião (2021) selecionou os programas educacionais da rede estadual de São Paulo, identificou os atores privados e apontou a Dimensão da Política Educacional que influenciaram.

Quadro 9 – Atores privados na rede estadual de São Paulo: a Dimensão Política Educacional

Programa	Público de atuação	Atores Privados envolvidos	Dimensão da Política Educacional
SuperAção Jovem	Estudantes e Docentes do Ensino Fundamental e Médio	Instituto Ayrton Senna, Instituto Vivo	Currículo e Gestão
Jovem do Futuro	Gestores, Estudantes e Professores do Ensino Médio	Instituto Unibanco	Gestão, Currículo e Oferta
Compromisso São Paulo	Currículo, Oferta e Gestão do Ensino Fundamental e Médio	Instituto Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Comunidade Educativa, Instituto Hedging-Griffo, Fundação Itaú Social, Instituto Tellus, Parceiros da Educação, Fundação	Currículo, Oferta e Gestão

		Educar DPaschoal, Fundação Bradesco, CENPEC, Instituto Península, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Fundação Arymax, McKinsey & Company	
Escola Digital	Currículo e Oferta do Ensino Fundamental e Médio	Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Educadigital, Tic Educa	Currículo e Oferta

Elaborado pela autora, 2022.
Fonte: ADRIÃO (2021, p.372).

A autora realizou a seleção dos programas pela sua capilaridade e a vigência, o que resultou: o Superação Jovem, o Jovem do Futuro e o Compromisso São Paulo que apresentamos em síntese, segundo estudos de Adrião (2021).

1- Programa SuperAção jovem – com início em 2003, tinha como objetivo reduzir a vulnerabilidade de crianças e adolescentes com atividades no final de semana das escolas públicas estaduais, derivou do Programa Escola da Família. De acordo com o site oficial do Instituto Ayrton Senna, o programa SuperAção Jovem é voltado a adolescentes e jovens das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio, que oferece educação em uma perspectiva integral, permitindo que os estudantes pratiquem novos modo de ver, pensar, sentir e agir em relação ao papel das juventudes na escola e na sociedade. Em 2010, o programa se associou a Sala de Leitura com formação dos professores e atividades de protagonismo juvenil, que se tratava da participação de estudantes em “círculos” e jornadas promovidas pelo Instituto Ayrton Senna (IAS)²⁴ e órgãos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE) sobre temas e projetos desenvolvidos nas escolas. A seguir, o Programa SuperAção Jovem foi remodelado e trouxe a ideia da educação integral, as Secretarias de Educação que queriam aderir à educação em tempo integral começaram a se interessar pelo programa. A partir de 2006, o Instituto Ayrton Senna (IAS) e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE) implementaram o Programa Escola de Tempo Integral em mais de 500 escolas estaduais. Em 2009, começaram as formações para as equipes gestoras da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE). Em 2012, o Instituto Ayrton Senna (IAS) passou a integrar o *NetFWD (Net Forward)* rede global de fundações preocupadas com o

²⁴ O Instituto Ayrton Senna (IAS) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em novembro de 1994, após a morte do piloto brasileiro que lhe dá o nome. Consulte ADRIÃO (2021) em Referências.

impacto social da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Adrião (2021) relembra que essa rede atua com filantropia empresarial e inovações desenvolvidas pelos filantropos. Em 2017, o Programa SuperAção Jovem faz nova parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE) para atuar na Sala de leitura de 1.400 escolas, atingindo mais de 25 mil estudantes, destes 9,5 mil matriculados em 67 Escolas de Tempo Integral. Em 2018, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE) fez a implementação total do programa nas escolas da rede, o Programa SuperAção Jovem passou a ser institucionalizado como programa governamental.

2- Programa Jovem do Futuro - com início em 2007, tinha como objetivo introduzir a gestão por resultados nas escolas estaduais de Ensino Médio. Com os dados da escola (notas médias, perfil dos docentes, rotinas administrativas e instalações físicas) a escola e o Instituto Unibanco²⁵ elaboraram um Plano de Melhoria da Qualidade com aplicação em até três anos, que planeja metas para elevar o desempenho escolar dos estudantes. De acordo com o site oficial do Instituto Unibanco, o Jovem de Futuro tem o objetivo de contribuir para a garantia da aprendizagem dos alunos do Ensino Médio como consequência de uma gestão educacional orientada para o avanço contínuo da educação pública. O programa em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação disponibiliza para as escolas e para as redes uma metodologia e instrumentos que dão suporte ao trabalho de gestão. As ações do Jovem de Futuro estão estruturadas em cinco eixos – governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento – que se articulam por meio do método Circuito de Gestão. O programa teve em 2007, um modelo experimental em escolas da capital paulista. Em 2008, foi ampliado (como projeto piloto) para 20 escolas mineiras e 22 gaúchas. Em 2009, estava em 21 escolas na Região Metropolitana de São Paulo e em 20 municípios da região do Vale do Paraíba. Em 2009, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) incorporou o programa no guia de tecnologias educacionais, atuando em 73 escolas públicas paulistas. Em 2010, já tinha se complementado todo o ciclo de implantação. Em 2013, o Programa funcionou em 77 escolas estaduais paulistas e atingiu 103 mil alunos. Neste mesmo ano, o governador Alckmin autorizou a expansão até 2014

²⁵ “Em 2008, o Unibanco passou a ter nova composição, resultado da fusão com o Banco Itaú e originando a maior *holding* financeira do hemisfério sul” (ADRIÃO, 2021, p.378). Consulte ADRIÃO (2021) em Referências.

para 1.208 escolas de Ensino Médio, por meio de parceria entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE), o Instituto Unibanco e o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI)²⁶. Em 2015, o programa foi encerrado em São Paulo.

3- Programa Compromisso São Paulo pela Educação (PCSP) – criado pelo decreto nº 57.571, de 2 de dezembro de 2011, tinha como finalidade promover amplamente a educação de qualidade na rede pública estadual de ensino e a valorização de seus profissionais. Para isso, desenvolveu as seguintes diretrizes: I - valorização da carreira do magistério e das carreiras dos demais profissionais da educação, com foco na aprendizagem do aluno, inclusive mediante o emprego de regimes especiais de trabalho, na forma da lei; II - melhoria da atratividade e da qualidade do ensino médio, por meio da organização de cursos ou valendo-se de instituições de ensino de referência, observada a legislação vigente; III - atendimento prioritário às unidades escolares cujos alunos apresentem resultados acadêmicos insatisfatórios, demonstrados por meio do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), visando garantir igualdade de condições de acesso e permanência na escola; IV - emprego de tecnologias educacionais nos processos de ensino-aprendizagem e V - mobilização permanente dos profissionais da educação, alunos, famílias e sociedade em torno da meta comum de melhoria do processo de ensino-aprendizagem, assim como a valorização dos profissionais da educação pública estadual. O programa é integrado por 16 entidades privadas: Instituto Natura, Fundação Victor Civita; Fundação *Lemann*; Instituto Unibanco; Comunidade Educativa, Cedac; Instituto *Hedging-Griffo*; Fundação Itaú Social; Instituto Tellus; Parceiros da Educação; Fundação Educar D’Paschoal; Fundação Bradesco; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC); Instituto Península; Fundação Arymax; Consultoria Internacional *Mckinnsey & Company*, Instituto Itaú Social e o Instituto C&A. O programa influencia diretamente no currículo, oferta e gestão. Além disso, remodelou o ensino médio quando colocou a maioria das escolas estaduais paulistas em tempo integral. O programa ainda estava em vigência em 2018.

²⁶ O objetivo do Programa é apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível, que atenda às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual (INSTITUTO UNIBANCO, 2016).

A partir desses resultados, Adrião (2021) analisa que as parcerias entre os atores privados e a rede estadual paulista trazem alguns padrões de interação: privilegiam o diálogo com o setor empresarial e as relações de reciprocidade entre o governo paulista e o setor empresarial. A autora observa que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) está no poder do estado paulista desde 1995. Esses governantes parecem privilegiar o diálogo com o setor empresarial desde o primeiro programa de governo, ação também expressa em declarações de secretários de educação, governadores e nos planos de governo. As relações de reciprocidade entre o governo paulista e o setor empresarial estão presentes quando integrantes do governo passa a também governar organizações privadas, ou o movimento inverso, representantes do setor privado passam a ocupar cargos do governo paulista.

Os programas selecionados incidiram sobre as dimensões da política. No caso da oferta educacional o foco foi a ampliação da jornada escolar, ao mesmo tempo em que se diminuíram escolas públicas com o Ensino médio e se ampliou o número de escolas privadas em funcionamento. Em relação à privatização da gestão, identificou-se a privatização da gestão educacional conforme estudos anteriores, dada a incorporação de atores privados em instâncias decisórias da SEE, não se identificou mecanismos de transferência da gestão escolar. Já o currículo das escolas paulistas sofreu a intervenção direta de programas voltados para a inclusão de conteúdo, habilidades e atividades de extracurriculares, para as quais escolas e profissionais da educação não eram consultados (ADRIÃO, 2021, p.387).

A partir dos dados, a autora concluiu que na educação estadual paulista a incidência dos atores privados associados a corporações se trata de algo estrutural e constitutivo da administração pública naquele estado.

Adrião (2021) pesquisou os atores privados que atuaram na oferta, gestão e currículo na rede estadual paulista, no recorte de 2005 a 2018. Encontrou 75 atores privados que ofertavam 49 programas educacionais, após a seleção por capilaridade e a vigência, teve como resultado apenas 3 programas: Superação Jovem, Jovem do Futuro e Compromisso São Paulo. O próximo passo da pesquisa foi a apresentação da metodologia e como se deu o tratamento de dados sobre a incidência ou não dos atores privados na rede municipal de Sorocaba/SP.

4.3 Metodologia: Pesquisa sobre as parcerias dos atores privados e a sua identificação na gestão do município de Sorocaba/SP

Nesta pesquisa, optamos como Metodologia a Pesquisa Bibliográfica - com autores que estudam a educação como direito social e a privatização da escola pública; o levantamento do Estado do Conhecimento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para conhecer as pesquisas que tratavam da privatização na e da escola pública, inclusive na rede municipal de Sorocaba/SP. Para isso, também consultamos os bancos de dados da Universidade de Sorocaba e Universidade Federal de São Carlos. E a Análise Documental com as publicações oficiais do Jornal do Município de Sorocaba, da Secretaria de Educação e dos sites dos atores privados que realizaram parcerias público-privadas com a rede municipal de Sorocaba/SP.

A pesquisa “Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP” teve como objetivo geral conhecer as parcerias entre a rede municipal de Sorocaba/SP e os atores privados para a Dimensão Política Educacional de gestão, oferta e currículo para a educação básica (com foco na educação infantil e ensino fundamental anos iniciais).

Os objetivos específicos foram estudados ao longo dos capítulos:

- Conhecer o Estado e a relação público-privada e seus desdobramentos quanto à educação pública - Capítulo 1 “O estado e a relação público-privada: uma reflexão”;
- Compreender a educação como direito na história do Brasil - Capítulo 2 “A educação como direito na história do Brasil”;
- Fazer o levantamento do estado do conhecimento sobre pesquisas que tratem da privatização na e da escola pública - Capítulo 3 “A educação pública e a privatização”;
- Fazer o levantamento do estado do conhecimento sobre pesquisas que tratem da privatização na e da escola pública em Sorocaba/SP. Assim como pesquisar se houve incidência ou não de parcerias com os atores privados na rede de ensino na última década - Capítulo 4 “A rede municipal de Sorocaba/SP e as parcerias com os atores privados”; Capítulo 5 – “As gestões Vitor Lippi e Antonio Carlos Pannunzio: o avanço das parcerias público-privadas”; Capítulo 6 – “Gestão José Caldini Crespo e Jaqueline Lilian Barcelos Coutinho: a tumultuada consolidação das parcerias público/privadas”; Capítulo 7 “Políticas

de Estado versus Políticas de governo: reflexões sobre as parcerias com os atores privados em Sorocaba/SP” e Considerações Finais;

Esta pesquisa pretendeu responder a seguinte questão: quais arranjos sócio-políticos se mostraram predominantes nas parcerias público-privadas na rede municipal de Sorocaba/SP no período de 2010 a 2020 em relação à educação? Pois se as medidas da reforma do Estado implantadas no país a partir dos anos 1990 visam a um modelo neoliberal, então o modelo de ensino implementado prioriza as demandas mercadológicas e não a aprendizagem.

De acordo com as pesquisas de Adrião (2009;2021), Arelaro (2009) e Krawczyk (2005) acredita-se que a implementação de parcerias está relacionada com as medidas da reforma do Estado e no Plano de Reforma do Aparelho do Estado implantados a partir dos anos 1990. O Estado em um contexto de crise da eficácia da administração pública passou a transferência da oferta de serviços públicos para as esferas locais, fazendo a descentralização, como no caso da municipalização do ensino fundamental. Aumentou significativamente a demanda dos municípios sem investir os recursos necessários para atender com qualidade. Por essas dificuldades, estados e municípios recorreram a parcerias com os atores privados que influenciaram diretamente na Dimensão Política Educacional de gestão, oferta e currículo.

Os atores privados influenciaram: na gestão quando atuaram nas secretarias de educação e criaram políticas públicas ou diretrizes para o estado; na oferta quando abriram escolas conveniadas para atender gratuitamente as crianças em instituições não públicas e no currículo quando apresentaram livros didáticos, materiais de apoio e sistemas apostilados que “ditaram” o que seria ensinado nas escolas públicas. Quando nos referimos a atores privados compreendemos: associações, institutos, fundações, Organização Não Governamental (ONG's), empresas, agências internacionais, organização social, instituições religiosas e outras instituições com ou sem fins lucrativos.

O recorte histórico aplicado de 2010 a 2020 e foi escolhido porque os governos municipais realizaram mudanças significativas na educação, nesse período. Adotamos a Abordagem Empírico Analítica buscando estabelecer um diálogo entre os autores e as usamos as fontes primárias como dados empíricos.

Nossa pesquisa iniciou com as leituras do Jornal do Município de Sorocaba de 2005 a 2020. Esse recorte foi aplicado em função das datas de início e fim dos

mandatos dos prefeitos do período. O quadro abaixo detalha os prefeitos e mandatos selecionados.

Quadro 10 – Prefeitos de Sorocaba/SP início e fim dos mandatos (2005-2020)

Prefeito	Início e fim dos mandatos
Dr. Vitor Lippi	2005 a 2008
	2009 a 2012
Antonio Carlos Pannunzio	2013 a 2016
José Caldini Crespo ²⁷	janeiro de 2017 a agosto de 2017
Jaqueline Lilian Barcelos Coutinho	agosto de 2017 a outubro de 2017
José Caldini Crespo ²⁸	outubro de 2017 a agosto de 2019
Jaqueline Lilian Barcelos Coutinho	agosto de 2019 a dezembro de 2020

Elaborada pela autora, 2022.

Fonte: <https://sorocaba-sp.webnode.com.br/news/prefeitos-de-sorocaba-sp/> e <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/paco-municipal-tem-nova-galeria-de-fotos-dos-prefeitos/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

Os dados foram organizados em uma planilha do Excel e foram selecionados de acordo com o roteiro:

- 1- Busca por contratos firmados entre a Prefeitura Municipal de Sorocaba (PMS) e os atores privados;
- 2- Busca por serviços privados que tinham relação com as escolas municipais;
- 3- Busca por serviços ou materiais privados que tinham relação com a educação (inclusive projetos educacionais);

O site oficial da prefeitura noticias.sorocaba.sp.gov.br disponibiliza o Jornal do Município que oferece a busca simples por palavras, ano e mês. Na pesquisa com os descritores privatização e escola pública, os resultados foram notícias curtas do próprio site ou edições do jornal fora do recorte histórico aplicado. Isso ocorreu porque no site não se pode filtrar as datas de busca. Assim, optamos pela busca por ano. Após as leituras de todas as edições dos meses de 2005 não encontramos resultados significativos, apenas parcerias para a manutenção e a limpeza dos prédios públicos, o que já se sabe ser uma prática.

Analizou-se a gestão dos prefeitos e evidenciando parcerias dentro do recorte temporal da pesquisa, ou seja, 2010 – 2020, Lippi (2005-2012), Pannunzio (2013-

²⁷ De acordo com o site G1 (2017), Crespo foi cassado por crime de prevaricação e quebra de decoro em agosto de 2017. Vice-prefeita Coutinho assume e é a primeira mulher na prefeitura de Sorocaba. Consulte Referências.

²⁸ O site G1 (2017) informou que o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu o decreto e Crespo reassume prefeitura de Sorocaba em outubro de 2017. Consulte Referências. O site G1 (2019) relatou que em agosto de 2019, Crespo sofre impeachment e Coutinho toma posse como prefeita de Sorocaba. Consulte Referências.

2016) e Crespo (2017-2020), por meio de documentos e notícias em jornais do município.

Observamos nessas leituras que durante o governo Lippi (2005 a 2012) as notícias sobre as ações do governo municipal eram destaques na primeira e última página do jornal, impressas em colorido. As demais páginas em preto e branco informavam decretos, leis, portarias ou assuntos técnicos. De forma que as informações sobre as ações do governo municipal eram fáceis de serem encontradas.

Já durante o governo Pannunzio (2013 a 2016) as notícias sobre as ações do governo municipal passaram a ser publicadas no mesmo site oficial na aba Agência Sorocaba de Notícias, sob a coordenação da Secretaria de Comunicação (SECOM). O Jornal do Município publicava poucas ações do governo municipal, pois foi mais direcionado a publicação de decretos, leis, portarias ou assuntos técnicos.

Em junho de 2017, durante o governo Crespo (2017 a 2020), as notícias sobre as ações do governo municipal continuaram no mesmo formato do governo anterior e o Jornal do Município que antes era publicado toda sexta feira, passou a ser diário.

Observando essas mudanças, seria necessária a leitura de todos os Jornais do Município de 2005 a 2020. Essa ação levaria muito tempo e talvez poucos resultados como se percebeu no início. Por essa razão, mudamos a trajetória e respeitosamente adotamos a metodologia utilizada nas pesquisas de Adrião (2021) em parceria com Venco, Bertagna e Garcia (2021). As autoras pesquisaram a incidência de parcerias entre os atores privados e as redes estaduais do Brasil, assim como sua influência na Dimensão Política Educacional de gestão, oferta e currículo para a educação básica.

A pesquisa documental no recorte de 2005 a 2018, utilizou os descritores: “Programas”; “Parcerias”; “Convênios”; “Contratos e Projetos”; “Políticas e Programas na educação”; “Pacto e Compromisso” acrescidos do nome do governador no período para suas buscas nos *sites* da Secretaria de Educação dos estados e na Plataforma *Google*. Em situações de inconsistências, a busca era feita pelo nome do programa na página da Secretarias de Educação dos estados e/ou do ator privado envolvido. A busca foi anônima, ou seja, sem *login* no *Google* para anular as memórias ou históricos de buscas existentes. Para organização dos dados, usaram a função PROCV da ferramenta Planilhas do Google Drive. Os resultados foram publicados no livro “Currículo, gestão e oferta da educação básica

brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)".

Seguindo essa rota, a pesquisa "Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP" buscou a incidência de parcerias entre os atores privados e a rede municipal de Sorocaba/SP, assim como sua influência na Dimensão Política Educacional de gestão, oferta e currículo para a educação básica (com foco na educação infantil e ensino fundamental anos iniciais). Readequamos o recorte para analisar uma década, de 2010 a 2020, porque nos resultados se observou maior incidência de parcerias público-privadas nesse período.

A pesquisa utilizou os descritores: "Programas"; "Parcerias"; "Convênios"; "Contratos e Projetos"; "Políticas e Programas na educação"; "Pacto e Compromisso" acrescidos do nome do prefeito no período para suas buscas nos *sites* da Secretaria de Educação de Sorocaba/SP e na Plataforma *Google* se limitando até a 5ª página de busca. Em situações de inconsistências, a busca foi realizada pelo nome do programa na página da Secretaria de Educação de Sorocaba/SP e/ou do ator privado envolvido. A busca foi anônima, ou seja, sem login no *Google* para anular as memórias ou históricos de buscas existentes. Para organização dos dados se adotou a planilha no Excel e os resultados foram expostos ao longo dos capítulos.

As informações relativas sobre o início e fim dos programas foram extraídas dos *sites* da Secretarias de Educação de Sorocaba/SP, com busca pelo nome do programa ou ator privado. Na ausência desse dado, seguiu a busca com a guia anônima no *Google* pelo nome do programa com Sorocaba/SP ou ator privado e a pesquisa na página oficial do ator privado. Se ainda assim não obtivemos a informação, atribuímos Sem Informação (SI) para início e/ou fim dos programas.

Utilizamos como fontes primárias os dados do: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), site oficial de Sorocaba/SP, site oficial dos atores privados parceiros, documentos oficiais do executivo e legislativo de Sorocaba/SP e documentos dos atores privados parceiros. Com os resultados estabelecemos um diálogo entre os autores, utilizando as fontes primárias como dados empíricos.

Neste capítulo, apresentamos o estado do conhecimento de pesquisas que tratavam da privatização da escola pública em Sorocaba. Realizamos a busca na “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações”, mas não encontramos resultados. Repetimos a busca no banco de dados das duas universidades do município que oferecem Mestrado e Doutorado em educação: Universidade de Sorocaba (UNISO) e Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Encontramos apenas um resultado semelhante a nossa pesquisa: 2021 – “O movimento da privatização da rede municipal de ensino de Sorocaba entre 2018-2020” – Edmara Aparecida Parra Melati – Tese.

Melati (2021) trouxe resultados que identificaram formas de privatização da educação municipal de Sorocaba com a “Gestão Compartilhada da Educação Infantil” e o “Sistema de Ensino SESI”. Caracterizamos o município de Sorocaba/SP e seus aspectos de população, trabalho, rendimento e educação. Compreendeu-se que a rede estadual paulista já estabelecia parcerias com atores privados e que Sorocaba poderia se apoiar em critérios e atitudes assumidas pela rede estadual. Depois apresentamos a metodologia e como foram tratados os dados selecionados.

Nos próximos capítulos serão apresentados os dados da incidência ou não de parcerias público-privadas durante as gestões municipais da última década, em Sorocaba/SP.

CAPÍTULO 5 - AS GESTÕES VITOR LIPPI E ANTONIO CARLOS PANNUNZIO: O AVANÇO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

A pesquisa documental iniciou em 2010, no segundo mandato do prefeito Vitor Lippi (2009 a 2012)²⁹, período em que se percebeu maior índice de parcerias. Para a busca se utilizou os descritores: “Programas”; “Parcerias”; “Convênios”; “Contratos e Projetos”; “Políticas e Programas na educação”; “Pacto e Compromisso” acrescidos do nome do prefeito nos *sítes* da Secretaria de Educação de Sorocaba/SP e na Plataforma *Google*.

Segundo dados do site oficial vitorlippicom.br, Lippi é sorocabano e médico dermatologista. Iniciou a carreira política em 1987, como vereador em Mairinque/SP. Foi secretário da saúde em Sorocaba de 1996 a 2003, em 2004 foi prefeito em Sorocaba pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

De acordo com o jornal Estadão (2008) Lippi se reelegeu para o segundo mandato com aproximadamente 80% dos votos e deu ao seu partido a hegemonia de 16 anos no poder. Guimarães (2012), do jornal Cruzeiro, entrevistou Lippi que destacou ações que marcaram seu governo: programa Vítima Zero de Enchente, o Parque Tecnológico (grande centro de pesquisa voltado para a inovação tecnológica, para criar novos produtos, para aperfeiçoar produtos já existentes e para certificação em patentes), Universidade do Trabalhador, Empreendedor e Negócios (UNITEN), Clube do Idoso e o Sorocaba Total (com financiamento internacional, previa mais de 30 quilômetros de novas avenidas e integração de novos caminhos, para melhorar o fluxo de veículos e novas linhas de transporte coletivo, contando também com a construção de ciclovias).

Lippi também afirmou que aplicou dois conceitos internacionais para a cidade: **Cidade Saudável**, conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS), que deu diretrizes para um modelo sustentável, democrático, participativo, de inclusão social e de qualidade de vida e **Cidade Educadora**, modelo de Barcelona, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que tratou de educação, formação de valores, da escola aberta, comunitária, cidadã,

²⁹ A prefeitura de Sorocaba sempre foi comandada por doutores e militares de carreira. Para conhecer os prefeitos anteriores consulte Apêndice.

de aprender na cidade, com a cidade, com o aprendizado vivencial (GUIMARÃES, 2012).

Segundo o site oficial vitorlippicombr.com.br, Lippi foi destaque na saúde pública em Sorocaba por ações como: Ônibus da Mulher e do Homem (oferta de exames como mamografia e próstata), Unidades Pré-Hospitalares de Sorocaba (UPHS) da Zona Oeste e da Zona Norte, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), 8 novas Unidades Básicas de Saúde (UBS's), Programa Médico da Família (na época, o maior "home Care" público do país), projeto Caminhada em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS's), Ambulatório Médico de Especialidades (AME), programa "Asma Zero" (primeiro do Brasil), Plantão Odontológico de Urgências, Mutirões de atendimentos de especialidades médicas na Policlínica, investimentos em atividades físicas (academias ao ar livre, ciclovias, projetos de caminhada, atividades físicas, parques e empréstimo gratuito de bicicletas). Todas essas foram criações/inaugurações de Lippi em oito anos como prefeito de Sorocaba.

Sobre o plano de governo de Lippi não se encontrou dados. Em contato por e-mail, a assessoria afirmou que na época não era obrigatória a apresentação do plano. A resolução nº 23.373, de 14 de dezembro de 2011 (TSE, 2011) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) passou a exigir, a partir de 2012, as propostas defendidas pelos candidatos em documento apresentado pelo político ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no registro de sua candidatura. A partir dessa data, os planos de governo dos candidatos ficaram disponíveis para consulta popular no site oficial tse.jus.br.

No recorte da pesquisa documental (2010 a 2012) encontramos:

Quadro 11 – Parcerias Vitor Lippi

Início	Fim	Ator privado	Programa	Dimensão da Política Educacional
2007	2010	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	Sorocaba Cidade Educadora que gerou: Sorocaba Total, Vai e vem, Ciclovias, Seminário Internacional de Educação de Sorocaba, Escola de Gestão Pública (EGP), Esse livro é meu, Lousa digital, Fazendo o Futuro, Recomeçar-Plantando a Liberdade e Fórum Educa em Ação	Currículo, Gestão e Oferta
2007	2016	Faculdade de Educação Física de	Oficina do Saber (Escola em Período/Tempo Integral) que oferece:	Currículo, Gestão e

		Sorocaba (FEFISO), Academia de Ensino Superior, Universidade de Sorocaba (UNISO), Fundação de Desenvolvimento Cultural de Sorocaba (FUNDEC), Corporação Andina de Fomento e Circuito Aços Villares de Teatro e da Direção Cultura de Campinas	Teatro na Escola, Roteiro Educador, Pedagogia empreendedora, História de Vida, Amigos do Zippy, Clube da Escola, Musicalização, Alfabetização e Letramento em Rede.	Oferta
2007	2015	Projeto Pérola e Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Sorocaba	Sabe Tudo	Currículo e Oferta
2009	Vigente	Deus Menino e Centro Educacional Apascentai de Ação Social	Creche conveniada	Currículo, Gestão e Oferta

Elaborado pela autora, 2022.

A lei municipal nº 8.114/2007 (SOROCABA, 2007) disponibilizou 3 milhões de reais para o projeto “**Sorocaba Cidade Educadora**” com duração de três anos. O Termo de Cooperação Internacional com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) para a implantação do projeto também previu o desenvolvimento do Pedagogia Empreendedora, dos Amigos do Zippy e do Sabe Tudo (SOROCABA, 2007).

Sorocaba é a primeira Cidade Educadora do Brasil a firmar um acordo de Cooperação Técnica com a Unesco, órgão da ONU voltado à Educação, Ciência e Cultura. A ação envolve 32 projetos das diversas secretarias municipais. Cidades Educadoras são aqueles municípios que, por meio da integração da oferta de atividades sociais e culturais, potencializam a sua capacidade educativa, através da educação formal e informal. As Cidades Educadoras se tornam uma extensão da sala de aula. Nelas, todas as áreas públicas são utilizadas como espaços de aprendizagem (SOROCABA, 2009, p.1).

As negociações começaram em 2005, quando Sorocaba escolheu os dois modelos internacionais Cidade Educadora e Cidade Saudável, sendo o primeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o segundo da Organização Mundial da Saúde (OMS). O termo se prolongou até o final de 2010 (SOROCABA, 2009). Desde 2006, Sorocaba passou a fazer parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), rede internacional que

reúne cidades para troca de informações e aprendizado colaborativo. Em 2010, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) também reconheceu Sorocaba como uma cidade educadora (SOROCABA, 2012).

Sorocaba sediou a Semana da Cidade Educadora de 11 a 16 de abril de 2011, no auditório do Sorocaba Park Hotel. O tema foi “Aprender nas cidades, com a cidade”. Como participante da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), Sorocaba apresentou os programas Escola em Tempo Integral, ciclovias, Roteiro Educador e Vai e vem.

Os três princípios descritos na Carta das Cidades Educadoras, elaborada em Barcelona, em 1990 são: “o Direito a uma cidade educadora”, “o Compromisso da Cidade” e o “Serviço Integral das Pessoas”, demonstram que se trata de um projeto de cidade, do qual a escola é parte” (SOROCABA, 2011, p.2).

Em 26 de julho de 2011, Sorocaba se tornou oficialmente a coordenadora da rede brasileira de Cidades Educadoras, composta por 14 municípios: Sorocaba (SP), Belo Horizonte (MG), Campo Novo do Parecis (MT), Porto Alegre (RS), Santiago (RS), Caxias do Sul (RS), Dourados (MS), Jequié (BA), Montes Claros (MG), Santo André (SP), Santos (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Carlos (SP) e São Paulo (SP). A Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) conta com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e é constituída por 494 cidades associadas e 34 países de quatro continentes. O conceito de Cidade Educadora trouxe outros programas, destacamos a Oficina do Saber e Sabe Tudo.

A **Oficina do Saber** foi um programa de **Escola em Período/Tempo Integral** criado em 2007, com parceria principal da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do conceito Cidade Educadora. Destinado a crianças de 7 a 10 anos (de 1ª a 4ª séries) das escolas municipais de ensino fundamental, com o objetivo de melhorar os índices de aprendizagem. Em 2007, iniciou com a implantação da educação em tempo integral em 7 unidades escolares. Em 2012, o programa funcionava em 31 escolas, atendendo cerca de 6500 alunos.

Escola em Período Integral proporciona, em horário diferenciado das aulas, diversas oficinas, atividades educacionais e culturais, noções de informática, arte, aprendizado de língua estrangeira, dança, teatro, esporte, música, coral, orquestra de cordas e oficinas ao ar livre, além de judô, esportes educacionais, caratê, xadrez, artes plásticas, robótica, arte circense e educação ambiental. Além dos educadores da Rede Municipal, o programa conta com equipe de apoio, prestado por universitários da FEFISO e da Academia de Ensino Superior, além dos alunos da UNISO,

que atuam como estagiários nas diversas atividades (SOROCABA, 2010 p.2).

O programa fez parte do Cidade Educadora e foi desenvolvido em três eixos³⁰: aprender na cidade, aprender com a cidade e aprender a cidade. Já o currículo foi dividido por áreas de saber, como atividades de linguagem, lógica e leitura; atividades de percepções artísticas e estéticas; corporeidade/movimento; atividades de desenvolvimento social e atividades complementares. O programa ofereceu o **Roteiro Educador, Pedagogia empreendedora, Amigos do Zippy, Clube da Escola, Musicalização e Alfabetização e Letramento em Rede** (SOROCABA, 2012).

Todas as oficinas, atividades e programas foram articulados pela Secretaria da Educação que ofereceu formação continuada e o Sistema de Gestão Integrada com oferta de programas e planejamento das atividades. Cada unidade contou com diretor, vice-diretor, orientador pedagógico, professores e educador comunitário que organizou uma equipe de auxiliares, estagiários, professores e oficinairos para o currículo regular e as atividades diferenciadas (SOROCABA, 2012). Em 2007, a Imprensa Oficial do Município publicou o contrato para a construção das unidades Casa do Cidadão e da Oficina do Saber com investimento de cerca de 2,6 milhões, licitação vencida pela Projeção Engenharia Paulista de Obras LTDA (SOROCABA, 2007).

Segundo o site oficial Oficina do Saber, com o programa, Sorocaba atingiu no Índice da Educação Básica (IDEB) a meta proposta para o município em 2011 já em 2009. No mesmo ano, no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), o município teve aumento no percentual de alunos com aprendizagem adequada e avançada em Língua Portuguesa e Matemática. Apresentamos esses dados no sentido de argumentar sobre o sucesso do programa, porém esse sucesso não foi considerado quando na próxima gestão optaram pela não continuidade do programa, como se verá no decorrer do capítulo.

³⁰ Os três eixos: aprender na cidade, aprender com a cidade e aprender a cidade demonstram a ação de movimento. O Cidade Educadora pretende promover a educação na cidade, promover o papel dos governos locais como agentes educativos e fomentar o seu reconhecimento como atores chave para fazer frente aos novos desafios, fazer ouvir a voz dos governos locais junto das instâncias internacionais e nacionais em temas de interesse para as cidades associadas, reunir representantes políticos e técnicos das cidades educadoras para fomentar vínculos de solidariedade e aprendizagem entre elas, fortalecer as capacidades institucionais e melhorar a governação das cidades membro. Informações do site oficial. Disponível em: < <https://www.edcities.org/pt/quem-somos/>>. Acesso em: 12 de dez. 2022.

O Programa Escola em Tempo Integral/Oficina do Saber foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) com o Parecer CME Nº 04/2010, aprovado em 23 /11/2010.

A lei ordinária nº 9.238/2010 (SOROCABA, 2010), dispõe sobre autorização para Sorocaba celebrar convênio com a Fundação de Desenvolvimento Cultural de Sorocaba (FUNDEC) para implementação e desenvolvimento do Projeto de Oficinas de Coral e Cordas dentro do Programa Escola em Período Integral - Oficina do Saber nas escolas municipais (**Musicalização**).

A lei nº 9.442, de 22 de dezembro de 2010 (SOROCABA, 2010), autorizou Sorocaba a celebrar convênio de cooperação técnica com a Corporação Andina de Fomento, visando o fortalecimento do Programa Escola em Tempo Integral - Oficina do Saber. A Prefeitura ficou responsável pelo acompanhamento técnico, certificação da execução contratual e realização de Seminário Municipal sobre Educação Integral de Sorocaba com previsão de gerar R\$ 50.000,00 e a Corporação Andina de Fomento ficou responsável pela formação continuada de "professores comunitários" com investimento de R\$ 183.600,00.

Por muitos anos, Sorocaba realizou o **Seminário Internacional de Educação de Sorocaba** evento esperado pelos educadores que contava com palestrantes da área da educação. Em 2006, o 8º Seminário contou com 1500 educadores (SOROCABA, 2006). Em 2010, o 12ª Seminário contou com 1600 educadores (SOROCABA, 2010). Em 2011, ocorreu o 13º Seminário contou com 1500 educadores (SOROCABA, 2011). Em 2012, as 1500 vagas foram preenchidas 20 dias antes da abertura do 14º Seminário (SOROCABA, 2012). Em 2013, o 15º Seminário contou com 1200 educadores (SOROCABA, 2013). Em 2014, a entrada passou a ser gratuita e o 16º Seminário contou com 1200 educadores (SOROCABA, 2014). O site oficial do Seminário Internacional de Educação está inativo e não se encontrou novos dados sobre a não continuidade do Seminário de Educação em Sorocaba.

Em 2011, Sorocaba reformou e ampliou as escolas municipais para atender a Oficina do Saber (SOROCABA, 2011). Em 2015, Sorocaba passou a contar com o Plano Municipal de Educação que norteou investimentos e políticas públicas em educação por um período de 10 anos. Um dos investimentos previstos foi que o município tivesse no mínimo 50% das escolas públicas atendendo em tempo integral e que pelo menos 25% dos alunos da educação básica estivessem em tempo

integral até o quinto ano de vigência do plano (SOROCABA, 2015).

No conceito Cidade Educadora, encontramos um registro de que a Secretaria da Educação (SEDU) realizou o **Teatro na escola** em parceria do Circuito Aços Villares de Teatro e da Direção Cultura de Campinas (SOROCABA, 2007). Não se encontrou novos dados sobre essa ação.

No site oficial de Sorocaba, em 2016, no governo Pannunzio, a Secretaria da Educação (SEDU) informou que as atividades na Escola em Tempo Integral – Oficina do Saber seguiria um novo modelo pedagógico. Na época, as 25 unidades tinham capacidade para atender 6.420 alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O secretário da educação Flaviano Agostinho de Lima, na época, transformou a Oficina do Saber como carga suplementar de aulas dos professores da rede. Entretanto não foram realizadas formações ou debates sobre a mudança.

No início do programa, as oficinas contavam com parcerias com faculdades privadas da cidade, os graduandos da área de teatro, arte e Educação Física atuavam como estagiários e a Secretaria da Educação (SEDU) realizava formações. Com a mudança, a Secretaria da Educação (SEDU) fez a atribuição dos professores para atuar nas oficinas como carga complementar, nos dias 11 e 19 de fevereiro de 2016. As oficinas iniciaram dia 22 de fevereiro e não houve formação. Essas ações desestimularam os professores da rede que participaram cada vez menos das atribuições para a oficina. A falta de materiais e professores foram diminuindo a oferta da oficina e logo o programa encerrou suas atividades.

Em 2017, o prefeito Crespo trouxe como proposta privatizar a Oficina do Saber para serem utilizadas como creches, além de propor a privatização do estádio municipal (CIC), Arena Multiuso e Zoológico (O DEDA QUESTÃO, 2017)³¹.

O Deda Questão (2017) lamenta a proposta de Crespo e recupera a história da Oficina no Saber:

(...) são 15 prédios das unidades Oficina do Saber construídos na gestão do prefeito Vitor Lippi e desativados na gestão do prefeito Pannunzio. A Oficina do Saber nasceu para as aulas extras ao currículo regulamentar do ensino fundamental do município deixando o estudante em tempo integral na escola. Pannunzio tinha a intenção de modificar esse conceito, mas acabou simplesmente deixando-o de lado. Crespo ao ver os prédios vazios, em conversa com a secretária de Educação Marta Cassar, entendeu que eles podem ser cedidos à iniciativa privada para que o vencedor da licitação adapte cada um deles para que sejam creches, contratem professores para

³¹ O Deda Questão é um blog do jornalista sorocabano Djalma Luiz Benette. Atuou na gestão Renato Amary e Vitor Lippi, em Sorocaba. Para maiores informações consulte: <<https://odedaquestao.com.br/o-deda/>>. Acesso em: 12 de dez. 2022.

essas creches e assim ver resolvido o déficit de vagas em creches em Sorocaba que hoje é superior a 3 mil. Caberá à prefeitura ser a responsável pela orientação pedagógica dessas creches. Ele não quis dar data de quando isso começa, mas disse que terá até 2020 para cumprir isso que já é decisão tomada. Zoológico - Arena Multiuso - Outro estudo em curso é como a prefeitura poderá ceder a manutenção de praças e parques municipais para a iniciativa privada que terá a responsabilidade em cuidar do espaço público e, em troca, tendo o direito de colocar sua placa de publicidade numa maneira de marketing social e comunitário que está cada vez mais em voga em cidades dos Estados Unidos (prática que existe desde a década de 60), Japão e Europa (O DEDA QUESTÃO, 2017).

Em 2022, algumas unidades viraram creches para atender a longa fila de espera, outras se tornaram escolas de ensino fundamental, nesse sentido observa-se que a Oficina do Saber foi um programa que não teve continuidade nos demais governos.

O **Sabe Tudo** foi criado em 2006 com parceria da Associação Educacional e Profissionalizante Pérola, o “Projeto Pérola”, entidade sem fins lucrativos intitulada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Também responsável pela mão-de-obra qualificada, material didático e aplicação das aulas dos cursos de informática (SOROCABA, 2006). O Sabe Tudo foi um programa de tecnologia comunitária que atendia em prédios construídos e inaugurados em 2007, anexos aos estabelecimentos de ensino, são verticais, com design moderno e possuem 200 metros quadrados de área construída. Sua estrutura incluiu um mirante com vista panorâmica para o bairro, espaço para leitura e área confortável, onde ficaram instalados 20 computadores para uso público (SOROCABA, 2007). O Sabe Tudo ofereceu cursos de Informática básica e avançada, como preparar currículo, como navegar na internet, fazer pesquisas/trabalhos escolares, receber e enviar e-mails, operar programas como Word, Excel e Power point. Os cursos de informática básica (Word, Excel e Windows) contavam com 80 vagas distribuídas em: Kids (6 a 13 anos), Jovem (14 a 24 anos), Adulto (25 a 50 anos) e Melhor idade (51 anos em diante).

Em 2011, de acordo com a Secretaria da Educação (SEDU) 3.463 alunos se formaram em 5 meses, nas 27 unidades do Sabe Tudo - 21 unidades instaladas ao lado de escolas municipais e 6 anexas a escolas do estado. Foram 1.034.020 acessos monitorados, 517 mil horas de uso nos 20 computadores em cada unidade. Dos 45.216 cadastrados, a maioria eram crianças em idade escolar que utilizavam os computadores para pesquisas, trabalhos escolares, digitar textos e outras tarefas. O programa também ofereceu gratuitamente aos cadastrados e a comunidade

jornais diários e revistas. Os jovens que se destacavam no curso eram contratados pelo Projeto Pérola e se tornaram monitores (SOROCABA, 2011). Em 2010, o Sabe Tudo passou a contar com uma unidade móvel em parceria com a Faculdade de Tecnologia (FATEC) Sorocaba que ofereceu um ônibus com 15 computadores que a cada mês atendia uma comunidade na periferia do município. Em maio de 2012, o Sabe Tudo atingiu 1,1 milhão de acessos (SOROCABA, 2012).

O processo nº 29.666/2011 tratou do Termo de convênio entre Sorocaba e o Projeto Pérola, visando a gestão de núcleos do programa Sabe Tudo e Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) em escolas públicas de bairros periféricos da cidade. Também previu a inclusão digital e social de alunos com: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM URBANO), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e alunos das escolas em tempo integral (Oficina do Saber) em unidades do Sabe Tudo, através de acesso, interação e aprendizado pela internet, cursos e desenvolvimento de cidadania.

O termo descrevia o funcionamento de segunda a sexta feira das 8h às 22h, aos sábados das 8h às 13h e somente uma unidade no domingo das 8h às 13h. Nesses horários ofereciam cursos de Inclusão Digital e Alfabetização Digital, para turmas de até 140 (cento e quarenta) alunos, por semestre, divididas em faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos), com cargas horárias respectivas de 16 (dezesesseis) e 64 (sessenta e quatro) horas.

No site selo social consta que o Projeto Pérola fundado em janeiro de 2000, era uma entidade sem fins lucrativos com a missão de incluir digitalmente comunidades carentes. Percebendo a necessidade, com o curso básico de informática (Windows, Word e Excel), passou a oferecer também palestras de higiene pessoal, saúde, meio ambiente, mercado de trabalho, prevenção às drogas e doenças sexualmente transmissíveis (DST), responsabilidade social, comportamento, etc.

Nogueira (2015) relatou no site oficial SMetal que as 31 unidades do Sabe Tudo deixariam de atender a população, mas a prefeitura não informou data oficial. Em outubro de 2014, durante o governo Pannunzio, o município cortou os recursos para o funcionamento no período noturno das unidades, para os cursos de informática e cidadania. Depois rompeu convênio com o Projeto Pérola e alegou que a Secretaria Municipal da Educação (SEDU) estudava um novo modelo junto à comunidade escolar, por meio de parcerias.

O Deda Questão (2015) publicou que o secretário de educação na época,

Flaviano Agostinho de Lima, informou que o custo mensal do Sabe Tudo era de R\$ 633 mil e que seriam investidos R\$ 180 mil mensais, ou seja, de R\$ 7,5 milhões anuais, o Sabe Tudo recebeu apenas R\$ 2,1 milhões, no governo Pannunzio. Logo o programa gradativamente foi fechando suas unidades.

O Deda Questão (2018), no Jornal Ipanema, criticou que as unidades do Sabe Tudo durante o governo Crespo estavam fechadas para o público e algumas unidades serão estrategicamente ocupadas por 4 Guardas Municipais para conter o policiamento da proximidade. Em caso de necessidade, as unidades funcionariam 24 horas. Em 2021, durante o governo Manga³² o jornal local divulgou que:

(...) faz seis anos que as unidades do “Sabe Tudo” estão fechadas. Os 32 prédios se tornaram alvo de vandalismo e da ação do tempo. Algumas unidades apresentam marcas de pichação, enquanto outras estão sem portas e iluminação. As unidades foram instaladas perto de escolas, a gestão era feita pelo Projeto Pérola, que não resistiu ao término do programa e encerrou as atividades. Entre 2007 e 2015, foram registrados 2,3 milhões de acessos à internet, 116 mil pessoas estavam cadastradas para usar os serviços, foram formados mais de 20 mil alunos no curso de informática básica e quase 5,3 mil alunos nos cursos de informática avançada e cidadania (TV TEM, 2021).

Como consequência da falta de planejamento e investimento a longo prazo, o Sabe Tudo em 2022 segue fechado, observamos que foi um programa que não teve continuidade nos demais governos. Se estivesse ativo, seria um recurso importante em 2020, durante o período de pandemia que exigiu as aulas remotas.

Retornando as ações do governo Lippi, outros programas e projetos foram lançados para contribuir com o conceito Cidade Educadora.

Amigos do Zippy criado pela Associação de Saúde Emocional de Crianças (ASEC), foi um programa que teve o objetivo de apoiar as crianças a reconhecer emoções, identificar e desenvolver alternativas para trabalhar com esses sentimentos. Seu público alvo foram crianças de 6 a 7 anos (1º e 2º anos do ensino fundamental), porque entendem que é a fase que consolida os padrões de reação aos sentimentos. Com formação continuada pela Secretaria de Educação (SEDU), o programa amparou educadores a mediar um percurso formativo em que a criança vivia, compreendia e desenvolvia ferramentas para lidar melhor com suas emoções. Não se encontrou dados sobre o início e fim do programa, que não teve continuidade nos demais governos.

³² Em 2021, assume a prefeitura de Sorocaba Rodrigo Maganhato, mais conhecido como Rodrigo Manga, eleito com 153.228 votos (dados retirados do site oficial). O recorte temporal da pesquisa é de 2010 a 2020, por isso esse prefeito não consta no capítulo 4. Consulte em Referências.

Alfabetização e Letramento em Rede não se encontrou dados sobre o programa.

Creche conveniada foi a opção da prefeitura para atender a demanda de crianças que não encontravam vagas nas creches municipais. A creche “Deus menino” teve sua inauguração em 2011, ao custo de R\$ 491.903,00 repassado pelo município. A creche atendeu em 2011, crianças de 0 a 3 anos e tinha capacidade para aproximadamente 200 crianças, metade eram da lista de espera da rede municipal (SOROCABA, 2011). Em 2022, a creche continua conveniada a prefeitura.

Durante a pesquisa sobre o governo Cresso, encontramos em 2019, a inauguração da unidade escolar “Prof.^a Maria José Vieira Stecca” Centro de Educação Infantil (CEI-116), no Jardim Montreal. O Jornal do Município trouxe que a escola atenderia 150 crianças nas etapas creche 1, 2 e 3, em tempo integral, com parceria entre Sorocaba e o Centro Educacional Apascentai de Ação Social, instituição fundada em 2007 e parceira do município desde 2009 (SOROCABA, 2019). Com base nesses dados, compreende-se que além das inaugurações citadas, o Centro Educacional Apascentai de Ação Social já atendia as crianças na etapa creche em parceria com a prefeitura, desde 2009, durante a gestão Lippi.

Clube da escola foi um programa que teve início em 19 de fevereiro de 2011, foi do conceito Cidade Educadora e contou com 18 escolas municipais que ofereciam atividades educativas, culturais e esportivas. Atendi aos sábados e domingos das 9 às 16h e em 2012, somou 104.553 participantes (SOROCABA, 2012). Não se encontrou novos dados do programa e quem atendia nessas unidades abertas aos finais de semana.

Escola de Gestão Pública (EGP) “Dr. José Caetano Graziosi” foi criada em novembro de 2009, com parceria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). A Escola de Gestão Pública é o centro de formação e desenvolvimento do conhecimento dos servidores públicos. Oferece cursos, palestras, seminários, estudos, oficinas de formação, capacitação permanente das competências e valorização na direção da prestação de serviços com qualidade. Todos os servidores ao ingressar por concurso público participam da Integração na Escola de Gestão Pública (EGP), ou seja, a escola é a primeira porta de entrada dos novos Servidores (FIGUEIREDO, 2019). Os treinamentos são realizados pelos próprios servidores conhecidos como Instrutores Internos. Em 2022, a Escola de Gestão é vinculada à Secretaria de Recursos Humanos e

coordenada pela Seção de Treinamento. Foi criada pelo Decreto nº 17.937/09 (SOROCABA, 2009), regulamentado pelo Decreto nº 22.119/15 (SOROCABA, 2015) e está vigente atualmente.

Esse livro é meu foi um programa que previu a distribuição de 2 livros por ano (Infantil 1 livro, Fundamental I 2 livros e Fundamental II 2 livros) para todos os alunos da rede municipal.

O projeto contribui para uma educação de qualidade para todos, numa Cidade Educadora, por meio do incentivo à leitura, a partir da entrega de livros paradidáticos para o aluno iniciar a formação de seu acervo pessoal (SOROCABA, 2010, p.82).

Em fevereiro de 2011, houve a distribuição de novos livros do projeto aos alunos da rede municipal. Os livros paradidáticos eram distribuídos pela Secretaria de Educação (SEDU). Encontrou-se registros desse programa em 2010 e 2011, apenas. Não se encontrou dados da criação ou fim do programa, que não teve continuidade nos demais governos.

Fazendo Futuro foi um projeto criado em 2006, com parceria da Organização Não Governamental (ONG) Piracema para tratar de assuntos importantes para os adolescentes como: sexualidade, drogas, prevenção à gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis, temas tratados com jovens da mesma faixa etária. O objetivo era ensinar cidadania, plantar esperança e cultivar os sonhos dos jovens. O projeto formou mais 265 alunos de sua turma de 2011, foi realizado em 45 escolas públicas das redes municipal e estadual de Sorocaba. O Fazendo o Futuro era direcionado aos adolescentes de 13 a 18 anos, matriculados do 5º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio (SANTOS, 2011).

Esse projeto trouxe para Sorocaba o “Prêmio Amigo da Criança – 2009/2012”, concedido pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (FUNDAÇÃO ABRINQ) (SOROCABA, 2012). Em 2008, Lippi já havia recebido o prêmio "Prefeito Amigo da Criança 2005/2008", oportunidade em que a fundação reconheceu 132 municípios de um total de 2.263 inscritos no programa. Em 2012, o curso de capacitação dos jovens foi realizado na Universidade de Sorocaba (UNISO) – *Campus* Seminário com número recorde de participantes 390. São meninos e meninas que iam atuar como multiplicadores em suas escolas e nas comunidades que vivem (CRUZEIRO ONLINE, 2012). O projeto não teve continuidade nos demais governos.

Fórum Educa em Ação foi um programa criado em 2019 com o objetivo de

divulgar as boas ações e experiências pedagógicas implantadas com sucesso em sala de aula. Em 2010, 2.500 educadores participaram e em 2011 ocorreu a 3ª edição do evento (SOROCABA, 2011). Não há dados sobre o local que ocorria e a data do fim do programa que não teve continuidade nos demais governos.

Lousa Digital programa do conceito Cidade Educadora, foi uma ação da prefeitura de Sorocaba que adquiriu 150 conjuntos (lousa, notebook e projetor) que foram instalados nas escolas que contavam com Educação Infantil e Ensino Fundamental. A formação para uso das lousas foi dada pela Secretaria da Educação (SEDU) (SOROCABA, 2011). As lousas digitais ainda existem nas unidades, mas não há dados de formação e manutenção. Em 2021, o prefeito Manga afirmou que todas as 175 escolas municipais seriam equipadas com lousas digitais até 2022 (JORNAL CRUZEIRO, 2021). Não se encontrou dados sobre a criação do programa e não tivemos confirmação de que todas as unidades têm esse equipamento.

Pedagogia empreendedora foi um programa que procurou estimular os jovens a sonharem e desenvolverem mecanismos para realizar esse sonho. Fez parte do conceito Cidade Educadora e foi aplicado na rede municipal. Com o mesmo objetivo, a Pedagogia empreendedora foi aplicada no Projeto **História de Vida** com parceria da Prefeitura de Sorocaba, da Secretaria da Educação e da Fundação Casa. As aulas eram ministradas pela professora Rosana Helena Nunes, articuladora da Pedagogia Empreendedora na Rede Municipal. Em 2010, se formaram 4 turmas de internos da Fundação Casa (SOROCABA, 2010). Não se encontrou dados do início e fim do programa que não teve continuidade nos demais governos.

Recomeçar-Plantando a Liberdade foi um projeto de Sorocaba em parceria com a penitenciária “Danilo Pinheiro” (Mineirão), a penitenciária “Dr. Antonio Souza Neto” (Aparecidinha), os Serviços de Obras Sociais (SOS), a Universidade de Sorocaba (UNISO) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Sorocaba para trabalhar educação ambiental e cidadania com jovens em conflito com a lei que frequentam o Clube da Nais. De julho a dezembro de 2011, foram produzidas 97.827 mudas (SOROCABA, 2012).

O Núcleo de Acolhimento Integrado de Sorocaba (NAIS) foi um programa que tinha como objetivo a não reincidência da prática infracional, de acordo com a lei municipal nº 8.627/2008, mas encerrou suas atividades em 31/12/2015 (SELO SOCIAL, 2012). Não há dados sobre o início e fim do programa que não teve continuidade nos demais governos.

Roteiro Educador criado em 2007, foi um programa da Oficina do Saber que compreendeu a cidade como uma extensão da sala de aula. No site de Sorocaba são citados espaços turísticos da cidade que foram visitados, tais como: o Parque das Águas, o Parque Kasato Maru, o Parque da Biquinha, o Teatro São Rafael, o Teatro Municipal, o Mercado Municipal, as Casas do Cidadão, o Mosteiro de São Bento, o Centro Administrativo (Prefeitura “Palácio dos Tropeiros” e Câmara Municipal), o Zoológico “Quinzinho de Barros”, o Pelourinho, Bibliotecas Infantil e Municipal, Bebeteca do Centro de Referência em Educação, Casa de Espanha, Parque dos Espanhóis, Casarão de Brigadeiro Tobias, Estação Ferroviária, Museu Histórico e da Estrada de Ferro Sorocabana, Jardim Botânico, Estações de Tratamento de Água (ETA) e Esgoto (ETE), Aeroporto, indústrias, empresas, entre outros pontos importantes da região que são visitados pelos alunos. Para isso, a prefeitura disponibilizou ônibus e sinalização para as rotas (SOROCABA, 2012).

“Com o Roteiro Educador os prédios públicos, entidades e monumentos históricos da cidade se transformam em espaços educadores” (SOROCABA, 2013, p.56). De acordo com o site da Prefeitura de Sorocaba, o programa foi integrante do eixo Escola Viva e ofereceu mais de 70 opções de passeios dirigidos, conforme as faixas etárias. As visitas eram monitoradas e os estudantes preparados pelos professores com informações sobre o local a ser visitado. Em maio de 2010, 9 mil crianças visitaram os 21 pontos do Roteiro Educador, esses alunos frequentavam o programa Escola em Tempo Integral – Oficina do Saber (SOROCABA, 2011).

Fernandes (2017) aponta que o programa lançado em 2007, levou milhares de alunos para diversos pontos da cidade. A iniciativa fazia parte do conceito de Cidade Educadora da gestão Lippi (PSDB). O programa foi suspenso em outubro de 2015, na gestão Pannunzio (PSDB), por falta de verbas para o transporte dos estudantes. Pela cidade, ficaram espalhadas as placas que indicavam os pontos participantes do roteiro. Em 2017, no governo Crespo, os marcos estavam deteriorados, desbotados e até pichados. O programa não teve continuidade nos demais governos.

Sorocaba Total com início em 2011, foi um programa que previu a construção de 23 km de novas avenidas, 11 km de obras de revitalizações diárias, a implantação de sete parques novos e obras de drenagem urbana até 2012. O investimento total do programa foi de cerca de US\$ 90 milhões, sendo 50% financiado pela Corporação Andina de Fomento (CAF) (SOROCABA, 2011). Mesmo ator privado que celebrou convênio de cooperação técnica para o fortalecimento do

Programa Escola em Tempo Integral - Oficina do Saber.

Vai e vem foi um programa do conceito Cidade Educadora em que se organizaram unidades móveis de empréstimos de livros gratuitos a população. Em 2007, haviam 3.500 unidades que se tratavam de carrinhos com livros para empréstimos em diversos pontos da cidade. Em 3 meses, mais de 8 mil pessoas retiraram os volumes (SOROCABA, 2007). Os livros eram cedidos pela Biblioteca Municipal e Infantil de Sorocaba ou por doações voluntárias. Não há dados sobre o início e fim do programa, que não teve continuidade nos demais governos.

Na seleção dos dados não se encontrou sites oficiais ativos, datas de início e fim de todos os projetos/programas, contudo se percebeu que durante o governo Lippi houve uma preocupação em divulgar as ações da prefeitura e os dados sobre a educação municipal. Destacamos:

No Brasil, entre as cidades com mais de 500 mil habitantes, Sorocaba e São José dos Campos obtiveram a melhor avaliação com 5,9 no Ensino Fundamental Regular (séries iniciais até 4ª série). Sorocaba não só superou a meta prevista para 2009 (de 5,3) como já atingiu a meta para os anos de 2011 (5,7) e 2013 (5,9) (SOROCABA, 2010, p.2).

No período do governo Lippi (2005 a 2012), a cidade de Sorocaba percebeu mudanças significativas na sua estrutura, saúde e educação. Os críticos afirmam que ele colheu frutos da gestão anterior, Renato Fauvel Amary (1997-2004). De acordo com o jornal Estadão (2008), Lippi se reelegeu para o segundo mandato com aproximadamente 80% dos votos e deu ao seu partido a hegemonia de 16 anos no poder. Até hoje, os sorocabanos relembram e elogiam os governos Amary e Lippi.

Os dados demonstraram a incidência de 22 programas/projetos em parcerias com atores privados, durante o segundo mandato do governo Lippi (2010 a 2012). Sorocaba Cidade Educadora que gerou: Sorocaba Total, Vai e vem, Ciclovias, Seminário Internacional de Educação de Sorocaba, Escola de Gestão Pública (EGP), Esse livro é meu, Lousa digital, Fazendo o Futuro, Recomeçar-Plantando a Liberdade e Fórum Educa em Ação; Oficina do Saber (Escola em Período/Tempo Integral) que ofereceu: Teatro na Escola, Roteiro Educador, Pedagogia empreendedora, História de Vida, Amigos do Zippy, Clube da Escola, Musicalização, Alfabetização e Letramento em Rede; Sabe Tudo e Creche Conveniada.

Apesar de seu sucessor também ser membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) não houve a avaliação dos programas/projetos em desenvolvimento, no sentido de ampliar e aperfeiçoar. De forma que se anulou a

possibilidade de continuidade dos programas/projetos da gestão Lippi. Essa ação demonstrou que os governos municipais não atuam na elaboração de políticas de Estado, mas elaboram políticas de governo, ainda que seus sucessores sejam do mesmo partido político.

De 2013 a 2016, assumiu o prefeito Antonio Carlos Pannunzio, com 51,04% dos votos. Renato Amary (ex-prefeito) que mudou para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) teve 48,96% dos votos (G1, 2012). Pannunzio do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com sua vitória, deu ao partido a hegemonia de 20 anos no poder em Sorocaba. Observa-se que ao longo dos anos Sorocaba elegeu médicos, militares de carreira e o mesmo partido de direita por 20 anos³³. Apesar dos sorocabanos elogiarem as ações do governo Amary, a sua mudança de partido resultou na vitória de Pannunzio.

A pesquisa documental seguiu de 2013 a 2016, período do mandato do prefeito Antonio Carlos Pannunzio. Para a busca se utilizou os descritores: “Programas”; “Parcerias”; “Convênios”; “Contratos e Projetos”; “Políticas e Programas na educação”; “Pacto e Compromisso” acrescidos do nome do prefeito nos *sites* da Secretaria de Educação de Sorocaba/SP e na Plataforma *Google*.

Segundo o site oficial deputadopannunzio.com.br, Pannunzio é filho de Armando Pannunzio que foi prefeito de Sorocaba por dois mandatos (1964 a 1969 e 1973 a 1977), depois foi eleito deputado estadual em 1970. Antonio Carlos Pannunzio nascido em São Paulo, é engenheiro metalúrgico, foi professor da Faculdade de Tecnologia (FATEC) de Sorocaba entre 1972 e 1998, foi presidente da Comissão Municipal de Desenvolvimento Industrial de Sorocaba durante o ano de 1984 a 1986 e secretário municipal de Serviços Públicos de Sorocaba, entre 1986-1988. Cumpriu quatro mandatos consecutivos como deputado federal e foi prefeito de Sorocaba (1989-1992) pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (G1, 2012). Foi prefeito de Sorocaba aos 69 anos pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 2013.

Nessa gestão, construiu mais de 5 mil moradias populares, 2 terminais urbanos Terminal Santo Antônio e Terminal São Paulo com integração gratuita da tarifa de ônibus existente até hoje e construiu dezenas de creches (dados do site oficial deputadopannunzio.com.br).

³³ Para conhecer os prefeitos anteriores de Sorocaba/SP consulte Apêndice.

Em atendimento a resolução nº 23.373, de 14 de dezembro de 2011 (TSE, 2011), as propostas defendidas pelo candidato ficaram disponíveis para consulta popular no site oficial tse.jus.br junto aos seus dados. Sobre a educação cabe destacar:

- A preocupação com o conhecimento científico, humanístico e tecnológico;
- Adotar a Educação Inclusiva, Democrática e Solidária em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Promover uma ampla avaliação dos projetos e programas em andamento;
- Estruturar o Projeto Político Pedagógico;
- Valorização do Conselho Municipal de Educação;
- Ampliar e aperfeiçoar a rede de Ensino Infantil (creches e pré-escolas), Ensino Fundamental em tempo integral e os Programas de Educação de Jovens e Adultos;
- Investir na formação e valorização dos profissionais da educação;

Apesar disso, Pannunzio não promoveu mudanças significativas na educação durante sua gestão. Nogueira (2015) relatou no site oficial SMetal que as 31 unidades do Sabe Tudo deixariam de atender a população, mas a prefeitura não informou data oficial. Em outubro de 2014, o município cortou os recursos para o funcionamento no período noturno das unidades e para os cursos de informática e cidadania. Depois rompeu o convênio com o Projeto Pérola e alegou que a Secretaria Municipal da Educação (SEDU) estudava um novo modelo junto à comunidade escolar, por meio de parcerias.

O Deda Questão (2015) publicou que o secretário de educação, Flaviano Agostinho de Lima, informou que o custo mensal do Sabe Tudo era de R\$ 633 mil e agora seriam investidos R\$ 180 mil mensais, ou seja, de R\$ 7,5 milhões anuais, o Sabe Tudo recebeu R\$ 2,1 milhões, no governo Pannunzio. Apesar de no plano de governo Pannunzio citar que iriam “promover uma ampla avaliação dos projetos e programas em andamento”, durante sua gestão não investiu o suficiente para que o programa Sabe Tudo continuasse. Deixando a população sem a oferta dos serviços que atendiam desde 2007.

Durante o governo Pannunzio (2013 a 2016), as notícias sobre as ações do governo municipal passaram a ser publicadas no site oficial na aba Agência Sorocaba de Notícias sob a coordenação da Secretaria de Comunicação (SECOM).

O Jornal do Município foi direcionado para a publicação de decretos, leis, portarias ou assuntos técnicos. No recorte da pesquisa documental (2013 a 2016) encontramos:

Quadro 12 – Parcerias Pannunzio

Início	Fim	Ator privado	Programa	Dimensão da Política Educacional
2007	2016	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	Sorocaba Cidade Educadora que gerou: Congresso Internacional de Cidades Educadoras, Programa Escola Saudável, Projeto Turminha Caça Dengue, Escola Viva – Clube da Escola, Bebeteca, Atividades de Educação Nutricional e Escola de Gestão Pública (EGP)	Currículo, Gestão e Oferta
2007	2016	Instituto Defesa Sorocaba e Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)	Escola Viva que oferece: Oficina do Saber (Escola em Período/Tempo Integral), Robótica e Roteiro Educador	Currículo, Gestão e Oferta

Elaborado pela autora, 2022.

Cidade Educadora foi o programa iniciado pelo governo Lippi. Reis (2016) publicou que Sorocaba foi representada no **14º Congresso Internacional de Cidades Educadoras** que aconteceu em Rosário, na Argentina, com a apresentação do **Programa Escola Saudável**, com o **projeto Turminha Caça Dengue**, no combate ao mosquito *Aedes Aegypti* transmissor da dengue, chicungunya e zika, na modalidade Taller/Oficina de Experiências, enquadrada no eixo “O desafio de habitar as cidades”, com ações realizadas pela Secretaria de Educação (SEDU). Nesse período, Sorocaba alcançou nota 6,4 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2015, índice projetado para 2017 (SOROCABA, 2016).

Em 2015, Pannunzio recebeu no México, um prêmio pela inclusão de Sorocaba no livro “*Unlocking the Potential of Urban Communities: Case Studies of Twelve Learning Cities*” (Desvendando o Potencial de Comunidades Urbanas: Estudos de Casos de Doze Cidades de Aprendizagem), publicado pelo *Institute for Lifelong Learning (UIL)*, da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Sorocaba está entre os 12 municípios mais efetivos nas ações de

construção de políticas de inclusão e garantia dos direitos de crianças, jovens e adultos, principalmente, na educação (SOROCABA, 2015). Não há dados sobre o fim do programa Cidade Educadora, que não teve continuidade nos demais governos.

Escola da escola foi um programa que ofereceu palestras e cursos para os profissionais da educação da rede municipal (suporte pedagógico, professores e auxiliares de educação) promovido pela Secretaria da Educação (SEDU). Franco (2016) registrou a palestra “Educação infantil e espaço relacional” que foi oferecida em 2016 no Centro de Referência em Educação (CRE). Um programa inaugurado no governo Lippi, Escola de Gestão, tinha o mesmo objetivo, mas abrangia todos os profissionais da prefeitura. Embora não se encontrou informações sobre a Escola da Gestão no governo Pannunzio, sabe-se que o programa estava vigente e ofereceu cursos/palestras todo semestre aos servidores, por meio de comunicado interno. Não há dados sobre o início e fim do programa Escola da escola, que não teve continuidade nos demais governos. Como o programa não contou com parcerias de atores privados não constou no quadro 12 – Parcerias Pannunzio, mas citamos como uma das ações do governo voltadas à educação municipal.

Escola Viva – Clube da Escola foi um programa iniciado no governo Lippi, durante a busca no período do governo Pannunzio encontrou-se novos dados sobre o programa. Sorocaba (2015) divulgou que o Escola Viva – Clube da Escola foi um programa que manteve as unidades escolares abertas para as comunidades no final de semana. Os professores do programa ouviram os frequentadores sobre as atividades de interesse de cada comunidade e iniciaram as atividades indicadas, voltadas também para a recreação. Promoveu práticas educativas, artísticas, culturais, esportivas e lúdicas, que se desenvolveram tanto em espaços escolares como em outros ambientes socioculturais que a cidade oferece.

O objetivo foi o de fortalecer espaços de diálogo, de parceria, cooperação e integração entre escola e comunidade. Ocorreu em 13 unidades escolares, com 64 profissionais (pedagogos, professores de Educação Física, universitários dos cursos de Educação Física que atuavam como estagiários, inspetores de alunos e voluntários). Outra ação do programa foi o desenvolvimento dos projetos “**Bebeteca e Atividades de Educação Nutricional**”, realizados mensalmente no Centro de Referência em Educação, voltados para as crianças de 4 a 6 anos acompanhadas pelos pais/responsáveis (SOROCABA, 2015).

A página oficial de Sorocaba informou em 2015 novo horário do programa “Escola Viva – Clube da Escola”, que no governo Lippi atendia aos sábados e domingos das 9 às 16h, agora passou a atender somente aos sábados das 8h às 12h e das 13h às 16h20, durante a gestão Pannunzio. O site Frente Nacional de Prefeitos (2016) divulgou em fevereiro de 2014 que Sorocaba e o Instituto Defenda Sorocaba lançaram o programa Escola Viva. O programa naquele ano somou a participação de mais de 8 mil alunos da rede municipal (de um total de 50 mil) do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Escola Viva contou com 3 projetos: **Oficina do Saber, Clube da Escola e Roteiro Educador**, que já existiam no governo Lippi e foram reinaugurados com Escola Viva.

O programa Escola Viva, do conceito de **Cidade Humana e Educadora**, teve o objetivo de explorar para além da escola toda a riqueza cultural, social e ambiental do município. Pannunzio declarou que esperava que o Escola Viva ajudasse na formação das crianças, abrindo oportunidades para que elas conhecessem Sorocaba, sua tecnologia, suas artes, sua história, além de valorizar a questão ambiental (FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS, 2016). Não há dados sobre o fim do programa, que não teve continuidade nos demais governos.

Robótica criado em 2014, foi um projeto de Sorocaba em parceria com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Sorocaba desenvolvido em 33 escolas municipais que participaram do **programa de educação em tempo integral “Oficina do Saber”**. Voltado aos alunos dos 5ºs anos, teve como objetivos: aprender ciências na prática, despertar o potencial criativo e a imaginação dos alunos para compreender melhor o mundo tecnológico (SOROCABA, 2019). Não há dados sobre o fim do programa, que não teve continuidade nos demais governos.

Durante a gestão Pannunzio, foi sancionada a lei nº 11.133 de 25 de junho de 2015 (BRASIL, 2015) que tratou do Plano Municipal de Educação que norteou investimentos e políticas públicas em educação por 10 anos. O plano apresentou 20 metas de trabalho, compostas de 320 estratégias de ação para valorização do ensino no município. Um dos investimentos é que o município tenha no mínimo 50% das escolas públicas atendendo em tempo integral e que pelo menos 25% dos alunos da educação básica estejam em tempo integral até o quinto ano de vigência do plano (SOROCABA, 2015).

Contudo os dois programas principais da gestão Lippi, Oficina do Saber e Sabe tudo não tiveram continuidade. No site oficial de Sorocaba, em 2016, a Secretaria da Educação (SEDU) informou que as atividades na Escola em Tempo Integral – Oficina do Saber seguiria um novo modelo pedagógico e colocou a Oficina como carga suplementar de aulas para os professores da rede sem oferecer materiais e formação. Com a falta de materiais e formação, os professores deixaram de comparecer nas atribuições e as oficinas foram fechando gradativamente. Assim como, os projetos e programas que oferecia, deixando a população sem a oferta dos serviços que atendiam desde 2007 e andando na contramão do Plano Municipal de Educação que previa a ampliação das escolas em tempo integral.

O site Sindicatos dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP) em 2016, denunciou que o governo Pannunzio deixou de investir cerca de R\$ 86 milhões previstos no orçamento para não infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impede que as administrações públicas não gastem mais do que arrecadam. O anúncio foi feito pelo próprio prefeito que argumentou que os cortes ocorreram devido à crise financeira do país. Relatou também que a arrecadação do município diminuiu em cerca de 10%, assim houve cortes no trânsito (recapeamento de asfalto, serviços de manutenção de grama e paisagismo), remanejamento de recursos para a Saúde, retirados da Cultura e do Esportes, por exemplo. Pannunzio lembrou que o governo do Estado de São Paulo deixou de repassar R\$ 27 milhões e outros R\$ 35 milhões da União para a Saúde. Sorocaba tinha em 2016, cerca de R\$ 1 bilhão de impostos para receber e estava acionando os devedores na Justiça.

Apesar da crise financeira e do fim dos programas do seu antecessor, no governo Pannunzio houve preocupação em normatizar as ações da educação. Contou com a elaboração do Marco Referencial da rede pública municipal de Sorocaba (2017) documento que aponta os conceitos de sujeito, escola, sociedade e currículo previstos pelos autores escolhidos pelo grupo de trabalho composto por estudiosos, professores, orientadores pedagógicos, diretores e supervisores da rede. Também normatizou a elaboração anual do Caderno de Orientações com autores do Marco Referencial e modelos de documentos a serem utilizados durante o ano letivo e produziu o Manual de Procedimentos da Secretaria de Escola da rede municipal de ensino (Ensino Fundamental e Médio) 2015.

Apesar de não encontrar sites oficiais ativos, datas de início e fim de todos os projetos/programas, no governo Pannunzio observou-se a descontinuidade dos

programas do governo Lippi, mesmo sendo membros do mesmo partido.

De acordo com os dados, houve a incidência de 12 programas/projetos em parcerias com atores privados, durante o governo Pannunzio (2013 a 2016). Sorocaba Cidade Educadora que gerou: Congresso Internacional de Cidades Educadoras, Programa Escola Saudável, Projeto Turminha Caça Dengue, Escola Viva – Clube da Escola, Bebeteca, Atividades de Educação Nutricional e Escola de Gestão Pública (EGP); Escola Viva que ofereceu: Oficina do Saber (Escola em Período/Tempo Integral), Robótica e Roteiro Educador.

Muitas críticas surgiram porque a população deixou de ser atendida pelas ações/projetos advindos dos programas do seu antecessor Lippi. Em 2014, o Jornal Cruzeiro publicou que 32 propostas do plano de governo de Pannunzio não tinham saído do papel. Também não havia preocupação em divulgar as ações da prefeitura no Jornal do Município como na gestão anterior, resumindo a publicidade nas publicações da Secretaria de Comunicação (SECOM). As críticas da população somadas aos problemas de saúde, afastaram Pannunzio da eleição para um segundo mandato. Por isso, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) lançou João Leandro que perdeu as eleições para José Caldini Crespo do Partido Democratas (DEM). Crespo foi eleito prefeito de Sorocaba de 2017 a 2020, porém seu mandato sofreu interrupções.

Neste capítulo foram apresentados os dados sobre a incidência de parcerias público-privadas na rede municipal de Sorocaba de 2010 a 2016. Durante o segundo mandato do governo Lippi, dentro do recorte histórico (2010 a 2020) encontramos 22 programas/projetos em parcerias com atores privados. De 2013 a 2016, assumiu o prefeito Antonio Carlos Pannunzio e nesse período encontramos 12 programas/projetos. Apontamos que não houve avaliação dos programas/projetos em desenvolvimento, no sentido de ampliar e aperfeiçoar, mas o sucessor desenvolveu novos programas/projetos. Essa ação demonstrou que os governos municipais não atuam na elaboração de políticas de Estado, mas elaboram políticas de governo, ainda que sejam do mesmo partido político. A seguir serão apresentados os dados selecionados durante a gestão Crespo e Coutinho.

CAPÍTULO 6 - GESTÃO JOSÉ CRESPO E JAQUELINE COUTINHO: A TUMULTUADA CONSOLIDAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO/PRIVADAS

A pesquisa documental seguiu de 2017 a 2020, durante o mandato do prefeito José Caldini Crespo (2017 a 2020). Para a busca se utilizou os descritores: “Programas”; “Parcerias”; “Convênios”; “Contratos e Projetos”; “Políticas e Programas na educação”; “Pacto e Compromisso” acrescidos do nome do prefeito nos *sites* da Secretaria de Educação de Sorocaba/SP e na Plataforma *Google*.

De acordo com o site oficial crespo.org.br, Crespo é natural de Sorocaba, formou-se engenheiro e advogado. Foi secretário de Transportes da cidade de 1989 a 1992, trabalhou na Fepasa, na divisão de manutenção de locomotivas elétricas. Iniciou na política como deputado estadual em 1994, reelegeu-se em 1998 e 2002. Tentou diversas vezes a eleição para prefeito em Sorocaba e se elegeu apenas em 2017.

Em atendimento a resolução nº 23.373, de 14 de dezembro de 2011 (TSE, 2011), as propostas defendidas pelo candidato ficaram disponíveis para consulta popular no site oficial tse.jus.br junto aos seus dados. O plano de governo Crespo é composto por duas páginas organizadas como texto, sem subtítulos ou seções separadas por as secretarias. Destaca que:

A principal ferramenta da Administração será o elemento humano, em três dimensões: os **servidores municipais**, qualificados para exercer principalmente as funções de planejamento, controle e fiscalização; os **parceiros da iniciativa privada**, empresas e organizações sociais, advindos através de processos honestos e transparentes de licitações e chamamentos, para executar os projetos e as ações de obras e serviços públicos, nos limites da Lei, e a **população** como um todo, cada vez mais conscientizada e motivada a participar com crença nos propósitos e na consecução dos objetivos governamentais (PLANO DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO RENASCE SOROCABA, 2016, p.1-2).

Desde o governo Pannunzio (2013 a 2016), as notícias sobre as ações do governo municipal passaram a ser publicadas no site oficial da prefeitura na aba Agência Sorocaba de Notícias sob a coordenação da Secretaria de Comunicação (SECOM). O Jornal do Município desde a gestão anterior, foi direcionado para a publicação de decretos, leis, portarias ou assuntos técnicos. Em junho de 2017, no

governo Crespo (2017 a 2020), o jornal passou a ser diário, antes eram publicados toda sexta feira.

O início do mandato de Crespo já apontava para um período de mudanças. Em 2017, o Projeto de Lei nº 222/2017 “Escola Sem Partido” de autoria do vereador Luis Santos do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) estava em tramitação na Câmara Municipal de Sorocaba. O Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) divulgou o documento “Escola sem partido: o quê, por quê e a serviço de quem?” Manifestação do CMESO de 10/10/2017, vale destacar:

Esse movimento parte de setores conservadores da política que pregam a intransigência à liberdade de expressão, não somente no ensino, como também nas artes, nas questões de raça e gênero, desencadeando numa intolerância e uma invasão preconceituosa nas várias manifestações da sociedade atual. Se educação implica em transformação, pela própria etimologia da palavra: e-ducere, trazer à tona, externar e, a partir desse conhecimento que o aluno já traz, estimular através do ensino a transformação desse aluno em cidadão, capaz de transformar o mundo para melhor, a escola sem partido seria aquela onde não houvesse aluno nem professor (CMESO, 2017, p.3).

O projeto foi arquivado, mas durante o governo Crespo, muitas ações exigiram reuniões, comunicados, deliberações e um trabalho exaustivo do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO).

Crespo lançou seus próprios projetos para Sorocaba em diversas áreas. Andrade (2019) destaca: a Gestão Compartilhada das creches; a regularização do kit escolar; a implantação do Sistema Didático de Ensino do Sesi para a rede municipal; o projeto Ética, Solidariedade e Cidadania para os alunos do fundamental II; recursos do Programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FDNE) do Ministério da Educação para a construção de 8 unidades de creches; construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no Jardim Guadalajara e trouxe para Sorocaba dois polos da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP) – sendo a primeira na Universidade do Trabalhador, Empreendedor e Negócios (UNITEN) e a segunda no Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS).

Crespo utilizava as mídias locais para inaugurar projetos e fazer promessas para a população, em alguns momentos ele mesmo era autor dos artigos. Em 2019, publicou artigo para o jornal Cruzeiro, momento em que valorizou suas ações como prefeito em Sorocaba, explicou que a desaceleração econômica e o aumento da inflação afetaram o repasse de verbas estaduais e da União. Relatou que seu governo herdou uma dívida de R\$ 283 milhões, por isso, implementou a contenção

de gastos: economia de energia elétrica, a redução de consumo na gasolina, corte nas horas extras de funcionários, o desligamento de equipamentos e manutenção de luzes apagadas no horário de almoço, manter apagadas as luzes de corredores e banheiros durante o dia em horário de expediente e economizar o material de papelaria de escritório. Segundo Crespo, apenas com essas ações, logo a prefeitura já não acumulava mais dívidas.

Crespo acrescentou que da mesma forma, o modelo de Gestão Compartilhada implementado por ele reduziria os gastos públicos. Na educação, reduziria em mais da metade a fila de espera das creches municipais. Na saúde, nas Unidades Pré Hospitalares (UPH's) Norte e Oeste, geridas por uma Organização Social, realizariam o atendimento adulto e pediátrico com qualidade, com no mínimo um aumento de 210 mil consultas ao ano. Com essas ações, haveria uma redução de investimentos de R\$ 24,7 milhões, ou seja, 21,05% de economia em comparação à ampliação feita através de funcionários concursados (CRESPO, 2019). Crespo afirmou em entrevista para a Band Campinas em 2018:

Parcerias é uma palavra de ordem nessa política e até no mundo atual. Porque o poder público sozinho, premido por aspectos como a lei de responsabilidade fiscal, o próprio valor dos orçamentos em época de crise não consegue (se é que antes conseguia) resolver esses problemas (...) Nós temos que buscar cada vez mais parcerias (...) O público e o privado não poderão continuar sendo algo diferente, apartado um do outro. A população é a mesma. Portanto, com o governo e a iniciativa privada trabalhando juntos, de acordo com as leis, nós podemos dar um atendimento cada vez melhor (BAND CAMPINAS, 2018).

Crespo (2019), em novo artigo de autoria para o Jornal Zona Norte, prometeu que seu governo iria quebrar paradigmas, porque na metade de seu mandato já entregou 6 escolas municipais, com 2.860 novas vagas. Citou a inauguração da Escola Municipal “Renice Seraphim”, no Carandá com 25 salas de aula, a inauguração das creches conveniadas, a implantação do Sistema Didático de Ensino Sesi nas escolas municipais com formações para os docentes e a equipe gestora. E ao final, denunciou que:

Apesar disso, a cada dia, a oposição tenta macular nosso governo com denúncias exacerbadas, condenações prévias e sumárias e superficialismo na formação de suas opiniões. Vamos combater essa política rasteira com trabalho intenso e transparência para fazer muito mais por Sorocaba (CRESPO, 2019).

Crespo teve um mandato marcado por diversas denúncias. Em 24 de agosto de 2017, Crespo foi acusado de crime de prevaricação e quebra de decoro após polêmica sobre a ex-assessora Tatiane Polis e a vice-prefeita, Jaqueline Lilian

Barcelos Coutinho do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Por 14 votos contra 6, Crespo teve o mandato cassado após quase 10 horas de sessão extraordinária na Câmara de Vereadores. Foi a primeira vez na história da cidade que um chefe do Executivo foi afastado do governo e Coutinho ao tomar posse como prefeita se tornou a primeira mulher a assumir o cargo em Sorocaba. Crespo afirmou em nota que repudiava a decisão da Câmara e que recorreria à justiça (G1 SOROCABA E JUNDIAÍ, 2017).

As provas que embasaram a votação registraram irregularidades na documentação e atuação da ex-assessora Tatiane Polis, que também foram registradas em inquérito policial. Relataram ações exaltadas de Crespo com sua vice, que foi impedida de exercer seu cargo porque Crespo impediu inclusive sua entrada no gabinete municipal. Isso ocorreu porque Coutinho recebeu e acatou denúncia de que a assessora Polis apresentou diploma de nível superior falso e não poderia estar exercendo o cargo de assessora, segundo G1 Sorocaba e Jundiaí (2017).

Em 24 de agosto de 2017, Coutinho, que já era prefeita, afirmou na sua primeira entrevista, após ser empossada, que trabalharia para cumprir o plano de governo apresentado nas eleições. Explicou que, por desentendimentos entre ela e Crespo, há dois meses não participava de reuniões e projetos, por isso precisava reavaliar a situação para novas decisões (JORNAL ZONA NORTE, 2017). Coutinho assumiu a prefeitura após dois meses de conflitos com Crespo, que resultou em três boletins de ocorrências, na criação da Comissão Processante e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Legislativo, na desocupação de gabinete e no pedido de exoneração da ex-assessora Tatiane Polis, segundo Levorato e Corrêa (2017).

Segundo o site oficial jaquelinecouthinho.com.br, Jaqueline Lilian Barcelos Coutinho é nascida em Sorocaba, formada em Direito, aos 18 anos se tornou Oficial de Justiça e aos 22 anos a delegada de Polícia Civil mais jovem do Estado de São Paulo. Atuou na Delegacia de Defesa da Mulher em Itapetininga, Fernandópolis e Sorocaba, também na Delegacia do Idoso e no Núcleo Especial Criminal (NECRIN) em Sorocaba. Em 2017, já aposentada, foi a primeira prefeita de Sorocaba.

Em 05 de outubro de 2017, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu o decreto da sessão extraordinária da Câmara que cassou o mandato de Crespo. Crespo voltou a ser prefeito, mas a decisão cabia recurso. A desembargadora

Heloísa Martins Mimesi, da 5ª Câmara de Direito Público afirmou que houve violação ao preceito insculpido na súmula vinculante 46 que tratava sobre os crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento que são da competência legislativa privativa da União. Crespo entrou com recurso no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e também no Supremo Tribunal Federal para suspender a sessão. Após 43 dias de mandato como prefeita, Coutinho voltou a ser vice (G1 SOROCABA E JUNDIAÍ, 2017).

A ex-assessora Polis exonerada na época, um ano e meio depois, passou a atuar como voluntária. O que gerou a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Voluntário. O relatório apontou crime de responsabilidade e improbidade administrativa. De forma que a Câmara aprovou a criação da Comissão Processante e na votação recomendaram a cassação do mandato de Crespo, segundo Dias, Yabiku e Geraldo Jr (2019).

Crespo cumpriu seu mandato até 02 de agosto de 2019, quando a Câmara dos Vereadores em sessão extraordinária votou sobre o relatório da Comissão Processante que analisou as irregularidades na contratação de voluntários na prefeitura e cassou novamente o seu mandato por 16 votos a favor e 4 contra, dando novamente a posse da prefeitura para Coutinho, pela segunda vez em dois anos e meio (DIAS, YABIKU E GERALDO JR, 2019).

Em 05 de agosto de 2019, a vice Coutinho novamente assumiu a prefeitura e disse que não faria mudanças bruscas no plano de governo. Pretendia atuar com coerência e responsabilidade, porque a administração era voltada para a população. Relatou que Crespo estava estudando alternativas jurídicas e aguardava recurso (SCINOCCA, 2019). Coutinho reafirmou seu compromisso com a população e disse que consultaria os secretários para tomar as novas medidas.

Em março de 2020, a promotora do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), Maria Aparecida Castanho, informou que Crespo foi indiciado na Operação "Casa de Papel", porque o Ministério Público concluiu que houve corrupção cometida no seu governo. Além de Crespo, outras 17 pessoas foram indiciadas na operação, entre elas, secretários municipais, agentes públicos e empresários (IPA ONLINE, 2020).

Outra denúncia acatada foi sobre o crime de usurpação de função pública quando Crespo contratou Tatiane Pólis como "voluntária" que atuava na prefeitura e recebia salário. Outros participantes do governo eram contratados por um salário

acordado, mas movimentavam o triplo, quádruplo, até dez vezes mais do que ganhavam, enfatizou a promotora Castanho. De acordo com a investigação da Polícia Civil, agentes públicos, secretários e empresários estavam envolvidos porque receberam provas que desviavam vultuosas quantias de dinheiro público, segundo informações da Ipa Online (2020).

Em 30 de julho de 2021, o ex-prefeito Crespo foi condenado por improbidade administrativa e deveria ficar cinco anos inelegível. A ação movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) contra Crespo e o município de Sorocaba foi julgada pelo juiz Leonardo Guilherme Widmann, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) de Sorocaba. Os autos alegam que em 2017, Crespo nomeou de forma ilegal 84 cargos de livre provimento (24 cargos de assessor especial e 60 de assessor de gabinete nível III), contratados sem concurso público. Essa ação de Crespo agiu na contramão da recomendação do Ministério Público que impedia a criação desses cargos. Entretanto, ao assumir a administração, Crespo elaborou um projeto de lei para recriar os cargos. O projeto de lei que renomeava os cargos extintos foi aprovado em sessões extraordinárias na Câmara de Vereadores de Sorocaba. Na época, o Tribunal de Justiça determinou novamente que a prefeitura exonerasse os 84 funcionários comissionados (TV SOROCABA, 2021).

O governo Crespo também foi destaque na supervalorização das parcerias com os atores privados. Segundo ele, essa medida só traria benefícios para a população e para convencer usava as mídias locais. Durante o governo Coutinho não se observou ações contrárias a essa visão, inclusive a vice assumiu em entrevista que seguiria o plano de governo. No recorte da pesquisa documental (2017 a 2020) encontramos:

Quadro 13 – Parcerias Crespo e Coutinho

Início	Fim	Ator privado	Programa	Dimensão da Política Educacional
2019	2019	“Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas” Sebrae-SP	Cidade Empreendedora que gerou: Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP)	Currículo
2009	Vigente	Organizações Sociais: Deus Menino, Centro de Orientação e Educação Social (COESO), Centro Educacional Apascentai de Ação Social e Casa das Mães e das	Creche conveniada	Currículo, Gestão e Oferta

		Crianças de Sorocaba.		
2018	2019	Educae Sul Paulista e Federação de Amor-Exigente	Ética, Solidariedade e Cidadania	Currículo e Gestão
2017	2019	Prefeitura de Sorocaba, Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS), Secretaria de Educação (SEDU), empresa <i>ViaMaker Education</i> Brasil e <i>LEGO® Education</i>	Turminha da Inovação que gerou: <i>Robot Maker</i> e Festival de Robótica	Currículo, Gestão e Oferta
2018	2019	Secretaria de Segurança, Secretaria de Defesa Civil, Secretaria de Educação, Secretaria da Igualdade e Assistência Social, Associação Beneficente Antônio José Guarda (AJG).	Sabe Tudo reabre em novo formato: Unidade de Proteção Cidadã, Aulas de pintura, acabamento e eletricitista.	Currículo, Gestão e Oferta
2019	2019	SESI	Sistema SESI de Ensino, Formação da equipe gestora e docentes e Projeto Escola do Futuro	Currículo e Gestão

Elaborado pela autora, 2022.

Os dois programas principais da gestão Lippi, Oficina do Saber e Sabe tudo não tiveram continuidade no governo Pannunzio que era do mesmo partido, tampouco no governo Crespo de partido diferente. Em 2017, Crespo propôs privatizar as unidades da Oficina do Saber para serem utilizadas como creches, privatizar também o estádio municipal (CIC), a Arena Multiuso e o Zoológico (O DEDA QUESTÃO, 2017). As unidades do Sabe Tudo continuavam fechadas para o público desde a gestão anterior, Crespo reservou algumas unidades para serem estrategicamente ocupadas por 4 Guardas Municipais para colaborar com o policiamento da proximidade. Caso houvesse necessidade, propôs que as unidades funcionassem 24 horas (O DEDA QUESTÃO, 2018). Assim como seu antecessor, não avaliou programas/projetos existentes, mas optou por lançar novos.

Cidade Empreendedora foi um programa construído há 2 anos (2017), inaugurado em Sorocaba em 2019. Foi criado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-SP) para estimular a economia local com ações voltadas ao empreendedorismo: financiamentos a custo baixo para os empreendedores, cursos, oficinas, supervisão e orientação para a criação de novas empresas. A meta era atender 300 empresários, professores e 6.000 alunos do período integral de 10 escolas da rede municipal com aulas sobre empreendedorismo (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, 2019). Os estudantes teriam uma disciplina nova “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP),

adicionada ao currículo, no segundo semestre de 2019. O objetivo era estimular o comportamento empreendedor entre crianças e adolescentes.

Araújo (2019) informou que 6 mil estudantes de 10 escolas de ensino fundamental e integral da rede municipal teriam aula de empreendedorismo no 2º semestre de 2019 e a meta seria ampliar para os 30 mil alunos da rede. Em julho de 2019, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-SP) ofereceu capacitação aos professores, em agosto a disciplina iniciou na sala de aula. Não há dados sobre o fim do programa que não teve continuidade nos demais governos.

Creche conveniada foi a opção da prefeitura para atender a demanda de crianças da lista de espera das creches municipais. A creche “Deus menino” teve sua inauguração em 2011, com investimento de R\$ 491.903,00 do município. A creche atendia crianças de 0 a 3 anos e tinha capacidade para aproximadamente 200 crianças, metade eram da lista da rede municipal (SOROCABA, 2011). Esse foi o primeiro registro que encontramos no governo Lippi. Durante a pesquisa do governo Crespo, encontramos em 2019, a inauguração da unidade escolar “Prof.^a Maria José Vieira Stecca” Centro de Educação Infantil (CEI-116), no Jardim Montreal. O Jornal do Município afirmou que a escola atenderia 150 crianças nas etapas creche 1, 2 e 3, em tempo integral, com a parceria de Sorocaba e o Centro Educacional Apascentai de Ação Social, instituição fundada em 2007 e parceira do município desde 2009 (SOROCABA, 2019). Compreende-se que a parceria com o Centro Educacional Apascentai de Ação Social já existia há uma década, desde o governo Lippi.

Apesar dessa antiga parceria, foi no governo Crespo que o programa Creche Conveniada foi iniciado em 2018 com o objetivo de zerar a fila de espera das creches municipais com a oferta de vagas em unidades conveniadas. Crespo (2018) publicou novo artigo para o Jornal Cruzeiro em dezembro de 2018 onde defendeu a importância da gestão compartilhada e do Conselho Municipal de Educação com seu papel deliberativo, mas não cogente. Relatou que enfrentava muitos desafios no comando político da cidade, quando decidiu buscar soluções criativas e inovadoras. Pretendia implantar no município a gestão pública compartilhada, um modelo eficiente, com transparência, de qualidade e que traria economicidade aos cofres públicos. A gestão compartilhada na educação tinha perspectiva de zerar as filas com as novas 24 creches conveniadas, construídas em vários pontos da cidade com

oferta de ensino integral de qualidade, afirmou Crespo (2018).

Nossa meta de implementar modelos modernos, inovadores que visam a qualidade dos serviços oferecidos (...) encontra resistência simplesmente por questões de interesses políticos e de classes. Nesta semana, o Conselho Municipal de Educação rejeitou a proposta de gestão compartilhada na educação. Infelizmente, o atual presidente do conselho prefere deixar suas posições ideológicas e político-partidárias acima dos interesses da população (...) A adversidade no Poder Público é a mesma que infesta a vida das pessoas neste mundo caracterizado por contradições, incoerências e paradoxos. Se diante da adversidade só existem três alternativas possíveis: enfrentar, combater e vencer, nossa administração haverá de continuar lutando para vencer e mostrar à população que estamos no caminho certo, ou seja, de implantar uma gestão eficiente, de qualidade, transparente e que amplie ainda mais a qualidade de vida de nossa população (JORNAL CRUZEIRO, 2018).

Crespo usava as mídias locais para supervalorizar as parcerias público-privadas e nesse caso, se referiu ao Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) e sua Deliberação CMESO nº 04/2018 de 28 de novembro de 2018 que aprovou o Parecer CMESO nº 03/2018 Assunto: Projeto “Planejamento 2018 para a Gestão Compartilhada na Educação Infantil do Município de Sorocaba”. O documento relatou os fatos na perspectiva do Conselho: em 07 de maio de 2018, a Secretaria da Educação (SEDU) publicou no Jornal do Município de Sorocaba o “Edital de Chamamento Público SEDU 01/2018” para firmar parcerias com Organizações Sociais (OS’s) na área de Educação. O Conselho solicitou documentos sobre essa parceria: Ofício CMESO nº 23/2018 (em 27 de março de 2018), Ofício CMESO nº 60/2018 (em 04 de junho de 2018) que pedia a suspensão do edital até sua análise e Ofício CMESO nº 66/2018 (em 25 de junho de 2018), mas não teve resposta.

O Conselho decidiu impetrar recurso administrativo visando a impugnação do edital, porque violava os princípios da Gestão Democrática do Ensino Público. O recurso foi indeferido pela Administração Pública Municipal em 16 de maio de 2018, de forma que o Conselho precisou fazer representação junto ao Ministério Público em 07/06/2018. Com isso, foi firmado acordo entre o Ministério Público, o Conselho Municipal de Educação e representantes da Secretaria da Educação, em 29 de junho de 2018. No acordo, o município se comprometeu a encaminhar os documentos ao Conselho para que pudesse realizar a sua apreciação, publicar no Jornal do Município as Portarias CMESO nº 01 e 02 de 2018, assim como assegurar que fossem cumpridas.

Durante a apreciação dos documentos, o Conselho solicitou ao secretário da educação na época, André Luis de Jesus Gomes, informações adicionais e documentação complementar, mas a resposta não contemplou o propósito. O Conselho agendou Audiência Pública para tratar da Gestão Compartilhada em 23 de outubro de 2018 no Plenário da Câmara Municipal, com apoio da Câmara Municipal de Sorocaba e em acordo com o secretário Gomes. A audiência foi publicada nas redes sociais, no site do Conselho e no site da Câmara para divulgação a toda a população. Entretanto, o secretário Gomes comunicou no dia da audiência por meio de ofício ao presidente do Conselho que não participaria, optou por divulgar o projeto à imprensa e, posteriormente ao Conselho.

O cancelamento da Audiência Pública prevista para acontecer no dia 23/10/2018 em virtude da ausência do Sr. Secretário da Educação e/ou de sua equipe, e a falta de clareza no encaminhamento ao CMESO das informações adicionais e documentação complementar solicitada, são fatores que impactaram negativamente no processo de discussão e análise do projeto da Gestão Compartilhada (SOROCABA, 2019, p.155-156).

Nesse sentido, o Conselho divulgou o Comunicado CMESO nº 05/2018, de 29 de outubro de 2018, Assunto: Nota de esclarecimento deixando a público os fatos. O Conselho esclareceu que em 23 de outubro de 2018, o secretário de educação Gomes e sua equipe optaram pelo não comparecimento na Audiência Pública referente ao tema “Gestão Compartilhada” e manifestaram a decisão pelo ofício SEDU/GS nº 2.307/2018:

(...) informo que deixaremos de comparecer, porque não vislumbramos nos dois últimos encontros em que estivemos presentes, realizados nos mesmos moldes por este Conselho, o debate de ideias com base em argumentos, na medida em que a esta Secretaria não foi admitida a participação ampla para exposição ou contraposição de propostas. Verificamos, nas referidas oportunidades, exclusivamente, a exposição de teses contrárias aos projetos em andamento nesta Secretaria, com viés ideológico. Esse não é o propósito desta Secretaria, que tem se empenhado para que as discussões dos projetos de governo, adotem posturas técnicas, com foco no aprimoramento do ensino na rede municipal. Por essa razão, convidamos os membros desse Conselho Municipal de Educação para participar dia 26 de outubro de 2018 de reunião com nossos técnicos (SEDU/GS nº 2.307/2018).

O Comunicado CMESO nº 05/2018 ainda trouxe que em 24 de outubro de 2018 (um dia após a Audiência Pública prevista) a Secretaria de Educação realizou a apresentação do projeto de “Gestão Compartilhada” para a imprensa. Em 26 de outubro de 2018, o secretário de educação Gomes publicou em redes sociais um vídeo da reunião. Com insistência em estabelecer um debate, o comunicado do Conselho convidou mais uma vez o secretário de educação Gomes, sua equipe e

demais interessados para participarem da reunião ordinária do Conselho prevista para 31 de outubro de 2018, às 9h, na Casa dos Conselhos de Educação. Não há dados sobre a presença do secretário na reunião.

Observando esses dados, percebemos que as publicações do Conselho de 2018 foram publicadas somente no site oficial do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) e não foram publicadas no Jornal do Município durante governo Crespo, caracterizando mais um desrespeito com o Conselho. As publicações de 2018 só foram divulgadas no Jornal do Município durante a gestão Coutinho. A Deliberação CMESO nº 04/2018 após explanar os fatos, destacou que:

O projeto (de Gestão Compartilhada) apresenta fragilidades conceituais, metodológicas ou de forma, com reduzida fundamentação teórica e baixa transparência em relação aos dados e informações que possam caracterizar um diagnóstico sobre a realidade enfrentada pelo município, e em particular na gestão de vagas para a Educação Infantil (...) Não estão garantidos mecanismos de acompanhamento, fiscalização e/ou controle, direto ou indireto, dos mecanismos de compras ou contratações das Organizações Sociais, o que suscita severas preocupações deste colegiado com potenciais desvios de finalidade ou atendimento de agendas ou interesses de governo em detrimento de agendas de Estado (...) Há severo comprometimento de especificações ou garantias mínimas para a contratação de Organizações Sociais, tais como tempo mínimo de criação e/ou operação e função/objetivo, que atentam seriamente contra a transparência no processo e com potencial para comprometer severamente a qualidade do serviço prestado (...) Há importantes inconsistências relacionadas aos profissionais da Educação, jornada, atribuições, qualificação, súmula de atribuições, formação, relação com a Supervisão/Orientação pedagógica e correlatos (SOROCABA, 2019, p.155-156).

Diante de tantas dificuldades para receber a documentação, a falta de diálogo e do espaço para debater o projeto de Gestão Compartilhada de forma democrática, o Conselho concluiu que:

Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) REJEITA, nos termos apresentados, a implantação e implementação da proposta Gestão Compartilhada na rede municipal de ensino de Sorocaba, entendendo que o referido projeto, tal como proposto, não atende aos requisitos para transformar-se em Política Pública de Estado, especialmente considerando as especificidades do atendimento educacional para a infância (SOROCABA, 2019, p.156).

O governo Crespo novamente não divulgou os documentos do Conselho no Jornal do Município e na contramão das orientações, seguiu com a Gestão Compartilhada. Andrade (2019) apontou que a implantação da Gestão Compartilhada pretendia zerar a fila de espera por creches nos próximos anos. Rodrigues (2019) relatou a inauguração da unidade escolar “Marilene de Campos Bernardes Fogaça”, o Centro de Educação Infantil (CEI-115), no Conjunto

Habitacional Ana Paula Eleutério. A escola atenderia 100 crianças em tempo integral na etapa creche. O local era antes Oficina do Saber (programa do governo Lippi) e agora passou a atender como creche com a parceria de Sorocaba e a Creche Deus Menino.

Na época, Crespo salientou “Estamos readaptando as Oficinas do Saber para atender as crianças nas creches com todas as necessidades que o prédio requer. Esta é só a primeira de uma série de inaugurações que faremos ao longo deste ano” (RODRIGUES, 2019). O trabalho de adaptação do prédio foi realizado pela Secretaria de Conservação, Serviços Públicos e Obras (SERPO) e a Secretaria da Educação (SEDU). Na época, o secretário de educação Gomes afirmou que:

Parcerias deste tipo são imprescindíveis para fortalecer o ensino dos nossos alunos, manter a qualidade da Educação e contribuir para que nenhuma criança fique fora da escola (RODRIGUES, 2019).

Sorocaba (2019) relatou a inauguração do Centro de Educação Infantil (CEI 117) “Nathália Orejana”, no Jardim Rodrigo. A unidade escolar atenderia 150 crianças nas creches I e II com a parceria do Centro de Orientação e Educação Social (COESO). De acordo com o Termo de Colaboração firmado entre Sorocaba e o Centro de Orientação e Educação Social (COESO), Processo nº 34.989/2017 se previa mensalmente o valor de R\$ 590 por criança matriculada no Centro de Educação Infantil (CEI) objeto da parceria. Para o cálculo, seria considerado o número de crianças matriculadas no mês correspondente à prestação de contas, comprovadas através do sistema eletrônico oficial do governo estadual, Secretaria Escolar Digital (SED).

No mesmo ano, ocorreu a inauguração da unidade escolar “Prof.^a Maria José Vieira Stecca” Centro de Educação Infantil (CEI-116), no Jardim Montreal. A escola atenderia 150 crianças nas etapas creche 1, 2 e 3, em tempo integral, com parceria de Sorocaba e o Centro Educacional Apascentai de Ação Social - instituição fundada em 2007 e parceira do município desde 2009. O prefeito Crespo explicou: “Nossa meta é zerar as filas de espera por vagas em creches até 2020”. O secretário de educação Gomes confirmou: “O movimento de atender um número cada vez maior de crianças comprova o compromisso da administração com as famílias, com as pessoas e com a cidade” (RODRIGUES, 2019).

Em 2019, também foi implantando o Sistema Sesi de Ensino nas creches municipais e nas unidades conveniadas. A diretora da Apascentai, Simone Vieira,

argumentou que “Após o Sistema de Ensino do Sesi ter se tornado uma realidade para o ano letivo de 2019, contratamos uma coordenadora pedagógica com 27 anos de experiência na escola Sesi” (RODRIGUES, 2019). A coordenadora pedagógica Elaine Siqueira Neves destacou que:

O material vem ao encontro com o objetivo de subsidiar o trabalho pedagógico enriquecendo e garantindo que o professor desenvolva suas práticas de maneira intencional e planejada em conformidade com o desenvolvimento de ensino e aprendizagem proposto pelo sistema Sesi. A expectativa é de que o uso do material proporcione uma educação de qualidade pautada numa formação integral das crianças da creche (RODRIGUES, 2019, p.2).

Destaca-se que em cada inauguração o prefeito Crespo e o secretário Gomes supervalorizam as parcerias público-privadas. Andrade (2019) noticia a inauguração da unidade escolar “Antonieta da Silva Gomes” (CEI-121), na Vila Barão. A creche atenderia 120 crianças de 0 a 3 anos em período integral com parceria de Sorocaba e a Casa das Mães e das Crianças de Sorocaba (SOROCABA, 2019). Crespo relembrou que:

Sem a determinação de toda a equipe de servidores e secretários este momento não seria possível. O compromisso do governo de entregar novas unidades escolares à população sorocabana quebrou paradigmas ao firmar parcerias com as entidades trazendo solução para demanda reprimida sem comprometer a Lei de Responsabilidade Fiscal (ANDRADE, 2019, p.2).

Acompanhando o ponto de vista do prefeito, o secretário de educação Gomes relatou que:

A administração do prefeito José Crespo enfrentou diversos obstáculos para hoje mostrar que Sorocaba está no caminho certo. A parceria com as entidades trouxe aos cidadãos sorocabanos, não somente novas vagas aos seus filhos, mas novas oportunidades de emprego e um trabalho digno de uma qualidade transformadora às nossas crianças (ANDRADE, 2019, p.2).

Em 2019, Sorocaba atendia mais de 20 mil crianças, de 0 a 3 anos, nas 100 creches em funcionamento. De acordo com Andrade (2019) houve a readaptação de vários prédios da Oficina do Saber, como ocorreu nas unidades do Jardim Montreal, Ana Paula Eleutério e Jardim Rodrigo. A Secretaria de Educação (SEDU) previu que até o final de 2019 mais 10 escolas fossem entregues, gerando mais de 1.300 vagas. Na época, o secretário da educação Gomes informou que 5 novas creches em período integral e no sistema de gestão compartilhada deveriam ser inauguradas até agosto de 2019 e enfatizou:

Com as oito inaugurações que já fizemos este ano (2019) mais de mil crianças estão sendo atendidas nas unidades por meio das parcerias com as organizações sociais, com as quais a administração tem firmado convênios. Com as próximas unidades em funcionamento vamos ultrapassar o número de mais de duas mil crianças atendidas (MARTINS,

2019).

Fernandes (2019) informou que os prédios das Oficinas do Saber nos bairros Jardim Montreal, Ana Paula Eleutério (Habiteto) e Jardim Rodrigo que passaram a funcionar como creches, juntos ofereceriam mais de 400 vagas, para crianças de 0 a 4 anos. Sorocaba (2019) relatou em junho que a prefeitura já havia entregue 7 unidades: o CEI-115 “Marilene de Campos Bernardes Fogaça”, no Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério, que atenderia 100 crianças; o CEI-116 “Profª. Maria José Vieira Stecca”, no Jardim Montreal, com capacidade para 150 crianças; o CEI-117 “Nathália Orejana”, no Jardim Rodrigo, que atenderia 150 estudantes; o CEI-119 “Innocente Berci”, no Júlio de Mesquita Filho, com capacidade para 120 alunos; o CEI-118 “Leonyda da Silva Oliveira”, no Jardim Marcelo Augusto, que atenderia 120 crianças; o CEI-120 “Leda Therezinha Borghesi Rodrigues”, no Jardim Ipanema Ville, com capacidade para 120 estudantes e o CEI-126 “Fausto Pará Filho”, no Conjunto Herbert de Souza, que atenderia 175 alunos, porém não informou se todas eram conveniadas.

O prefeito Crespo teve seu mandato cassado pela segunda vez em agosto de 2019 e sua vice Coutinho novamente assumiu a prefeitura. Martins (2020) informou que durante o governo Coutinho, a prefeitura cortou contratos das creches. A redução de 50% do valor dos repasses mensais dos atuais contratos com entidades sociais atingiu 7 contratos para a gestão compartilhada de 20 Centros de Educação Infantil (CEI) que atendiam 2.823 crianças. O corte ocorreu devido à queda na arrecadação municipal no período de pandemia do Coronavírus. Sorocaba pactuou um Termo de Apostilamento às parceiras para que, durante o período de calamidade pública (em razão da pandemia) os repasses fossem de 50% do valor mensal. Os atores privados dessas parcerias tiveram que demitir funcionários, por conta do corte de repasses municipais, mas o atendimento às crianças seguiu normalmente, segundo Martins (2020). A gestão compartilhada da rede municipal foi um projeto do governo Crespo, contudo observa-se que o governo Coutinho deu continuidade.

Para implantar o programa, Crespo afirmou que o custo mensal por aluno era 57,83% menor do que o gasto mensal por aluno na gestão municipal, sendo R\$ 590 na gestão compartilhada e R\$ 1.020,18 na gestão municipal (MARTINS, 2020). A Gestão Compartilhada foi judicializada após a dificuldade de diálogo com o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO). Em novembro de 2018, o

juiz Leonardo Guilherme Widmann julgou a ação civil pública proposta pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba (SSPMS) e determinou a suspensão e a nulidade do chamamento público. O juiz apontou que os contratos de gestão compartilhada afrontavam a Constituição Federal por colocar na iniciativa privada a responsabilidade pelos serviços de educação infantil. Além de afrontar os princípios da gestão democrática, pois não houve discussão com a comunidade e o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) (JORNAL CRUZEIRO, 2018).

A prefeitura recorreu e em dezembro de 2018, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Manoel de Queiroz Pereira Calças, decidiu derrubar a liminar que impedia a gestão compartilhada nas unidades de educação infantil. Afirmou que a decisão, com relação à utilização de organizações sociais para a prestação de serviços de ensino, compete à autoridade política democraticamente eleita para tanto e enfatizou a necessidade de expansão das vagas em creche, segundo o Jornal Cruzeiro (2018).

A proposta de Gestão Compartilhada foi reprovada pelo Conselho Municipal de Educação, mas o projeto foi implantado. Conforme dados da Secretaria de Educação (SEDU) até março de 2019, a educação infantil contava com 27.744 vagas, sendo 1,44% de gestão compartilhada, segundo Martins (2020).

O Conselho Municipal de Educação também orientou quanto à estrutura dos prédios da Oficina do Saber e adaptação para atender como creches. Divulgou o Parecer CMESO/CEI nº 03/2018, aprovado em 01 de junho de 2018, Assunto: Solicitação de Reexame do Parecer CMESO/CEI nº 01/2017, que tratou do atendimento de creche em prédio de dois pavimentos. Ratificou o Parecer CMESO/CEI nº 1/2017 que tratou sobre prédios de dois pavimentos não eram adequados para atendimento de creches. Citou a Portaria nº 321/88, do Ministério da Saúde que orienta que a implantação da Creche deve ser sempre em pavimento térreo. O Conselho:

Ratifica, também, a recomendação à Secretaria da Educação que corrija e regularize, em conformidade com a Portaria nº 321/88, do Ministério da Saúde, o atendimento das seis instituições educacionais que estão em prédios de dois pavimentos e atendem creche, relacionados na página 41 do P.A., a citar: CEI 05 Antonio Amábile (atende C3); CEI 16 Profa. Beatriz de Moraes Leite Fogaça (atende creche no pavimento de baixo); CEI 20 Victória Salus Lara (atende C3), CEI 59 Eugenio Leite (atende berçário, C1 e C2), CEI 109 Benedito Plagiato (atende C3 no pavimento superior), CEI 110 Maria Leopoldina Campolim Godoy Del Bem (casa adaptada, não esclarecendo o espaço em que atende o berçário e o C1, C2 e C3), bem

como as conveniadas Cantinho Bom (pré-escola no piso superior), Educandário Santo Agostinho (piso superior desativado) e Apascentai (que tem escadas e, no final, a sala de C3). Destaca, ainda, que as recomendações devem ser seguidas não somente para as escolas mencionadas no P.A., mas também para todas as escolas vinculadas ao Sistema Municipal de Educação, envolvendo, portanto, as escolas públicas, privadas e conveniadas. Por fim, conclui que, em razão de a legislação federal, especificamente a Portaria nº 321/88 do Ministério da Saúde, não estabelecer prazo para o cumprimento dessa norma, ela entrou em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, a saber: 09 de setembro de 1988. Qualquer decisão contrária deste Colegiado que conflite com a norma federal perderia sua eficácia (CMESO, 2018).

Não se encontrou dados sobre as reformas das creches citadas ou mudança de local. As creches conveniadas continuam vigentes em 2022.

Escola Cívico Militar foi um programa do governo federal em parceria com o Ministério da Defesa, iniciado com o presidente Jair Bolsonaro como projeto piloto em 2020. Criado pela Portaria nº 40 de 22 de janeiro de 2021, Portaria nº 925 de 24 novembro de 2021, Portaria nº 852 de 28 de outubro de 2021 e Portaria nº 406 de 06 de junho de 2022. Tratou-se de um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta inicial era implantar 216 Escolas Cívico-Militares até o ano de 2023 (MEC, 2021). O programa visava contribuir com a qualidade do ensino na educação básica, focada na melhoria do ambiente e da convivência escolar. Teve como ações atos cívicos, o desenvolvimento de civismo e de patriotismo por meio do Projeto Valores, além da implantação de um laboratório de Ciências e Informática, de acordo com o Ministério da Educação (MEC).

Em julho de 2020, a Secretaria de Comunicação informou que a prefeita Coutinho recebeu o coronel Marcos Aurélio Zeni, coordenador-geral de implantação do modelo de Escolas Cívico-Militares, do Ministério da Educação (MEC) para discutir a implantação do modelo em Sorocaba. Em abril de 2020, a prefeitura encaminhou ofício ao Ministério manifestando interesse e a cidade foi escolhida (SOROCABA, 2020). A implantação vem sendo anunciada desde 2019 pelo governo Coutinho.

A vereadora Iara Bernardi denunciou a proposta de militarização das escolas. Alertou que da mesma forma que ocorreu no governo Crespo, a atual prefeita Coutinho não consultou os servidores da educação da rede e o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO). Denunciou que as escolas municipais selecionadas para a aplicação do projeto eram de ensino fundamental (6º ao 9º

ano): Matheus Maylasky, Achilles de Almeida, Getúlio Vargas, Leonor Pinto Thomaz e Flávio de Souza Nogueira. Nenhuma das unidades selecionadas apresentavam os critérios exigidos pelo Ministério da Educação (MEC) para ingressarem no programa: escolas de alta periculosidade e com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) muito baixo. Ainda assim, foram selecionadas para um programa que atende exclusivamente aos interesses de apoiadores do governo de direita do presidente Jair Bolsonaro (BERNARDI, 2019). A vereadora apontou que:

As melhores escolas nacionais são instituições ligadas a Universidades Federais e a Institutos Federais, e se baseiam em um tripé: formação e qualificação de professores, currículos claros, e material didático alinhado aos objetivos da escola. Ou seja, a qualidade da educação está ligada diretamente ao trabalho árduo, desenvolvido ao longo do tempo, por milhares de pessoas. O que o programa de escolas cívico-militares de Bolsonaro quer é melhorar a educação com base em decreto e atos de fé. Isso não funciona. Em um só golpe, o presidente, com o qual o Governo Municipal parece comungar, comete dois atos: direciona recursos escassos do MEC para uma quantidade ínfima de escolas (216 até 2023, ante 181,9 mil escolas que o Brasil possui em funcionamento), aportando R\$ 45 milhões de reais nessas instituições; e cria uma reserva de mercado para militares nas escolas públicas (...) Bolsonaro aposta em um modelo de educação que colocará em postos de comando militares que pouco ou nada conhecem sobre educação, e que terão de enfrentar realidades com as quais jamais conviveram e para as quais nunca se prepararam: criar linhas de apoio a estudantes de famílias paupérrimas, efetuar a ligação de ações de diminuição da indisciplina a processos de aprendizagem, criar um laço de pertencimento da escola com a comunidade. No máximo, o que farão é diminuir a indisciplina via medo, uma vez que as formações militares privilegiam o combate à violência com ações pontuais e, não raro, violentas (BERNARDI, 2019).

A vereadora Bernardi denunciou que a militarização bolsonarista faz uma confissão de incompetência em formular e implementar políticas educacionais consagradas pela experiência nacional e internacional. A rede municipal de Sorocaba sofreu com ataques sistemáticos: o fim das escolas de tempo integral, os gastos exorbitantes com a compra de apostilas, a aquisição de material pedagógico em multiplicidade e a desvalorização de profissionais da rede (BERNARDI, 2019).

Em novembro de 2020, a prefeitura concluiu o processo de adesão ao Programa Nacional da Escola Cívico-militar, iniciando pela escola municipal “Matheus Maylasky”, em 2021. A adesão foi realizada por assinatura digital da prefeita Coutinho e enviada ao Ministério da Educação (MEC). A prefeitura optou pela implantação do programa promotor de valores como civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito. Foi realizada uma consulta pública pela Secretaria da Educação (SEDU), em 9 de outubro de 2020 de forma virtual e também impressa com os alunos e comunidade das escolas municipais: “Matheus

Maylasky”, “Dr. Achilles de Almeida”, “Prof. Flávio de Souza Nogueira”, “Dr. Getúlio Vargas” e “Leonor Pinto Thomaz”, todas de Ensino Fundamental II. O resultado apontou a escola “Matheus Maylasky” com 82,5% de aprovação dos pesquisados (RODRIGUES, 2020).

Ainda em novembro de 2020, a prefeita Coutinho se reuniu com o coordenador regional sudeste do Programa das Escolas Cívico-militares (PECIM), Coronel Afonso Celso Nithack, para definir detalhes técnicos da implantação do programa. Foi prevista uma capacitação para a diretoria da escola e membros da Secretaria da Educação para o início do programa em 2021, informou Rodrigues (2020).

O Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) divulgou o Comunicado CMESO nº 03/2021, de 19 de fevereiro de 2021, Assunto: Manifestação sobre a adesão do município de Sorocaba ao Programa nacional das Escolas Cívico-Militares. O Conselho relatou os ocorridos desde 2020 e apontou que a Secretaria de Educação (SEDU) não submeteu o projeto para apreciação técnica. Mais uma vez observamos o desrespeito às competências e funções do Conselho. Após tomar conhecimento, pela imprensa, da adesão ao programa, o Conselho pediu por ofício o resultado da consulta pública realizada com os alunos e a comunidade.

Relembrou que a Deliberação CMESO nº 02/2018 fixou normas para apreciação pelo Conselho de projetos, programas, convênios, parcerias, cessões, concessões, cooperações, terceirizações, quartelizações, parcerizações, edificações, ações ou correlatos da Prefeitura de Sorocaba em matérias direta ou indiretamente vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino no Município de Sorocaba, bem como de suas alterações e/ou encerramento (COMUNICADO CMESO nº 03/2021). Segundo o Conselho, a Secretaria da Educação (SEDU) manifestou que:

houve rejeição dos Conselhos escolares ao programa, que as escolas municipais não atendem aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação – MEC (as escolas precisam apresentar situação de vulnerabilidade social, baixo desempenho no índice de desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, oferecer as etapas Ensino Fundamental II e/ou Médio, e preferencialmente, atender de 500 a 1000 alunos nos dois turnos e tem que possuir aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo), afirmou que não houve adesão ao programa, apenas manifestação de interesse e reafirmou o compromisso em submeter o projeto para análise deste colegiado, caso houvesse a seleção da cidade (COMUNICADO CMESO nº03/2021, p.2).

O Conselho orientou novamente sobre a necessidade de discussão com a comunidade escolar e de verificar as competências do Conselho na legislação

vigente. Sobre a consulta, o Conselho aponta que:

Ao observar o resultado da consulta pública, constatou-se que a escola indicada pelo Poder Público Municipal para receber o PNECM (EM Matheus Maylasky), entre as cinco escolas participantes foi a que apresentou maior índice de aprovação, sendo apenas 35% da comunidade escolar respondeu a pesquisa, o que representa 303 famílias de um total de 823. Do total de estudantes matriculados, 30,3% (250 famílias) responderam favoravelmente à adesão ao Programa. Ou seja, bem menos da metade da comunidade escolar participou da consulta pública e nem todos os respondentes foram favoráveis (COMUNICADO CMESO nº 03/2021, p.2).

Diante dos fatos, o Conselho publicou a Deliberação CMESO nº 08/2020 que estabeleceu ao Poder Público Municipal a desadesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares em escolas da Rede Municipal de Sorocaba. A Deliberação foi vetada pelo secretário da educação na época, Wanderlei Acca. O veto foi derrubado pelo Conselho nos termos do Regimento Interno e a Deliberação CMESO nº 08/2020 foi mantida por meio da Portaria CMESO nº 02/2020 de 10 de novembro de 2020. A Portaria não foi publicada no Jornal do Município e a Secretaria de Educação seguiu com a implantação do programa na escola municipal “Matheus Maylasky”.

Em 16 de fevereiro de 2021, o Conselho realizou reunião extraordinária porque recebeu denúncia de um grupo de mães da escola “Matheus Maylasky” sobre a falta de participação no processo de adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico Militares. O Conselho na mesma data deliberou, por unanimidade, pela não implantação do programa no município de Sorocaba até que o projeto fosse encaminhado para análise técnica e manifestação do Conselho. Deliberou ainda por encaminhar denúncia ao Ministério Público para averiguação dos fatos, segundo o Comunicado nº 03/2021.

O programa previsto para 2021 não foi implantado, porém observou-se novamente a dificuldade de diálogo entre a Secretaria de Educação e o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO). O Programa Nacional das Escolas Cívico Militares não envolve atores privados, assim não constou no quadro 13 – Parcerias Crespo e Coutinho.

Ética, Solidariedade e Cidadania foi um projeto iniciado em 2018, com parceria com o Educae Sul Paulista e a Federação de Amor-Exigente para trabalhar temas como solidariedade, ética e cidadania com alunos do 6º ao 9º ano do fundamental nas escolas municipais. Em setembro de 2018, uma equipe da

Secretaria de Educação (SEDU) participou da primeira capacitação do projeto. Para o coordenador do grupo Educae, Arnaldo Domingues Benevides Junior:

Com a globalização e a correria do dia a dia do mundo de hoje, percebemos principalmente a falta de ética. E esse projeto visa resgatar as raízes culturais de um passado que foi muito bom. Trata-se de uma mudança comportamental que o projeto vem oferecer aos diretores e professores e que eles devem expandir essas propostas aos pais e alunos das escolas (SECOM, 2018).

Arivane Tesoli, voluntária do Amor-Exigente, explicou que o projeto trabalha essencialmente na prevenção. No primeiro encontro de formação é realizada uma dinâmica de sensibilização do grupo e nos demais 15 encontros são trabalhados: o limite, a educação na escola e na família, a ética, a cidadania, o respeito e a solidariedade (SECOM, 2018). O coordenador do grupo de prevenção Educae Sul Paulista, Ariovaldo Tezoli, explicou que o projeto tem mais de 12 mil voluntários – incluindo países como Uruguai, Paraguai e recentemente a Itália (RODRIGUES, 2018). Após as formações, o projeto teve início em 2019 com os alunos na rede municipal, do 6º ao 9º ano do fundamental.

O Deda Questão (2018) criticou o projeto desde o início, comparando-o com a disciplina “Educação Moral e Cívica”, criada pelo Decreto Lei nº 869/1968 que a tornou obrigatória no currículo escolar brasileiro a partir de 1969, junto a disciplina de Organização Social e Política Brasileira. Na visão do Deda Questão, Crespo pretendia mudar o currículo, colocando essa matéria extracurricular como obrigatória, com duração de uma hora por semana. Crespo ressaltou nas mídias que se tratava do cumprimento de uma de suas promessas de campanha. Segundo o jornalista, essa decisão se alinhava aos interesses dos grupos de direita, que apoiavam Jair Bolsonaro na época candidato à presidente. Além de tentar estabelecer controle sobre temas como: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero (LGBT), discriminações de gênero sexual, discriminação racial e nomear os heróis da pátria (O DEDA QUESTÃO, 2018).

Outra crítica foi sobre a cerimônia de estreia do programa realizada dia 03 de dezembro de 2018, pela Secretaria de Educação e que contou com ato cívico, hasteamento de bandeiras e canto dos hinos nacional e de Sorocaba. O prefeito destacou na cerimônia que a partir da data, o ato cívico se tornava obrigatório em todas as escolas municipais de Sorocaba. O objetivo era o resgate de valores, assim como a inclusão do projeto de Ética, Solidariedade e Cidadania nas escolas. O secretário da educação Gomes disse que o ato cívico despertava as crianças para a

valorização do movimento cívico e o fortalecimento dos nossos símbolos pátrios. De acordo com O Deda Questão (2018), as duas ações têm as características da escola brasileira no período da ditadura militar (1964 – 1985).

Em fevereiro de 2019, o prefeito Crespo participou da aula inaugural de Ética, Solidariedade e Cidadania, na escola municipal “Doutor Achilles de Almeida”. As aulas também começaram nas unidades “Professor Flávio de Souza Nogueira”, “Doutor Getúlio Vargas”, “Leonor Pinto Thomaz” e “Matheus Maylasky”. O prefeito Crespo explicou que essas aulas proporcionavam valores sociais, cristãos e essenciais à família, informou o Jornal Zona Norte (2019).

Em junho de 2019, estudantes do 6º ao 9º ano do Fundamental das unidades municipais “Doutor Achilles de Almeida”, “Getúlio Vargas”, “Leonor Pinto Thomaz” e “Matheus Maylasky” apresentaram, no Teatro Municipal “Teotônio Vilela”, um painel composto por slides e vídeos criados pelos alunos sobre o projeto Ética, Solidariedade e Cidadania, desenvolvido ao longo do primeiro semestre nas escolas. Ao final, os estudantes receberam certificados pela participação no projeto (JORNAL ZONA NORTE, 2019). Não há dados sobre o fim do programa que não teve continuidade nos demais governos.

Kit escolar foi um projeto que previu a entrega de materiais escolares para as crianças no início do ano letivo. No site oficial de Sorocaba (2017), na aba “Acompanhe o governo”, a Secretaria da Educação (SEDU) apresentou todos os projetos desenvolvidos para a educação ao longo dos governos. No governo Crespo, houve a regularização da distribuição dos kits escolares e ação se tornou projeto. No governo Lippi, foi distribuído ao longo do ano letivo materiais de papelaria para as escolas para a realização de atividades, porém não se instituiu um projeto anual. A entrega não ocorreu no governo Pannunzio. No governo Crespo, o projeto iniciou em 2018 no início do ano letivo com a entrega de uma pasta com materiais de papelaria para todos os alunos matriculados na rede e incluiu os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Andrade (2019) lembra que antes o material era distribuído fracionadamente no decorrer do ano letivo.

Em 2018, também fez a implantação do primeiro “playground inclusivo” quando construiu a escola municipal “Renice Seraphim”, no Carandá, com mais de 3 mil metros quadrados de área construída, 25 salas de aula, quadra poliesportiva, banheiros, pátio coberto, cozinha e saguão de entrada (SOROCABA, 2017). A

escola atenderia crianças da pré-escola e do Ensino Fundamental 1 em um bairro que moram mais de 20 mil pessoas (ANDRADE, 2019).

Em 25 de julho de 2019, a vereadora Iara Bernardi do Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou denúncia no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) contra o prefeito Crespo pela compra duplicada de material escolar no total de R\$ 9.607.171,76.

Sorocaba manifestou sua adesão na Ata de Registro de Preços de Kits Escolares para o ano de 2019, nº 36/00590/18/05-001, junto à Fundação Para o Desenvolvimento da Educação - FDE, através do ofício SEDU/ GS nº 080/2018 em 11 de maio de 2018, com objetivo de aquisição de 55.917 kits (18.844 Kits de Ensino Infantil; 30.192 Kits de Ensino Fundamental I, e 6.881 Kits de Ensino Fundamental II). O valor total das aquisições é de R\$ 1.664.172,16. Contudo, a municipalidade também efetuou a compra de novos kits de material escolar, através do processo Licitatório CPL 022/2019, em 24 de janeiro de 2019, tendo como objeto da licitação a aquisição de insumos destinados aos discentes da rede municipal e matérias de consumo diário para as instituições de ensino. Esse processo licitatório resultou em um gasto de R\$ 7.942.999,60 (Câmara Municipal de Sorocaba, Assessoria de imprensa da vereadora Iara Bernardi, 2019).

A vereadora Bernardi denunciou os valores da segunda compra e relatou que de acordo com os dados do Censo Escolar/INEP (2018), a rede municipal de Sorocaba tinha 55.594 alunos matriculados. Os materiais comprados eram visivelmente mais que o necessário por aluno. Não se encontrou novos dados sobre compras duplicadas, Crespo segue respondendo pelas contas públicas no Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP). A entrega do kit escolar segue vigente em 2022. Não envolve atores privados envolvidos, pois o recurso vem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por essa razão não consta no quadro 13 – Parcerias Crespo e Coutinho.

Robot Maker foi um programa extracurricular da parceria entre o Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS), a Secretaria de Educação (SEDU) e a empresa *ViaMaker Education* Brasil, com início em 2018. Teve como objetivo desenvolver competências socioemocionais e cognitivas, desafiando a criatividade, comunicação, perseverança, estimulando o perfil de liderança e empreendedorismo nos alunos. As aulas iniciaram em março de 2019, no Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS) uma vez na semana e era voltado para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. O programa misturava conceitos de Ciências, Tecnologias, Engenharia Artes e Matemática, propôs a iniciação ao pensamento computacional, ao raciocínio lógico e à robótica (ALVES, 2019).

O governo Pannunzio trouxe o projeto Robótica aplicado em 2014 para os alunos do programa de educação em tempo integral “Oficina do Saber”. Como na gestão Crespo esses espaços foram adaptados para creche, um novo programa com a mesma proposta foi lançado. No novo modelo, somente os alunos de 9º ano foram atendidos e de acordo com o número de vagas que o Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS) oferta. O presidente do Parque, Roberto Freitas enfatizou que:

As crianças, por meio da robótica, terão a oportunidade de aprender um pouco mais pelo meio lúdico da robótica, os países desenvolvidos têm robótica na educação e as principais escolas particulares do Brasil já estão adotando, então é uma inovação muito grande a cidade de Sorocaba ter esse projeto (ALVES, 2019).

O governo Crespo e seus gestores sempre valorizaram nos seus discursos as parcerias. O Jornal do Município destacou que o programa era fundamentado nos princípios da pedagogia por projetos. O *Robot Maker* foi dividido em blocos temáticos, cada um deles explorado em três aulas sequenciais: exploração de conceitos, aplicação dos conceitos em situações de aprendizagem e desafio em um minitorneio (SOROCABA, 2019).

Segundo Rodrigues (2019), na primeira aula foi apresentado o kit de robótica, realizado a exploração dos equipamentos, discutido os conhecimentos prévios dos alunos e a metodologia utilizada nas atividades. Ao longo de 30 semanas, o projeto apresentaria 16 atividades preparatórias e 14 atividades focadas na participação de torneios. Os encontros iriam desenvolver competências tecnológicas focadas na construção e programação de robôs. Além de outras atividades como a resolução de problemas de maneira colaborativa (trabalho em equipe), gestão do tempo e liderança.

Barbosa (2018) apontou que a empresa *ViaMaker Education* Brasil já atuava em Sorocaba com o festival de Robótica realizado anualmente desde 2015, no Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS). Em 2018, ocorreu o 4º festival que contou no seu primeiro dia com a participação de centenas de alunos (de 1º ao 5º ano) da rede pública e particular. O evento teve como objetivo incentivar o estudo e a produção de projetos inovadores, fornecendo atividades como torneios de robôs, palestras e shows de talentos. Em 2018, trouxe apresentações dos projetos de pesquisa, realização de missões simples na mesa de torneio para os alunos de 7 a 11 anos (Fundamental I) e alunos do Fundamental II (11 a 16 anos) que também participaram com as batalhas de robôs.

No evento de 2018, o *Chief Executive Officer* (CEO) da *Via Maker* Daniel Lorenti destacou a parceria com a Prefeitura de Sorocaba e que começaria 2019 desenvolvendo projetos para 120 mil alunos em todo o país. O presidente do Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS) Roberto Freitas agradeceu ao prefeito Crespo pela visão inovadora em investir no parque, nas crianças e jovens, incentivou que conhecessem o laboratório cedido pela *Via Maker*. Destacou que a sinergia entre o público e o privado poderia trazer bons resultados (BARBOSA, 2018). Também afirmou em entrevista para a Secretaria de Comunicação:

Quando o prefeito Crespo conheceu o Festival de Robótica, em 2018, evento que é realizado anualmente no Parque Tecnológico, ele lançou o desafio para colocarmos as escolas municipais dentro do projeto, e graças à parceria com a *ViaMaker* isso será possível sem nenhum custo para o poder público. Trata-se da educação do futuro em favor da nossa população (SECOM, 2019).

Não há dados sobre o fim do programa *Robot Maker* que não teve continuidade nos demais governos. Já o festival de Robótica ocorre anualmente no Parque Tecnológico.

Sabe Tudo foi um programa, iniciado no governo Lippi, fechado no governo Pannunzio e reaberto no governo Crespo, com novo formato. O Decreto nº 24.163, de 19 de outubro de 2018 (SOROCABA, 2018) conferiu nova normatização ao "Programa Sabe Tudo" que passou a ser de gestão compartilhada com as políticas públicas do município, gerenciado no âmbito da Secretaria de Segurança e Defesa Civil. Nomeado "Unidade de Proteção Cidadã" o programa teve como objetivo a integração das políticas de segurança com as políticas socioeducacionais.

Segundo o decreto, as unidades estariam abertas aos conselhos, associações de moradores e outras organizações devidamente cadastradas junto à Secretaria de Cidadania e Participação Popular, para reuniões e/ou atividades de promoção social. As unidades teriam gestão compartilhada com as Secretarias de Educação, da Igualdade e Assistência Social e outras, para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de intervenção na comunidade local.

Fernandes (2019) informou que em maio de 2019, o prefeito Crespo assinou concessão de prédio do Sabe Tudo para Associação Beneficente Antônio José Guarda (AJG). O prédio do Sabe Tudo localizado no bairro Santa Marina estava fechado e retornava às atividades com a parceria entre Sorocaba e a associação que oferecia cursos socioeducativos para todas as faixas etárias, tais como: aulas de pintura, acabamento e eletricista, com oferta de 15 vagas em cada um dos

cursos. A proposta surgiu do vereador Fausto Peres.

Segundo Fernandes (2019) a Associação Beneficente Antônio José Guarda (AJG) promove há 15 anos atividades de capacitação profissional de qualidade, buscando o desenvolvimento social, tecnológico e econômico à população de Sorocaba. Não há dados sobre outros eventos no Sabe Tudo e a reabertura não ocorreu nos demais governos. Em 2022, as unidades permanecem fechadas.

Sistema Sesi de Ensino foi um programa iniciado em 2019 pelo governo Crespo com a parceria de Sorocaba e o Serviço Social da Indústria (SESI) São Paulo. Com o objetivo de implantar o Sistema Didático de Ensino “Sistema Sesi” para toda a rede municipal, inclusive a Educação Infantil, com investimento de R\$ 9 milhões/ano.

Andrade (2019) relatou que o governo Crespo chegou à metade do mandato com cerca de 150 obras, ações e projetos realizados. A implantação do Sistema Didático de Ensino do Sesi para a rede municipal concederia um alinhamento pedagógico, fortalecendo o sistema de ensino de 57 mil estudantes, além dos 14 mil alunos de Pré 1 e Pré 2, antes não assistidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Apesar de destacar nas mídias locais que o sistema de ensino traria qualidade para a rede municipal, o prefeito Crespo não compartilhou a informação com os servidores da educação municipal e o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO), todos souberam pela mídia.

Desde o início de 2018, haviam rumores sobre a possível contratação de sistema apostilado. De forma que o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) divulgou em 18 de abril de 2018, a Deliberação CMESO nº 01/2018 que fixou Diretrizes para apreciação pelo Conselho Municipal de Educação de Sorocaba das propostas apresentadas pela Prefeitura Municipal em matérias direta ou indiretamente vinculadas à Educação no Município de Sorocaba por ocasião da submissão de Planos Plurianuais (PPA's) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA's) (CMESO, 2018).

Em 09 de maio de 2018, o Conselho divulgou a Deliberação CMESO nº 02/2018 que fixou Normas para apreciação pelo Conselho Municipal de Educação de Sorocaba de projetos, programas, convênios, parcerias, cessões, concessões, cooperações, terceirizações, quarterizações, parceirizações, edificações, ações ou correlatos da Prefeitura de Sorocaba em matérias direta ou indiretamente vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino no Município de Sorocaba, bem como de suas

alterações e/ou encerramento. O documento previa tanto novos projetos do poder público quanto a eventuais propostas para alteração ou encerramento de projetos vigentes. De acordo com o artigo 2º, os projetos e/ou suas alterações somente seriam implantados na rede municipal de ensino após sua aprovação pelo Conselho Municipal de Educação (CMESO, 2018).

Durante todo o ano letivo de 2018, o Conselho não participou de reuniões ou foi consultado sobre o tema. Em 31 de outubro de 2018, o Conselho divulgou o Comunicado CMESO nº 06/2018, de 31 de outubro de 2018, Assunto: Consulta CMESO 01/2018, documento que lembrou que o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba é órgão deliberativo, normativo e consultivo em matérias que se referem ao Sistema Municipal de Ensino, conforme deliberado em sua 512ª reunião ordinária realizada em 19/09/2018. O documento fez saber que o Conselho abriu a Consulta CMESO 01/2018 com o objetivo de levantar informações sobre a utilização de material didático pelas instituições educacionais (CMESO, 2018). Na época, Crespo afirmava nas mídias que os docentes da rede municipal não utilizavam materiais didáticos, por isso era importante o sistema apostilado.

A consulta foi realizada de 31 de outubro a 23 de novembro de 2018, por meio de questionário que foi respondido pelo público-alvo, sob a coordenação da equipe gestora em parceria com o Conselho de Escola de cada unidade. As respostas foram enviadas pela gestão por meio do Google Formulários. Os resultados foram publicados na página do Conselho Municipal de Educação.

O relatório da Consulta Pública CMESO nº 01/2018, aprovado em 10 de dezembro de 2018, fez o resumo dos fatos: em 2018, surgiram rumores junto à comunidade educacional da rede municipal de Sorocaba acerca de uma possível adoção de Sistema Apostilado de Ensino para as escolas municipais. Em 06 de setembro de 2018, ocorreu a nomeação do secretário de educação André Luis de Jesus Gomes que logo anunciou, através da mídia com o prefeito Crespo, a adoção do Sistema Apostilado de Ensino "Sistema Sesi". Também informou que solicitou o cancelamento da adesão do município ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (CMESO, 2018).

Segundo o documento, a ação contrária: a Deliberação CMESO nº 02/2018, de 09 de maio de 2018, Aprovada pela Portaria CMESO nº 01/2018 que fixou Normas para apreciação pelo Conselho Municipal de Educação de Sorocaba de projetos, programas, convênios, parcerias, cessões, concessões, cooperações,

terceirizações, quarteirizações, parcerizações, edificações, ações ou correlatos da Prefeitura de Sorocaba em matérias direta ou indiretamente vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino no Município de Sorocaba, bem como de suas alterações e/ou encerramento; a Deliberação CMESO nº 03/2018, de 16 de maio de 2018, Aprovada pela Portaria CMESO nº 02/2018, que fixou Normas para a oferta e o funcionamento da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino do Município de Sorocaba, além do Plano Municipal de Educação vigente (CMESO, 2018).

O Conselho realizou várias notificações para Solicitação de documentos referentes a intenção de adoção de Sistema Apostilado de Ensino pela Secretaria da Educação (SEDU) através dos ofícios CMESO nº 84/2018 em 12 de setembro de 2018, nº 86/2018 em 12 de setembro de 2018 e nº 87/2018 em 19 de setembro de 2018. Destacamos o ofício CMESO nº 86/2018 que previu a Deliberação sobre a manutenção da adesão do município ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a necessidade de submissão de projeto para avaliação da possibilidade de adoção de sistema apostilado, segundo relatório da Consulta Pública CMESO nº 01/2018.

O Conselho deliberou pela realização do VI Encontro Debates em Educação com o tema: “PNLD ou sistema apostilado de ensino na rede municipal de Sorocaba?”, que ocorreu no dia 02 de outubro de 2018. O ofício CMESO nº 88/2018, de 21 de setembro de 2018 convidou o secretário de educação Gomes para o debate. O encontro em formato de Audiência Pública³⁴ foi realizado na Câmara Municipal de Sorocaba, em 02 de outubro de 2018, com os convidados: Professor André Luis de Jesus Gomes - Secretário de Educação em Sorocaba, Doutora Ana Lúcia Guedes Pinto - Professora Titular do Departamento de Ensino e Práticas Culturais da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e avaliadora do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Mestre Everton de Paula Silveira - Supervisor de Ensino de carreira da Secretaria da Educação e ex-coordenador do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) junto à secretaria (CMESO, 2018).

Segundo o Conselho, durante a audiência, o secretário Gomes confirmou a adoção de Sistema Didático de Ensino do Serviço Social da Indústria (SESI) São

³⁴ O encontro está disponível no acervo de vídeos da Câmara Municipal de Sorocaba: https://youtu.be/u_dg5xouwtU (parte 1/2) e <https://youtu.be/LxOqR-6EBW8> (parte 2/2). Consulte em Referências.

Paulo, com investimento de R\$ 9 milhões/ano, mas não evidenciou como a Gestão Democrática foi atendida no processo de escolha. Nesse sentido, o ofício CMESO nº 100/2018, protocolado junto à Secretaria de Educação em 01 de novembro de 2018, solicitou ao secretário Gomes a ampla divulgação da Consulta Pública junto às escolas da rede, no período de 31 de outubro a 23 de novembro de 2018. Não houve retorno do ofício. A consulta não foi divulgada e não há dados de publicação no Jornal do Município, de forma que o Conselho prorrogou a consulta até 30 de novembro de 2018 (CMESO, 2018).

O Conselho também protocolou em 26 de novembro de 2018 o ofício CMESO nº 106/2018 dirigido à Secretaria de Educação (SEDU), à Corregedoria do Município de Sorocaba e ao Ministério Público solicitando a imediata publicação dos atos no Jornal do Município de Sorocaba, porém não foi atendido.

Até a data de aprovação deste Parecer (10/12/2018), nenhum retorno foi dado pelo Sr. Secretário da Educação ou pela Corregedoria e, tampouco, ocorreram as publicações solicitadas pelo CMESO, no Jornal do Município de Sorocaba. Tais posicionamentos adotados, demonstram a ausência de interesse do poder público na divulgação desta consulta às escolas e o impedimento à ampla divulgação de atos e comunicados deste colegiado e de matéria de interesse público em órgão oficial, com severas e preocupantes implicações para a transparência e publicidade das ações da Administração Pública. Diante dos fatos, a divulgação da referida consulta foi realizada apenas pelo CMESO utilizando-se de meios eletrônicos, em particular a página do conselho (www.cmeso.org), e as redes sociais (CMESO, 2018, p.8).

O relatório da Consulta Pública CMESO nº 01/2018, aprovado em 10 de dezembro de 2018 detalhou a metodologia da consulta e os desafios para sua realização. A consulta realizou-se por meio de questionário a ser respondido pelo público-alvo, sob a coordenação da equipe gestora em parceria com o Conselho de Escola de cada unidade. As respostas foram enviadas pela gestão por meio do Google Formulários. Os resultados foram publicados na página do Conselho Municipal de Educação. Cabe destacar alguns resultados: o total de escolas participantes (92) representa 61% das instituições educacionais municipais, Ensino Fundamental (40) e Educação Infantil (52). Das instituições educacionais que responderam, 96% votaram sim quanto ao uso de material didático e 4% disseram que não utilizam. Das escolas de ensino fundamental, 100% responderam que fazem uso de algum material didático e somente 4 instituições de educação infantil responderam não recorrerem à material didático (CMESO, 2018).

Quanto aos tipos de materiais didáticos disponibilizados aos docentes e estudantes, 100% das escolas de ensino fundamental disponibilizavam os livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e da Educação Matemática nos Anos Iniciais (EMAI). Os materiais do Programa Ler e Escrever eram disponibilizados por 98% das escolas. Nos Centros de Educação Infantil, 75% disponibilizavam materiais próprios ou não estruturados. Também foram citados: material do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), materiais do Mathema, revistas, gibis, materiais do Programa Estrada para Cidadania, Kit Brasil Sustentável, livros do Proerd, livros paradidáticos, jogos, dicionários, material do Programa Mais Alfabetização, fantoches, livros de literatura, vídeos, lousa digital e multimídia (CMESO, 2018).

O Conselho relembrou no documento que as instituições educacionais da rede participaram em 2018 do processo de escolha dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para 2019. Quanto as escolas, 99% disseram ter participado do processo, apenas uma instituição de educação infantil informou que não participou. Assim, questionou se a equipe escolar considerava ser necessário e importante a participação da sua escola neste programa, 100% das equipes escolares de ensino fundamental. Na educação infantil, 52% responderam sim e 48% fizeram a opção “Não se Aplica”, porque somente em 2018 a Educação infantil foi incluída no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Dessa forma não sabiam se a oferta de livros iria se manter (CMESO, 2018).

Segundo o relatório, 95% das escolas de ensino fundamental afirmaram que os livros didáticos utilizados tinham consonância com o Projeto Político Pedagógico, 2% responderam que não e 3% responderam “Não se aplica” porque algumas unidades novas da rede estão em processo de produção do seu Projeto Político Pedagógico. O Conselho destaca:

Chama a atenção do resultado o fato de que, das 92 escolas que responderam à consulta, nenhuma apontou ter sido formalmente consultada pela Secretaria da Educação acerca da possível adoção de um Sistema Apostilado de Ensino. Considerando as informações circuladas na imprensa e confirmadas pelo Secretário da Educação em audiência pública sobre a adoção de sistema de ensino apostilado para a rede municipal de Sorocaba, qual seja o sistema SESI, perguntamos às escolas se elas, representadas por sua equipe gestora e/ou Conselho Escolar, foram formalmente consultadas pela Secretaria da Educação sobre sua posição/interesse acerca da possível adoção de um Sistema Apostilado de Ensino. Das escolas que responderam à consulta 100% (cem por cento) informaram não terem sido consultadas pela SEDU. Este dado é muito significativo ao revelar que os principais atores educacionais não tomaram parte das discussões quanto à adoção de material didático apostilado na rede

municipal de ensino, ferindo frontalmente o princípio da gestão democrática do ensino público, assegurado pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pelos Planos Nacional e Municipal de Educação e desconsiderando totalmente a competência técnica dos docentes e a autonomia da escola na gestão pedagógica e curricular (CMESO, 2018, p. 17-18).

De acordo com o relatório, a consulta era composta também de perguntas direcionadas apenas aos docentes. Quanto aos docentes do ensino fundamental, 96% afirmaram que utilizavam os livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na sua prática pedagógica junto aos alunos (CMESO, 2018). O Conselho compreendeu que:

Este resultado é muito expressivo, demonstrando que o PNLD é um programa consolidado na rede municipal de ensino, contando com ampla aceitação dos docentes. E mais, os dados revelam que os livros estão sendo utilizados como recurso nas práticas pedagógicas, favorecendo o aprendizado das crianças (CMESO, 2018, p. 18).

Por isso, quanto ao total de docentes, 94% não são favoráveis à substituição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) por um sistema apostilado de ensino para toda a rede e 6% são favoráveis. Entre os docentes das escolas de ensino fundamental, 92% não são favoráveis e 8% são favoráveis. Nos Centros de Educação Infantil 98% não são favoráveis e 2% são favoráveis à substituição.

Quando perguntado se participaram em sua unidade escolar do processo de escolha dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2019, do total de docentes 99% disseram sim. Do total de docentes, 93% consideram que a adoção de um sistema apostilado de ensino pela rede não atenderia ao Projeto Político Pedagógico da sua escola e 7% disseram que atenderia. No ensino fundamental 91% acreditavam que não atenderia ao Projeto Político Pedagógico da escola e na educação infantil, 97% disseram que não atenderia (CMESO, 2018).

De acordo com o relatório, a consulta era composta também de perguntas direcionadas apenas aos docentes e equipe gestora. Quando se pergunta qual era a manifestação individual de cada um em relação à possível adoção de um sistema apostilado de ensino na rede municipal de Sorocaba, 96% do total não concordam. Nas escolas de ensino fundamental, 95% disseram não e na educação infantil, 97% disseram não ao apostilamento. A mesma pergunta foi dirigida aos membros do Conselho de Escola, 96% do total não concordaram. Nas escolas de ensino fundamental, 97% eram contrários e na educação infantil 94% se declararam contrários ao apostilamento (CMESO, 2018). De forma que o Conselho Municipal de

Educação de Sorocaba (CMESO) concluiu que:

É impropriedade afirmar que as escolas “não aderem” ou “não desejam aderir” ao PNLD. A totalidade (100%) das escolas consultadas onde aplica-se o Livro Didático considera necessária e importante a participação da escola no PNLD. 100% das escolas do Ensino Fundamental que responderam à consulta aderem ao programa;

É impropriedade afirmar que o livro didático não é utilizado pelos professores. Diferentemente do afirmado junto à mídia em algumas ocasiões por representantes do poder público, 93% dos docentes afirmam que o Livro Didático oriundo do PNLD é sim utilizado em sua prática docente;

É impropriedade afirmar que o ensino municipal de Sorocaba não garante a qualidade da aprendizagem de seus estudantes. Contrariamente ao que a Administração Pública tem propagado para justificar a compra do sistema apostilado de ensino do SESI, colocando em xeque a qualidade da educação municipal, atrelando-a ao material didático utilizado até o momento pelas escolas (livros didáticos do PNLD), constata-se que os índices de aprendizagem aferidos por avaliações em escala nacional, demonstram o contrário. O material didático do PNLD tem sido adotado no município de Sorocaba há muitos anos, contando com ampla aceitação dos docentes e comunidades escolares da Rede Municipal de Ensino. Com a utilização desse material, a Rede Municipal de Ensino de Sorocaba obteve excelentes resultados nas avaliações externas do Ministério da Educação, conforme Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2017 divulgado em agosto deste ano pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), cujo resultado alcançado foi 6,7 superando a meta estipulada pelo Ministério da Educação que era de 6,4. Com este resultado a rede municipal já superou a meta de 2019, que é 6,6. Numa série histórica o IDEB da rede municipal de Sorocaba saltou de 4,8 em 2007 para 6,7 em 2017, um crescimento de quase 2,0 pontos. Se comparado este resultado com a nota obtida em termos de país verificamos que estamos bem à frente da média nacional que obteve nota 5,5 no IDEB 2017, nas escolas da rede pública (CMESO, 2018, p.41).

Nesse sentido, após a análise dos resultados da Consulta Pública CMESO nº 01/2018 “Material didático utilizado pela escola”, conclui-se que a rede municipal de ensino se manifestava contrária à implantação de um Sistema Apostilado de Ensino no município de Sorocaba, de acordo com o Conselho Municipal de Educação (CMESO, 2018).

Diante desses fatos, o Conselho também publicou o Parecer Conjunto CMESO/CE nº 01/2018, aprovado em 19/12/2018, Assunto: Proposta de Adesão ao Sistema de Ensino direcionado à Educação Básica Municipal de Sorocaba. Nesse documento, o Conselho destacou estranhamento a adoção de sistema apostilado e/ou material didático para os alunos da Educação Infantil já que não constava no Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino tal ação. Pelo contrário, o Marco entende a criança como sujeito, protagonista, capaz de fazer descobertas do espaço, do tempo, da liberdade dos corpos em meio a inúmeras brincadeiras. Agora

a criança seria subordinada a um material que precisaria ser completado, preenchido, com lápis e papel (CMESO, 2018).

O Parecer também cita Adrião (2009) quando alertou para o duplo pagamento que um município faz ao optar por um Sistema de Ensino. A autora entende que a população já paga com seus impostos a produção de livros didáticos dos programas federais que são entregues aos municípios de forma gratuita (CMESO, 2018). Assim, o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) concluiu que:

O município de Sorocaba apresenta uma série de demandas educacionais de maior prioridade, notadamente a necessidade de reposição e ampliação do quadro de recursos humanos nos cargos de: docentes, auxiliares de educação, diretores de escola, vice-diretores, orientadores pedagógicos, supervisores de ensino, inspetores de alunos, secretários de escola e auxiliares administrativos; a ampliação das vagas em creches para atendimento da demanda local; a manutenção de próprios públicos, além de outras estabelecidas como diretrizes pelo Plano Municipal de Educação, que requerem forte aporte de recursos públicos da área de Educação; A adoção de um sistema de ensino didático não requererá da municipalidade um investimento único, mas aportes anuais de igual monta durante todos os anos em que durar o programa. Considerando o atual momento financeiro/orçamentário dos municípios, é factível afirmar que este não é momento propício para tal investimento (CMESO, 2018, p.37).

O Parecer apontou que a transição para um sistema de ensino com material didático padronizado para o aluno em um contexto com 55 mil estudantes não poderia acontecer sem um programa-piloto capaz de avaliar a eficácia, destacou que:

Há flagrantes violações aos princípios da impessoalidade, da transparência e da publicidade no processo que envolve a proposta de adoção do sistema de ensino do Sistema SESI, por não permitir a ampla concorrência, uma vez que, no país existem inúmeros fornecedores de sistema didático de ensino. No presente momento, não há elementos técnicos que possam assegurar a predominância do interesse público sobre outros interesses. Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) REJEITA, nos termos apresentados, a proposta de Adesão ao Sistema de Ensino direcionado à Educação Básica Municipal proposta para rede municipal de ensino de Sorocaba (CMESO, 2018, p.37-38).

O Conselho divulgou a Deliberação CMESO nº 06/2018, de 19 de dezembro de 2018, que aprovou o Parecer CMESO/CE nº 01/2018 que rejeitou a “Proposta de Adesão ao Sistema de Ensino direcionado à Educação Básica Municipal de Sorocaba”. Apesar das ações do Conselho terem ocorrido durante o ano de 2018 na gestão Crespo, só foram publicadas no Jornal do Município em novembro de 2019, durante a gestão Coutinho.

Assim como a Gestão Compartilhada, o apostilamento da rede foi judicializado. Em apoio ao Conselho e a rede municipal de ensino, o Sindicato dos Servidores

Públicos Municipais de Sorocaba (SSPMS) entrou na justiça. Em 06 de dezembro de 2018, o Processo Digital nº: 1041254-46.2018.8.26.0602, Classe - Assunto Ação Civil Coletiva - Utilização de bens públicos foi julgado pelo Juiz de Direito Doutor Alexandre Dartanhan de Mello Guerra que declarou:

Diante do exposto e com base no poder geral de cautela deferido à autoridade judicial insculpido no artigo 297 do Código de Processo Civil, em caráter liminar, DETERMINO que a PREFEITURA DE SOROCABA suspenda todo ato administrativo que objetive a aquisição de material didático elaborado por entidade privada em questão, abstendo-se de efetuar quaisquer pagamentos pela sua aquisição, e, por ora, abstendo-se de promover continuidade ao denominado “apostilamento” até a oitiva do Conselho Municipal de Educação e até que seja proferida decisão judicial em sentido diverso. CITE-SE e intime-se a ré para responder, na pessoa de seu representante legal, para que apresente resposta no prazo de 30 (trinta) dias úteis, nos termos do artigo 183 (prazo em dobro) c.c. artigos 219 e 335, do Código de Processo Civil. Expeça-se mandado de intimação e citação da presente a ser cumprido COM URGÊNCIA (SOROCABA, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Processo Digital nº: 1041254-46.2018.8.26.0602, 2018, p.6).

A prefeitura de Sorocaba e o doutor Douglas Domingos de Moraes, Procurador Municipal OAB/SP 185.885, solicitou em 10 de dezembro de 2018, Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo, argumentando que:

(...) o PNLD não abrange as crianças atendidas entre o “Creche I, Creche II, Creche III, Etapa I e Etapa II”, as quais passarão a ser atendidas pelo sistema educacional do SESI (...) deixamos claro que muito além de simples material didático o SESI trabalha com algo muito mais complexo que é um SISTEMA DE ENSINO, ou seja, não se tratam de simples apostilas como quer fazer crer o Sindicato Autor e pela mesma razão é muito mais complexo que o PNLD. O desejo do Chefe do Executivo é melhorar substancialmente a qualidade do ensino no Município de Sorocaba. Tal decisão está dentro da zona de discricionariedade não podendo ser alterada por decisão do judiciário no nosso humilde entendimento (SOROCABA, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, 2018, p.6-8).

Rodrigues (2018) divulgou que em 14 de dezembro, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) e seu desembargador Marcelo Martins Berthe cassaram a liminar deferida ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba (SSPMS) sobre a implantação do Sistema de Ensino Sesi nas unidades escolares do município.

O secretário de educação Gomes defendeu que o sistema de ensino concederia um alinhamento pedagógico. No caso dos livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cada unidade escolhe os seus, prejudicando os alunos que mudavam de escola ao longo do ano letivo (RODRIGUES, 2018). O secretário Gomes afirmou:

Durante a transferência escolar um estudante que está em determinada região da cidade e vai para outra, perde a sequência do material utilizado. Com o Sistema Sesi, os livros didáticos estarão alinhados em todas as unidades trazendo equidade às nossas crianças (RODRIGUES, 2018).

O governo Creso ignorou a consulta pública, o papel do Conselho, suas orientações e o esforço em estabelecer um espaço de debate.

Rodrigues (2018) informou na página oficial da Secretaria da Comunicação que dia 20 de dezembro (um dia depois da Deliberação CMESO nº 06/2018, de 19 de dezembro de 2018) o prefeito Creso assinou o contrato para implantação do Sistema Didático de Ensino Sesi nas escolas municipais de Sorocaba. O prefeito defendeu que ao adotar este sistema, concederia um alinhamento pedagógico que alcançaria todas as regiões de Sorocaba, estabelecendo sequências didáticas de qualidade e fortalecendo o sistema de ensino-aprendizagem a 57 mil estudantes da rede municipal, que também atenderia 14 mil alunos de Pré 1 e Pré 2 que não eram assistidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Destacou que o Sistema Didático de Ensino do Sesi vem com formação continuada, presencial, para todos os diretores, vice-diretores, orientadores pedagógicos e professores, estabelecimento de um processo de monitoramento, acompanhamento e avaliação do processo do ensino-aprendizagem. O secretário da educação Gomes comemorou:

Hoje é um dia histórico para cidade de Sorocaba. Temos à frente um desafio imenso, visto que nosso contrato é o maior que o Sesi já fez até hoje no Brasil. Essa conquista colocará nossa cidade como referência nacional em Educação. O Sesi se comprometeu a enviar uma equipe exclusiva para o atendimento da nossa rede. Nossas crianças e nossos professores merecem essa conquista (RODRIGUES, 2018).

A assinatura foi realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) com a presença do presidente da Federação Paulo Skaf, segundo Jornal Cruzeiro (2018). Skaf afirmou para o Jornal Zona Norte:

Esse é um dos nossos maiores convênios. O que levamos para a cidade é o Sistema de ensino que contempla, a formação dos professores e equipe gestora, material didático e acompanhamento, valorizando, acima de tudo, os professores, com coragem e seriedade. O Sistema SESI é o melhor e ao menor preço (JORNAL ZONA NORTE, 2018).

Segundo o Jornal Zona Norte (2018), no contrato estavam previstas 1.086 horas de capacitação aos docentes e gestores da rede, com custo médio de R\$ 160,21 por aluno. A partir de então, várias propagandas foram divulgadas na última página do Jornal do município com a frase "Rede municipal ganha padrão Sesi de ensino", propagandas na televisão, rádio e outdoors também foram

utilizados. A assinatura também foi divulgada nas mídias da região.

Outro fato ocorreu em agosto de 2018, a prefeitura anunciou convênio com a escola do Serviço Social da Indústria (SESI) para a reforma de seu prédio na unidade Mangal em Sorocaba. O **Projeto Escola do Futuro** previa uma reforma de 15 meses com investimento de 18 milhões para ampliação de 29 salas. Segundo Alexandre Pflug, superintendente do Sesi-SP, esse convênio ampliaria a escola integral de 1º ao 5º ano do fundamental (TV SOROCABA, 2018).

Observa-se que Crespo não investiu nas unidades de Oficina do Saber que atendia em tempo integral os alunos do ensino fundamental da rede municipal. No entanto, optou por adaptar os prédios para atender as creches com gestão compartilhada para garantir economia aos cofres públicos, segundo Crespo. Agora disponibilizou recursos para investir na ampliação do ensino integral do ensino fundamental da escola Sesi Mangal em Sorocaba e na compra de apostilas do mesmo ator privado.

Em 03 de dezembro de 2018, a vereadora Iara Bernardi do Partido dos Trabalhadores (PT) denunciou que os livros para o ano letivo de 2019 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foram enviados e estavam na central dos Correios de Sorocaba. A secretaria de educação informou que mandou ofício para o governo Federal cancelando o envio dos livros didáticos. Receberia apenas os livros de literatura para usar como material de apoio. O Ministério da Educação (MEC) explicou que os livros enviados a Sorocaba seriam usados como reserva técnica ou enviados para outros municípios (G1 SOROCABA E JUNDIAÍ, 2018).

Em dezembro de 2018, já era tema na página oficial de Sorocaba que os professores da rede municipal de ensino teriam mais opções de formações de qualificação no próximo ano (2019). Contariam com as formações do Sistema de Ensino Sesi e as capacitações alinhadas ao novo Currículo Paulista norteado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para professores, diretor, vice-diretor e orientador pedagógico (RODRIGUES, 2018).

Diante de tantos entraves com o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO), o prefeito Crespo assinou o Decreto nº 24.877, de 31 de maio de 2019 que dispôs sobre nomeação e substituição de membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Educação. Com o decreto, nomeou 10 novos representantes da prefeitura e seus suplentes, substituindo os membros já

nomeados do Conselho de Educação que tentaram diálogo com o prefeito, mas sem sucesso.

Na Sessão Ordinária 043/2019 de 01 de agosto de 2019, da Câmara Municipal de Sorocaba, a vereadora Iara Bernardi do Partido dos Trabalhadores (PT) solicitou um tempo de fala para o presidente do Conselho Alexandre da Silva Simões. O pedido foi aprovado pelos vereadores. Simões relatou que o prefeito Crespo baixou um decreto que destituiu os membros do Conselho de seu mandato, os quais recorreram a ele, como presidente, que ao verificar o regimento interno afirmou que não haveria possibilidade de nova posse.

A lei nº 4.574, de 19 de julho de 1994 (SOROCABA, 1994) que criou o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba esclarece que o mandato dos membros seria de três anos, permitida a recondução. O mandato seria extinto em caso de renúncia, ausência injustificada por mais de noventa dias consecutivos ou pela falta a mais da metade das sessões plenárias realizadas no ano. Simões afirmou que esses fatos não ocorreram para existir nova nomeação e ressaltou a importância dos Conselhos como espaço de debate que não poderia servir aos desejos do executivo, mas deveriam ter autonomia (SESSÃO ORDINÁRIA 043/2019).

Na Sessão Ordinária 043/2019, a vereadora Iara Bernardi apresentou a Câmara o Decreto nº 25.035/2019 (SOROCABA, 2019) para revogar o Decreto nº 24.877/2019 do prefeito Crespo. A vereadora relatou que Crespo fez uma intervenção ilegal ao não verificar os mandatos dos membros, além de desrespeitar o Conselho que tem papel deliberativo nas decisões de compra de materiais, apostilamentos, formação de professores, terceirizações e/ou decisões sobre a educação. Classificou como uma intervenção no Conselho (Câmara Municipal de Sorocaba, Assessoria da vereadora Iara Bernardi, 2019).

Na Sessão Ordinária 043/2019, quando se abriu espaço para discussão do Decreto nº 25.035/2019 da vereadora Bernardi, o vereador Pastor Irineu Toledo (do Partido dos Republicanos) defendeu o decreto do prefeito, argumentando que o Conselho compartilhava do viés ideológico do Partido dos Trabalhadores. A fala gerou revolta dos munícipes participantes e a sessão teve uma pausa. Após muitos debates, a Câmara votou sobre a retirada do Decreto nº 25.035/2019 da pauta do dia, 12 votaram não e 07 sim. De forma que votaram o Decreto nº 25.035/2019 que foi aprovado com apenas 4 votos contrários.

O apostilamento da rede municipal de Sorocaba também foi tema na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). O deputado Carlos Giannazi do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) enviou ao Ministério Público do Estado de São Paulo uma cópia do seu pronunciamento, de 29 de novembro de 2018 no Plenário da Assembleia. Giannazi denunciou a ação da prefeitura de Sorocaba em devolver os livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) entregues gratuitamente para o município e optar pela compra de apostilas do Sesi:

Com a recusa do material fornecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o prefeito abriu a possibilidade de adquirir, em um contrato de R\$ 10 milhões, apostilas editadas pelo Serviço Social da Indústria (SESI), cujo presidente é o político Paulo Skaf. Constantemente recebemos denúncias de propina e de superfaturamento na compra de apostilas, cuja adoção consiste em um passo para a privatização do ensino público (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Assessoria do deputado Carlos Giannazi, 2018).

As apostilas do Sesi só foram apresentadas aos docentes na reunião de abertura do ano letivo, em 4 de fevereiro de 2019. As aulas iniciaram no dia seguinte (5) sem tempo hábil para análise do material e planejamento das aulas. Os docentes vestiram preto na reunião para denunciar a falta de diálogo da secretaria da educação (IPA ONLINE, 2019).

Em entrevista para o Ipa online (2019), a vereadora Bernardi relatou que as apostilas solicitavam pesquisas na internet, após apresentar os conteúdos. Sabe-se que a rede municipal não oferecesse mais a Oficina do Saber (unidades em período integral) e o Sabe Tudo (unidades de pesquisas com computadores e internet). Se as escolas não dispõem de computadores e bibliotecas com internet, a vereadora questiona como será a consulta ou espaços para estudo após as aulas. A vereadora Bernardi também destacou que o material traz questões regionais, exemplos que fazem sentido para alunos paulistanos: paisagens da cidade de São Paulo, mapas, metrô, parques, avenidas, bairros da capital, shoppings, sugerindo atividades e visitas.

Na entrevista, citou uma imagem da apostila do Sesi destinada a crianças de 5 anos. Trazia a ilustração de uma moça negra com as pernas cruzadas e a legenda “perna”. Uma cabeça masculina e a legenda “pescoço”. O desenho de um pernilongo e a legenda “pernilongo”. As imagens eram apresentadas com a pergunta: “O que é, o que é? Que vira a cabeça do homem?”. A atividade foi denunciada pela vereadora Bernardi e pela União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO) que publicou uma nota classificando como conteúdo racista e sexista

porque reforça o estereótipo da objetificação da mulher negra” (IPA ONLINE, 2019).

Para o ano letivo de 2020, durante o governo Coutinho, a prefeita optou pela não renovação do contrato com o sistema de ensino do Sesi e voltou a receber gratuitamente os livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (JORNAL ZONA NORTE, 2019).

Em agosto de 2021, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP) julgou irregular o contrato de compra do Sistema Sesi. No processo foram citados o ex-prefeito Crespo, a ex-prefeita Coutinho e o secretário de educação Gomes, de acordo com G1 Sorocaba e Jundiaí (2022). Dimas Ramalho, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP) explicou que a melhora na educação com o uso do sistema Sesi, alegada pela prefeitura, foi discreta, sentida apenas no 1º e 2º anos do fundamental. Ainda recomendou que a prefeitura de Sorocaba aprimorasse as políticas públicas de educação, com cautela nos gastos (SCINOCCA, 2021).

Em 18 de maio de 2022, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) manteve irregular o contrato entre a prefeitura e o Sesi. Assim, não aprovou as contas que investiam R\$ 9.044.920,70 para o contrato das apostilas (G1 SOROCABA E JUNDIAÍ, 2022). O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Renato Martins Costa, apontou:

O fato de a vice-prefeita decidir pela descontinuidade do contrato, ao assumir a chefia do Executivo, após a cassação do prefeito titular, optando pela adesão ao Programa Nacional do Livro Didático, somente reforça a tese de que o sistema, ora em avaliação, careceu de adequado planejamento. Tendo representado gasto de pouquíssimo proveito para o ensino municipal (G1 SOROCABA E JUNDIAÍ, 2022).

Não há dados sobre outras propostas de apostilamento da rede municipal de Sorocaba. A adesão ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) segue vigente em 2022.

Turminha da Inovação foi um projeto iniciado em 2017, com a parceria de Sorocaba, a Secretaria da Educação (SEDU), o Parque Tecnológico de Sorocaba e a empresa *Via Maker Education* Brasil. As atividades eram realizadas no Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS) “Alexandre Beldi Netto”. As crianças da rede municipal iam conhecer o parque, aprender sobre inovação e tecnologia, ao final, participavam de um projeto de robótica e programação da *LEGO® Education*. O projeto teve como objetivo desenvolver competências com atividades práticas que abrangessem conteúdos curriculares e tecnológicos. A previsão de 2017 era atender

7 mil crianças da rede municipal (SOROCABA, 2017). O professor do projeto, Guilherme Augusto Silvestre de Campos, explicou:

Com uma metodologia pautada na cultura de “faça você mesmo”, o “Turminha da Inovação” visa proporcionar aos alunos um aprendizado prático, que somado a subsídios tecnológicos e comportamentais, possibilita aos alunos condições de encarar e resolver problemas de forma criativa e eficiente. Aqui eles saem do comum e trabalham de forma lúdica. Eles constroem e descobrem que são capazes, despertando nas crianças a vontade de trabalhar com tecnologia e com a inovação (SOROCABA, 2017).

Anteriormente, o governo Pannunzio trouxe o projeto Robótica no mesmo formato, com visitas agendadas de todos os alunos que participavam do programa Escola Viva. Não há outros dados de realização do projeto Turminha da Inovação que não teve continuidade nos demais governos.

A pesquisa resultou em 12 programas/projetos em parcerias com atores privados, durante o governo Crespo e Coutinho (2017 a 2020). Cidade Empreendedora que gerou: Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP); Creche conveniada; Ética, Solidariedade e Cidadania; Turminha da Inovação que gerou: Robot Maker e Festival de Robótica; Sabe Tudo em novo formato Unidade de Proteção Cidadã, depois espaço para Aulas de pintura, acabamento e eletricista; Sistema SESI de Ensino, Formação da equipe gestora e docentes e Projeto Escola do Futuro.

Neste capítulo, apresentou-se a incidência de parcerias público-privadas na gestão Crespo e Coutinho. Criticou-se novamente que não houve avaliação dos programas/projetos em desenvolvimento, no sentido de ampliar e aperfeiçoar, mas optaram por desenvolver novos programas/projetos. Essa ação demonstrou que os governos municipais não atuam na elaboração de políticas de Estado, mas elaboram políticas de governo. Além disso, houve a denúncia sobre o distanciamento entre a Secretaria da Educação e o Conselho Municipal de Educação em relação as decisões sobre a rede municipal de Sorocaba/SP.

No próximo capítulo serão apresentadas as discussões acerca dos dados levantados quanto a incidência de parcerias público-privadas na rede municipal de Sorocaba/SP.

CAPÍTULO 7 – POLÍTICAS DE ESTADO VERSUS POLÍTICAS DE GOVERNO: REFLEXÕES SOBRE AS PARCERIAS COM OS ATORES PRIVADOS EM SOROCABA/SP

No capítulo 4, apresentou-se que a pesquisa “Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP” tinha como objetivo geral conhecer as parcerias entre a rede municipal de Sorocaba/SP e os atores privados para a Dimensão Política Educacional de gestão, oferta e currículo para a educação básica (com foco na educação infantil e ensino fundamental anos iniciais). Tinha como objetivos específicos:

- Conhecer o Estado e a relação público-privada e seus desdobramentos quanto à educação pública - Capítulo 1 “O estado e a relação público-privada: uma reflexão”;
- Compreender a educação como direito na história do Brasil - Capítulo 2 “A educação como direito na história do Brasil”;
- Fazer o levantamento do estado do conhecimento sobre pesquisas que tratem da privatização na e da escola pública - Capítulo 3 “A educação pública e a privatização”;
- Fazer o levantamento do estado do conhecimento sobre pesquisas que tratem da privatização na e da escola pública em Sorocaba/SP. Assim como pesquisar se houve incidência ou não de parcerias com os atores privados na rede de ensino na última década - Capítulo 4 “A rede municipal de Sorocaba/SP e as parcerias com os atores privados”; Capítulo 5 – “As gestões Vitor Lippi e Antonio Carlos Pannunzio: o avanço das parcerias público-privadas”; Capítulo 6 – “Gestão José Caldini Crespo e Jaqueline Lilian Barcelos Coutinho: a tumultuada consolidação das parcerias público/privadas”; Capítulo 7 “Políticas de Estado versus Políticas de governo: reflexões sobre as parcerias com os atores privados em Sorocaba/SP” e Considerações Finais;

O objetivo geral foi tema de toda a pesquisa, os objetivos específicos foram trabalhados ao longo de cada capítulo. Optamos como Metodologia a Pesquisa Bibliográfica - com autores que estudam a educação como direito social e a

privatização da escola pública; o levantamento do Estado do Conhecimento – para conhecer as pesquisas que tratavam da privatização na e da escola pública, inclusive na rede municipal de Sorocaba/SP e a Análise Documental - com as publicações oficiais sobre as parcerias da rede municipal de Sorocaba/SP com os atores privados. Adotamos a Abordagem Empírico Analítica buscando estabelecer um diálogo entre os autores e as fontes primárias como dados empíricos.

A pesquisa documental teve como recorte de 2010 a 2020. Para a busca se utilizou os descritores: “Programas”; “Parcerias”; “Convênios”; “Contratos e Projetos”; “Políticas e Programas na educação”; “Pacto e Compromisso” acrescidos do nome do prefeito nos *sites* da Secretaria de Educação de Sorocaba/SP e na Plataforma *Google*.

Durante o segundo mandato do governo Lippi (2010 a 2012), a pesquisa resultou em 22 programas/projetos em parcerias com atores privados. Sorocaba Cidade Educadora que gerou: Sorocaba Total, Vai e vem, Ciclovias, Seminário Internacional de Educação de Sorocaba, Escola de Gestão Pública (EGP), Esse livro é meu, Lousa digital, Fazendo o Futuro, Recomeçar-Plantando a Liberdade e Fórum Educa em Ação; Oficina do Saber (Escola em Período/Tempo Integral) que ofereceu: Teatro na Escola, Roteiro Educador, Pedagogia empreendedora, História de Vida, Amigos do Zippy, Clube da Escola, Musicalização, Alfabetização e Letramento em Rede; Sabe Tudo e Creche Conveniada.

Durante o governo Pannunzio (2013 a 2016), a pesquisa resultou em 12 programas/projetos em parcerias com atores privados. Sorocaba Cidade Educadora que gerou: Congresso Internacional de Cidades Educadoras, Programa Escola Saudável, Projeto Turminha Caça Dengue, Escola Viva – Clube da Escola, Bebeteca, Atividades de Educação Nutricional e Escola de Gestão Pública (EGP); Escola Viva que ofereceu: Oficina do Saber (Escola em Período/Tempo Integral), Robótica e Roteiro Educador.

Durante o governo Crespo e Coutinho (2017 a 2020), a pesquisa resultou em 12 programas/projetos em parcerias com atores privados. Cidade Empreendedora que gerou: Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP); Creche conveniada; Ética, Solidariedade e Cidadania; Turminha da Inovação que gerou: Robot Maker e Festival de Robótica; Sabe Tudo em novo formato Unidade de Proteção Cidadã, depois espaço para Aulas de pintura, acabamento e eletricista; Sistema SESI de Ensino, Formação da equipe gestora e docentes e Projeto Escola do Futuro.

O governo Lippi teve maior incidência de parcerias com atores privados, totalizando 22 programas/projetos. No governo Pannunzio, também do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), houve promessas de continuidade, contudo os programas/projetos não tiveram o investimento necessário. Sorocaba Cidade Educadora que gerou Congresso Internacional de Cidades Educadoras, tomou lugar do Seminário Internacional de Educação de Sorocaba; Escola Viva passou a chamar Clube da Escola e diminuiu seu atendimento de sábados e domingos para apenas sábados. A Escola de Gestão Pública (EGP) e a creche conveniada estão vigentes em 2022, mas não se encontrou novos dados sobre o seu funcionamento no governo Pannunzio. Quanto ao programa Escola Viva encontrou-se os projetos Robótica e Roteiro Educador que já faziam parte da Oficina do Saber (Escola em Período/Tempo Integral) que foi fechada por falta de recursos. Esses projetos foram lançados em novo formato, mas não tiveram continuidade no governo Crespo.

O governo Crespo do Partido Democratas (DEM) também optou por lançar novos programas/projetos. Trouxe o Turminha da Inovação com o mesmo formato do projeto Robótica com Pannunzio, com visitas dos alunos da rede ao Parque Tecnológico. O projeto Turminha da Inovação gerou: Robot Maker curso de robótica oferecido apenas a alunos no 9º ano, com novo formato e menor oferta. As unidades do Sabe Tudo foram transformadas bases para a Guarda Municipal, em novo formato Unidade de Proteção Cidadã, e depois se tornou espaço para aulas de pintura, acabamento e eletricista. A Escola de Gestão Pública (EGP) está vigente em 2022, mas não se encontrou novos dados sobre o seu funcionamento no governo Crespo. As Creches Conveniadas foram destaque no governo Crespo que realizou diversas inaugurações de creches criadas nas unidades das Oficinas do Saber agora adaptadas.

A pesquisa “Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP” demonstrou nos resultados que, no recorte aplicado, houve a incidência de parcerias público-privadas em todos os governos municipais. Os programas/projetos não são elaborados a longo prazo, não têm investimentos dos governos que sucedem e logo, existe a descontinuidade. As exceções são a Escola de Gestão Pública (EGP) que passou a ser gerida pela Secretaria de Recursos Humanos e está vigente em 2022. Seus cursos são ministrados pelos servidores públicos da secretaria e ofertados anualmente. E as Creches Conveniadas que têm

seus contratos renovados anualmente através de edital de chamamento/renovação no Jornal do Município de Sorocaba.

Esta pesquisa pretendeu responder a seguinte questão: quais arranjos sócio-políticos se mostraram predominantes nas parcerias público-privadas na rede municipal de Sorocaba/SP no período de 2010 a 2020 em relação à educação? Pois se as medidas da reforma do Estado implantadas no país a partir dos anos 1990 visam a um modelo neoliberal, então o modelo de ensino implementado prioriza as demandas mercadológicas e não a aprendizagem.

Com os dados apresentados, pode-se inferir sobre os arranjos sócio-políticos que a população não é consultada na elaboração de programas/projetos dos governos. Apesar de os governos municipais anunciarem que o objetivo dos programas/projetos é atender demandas e anseios dos munícipes, não existe um movimento de escuta por meio de plebiscitos, consulta pública, audiências públicas e espaços de debate entre a população e o governo municipal. Destaca-se o papel dos Conselhos Municipais que são importantes atores na comunicação entre os agentes públicos e a sociedade. Observa-se que a cada mandato, o prefeito atual apresenta programas/projetos que sua equipe entende ser de interesse da população, sem de fato estabelecer comunicação com ela.

Outro fator importante é a inexistência da avaliação dos programas/projetos em desenvolvimento, no sentido de ampliar e aperfeiçoar. De forma que anulam a possibilidade de continuidade já que a cada nova gestão são aplicados novos programas/projetos. Essa ação demonstra que os governos municipais não atuam na elaboração de políticas de Estado, mas elaboram políticas de governo. Os programas/projetos a curto prazo atendem apenas ao período de mandato do prefeito, deixando a cada troca de gestão a população sem os recursos antes oferecidos.

Fica clara que a gestão Lippi, pretendia elaborar políticas a longo prazo com seus dois grandes programas Oficina do Saber e Sabe Tudo. Para isso, investiu em construções e adaptações de prédios públicos. No governo Pannunzio, companheiro de partido, ocorreu em 2015, a elaboração do Plano Municipal de Educação que norteou investimentos e políticas públicas em educação por 10 anos. Uma das metas era que o município tivesse no mínimo 50% das escolas públicas atendendo em tempo integral e que pelo menos 25% dos alunos da educação básica

estivessem em tempo integral até o 5º ano de vigência do plano (SOROCABA, 2015).

Apesar disso, não houve investimento para que os dois programas tivessem continuidade. Observa-se um rompimento de políticas a longo prazo nos governos Pannunzio, Crespo e Coutinho e a implantação de políticas a curto prazo, que consideramos como políticas de governo. Pois encerraram programas/projetos em andamento sem nenhuma avaliação para lançar novos. No nosso entendimento, se a equipe de governo deixa de lado o processo de avaliação dos programas/projetos existentes, no sentido de ampliar e aperfeiçoar e opta por apenas criar novos. Essa escolha exigirá tempo de estudo para a implantação, a aplicação e desenvolvimento do novo programa/projeto, assim como incide em mais investimento dos cofres públicos. Novos investimentos que poderiam ser aplicados nas demandas já existentes dos setores públicos.

Quanto aos arranjos econômicos, nota-se que não há preocupação dos governos municipais analisados em abrir licitações para os novos programas/projetos elaborados, quando lançam na mídia local os arranjos já estão prontos. Destaca-se o governo Lippi com o Cidade Saudável, conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Cidade Educadora, modelo de Barcelona, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Os dois conceitos geraram diversos programas/projetos com atores privados específicos. Não houve um processo licitatório para a gestão das unidades Oficina do Saber e Sabe Tudo. Os dois programas principais do governo Lippi contaram com parcerias de atores privados pré-estabelecidos.

O mesmo ocorreu no governo Crespo com o apostilamento da rede com o Sistema Sesi. Não houve um processo de licitação para apresentação de propostas dos diversos grupos editoriais, outras apostilas ou livros didáticos. Houve uma parceria entre Sorocaba e o Serviço Social da Indústria (SESI) São Paulo com o objetivo de implantar o Sistema Didático de Ensino "**Sistema Sesi**" para toda a rede municipal, inclusive a Educação Infantil. Destaca-se que a decisão não contou com a participação do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO), as equipes de gestão e docentes da rede. Nos dados levantados, encontramos 22 projetos do governo Lippi, 12 programas/projetos do governo Pannunzio e 12 programas/projetos do governo Crespo e Coutinho. Não foram encontrados dados

de processos licitatórios, contudo as parcerias entre Sorocaba e os atores privados já são em todos os casos pré-estabelecidos.

No caso específico das Creches Conveniadas existiu a abertura de Edital de Chamamento em 2018. Entretanto, as denúncias feitas pelo Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO) demonstraram irregularidades principalmente quanto a participação do Conselho nas etapas de aprovação do programa, elaboração do edital e documentação apresentada pelos atores privados. Ao que parece, o processo licitatório já abria caminho para que atores privados específicos tivessem a gestão das creches conveniadas. As creches conveniadas estão vigentes em 2022, os editais de chamamento e renovação são publicados anualmente no Jornal do Município.

De acordo com as pesquisas de Adrião (2009;2021), Arelaro (2009) e Krawczyk (2005) acredita-se que a implementação de parcerias está relacionada com as medidas da reforma do Estado e no Plano de Reforma do Aparelho do Estado implantados a partir dos anos 1990. O Estado em um contexto de crise da eficácia da administração pública passa a transferência da oferta de serviços públicos para as esferas locais, fazendo a descentralização, como no caso da municipalização do ensino fundamental. Aumentando significativamente a demanda, mas sem os recursos necessários para atender com qualidade. Por essas dificuldades estados e municípios recorrem a parcerias com os atores privados que influenciam diretamente na Dimensão Política Educacional: na gestão, oferta e currículo.

Na pesquisa “As parcerias da rede municipal de Sorocaba/SP com os atores privados no recorte dos anos 2010 a 2020”, encontramos a incidência de parcerias para programas/projetos em todos os governos municipais do recorte. Os programas geram outros projetos que podem ser do mesmo ator privado ou não. Destaca-se, como exemplo, no governo Lippi, o programa Oficina do Saber (Escola em Período/Tempo Integral) que desenvolvia os projetos: Teatro na Escola, Roteiro Educador, Pedagogia empreendedora, História de Vida, Amigos do Zippy, Clube da Escola, Musicalização, Alfabetização e Letramento em Rede. Atuava na Dimensão da Política Educacional: Currículo, Gestão e Oferta. Para isso, Sorocaba estabeleceu parcerias com diversos atores privados: Faculdade de Educação Física de Sorocaba (Fefiso), Academia de Ensino Superior, Universidade de Sorocaba

(Uniso), Fundação de Desenvolvimento Cultural de Sorocaba (FUNDEC), Corporação Andina de Fomento e Circuito Aços Villares de Teatro e da Direção Cultura de Campinas. No governo Crespo e Coutinho, o programa Turminha da Inovação que gerou: Robot Maker e Festival de Robótica. Atuava na Dimensão da Política Educacional: Currículo, Gestão e Oferta. Para isso, Sorocaba estabeleceu parcerias com os atores privados: *ViaMaker Education* Brasil e *LEGO® Education*.

Peroni (2003) define que a política educacional não é apenas determinada pelas mudanças que ocorrem na redefinição do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas mudanças. A redefinição do papel do Estado vem se materializando, principalmente com: a contradição Estado mínimo/Estado máximo (que se demonstra nos processos de centralização/descentralização dos projetos de política educacional) e no conteúdo dos projetos de descentralização. Esse movimento, onde é descentralizado o financiamento e centralizado o controle, é parte da proposta de redefinição do papel do Estado, de acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995). Nos anos 1990, o mundo do trabalho e seus núcleos orgânicos foram surpreendidos pela privatização acelerada, pela informalidade descompensada, pela desindustrialização avançada e pela financeirização desmesurada, como pedia o figurino global, de acordo com Antunes (2004).

Percebe-se que é uma preocupação dos governos municipais analisados, a educação voltada ao mundo do trabalho e à tecnologia. No governo Lippi, o Pedagogia empreendedora foi um programa desenvolvido com os alunos da rede municipal para estimular os jovens a sonharem e desenvolverem mecanismos para realizar esse sonho. O Sabe Tudo oferecia cursos de Informática básica e avançada, para as crianças, jovens e adultos do bairro. No governo Pannunzio, temos o projeto Robótica ofertado aos alunos dos 5^{os} anos da Oficina do Saber, antes de ser fechada. O projeto tinha como objetivo de aprender ciências na prática, despertar o potencial criativo e a imaginação dos alunos para compreender melhor o mundo tecnológico. No governo Crespo e Coutinho, foi lançado o programa Cidade Empreendedora, para os alunos de 6^o ano 9^o ano da rede municipal que passaram a ter a nova disciplina “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP), adicionada ao currículo, no segundo semestre de 2019. O objetivo era estimular o comportamento empreendedor entre crianças e adolescentes. O projeto Turminha

da Inovação tinha como proposta ensinar as crianças do fundamental I da rede municipal a aprender sobre inovação e tecnologia. Dele gerou: *Robot Maker* curso de robótica oferecido no Parque Tecnológico com limite de vagas e Festival de Robótica que ocorre anualmente e é aberto ao público. Apesar dos programas/projetos não terem continuidade, a cada novo governo se observa a incidência de parcerias para oferecer aos alunos da rede municipal ações voltadas ao mundo do trabalho e à tecnologia.

Arelaro (2009) afirma que algumas vezes as políticas públicas saem de cena para entrar alternativas privatizantes justificadas pela emergência do contexto. Nas últimas décadas, houve a desvalorização do trabalho produtivo e com isso, a privatização das empresas e dos serviços públicos se mostrou estrutural. Relata que a reforma do Estado veio como resposta para a crise do capitalismo. Tanto os neoliberais quanto os apoiadores da Terceira Via, acreditam que o Estado deve ter participação mínima repassando essa ação para o mercado com a privatização (visão neoliberal) ou com a parceria com a sociedade civil com ou sem fins lucrativos (terceiro setor). Esse discurso fica claro nas entrevistas do prefeito Crespo que inclusive coloca a Gestão Compartilhada em seu plano de governo. Crespo afirmou em entrevista para a Band Campinas em 2018:

Parcerias é uma palavra de ordem nessa política e até no mundo atual. Porque o poder público sozinho, premido por aspectos como a lei de responsabilidade fiscal, o próprio valor dos orçamentos em época de crise não consegue (se é que antes conseguia) resolver esses problemas (...) Nós temos que buscar cada vez mais parcerias (...) O público e o privado não poderão continuar sendo algo diferente, apartado um do outro. A população é a mesma. Portanto, com o governo e a iniciativa privada trabalhando juntos, de acordo com as leis, nós podemos dar um atendimento cada vez melhor (BAND CAMPINAS, 2018).

Nas inaugurações das creches conveniadas, o prefeito Crespo e o secretário Gomes supervalorizavam as parcerias. Na inauguração da unidade escolar “Antonieta da Silva Gomes” (CEI-121), Crespo lembrou que:

O compromisso do governo de entregar novas unidades escolares à população sorocabana quebrou paradigmas ao firmar parcerias com as entidades trazendo solução para demanda reprimida sem comprometer a Lei de Responsabilidade Fiscal (ANDRADE, 2019, p.2).

Acompanhando o ponto de vista do prefeito, o secretário de educação Gomes relatou que:

A administração do prefeito José Crespo enfrentou diversos obstáculos para hoje mostrar que Sorocaba está no caminho certo. A parceria com as entidades trouxe aos cidadãos sorocabanos, não somente novas vagas aos

seus filhos, mas novas oportunidades de emprego e um trabalho digno de uma qualidade transformadora às nossas crianças (ANDRADE, 2019, p.2).

Arelaro (2009) e Peroni (2003) apresentam que nos anos 90, com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), foram estabelecidos três pilares: descentralização (municipalização do Ensino Fundamental); Reformas Curriculares e de Gestão e Competitividade. A Constituição Federal de 1988 não previa uma redistribuição para os estados mais pobres, mas hoje o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atende a todo o ensino básico (desde a creche até o Ensino Médio). Anteriormente, pela falta de recursos, os municípios firmavam contratação de instituições filantrópicas e comunitárias para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos. Apesar de receberem os recursos do governo federal, as parcerias se apresentam atraentes com: a formação “permanente” dos professores da rede (com um modelo já pronto e testado), com o novo material didático podem acompanhar e avaliar o trabalho do professor, maior efetividade, podendo diminuir os cargos técnicos das Secretarias de Educação - atendendo a Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000), conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal que limita a despesa com pessoal em até 60% para os municípios e estados, de acordo com Arelaro (2009).

Nesse sentido, os atores privados tiveram espaço para oferecer seus serviços em forma de projetos educacionais que se apresentavam prontos, sem considerar as especificidades locais. Com o objetivo de ampliar o seu capital oferecem parcerias para e nas escolas públicas. Adrião (2014) reflete que a partir da Emenda Constitucional nº 14 de 1996 (BRASIL, 1996), a oferta educacional pelo setor público foi transferida para municípios que passam a ter maior número de matrículas na educação básica sem que tivessem condições (financeiras e técnicas) para o atendimento com qualidade. Faz ainda a comparação de que esses modelos de parcerias com empresas privadas podem estar associados as *charters schools* dos Estados Unidos. Trata-se de escolas privadas que recebem subsídios públicos para atender de forma gratuita seus alunos.

Temos como resultados da pesquisa a Creche conveniada, opção da prefeitura para atender a demanda de crianças que não encontravam vagas nas creches municipais. Durante a pesquisa sobre o governo Crespo, encontramos em 2019, a inauguração da unidade escolar “Prof.^a Maria José Vieira Stecca” Centro de

Educação Infantil (CEI-116) que seria gerida pelo Centro Educacional Apascentai de Ação Social, instituição fundada em 2007 e parceira do município desde 2009 (SOROCABA, 2019). Compreende-se que a creche conveniada já existia desde 2009. No governo Creso, os prédios da Oficina do Saber (Escola em Tempo Integral) foram adaptados para atender como creches conveniadas, que estão vigentes em 2022 em Sorocaba. Da mesma forma que as *charters schools*, as creches conveniadas de Sorocaba recebem subsídios públicos para atender de forma gratuita as crianças da rede municipal.

Adrião (2017) explica que existem as instituições de mercado que “vendem” seus produtos educacionais e instituições sem fins lucrativos que “oferecem” seus serviços ao poder público. Nesse sentido, observa-se que em ambas situações a educação está sendo administrada por atores privados.

Mais precisamente, presencia-se privatização de processos como a definição dos currículos escolares dos sistemas públicos; a elaboração e aplicação de sistemáticas de avaliação desses; procedimentos de formação em serviço de educadores (professores e gestores); qualificação de assessorias técnicas e jurídicas de esferas governamentais, incluindo formas de supervisão das atividades de ensino desenvolvidas pelas escolas (ADRIÃO, 2017, p.130).

O processo de apostilamento da rede municipal, no governo Creso, é um exemplo de privatização, como define Adrião (2017). Creso defende que a implantação do Sistema Didático de Ensino do Sesi para a rede municipal concederá um alinhamento pedagógico, fortalecendo o sistema de ensino de 57 mil estudantes, além dos 14 mil alunos de Pré 1 e Pré 2, antes não assistidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), de acordo com Andrade (2019). O secretário Gomes afirmou:

Durante a transferência escolar um estudante que está em determinada região da cidade e vai para outra, perde a sequência do material utilizado. Com o Sistema Sesi, os livros didáticos estarão alinhados em todas as unidades trazendo equidade às nossas crianças (RODRIGUES, 2018).

Sem valorizar o papel do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO), os gestores e docentes da rede, o apostilamento ocorreu em 2019, inclusive para as crianças da creche.

A tentativa de padronização dos projetos pedagógicos e do trabalho realizado nas escolas é a principal justificativa dos dirigentes municipais de Educação para a realização de parcerias com sistemas de ensino privados. Buscam instaurar nas redes municipais uniformidade nos processos pedagógicos, alegando evitar “desigualdades” entre as escolas. Se tal motivação revela uma preocupação com a possibilidade de que ações diferenciadas gerem qualidade também diferenciada, por outro lado, incide sobre a autonomia de escolas e docentes frente à organização do trabalho

pedagógico ao retirar-lhes, como assegura a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a possibilidade de organizarem suas práticas a partir de necessidades locais ou iniciativas próprias (ADRIÃO et al., 2009, p.118).

Percebe-se que a partir de 2010, grandes grupos editoriais nacionais e internacionais ofereceram “insumos curriculares”, ou seja, “conjunto de produtos e serviços diretamente relacionados a ‘estruturação’, portanto a conformação, do trabalho pedagógico” (ADRIÃO, 2017, p. 132). Vale ressaltar que esses materiais prontos não respeitam o tempo de aprendizagem individual do aluno, porque seguem roteiros e cronogramas. Para Adrião (2017) esses materiais exercem controle e supervisão sobre o trabalho docente. Nesse contexto, os atores privados entram na escola pública com as propostas de padronização de currículos e projetos educativos, ou seja, veem a escola pública como um novo mercado consumidor para seus “insumos curriculares”.

Para Adrião (2009; 2017) essas empresas oferecem serviços como: formação continuada, acompanhamento e supervisão de atividades docentes, investimentos na produção e distribuição de materiais didáticos, processos de avaliação interna e externa, dentre outros, antes desenvolvidos pelas equipes pedagógicas nas escolas e administração pública. A educação está cada vez mais nas mãos dos atores privados e não nas mãos do Estado, ou seja, está cada vez mais privatizada e menos pública porque não está mais nos cuidados da administração pública, como antes.

Sobre a adoção do Sistema Sesi também se aplica o que Adrião (2009) alerta ser duplo pagamento, porque um município ao optar por um sistema de ensino pago esquece que a população já contribuiu com seus impostos para a produção de livros didáticos dos programas federais que são entregues aos municípios de forma gratuita.

Duarte (2004; 2007) afirma que o direito à educação só se efetiva com o planejamento e implementação de políticas públicas. O Estado deve se empenhar em garantir as condições mínimas e buscar novos resultados progressivamente. O Estado não tem mais abstenção, mas a função de criar políticas para o bem comum. A pretensão pública vem sempre em primeiro lugar, porque o direito social só se concretiza por meio das políticas públicas que atendam a coletividade e não apenas ao indivíduo (DUARTE, 2004). A educação primária e secundária coube aos estados

e municípios, que tem dificuldades na distribuição de competências. Essa mudança do papel do Estado de provedor e regulador para avaliador, valoriza o indivíduo e o mercado, afetando as ações do Estado e do comportamento social (KRAWCZYK, 2005).

A escola pública, antes espaço de igualdade e justiça na sua construção e no papel de transmitir a seus atendidos. Passa a privilegiar a heterogeneidade, diferença e individualismo. Apresenta a privatização e sua nova lógica de regulação social. Na verdade, é a adaptação da educação às mudanças econômicas e de concorrência a nível internacional. Nessa lógica de mercado, o cidadão se torna consumidor e se apresentam formas quase mercantis de delegação de poderes, por meio de um novo processo de descentralização. A educação pública antes entendida como parte da distribuição das responsabilidades dos diferentes entes do Estado, passa a ser descentralizada para o mercado (BARROSO, 2005).

Primeiro o Estado descentraliza para o mercado a responsabilidade do controle e regulação educacional. Permite a criação de serviços educacionais que atendam a gestão escolar, o sistema e a escola. Depois descentraliza a responsabilidade da oferta e da universalização do serviço educativo, criando uma lógica de oferta e demanda. Incorporada como sistema democrático, passa a ter obrigação de oferecer projetos institucionais diversificados, atender os interesses dos consumidores e demonstrar resultados à sociedade. Não se trata mais de direitos sociais do cidadão, mas de direitos do consumidor, incentivados por informações aos pais, premiações nas escolas, inserindo a competição por captação de recursos e valorização (KRAWCZYK, 2005).

A pesquisa “Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP” apresentou nos resultados que os programas/projetos não têm continuidade, a cada novo prefeito, novos são lançados. As exceções são a Escola de Gestão Pública (EGP) que passou a ser gerida pela Secretaria de Recursos Humanos, está vigente porque seus cursos são ministrados pelos servidores públicos da secretaria e ofertados anualmente e as Creches Conveniadas que tem suas parcerias renovadas anualmente através de edital de chamamento/renovação no Jornal do Município de Sorocaba. Observa-se a busca por projetos institucionais diversificados, no sentido de atender os interesses dos consumidores e demonstrar

resultados à sociedade, privilegiando a lógica de mercado e individualismo, como define Krawczyk (2005) e Barroso (2005).

Cury (2008;2010) e Duarte (2004;2007) alertam que a participação política é uma via para garantir os direitos dos trabalhadores, a educação prepara para essa participação. Novamente se destaca o papel das políticas públicas, sua preocupação com o acesso à educação e como resultado: os direitos de exercer de forma plena a cidadania.

Nesse sentido, compreende-se pela análise dos resultados que a hipótese levantada no início da pesquisa: pois se as medidas da reforma do Estado implantadas no país a partir dos anos 1990 visam a um modelo neoliberal, então o modelo de ensino implementado prioriza as demandas mercadológicas e não a aprendizagem pôde ser testada. Já que não existe um compromisso em estabelecer políticas de Estado, a longo prazo, com foco na aprendizagem das crianças da rede. Contudo, trata-se de políticas de governo, pois a cada novo governo municipal observamos a incidência de parcerias com novos atores privados que ofereceram novos programas/projetos que priorizam as demandas mercadológicas e são logo substituídos a cada nova gestão. Não existe avaliação dos programas/projetos em andamento no sentido de ampliar e aperfeiçoar. Não existe avaliação sobre o parceiro privado, seu tempo de atuação, estrutura física e econômica para se manter a longo prazo, etc. De forma, que ao encerrar a parceria com a prefeitura esses atores privados encerram suas atividades como o Clube da Nais e Projeto Pérola, citados no capítulo 5.

No nosso entendimento, deixar de lado o processo de avaliação dos programas/projetos existentes e optar sempre por novos programas/projetos exige tempo de estudo para a implantação, a aplicação e desenvolvimento, assim como mais investimento dos cofres públicos. Investimentos que poderiam ser aplicados nas demandas já existentes dos setores públicos, se a prioridade fosse a aprendizagem. Compartilhamos o ponto de vista de Arelaro (2009) e Adrião (2017) que apontam em seus estudos que o Estado deveria consolidar a educação como direito humano, utilizando projetos educativos próprios que atendem perfis de cidadão e perspectivas de sociedade pensando na superação das desigualdades e dos processos de exclusão do acesso a bens socialmente construídos.

Neste capítulo, relembrou-se a pergunta e a metodologia da pesquisa, com os resultados e discussões acerca da incidência de parcerias público-privadas na rede

municipal de Sorocaba de 2010 a 2020. Os resultados apontaram que existe falta de planejamento, investimento que afetam a continuidade dos programas/projetos lançados a cada governo. No lugar de políticas de Estado, entram políticas de governo. No nosso entendimento, essa ação prioriza as demandas mercadológicas e não a aprendizagem dos alunos da rede municipal de Sorocaba/SP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa “Políticas de Estado versus Políticas de governo: uma análise das parcerias público-privadas entre os anos 2010 a 2020 na Rede Municipal de Ensino em Sorocaba/SP” teve como objetivo geral conhecer as parcerias entre a rede municipal de Sorocaba/SP e os atores privados para a Dimensão Política Educacional de gestão, oferta e currículo para a educação básica (com foco na educação infantil e ensino fundamental anos iniciais). Teve como objetivos específicos: Conhecer o Estado e a relação público-privada e seus desdobramentos quanto à educação pública; Compreender a educação como direito na história do Brasil; Fazer o levantamento do estado do conhecimento sobre pesquisas que tratem da privatização na e da escola pública; Fazer o levantamento do estado do conhecimento sobre pesquisas que tratem da privatização na e da escola pública em Sorocaba/SP e Pesquisar se houve incidência ou não de parcerias com os atores privados na rede de ensino na última década na rede municipal de Sorocaba/SP. O objetivo geral foi tema de toda a pesquisa, os objetivos específicos foram trabalhados ao longo de cada capítulo.

No Capítulo 1 “O estado e a relação público-privada: uma reflexão”, destacou-se os comparativos dos governos Cardoso e Lula que tratavam da educação, mas não realizaram ações e investimentos necessários para atender toda a população, de acordo com Aguiar (2011) e Antunes (2004). Durham (2010) apontou que a educação e seus insucessos não são de responsabilidade exclusiva do governo federal. Arelaro (2009) relembra que nos programas de avaliação escolar e de documentos curriculares, o professor não se tornou o sujeito dessas políticas públicas; ao contrário, foi visto como “problema”. Em um contexto em que o Estado diz ter dificuldades com os recursos para a educação, transfere a administração do ensino fundamental para os municípios. Nesse cenário, os atores privados oferecem seus recursos em forma de projetos educacionais prontos, sem considerar as especificidades locais. Adrião (2014) compara essas escolas administradas por atores privados com as *charters schools* dos Estados Unidos. Sabe-se que a educação é um direito constituído, mas mesmo garantido em termos legais, o Estado tem dificuldades no seu cumprimento. Esse será o tema que se abordou no

próximo capítulo.

No Capítulo 2 “A educação como direito na história do Brasil”, estudou-se com Ribeiro (1993) e Xavier (1992) as principais mudanças na área educacional do país desde o período colonial até o final do regime militar, com a discussão de que as reformas não proporcionaram grandes avanços. Observou-se nas Legislações que os avanços e retrocessos se demonstram nas leis e acordos firmados, de acordo com o Quadro 4 – Leis: avanços e retrocessos na Educação. O Brasil passou por mudanças históricas, econômicas e políticas, mas carrega dificuldades antigas na educação. Cury (2008;2010) e Duarte (2004;2007) alertam que a participação política é uma via para garantir os direitos dos trabalhadores, a educação prepara para essa participação. Novamente se destaca o papel das políticas públicas, sua preocupação com o acesso à educação e como resultado: os direitos de exercer de forma plena a cidadania. Barroso (2005) e Krawczyck (2005) afirmam que a escola e sua crise orçamentária são atração para atores privados. O direito à educação passa a atender a visão de mercado.

No Capítulo 3 “A educação pública e a privatização”, apresentou-se o Estado do Conhecimento sobre as pesquisas que se preocupavam com a privatização na e da escola pública. Inicialmente foram encontrados 20 resultados que se assemelhavam a pesquisa “As parcerias da rede municipal de Sorocaba/SP com os atores privados no recorte dos anos 2010 a 2020”. Com a análise crítica dos resumos e a leitura do corpo das dissertações e teses, constatamos que 8 pesquisas, embora pertinentes, não tinham semelhança com a pesquisa apresentada. O resultado final foram 12 pesquisas, seus resultados apontaram para a preocupação ao atendimento da educação à lógica capitalista com seu viés mercadológico. Nessas pesquisas, a falta de vagas na rede pública, as dificuldades de investimento na educação, as promessas de qualidade no ensino são justificativas para o estabelecimento dessas parcerias que atendem aos interesses do empresariado na educação.

No Capítulo 4 “A rede municipal de Sorocaba/SP e as parcerias com os atores privados”, apresentou-se à pesquisa bibliográfica dos estudos que se preocupavam com a privatização da escola pública em Sorocaba. No banco da “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações” não se encontrou pesquisas semelhantes. Repetimos a busca no banco de dados duas universidades do município que oferecem Mestrado e Doutorado em educação: Universidade de Sorocaba (UNISO)

e Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. No site de pós-graduação da Universidade de Sorocaba (UNISO) chegou-se a 1 resultado: a pesquisa de Melati (2021) se assemelha a pesquisa proposta, seus resultados identificaram formas de privatização da educação municipal de Sorocaba com a “Gestão Compartilhada da Educação Infantil” e o “Sistema de Ensino SESI”.

Passamos a analisar o município de Sorocaba/SP, os aspectos da população, trabalho, rendimento e educação. Compreendeu-se que as parcerias com atores privados já existiam no contexto da rede estadual de ensino e que Sorocaba poderia se apoiar critérios e atitudes assumidas pela rede estadual. Nesse sentido, partimos para a apresentação da metodologia, optamos pela Pesquisa Bibliográfica - com autores que estudam a educação como direito social e a privatização da escola pública; o levantamento do Estado do Conhecimento – para conhecer as pesquisas que tratam da privatização na e da escola pública, inclusive na rede municipal de Sorocaba/SP e a Análise Documental - com as publicações oficiais sobre as parcerias da rede municipal de Sorocaba/SP com os atores privados. Adotamos a Abordagem Empírico Analítica buscando estabelecer um diálogo entre os autores e as fontes primárias como dados empíricos.

No Capítulo 5 “As gestões Vitor Lippi e Antonio Carlos Pannunzio: o avanço das parcerias público-privadas” vimos que a pesquisa resultou 22 programas/projetos no governo Lippi (2010 a 2012) e 12 programas/projetos no governo Pannunzio (2013 a 2016).

No Capítulo 6 “Gestão José Caldini Crespo e Jaqueline Lilian Barcelos Coutinho: a tumultuada consolidação das parcerias público/privadas” vimos que a pesquisa resultou 12 programas/projetos no governo Crespo e Coutinho (2017 a 2020).

No Capítulo 7 “Políticas de Estado versus Políticas de governo: reflexões sobre as parcerias com os atores privados em Sorocaba/SP” apontamos que o governo Lippi teve maior incidência de parcerias com atores privados.

Conclui-se que os programas/projetos não são elaborados a longo prazo, pode-se inferir sobre os arranjos sócio-políticos que a população não é consultada na elaboração de programas/projetos dos governos. Destaca-se o papel dos Conselhos Municipais que são importantes atores na comunicação entre os agentes públicos e a sociedade. Outro fator importante é a inexistência da avaliação dos programas/projetos em desenvolvimento, no sentido de ampliar e aperfeiçoar. O

demonstra que os governos municipais não atuam na elaboração de políticas de Estado, mas elaboram políticas de governo. Quanto aos arranjos econômicos, nota-se que não há preocupação dos governos municipais analisados em abrir licitações para os novos programas/projetos elaborados, quando lançam na mídia local os arranjos já estão prontos.

Os resultados apontaram que existe falta de planejamento, investimento que afetam a continuidade dos programas/projetos lançados a cada governo. Entendemos que a educação na rede municipal de Sorocaba/SP não é tema das políticas de Estado, contudo, trata-se de políticas de governo. Pois a cada novo governo municipal observamos a incidência de parcerias com novos atores privados que ofereceram novos programas/projetos que priorizam as demandas mercadológicas e são logo substituídos a cada nova gestão. Não existe avaliação dos programas/projetos em andamento no sentido de ampliar e aperfeiçoar. Não existe avaliação sobre o parceiro privado, seu tempo de atuação, estrutura física e econômica para se manter a longo prazo, etc. De forma, que ao encerrar a parceria com a prefeitura esses atores privados encerram suas atividades como o Clube da Nais e Projeto Pérola, citados no capítulo 5. Também não se respeita o Conselho Municipal de Educação e seu papel no município, como órgão deliberativo que deve ser consultado antes das tomadas de decisões.

No nosso entendimento, essa ação prioriza as demandas mercadológicas e não a aprendizagem dos alunos da rede municipal de Sorocaba/SP. Compartilhamos o ponto de vista de Arelaro (2009) e Adrião (2017) que apontam em seus estudos que o Estado deveria consolidar a educação como direito humano, utilizando projetos educativos próprios que atendem perfis de cidadão e perspectivas de sociedade pensando na superação das desigualdades e dos processos de exclusão do acesso a bens socialmente construídos. Considera-se esta pesquisa importante para contribuir com os estudos sobre a privatização da escola pública. Destaca-se que há vários estudos sobre a privatização da escola pública, mas há poucos que analisam a rede municipal de Sorocaba. Este estudo não esgota o tema, ao contrário, incentiva novos caminhos de pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa. A privatização dos processos pedagógicos: Grupos editoriais e os negócios na educação básica. In: **O negócio da Educação**. São Paulo/SP: Olho D'água e Fapesp, p. 129–144, 2017.
- ADRIÃO, Theresa. Atores privados na educação pública paulista: relação duradoura e melhorias pouco evidentes. In: **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)**. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2021. p. 357–394.
- ADRIÃO, Theresa. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. **Educação e Filosofia**, v. 28, n. Especial, p. 263–282, 2014.
- ADRIÃO, Theresa et al. Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise das parcerias público-privado no Estado de São Paulo. **FAPESP**, p. 294, 2009.
- ADRIÃO, Theresa (coord.) **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015) 2018/Cnpq-Fapesp**. Disponível em: https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao. Acesso em: 25 jun. 2022.
- ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cássia A. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 668–684, 2020.
- AGUIAR, Gustavo R. F. de. **A educação nos governos Lula e FHC: transformação ou continuísmo?** 16 p. Projeto de Pesquisa (Mestrado em Educação). Campinas. Universidade Estadual de Campinas, 2011. Disponível em: <https://silو.tips/download/texto-completo-a-educacao-nos-governos-lula-e-fhc-transformacao-ou-continuismo>. Acesso em: 31 de maio de 2020.
- ALVES, Elizabeth. Prefeito Crespo participa de lançamento de oficina de robótica em escola municipal. **Agência Sorocaba de Notícias**, 20 de março de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/prefeito-crespo-participa-de-lancamento-de-oficina-de-robotica-em/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.
- ALMENARA, Gilsemara V. R. **O conselho municipal de educação de Sorocaba/SP: a gestão democrática e a busca pela qualidade socialmente referenciada**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos - *campus* Sorocaba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10552/GILSEMARA%20-%20DISSERTA%3%87%3%83O%20-CORRE%3%87%3%83O%20FINAL%20P%3%93S->

DEFESA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

ANDRADE, Marcelo. Governo Creso chega à metade do mandato com cerca de 150 obras, ações e projetos realizados. **Agência Sorocaba de Notícias**, 21 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/governo-creso-chega-a-metade-do-mandato/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

ANDRADE, Marcelo. Mais Oficinas do Saber serão readaptadas para se tornar Centro de Educação Infantil. **Agência Sorocaba de Notícias**, 10 de abril de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/mais-oficinas-do-saber-serao-readaptadas-para-se-tornar-centro-de/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO. **Deputado Pannunzio (2016)**. Disponível em: <http://www.deputadopannunzio.com.br/>. Acesso em: 01 de julho de 2021.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ARAÚJO, Carlos. Seis mil estudantes terão aula de empreendedorismo no 2º semestre. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba Notícias, 15 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/seis-mil-estudantes-terao-aula-de-empreendedorismo-no-2o-semester/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

ARELARO, Lisete. Reforma do Estado, Municipalização e Entrada do Privado na Educação – as parcerias. In: ADRIÃO, Theresa et al. Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise das parcerias público-privado no Estado de São Paulo. **FAPESP**, p. 294, 2009.

ARRUDA, Maria A. do N. Eunice Ribeiro Durham. Uma nota de respeito, reconhecimento e afeto. **Jornal da USP**, 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/eunice-ribeiro-durhan-uma-nota-de-respeito-reconhecimento-e-afeto/>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 57.571, de 2 de dezembro de 2011**. Institui, junto à Secretaria da Educação, o Programa Educação - Compromisso de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57571-02.12.2011.html>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Prefeitura de Sorocaba devolve livros e gasta em apostilas. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, Atividade Parlamentar, Assessoria do Deputado Carlos Giannazi, 03 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=394965>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONALIZANTE PROJETO PÉROLA. **Projeto Pérola (2000)**. Disponível em: <https://www.facebook.com/projetoperola>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Cidades**

Educadoras: Quem somos? (1994). Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/quem-somos/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

AZEVEDO, Janete. M. L. de. **A Educação como Política Pública.** Autores Associados, p. 78, 2004.

BALDAN, Merilin. **Notas sobre o debate entre a modernidade e a tradição nas ideias pedagógicas nas décadas de 1920 e 1930: o esboço de um conflito.** 169 p. Tese (Doutorado em Educação). São Carlos. Universidade Federal de São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2373>. Acesso em: 13 de dezembro de 2022.

BAND CAMPINAS. Crespo fala sobre a parceria da Prefeitura com a iniciativa privada. **Band Campinas**, 16 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/videos/videos.htm?id=crespo-fala-sobre-a-parceria-da-prefeitura-com-a-iniciativa-privada-04024C1A336AE4A16326>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

BARBOSA, Neide. Prefeito Crespo abre 4º Festival de Robótica do Parque Tecnológico de Sorocaba. **Agência Sorocaba de Notícias**, 25 de agosto de 2018. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/prefeito-crespo-abre-4o-festival-de-robotica-do-parque/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

BARROSO, João. O Estado, a Educação e a regulação das Políticas Públicas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 725–751, 2005.

BERNARDI, Iara. **Aprovado projeto de Iara Bernardi que revoga intervenção de Crespo no Conselho Municipal de Educação (2019).** Disponível em: <https://www.iarabernardi.com.br/imprensa/aprovado-projeto-de-ilara-bernardi-que-revoga-intervencao-de-crespo-no-conselho/20190801-122812-b626>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

BERNARDI, Iara. **Iara Bernardi denuncia Crespo de André Gomes por gasto de R\$ 9,6 milhões em material escolar duplicado.** Disponível em: <https://www.iarabernardi.com.br/imprensa/iara-bernardi-denuncia-crespo-e-andre-gomes-por-gasto-de-r-96-milhoes-em/20190725-181221-h800>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

BERNARDI, Iara. Iara Bernardi: Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, um erro apoiado por Sorocaba. **Partido dos Trabalhadores**, Artigos, 12 de outubro de 2019. Disponível em: <https://pt.org.br/iara-bernardi-programa-nacional-das-escolas-civico-militares-um-erro-apoiado-por-sorocaba/>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.** Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 1 de janeiro de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 591, de 6 de Julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-591-6-julho-1992-449000-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 de janeiro de 2022.

BRASIL. **Decreto Federal nº 3.100, de 30 de junho de 1999**. Regulamenta a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3100.htm. Acesso em: 25 de julho de 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm. Acesso em: 18 de outubro de 2022.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1998/emendaconstitucional-19-4-junho-1998-372816-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 fev.2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2010**. p. 1–42, 2011. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/censo/2010/divulgacao_censo2010_201210.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020**. p. 74, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2021.

BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)**. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funcionamento.htm>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes de Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 21 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei 5.692/71 referentes à profissionalização do ensino do 2º grau. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7044.htm. Acesso em: 22 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 de junho de 2022.

2022.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Disponível em: <http://mec.gov.br>. Acesso em: 17 de junho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 25 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 25 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm. Acesso em: 20 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.** Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui a disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 25 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do estado (1995).** Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dados Estatísticos PNLD 2010.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores>. Acesso em: 23 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dados Estatísticos PNLD 2020.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 23 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais - convívio**

social e ética. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2010 - Valores de aquisição por título e por editora.** Disponível em:

<https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores>. Acesso em: 23 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020 - Valores de aquisição por título e por editora.** Disponível em:

<https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 23 de novembro de 2022.

BRASIL. **Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (1995).** Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>. Acesso em: 14 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.** Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

BUFALO, Katia S. **Políticas Públicas para a Leitura: a Mercantilização da Educação.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: <https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/dissertacoes/category/7-2018?download=30:bufalo-katia-silva>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL SOROCABA. **Audiência Pública: PNLD ou Sistema Apostilado de Ensino na Rede Municipal de Sorocaba? (2018) parte 1.**

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u_dg5xouwtU. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL SOROCABA. **Audiência Pública: PNLD ou Sistema Apostilado de Ensino na Rede Municipal de Sorocaba? (2018) parte 2.**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LxOqR-6EBW8>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL SOROCABA. **Gestão Compartilhada na Educação Municipal.** Audiência Pública que tinha como objetivo debater a Gestão

Compartilhada na educação municipal, por iniciativa da vereadora Iara Bernardi (PT), acabou sendo cancelada devido ao não comparecimento do secretário da educação, André Gomes, na noite de 23 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/fotos.html?setId=72157674842051928>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CAMPELO, João I. **Dinheiro Direto na Escola, Gestão Democrática e Público Não-Estatal: uma Avaliação do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de Fortaleza.** 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, 2011. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2371/1/2011_Dis_JInacioCAMPELO.pdf. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

CARNEIRO, Verônica L. **Política de Avaliação e Trabalho Docente no Ensino Médio**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3861>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. "Amigos do Zippy" apoia escolas a serem facilitadoras do desenvolvimento emocional das crianças. **Centro de Referências em Educação Integral**, Escola, Currículo Integrado, 23 de setembro de 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/experiencias/amigos-zippy-apoia-escolas-a-serem-facilitadoras-do-desenvolvimento-emocional-das-criancas/>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Oficina do Saber: Cidade Saudável, Cidade Educadora transformou escolas de Sorocaba. **Centro de Referências em Educação Integral**, Gestão Pública, Educação no Território, 23 de agosto de 2013. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/experiencias/oficina-do-saber-cidade-saudavel-cidade-educadora/>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

CHICONE, Sílvia H. **A participação das instituições não governamentais na gestão da escola pública: uma análise do Programa "Nave-Mãe" no município de Campinas-SP**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17082016-161044/publico/SILVIA_HELENA_CHICONE_CORRIGIDA.pdf. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

CMESO. **Apresentação (1995)**. Disponível em: <http://www.cmeso.org/apresentacao/>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

CMESO. **Comunicado CMESO nº 02/2018, de 02 de julho de 2018**. Assunto: Publicação de atos do CMESO, Gestão Compartilhada e Edital de chamamento público SEDU 01/2018. Disponível em: <http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/07/Comunicado-CMESO-02-2018-02-07-2018.pdf>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

CMESO. **Comunicado CMESO nº 03/2021, de 19 de fevereiro de 2021**. Assunto: Manifestação sobre a adesão do município de Sorocaba ao Programa nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2020/06/Comunicado_CMESO_03_2021.pdf. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

CMESO. **Comunicado CMESO nº 05/2018, de 29 de outubro de 2018**. Assunto: Nota de esclarecimento. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/10/Comunicado-CMESO-05_2018.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CMESO. **Comunicado CMESO nº 06/2018, de 31 de outubro de 2018**. Assunto:

Consulta CMESO 01/2018. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/11/Comunciado-CMESO-06_2018.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CMESO. **Consulta Pública CMESO nº 01/2018 "Material Didático utilizado pela Escola" Relatório (2018)**. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/12/Relatorio_Consulta_CMESO_01_18.pdf. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

CMESO. **Debates sobre Educação/Audiência Pública: Gestão Compartilhada (2018)**. Disponível em: <http://www.cmeso.org/debates-sobre-educacao/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CMESO. **Deliberação CMESO nº 01/2018, de 18 de abril de 2018**. Fixa diretrizes para apreciação pelo Conselho Municipal de Educação de Sorocaba das propostas apresentadas pela Prefeitura Municipal em matérias direta ou indiretamente vinculadas à Educação no Município de Sorocaba por ocasião da submissão de Planos Plurianuais (PPAs) e Leis Orçamentárias Anuais (LOAs). Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/05/Deliberacao-CMESO-01_2018.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CMESO. **Deliberação CMESO nº 02/2018, de 09 de maio de 2018**. Fixa normas para apreciação pelo Conselho Municipal de Educação de Sorocaba de projetos, programas, convênios, parcerias, cessões, concessões, cooperações, terceirizações, quarteirizações, parcerizações, edificações, ações ou correlatos da Prefeitura de Sorocaba em matérias direta ou indiretamente vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino no Município de Sorocaba, bem como de suas alterações e/ou encerramento. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/05/Deliberacao-CMESO-02_2018.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CMESO. **Deliberação CMESO nº 04/2018, de 28 de novembro de 2018**. Aprova o Parecer CMESO Nº 03/2018, que rejeita o Projeto “Planejamento 2018 para a Gestão Compartilhada na Educação Infantil do Município de Sorocaba”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/11/Deliberacao-CMESO-04_2018.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CMESO. **Deliberação CMESO nº 06/2018, de 19 de dezembro de 2018**. Aprova o Parecer CMESO/CE nº 01/2018, que rejeita a “Proposta de Adesão ao Sistema de Ensino direcionado à Educação Básica Municipal de Sorocaba”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2019/02/Deliberacao-CMESO-06_2018.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CMESO. **Deliberação CMESO nº 08/2020, de 13 de outubro de 2020**. Estabelece a desadesão ao Programa Nacional da Escola Cívico-Militar em escolas da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2020/06/Deliberacao_CMESO_08-2020.pdf. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

CMESO. Encontro VI Tema: “PNLD ou Sistema Apostilado de Ensino na Rede Municipal de Sorocaba?” (2018) parte 1. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=u_dg5xouwtU&feature=youtu.be. Acesso em: 15 de junho de 2021.

CMESO. Encontro VI Tema: “PNLD ou Sistema Apostilado de Ensino na Rede Municipal de Sorocaba?” (2018) parte 2. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=LxOqR-6EBW8>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

CMESO. Escola sem partido: o quê, por quê e a serviço de quem? Manifestação do CMESO referente ao Projeto de lei nº 222/2017 ("Escola Sem Partido") em tramitação na Câmara Municipal de Sorocaba. Disponível em:

<http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2017/10/Manifestac%CC%A7a%CC%83o-01-2017.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CMESO. Ofício CMESO nº 86, de 12 de setembro de 2018. Assunto: Deliberação sobre a manutenção da adesão do município ao PNLD e necessidade de submissão de projeto para avaliação da possibilidade de adoção de sistema apostilado.

Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/09/Ofi%CC%81cio-CMESO-86_2018-Escaneado.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CMESO. Ofício CMESO nº 87, de 19 de setembro de 2018. Assunto: Solicitação de documentos referentes a intenção de adoção de Sistema Apostilado de Ensino pela Sedu. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/09/Ofi%CC%81cio-CMESO-87_2018-Escaneado.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CMESO. Parecer CMESO nº 03/2018, aprovado em 28/11/2018. Assunto: Projeto “Planejamento 2018 para a Gestão Compartilhada na Educação Infantil do Município de Sorocaba” - Ofício SEDU/GS nº 2.198/2018. Disponível em:

http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/11/Deliberacao-CMESO-04_2018.pdf. Acesso em: 03 de julho de 2022.

CMESO. Parecer CMESO/CEI nº 03/2018, aprovado em 01/06/2018. Assunto: Solicitação de Reexame do Parecer CMESO/CEI nº 01/2017, que trata do atendimento de creche em prédio de dois pavimentos. Disponível em:

<http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/07/Parecer-CMESO-CEI-03-2018.pdf>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

CMESO. Parecer CME Nº 04/2010, aprovado em 23 /11/2010. Interessado: Conselho Municipal de Educação Assunto: Programa Escola em Tempo Integral - Oficina do Saber. Disponível em: <http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2017/06/parecer-cme-n-04-2010-aprovado-em-23-11-2010.pdf>.

Acesso em 10 de julho de 2022.

COUTINHO, Jaqueline. Jaqueline Coutinho: Conheça minha história (2017).

Disponível em: <https://jaquelinecouthino.com.br/sobre-mim/>. Acesso em: 05 de

janeiro de 2022.

CRESPO, José. A importância da gestão compartilhada e o conselho deliberativo, mas não cogente. **Jornal Cruzeiro**, Opinião, Artigos, 02 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/opiniaio/artigos/a-importancia-da-gestao-compartilhada-e-o-conselho-deliberativo-mas-nao-cogente/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CRESPO, José. Com nível "A" em capacidade de pagamento, Sorocaba investe em infraestrutura e qualidade de vida. **Jornal Cruzeiro**, Opinião, Artigos, 10 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/opiniaio/artigos/com-nivel-a-em-capacidade-de-pagamento-sorocaba-investe-em-infraestrutura-e-qualidade-de-vida/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CRESPO, José. Metade das escolas entregues pelo nosso governo está na Zona Norte. **Agência Sorocaba de Notícias**, 15 de março de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/artigo-metade-das-escolas-entregues-pelo/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

CRISTALDO, Heloísa. Censo Escolar 2020 aponta redução de matrículas no ensino básico. **Agência Brasil**, Brasília, 29 janeiro 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/censo-escolar-2020-aponta-reducao-de-matriculas-no-ensino-basico>>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

CRUZ, Adriana. Nota da Reitoria sobre o falecimento da ex-diretora da Faculdade de Educação, Lisete Arelaro. **Jornal da USP**, 13 de março de 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/nota-da-reitoria-sobre-o-falecimento-da-ex-diretora-da-faculdade-de-educacao-lisete-arelaro/>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

CURY, Carlos. R. J. A questão federativa e a educação escolar. In: **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 149–168.

CURY, Carlos. R. J. Sistema Nacional de Educação: Desafio para uma Educação Igualitária e Federativa. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 1187–1209, 2008.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2011.

D'ERCOLE, Ronaldo. Abril Educação é vendida a fundo de investimentos por R\$1,3 bilhão. **O Globo**, São Paulo, 09 fevereiro 2015. Caderno Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/abril-educacao-vendida-fundo-de-investimentos-por-13-bilhao-15288026#ixzz3TukwjeKA>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

DEPIERI, Adriana A. de L. **Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05122019-155938/publico/ADRIANA_ALVARES_DE_LIMA_DEPIERI_rev.pdf. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

DELGADO, Fernanda M. **A Educação Municipal e a Relação Público X Privado: um Estudo de Caso em Fernão/SP**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Marília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96312/delgado_fm_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

DIAS, Carlos; Yabiku, Ana P.; GERALDO JR. Após impeachment de Crespo, Jaqueline Coutinho toma posse como prefeita de Sorocaba. **G1 Sorocaba e Jundiá**, 02 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2019/08/02/jaqueline-coutinho-toma-posse-como-prefeita-de-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

DUARTE, Clarice S. A Educação como um Direito Fundamental de Natureza Social. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 691–713, 2007.

DUARTE, Clarice. S. Direito Público Subjetivo e Políticas Educacionais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 113–118, 2004.

DURHAM, Eunice. R. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos estudos CEBRAP**, p. 153–179, 2010.

ESTADÃO. Vitor Lippi (PSDB) se reelege prefeito de Sorocaba. **Estadão**, Eleições, 05 de outubro de 2008. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/vitor-lippi-psdb-se-reelege-prefeito-de-sorocaba/>. Acesso em: 05 de junho de 2021.

FERNANDES, Carol. Prefeito assina concessão de prédio do Sabe Tudo para Associação Beneficente Antônio José Guarda. **Agência Sorocaba de Notícias**, 31 de maio de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/prefeito-assina-concessao-de-predio-do-sabe-tudo-para-associacao/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

FERNANDES, Carol. Três prédios da Oficina do Saber passam a funcionar como creches. **Agência Sorocaba de Notícias**, 06 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/tres-predios-da-oficina-do-saber-passam-a-funcionar-como-creches/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

FERNANDES, Priscila. Programa Roteiro Educador tem as placas deterioradas em Sorocaba. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba e região, 08 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/809478/programa-roteiro-educador-tem-as-placas-deterioradas-em-sorocaba>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

FIGUEIREDO, Vinícius. Evento e homenagens comemoram os 10 anos da Escola de Gestão Pública. **Agência Sorocaba de Notícias**, 08 de novembro de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/evento-e-homenagens-comemoram-os-10-anos-da-escola-de-gestao-publica/>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

FRANCO, Tânia. A educação infantil e o espaço relacional são tema de palestra. **Agência Sorocaba de Notícias**, 17 de novembro de 2016. Disponível em:

<https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/a-educacao-infantil-e-o-espaco-relacional-sao-tema-de-palestra/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

FREITAS, Tarcísio. **Diretrizes: Programa de governo (2022)**. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/SP/546/candidatos/909026/5_1660082556447.pdf. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS. Prefeitura de Sorocaba divulga o programa Escola Viva. **Frente Nacional de Prefeitos**, 20 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://fnp.org.br/noticias/item/814-prefeitura-de-sorocaba-divulga-o-programa-escola-viva>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

G1 SOROCABA E JUNDIAÍ. Antonio Carlos Pannunzio é eleito prefeito de Sorocaba, SP. **G1 Sorocaba e Jundiaí**, Eleições 2012, 28 de outubro de 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/eleicoes/2012/noticia/2012/10/antonio-carlos-pannunzio-e-eleito-prefeito-de-sorocaba-sp.html>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

G1 SOROCABA E JUNDIAÍ. Crespo assina contrato para implantar sistema didático do Sesi na rede municipal de ensino. **G1 Sorocaba e Jundiaí**, 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2018/12/20/crespo-assina-contrato-para-implantar-sistema-didatico-do-sesi-na-rede-municipal-de-ensino.ghtml>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

G1 SOROCABA E JUNDIAÍ. Crespo volta a ser prefeito de Sorocaba após Justiça suspender decreto da Câmara. **G1 Sorocaba e Jundiaí**, 05 de outubro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/justica-anula-sessao-da-camara-e-crespo-volta-a-ser-prefeito-de-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

G1 SOROCABA E JUNDIAÍ. Por falta de planejamento, TCE mantém irregular contratação do Sistema Sesi para a rede municipal de Educação de Sorocaba. **G1 Sorocaba e Jundiaí**, 29 de maio de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2022/05/29/por-falta-de-planejamento-tce-mantem-irregular-contratacao-do-sistema-sesi-para-a-rede-municipal-de-educacao-de-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

GERALDO JR; CORRÊA, Mayara. Após cassação de Crespo, Jaqueline Coutinho é a 1ª mulher a assumir a Prefeitura de Sorocaba. **G1 Sorocaba e Jundiaí**, 24 de agosto de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/apos-cassacao-de-crespo-jaqueline-coutinho-e-a-1-mulher-a-assumir-a-prefeitura-de-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

GUIMARÃES, Fernando. Lippi faz balanço de oito anos. **Jornal Cruzeiro**, 31 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/444060/lippi-faz-balanco-de-oito-anos>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

GROPPO, Luís A.; MARTINS, Marcos F. **Introdução à Pesquisa em Educação**. Piracicaba, São Paulo: Biscalchin Editor, 2007.

INSTITUCIONAL. Luta em defesa da educação pública de qualidade é marca da trajetória de Lisete Arelaro. **Jornal da USP**, 21 de junho de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/luta-em-defesa-da-educacao-publica-de-qualidade-e-marca-da-trajetoria-de-lisete-arelaro/>. Acesso em: 01 de março de 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Superação Jovem (2003)**. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/o-que-fazemos/componentes-educacionais/superacao-jovem/>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades Sorocaba/SP Panorama (2021)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sorocaba/panorama>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. **Jovens do Futuro (2007)**. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades (2011)**. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/rel_atividades_IU_2011.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

JORNAL CRUZEIRO. 32 propostas do plano de governo de Pannunzio ainda não saíram do papel. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba e região, 25 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/527768/32-propostas-do-plano-de-governo-de-pannunzio-ainda-nao-sairam-do-papel>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

JORNAL CRUZEIRO. Crespo é condenado no caso da contratação de comissionados. **Jornal Cruzeiro FM 92,3**, 30 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.cruzeirofm.com.br/2021/07/30/noticias/jornalismo/crespo-e-condenado-no-caso-da-contratacao-de-comissionados/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

JORNAL CRUZEIRO. Escolas municipais terão lousas digitais e plataforma do Google. **Jornal Cruzeiro**, Tecnologia, 25 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/noticias/2021/11/683906-escolas-municipais-serao-equipadas-com-lousas-digitais.html>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

JORNAL CRUZEIRO. Justiça derruba liminar que impedia gestão compartilhada na educação. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba Notícias, 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/justica-derruba-liminar-que-impedia-gestao-compartilhada-na-educacao/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

JORNAL CRUZEIRO. Prefeitura publica edital para gestão compartilhada na educação infantil. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba, 03 de outubro de 2018. Disponível

em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/prefeitura-publica-edital-para-gestao-compartilhada-na-educacao-infantil/>. Acesso em: 02 de outubro de 2022.

JORNAL CRUZEIRO. Sorocaba recebe prêmio "Prefeito Amigo da Criança". **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba e região, 27 de junho de 2012. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/398249/sorocaba-recebe-premio-prefeito-amigo-da-crianca>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

JORNAL IPANEMA. Câmara aprova decreto que "blinda" Conselho de Educação de Sorocaba. **Jornal Ipanema**, Política, 06 de agosto de 2019. Disponível em: <https://jornalipanema.com.br/noticia/camara-aprova-decreto-que-blinda-conselho-de-educacao-apos-remocao-promovida-por-crespo>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

JORNAL IPANEMA. Gaeco dispara: "Crespo comandava quadrilha dentro da prefeitura"; assista o vídeo. **Jornal Ipanema**, Sorocaba, Política, 10 de março de 2020. Disponível em: <https://jornalipanema.com.br/?url=noticia/gaeco-dispara-crespo-comandava-quadrilha-dentro-da-prefeitura>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

JORNAL IPANEMA. Jaqueline e coronel coordenador de escolas cívico-militares discutem implantação em Sorocaba. **Jornal Ipanema**, Sorocaba, Política, 21 de julho de 2020. Disponível em: <https://jornalipanema.com.br/noticia/jaqueline-e-coronel-coordenador-de-escolas-civico-militares-discutem-implantaco-em-sorocaba>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

JORNAL IPANEMA. Justiça determina suspensão de compra de apostilas desejada pela prefeitura. **Jornal Ipanema**, Destaque, 07 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://jornalipanema.com.br/?url=noticia/justica-determina-suspensao-de-compra-de-apostilas-particulares-pela-prefeitura-de-sorocaba>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

JORNAL IPANEMA. "O tio Crespo e o tio André vão tomar a lição depois", ironiza lara sobre apostilas. **Jornal Ipanema**, Política, 04 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://jornalipanema.com.br/noticia/o-tio-crespo-e-o-tio-andre-vao-tomar-a-licao-depois-ironiza-vereadora-a-educadores-sobre-apostilamento-do-sesi>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2022.

JORNAL ZONA NORTE. Estudantes da rede municipal apresentam projeto de Ética, Solidariedade e Cidadania. **Jornal Zona Norte**, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://jornalznorte.com.br/educacao/estudantes-da-rede-municipal-apresentam-projeto-de-etica-solidariedade-e-cidadania>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

JORNAL ZONA NORTE. Prefeita diz que cumprirá plano de governo elaborado por Crespo. **Jornal Zona Norte**, 27 de agosto de 2017. Disponível em: <https://jornalznorte.com.br/politica/prefeita-diz-que-cumprira-plano-de-governo-elaborado-com-crespo>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

JORNAL ZONA NORTE. Prefeitura de Sorocaba decide não renovar contrato das apostilas do Sesi para 2020. **Jornal Zona Norte**, 27 de setembro de 2019. Disponível em: <https://jornalznorte.com.br/educacao/prefeitura-de-sorocaba-decide->

nao-renovar-contrato-das-apostilas-do-sesi-para-2020. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

JORNAL ZONA NORTE. Projeto de Ética, Solidariedade e Cidadania tem aula inaugural na EM "Dr. Achilles de Almeida". **Jornal Zona Norte**, 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://jornalznorte.com.br/sorocaba/projeto-de-etica-solidariedade-e-cidadania-tem-aula-inaugural-na-em-dr-achilles-de-almeida>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

JORNAL ZONA NORTE. Roteiro Educador volta a receber alunos da rede municipal. **Jornal Zona Norte**, 07 de agosto de 2013. Disponível em: <https://jornalznorte.com.br/educacao/roteiro-educador-volta-a-receber-alunos-da-rede-municipal>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

JORNAL ZONA NORTE. Sorocaba assina convênio para implantação do Sistema Sesi; Parceria deve beneficiar mais de 56 mil alunos. **Jornal Zona Norte**, 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://jornalznorte.com.br/educacao/sorocaba-assina-convenio-para-implantacao-do-sistema-sesi-parceria-deve-beneficiar-mais-de-56-mil-alunos>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

KOHL, Kethlen. O Prelúdio da Escrita de uma Dissertação. **Palíndromo**, v. 08, n. 15, p. 089–096, 2016.

KRAWCZYK, Nora R. Políticas de Regulação e Mercantilização da Educação: Socialização para uma nova Cidadania? **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 799–819, 2005.

LEVORATO, Ana C.; CORRÊA, Mayara. José Crespo tem mandato cassado pela Câmara Municipal de Sorocaba. **G1 Sorocaba e Jundiá**, 24 de agosto de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/jose-crespo-tem-mandato-cassado-pela-camara-municipal-de-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

LIPPI, Vitor. **O prefeito que transformou Sorocaba em uma das melhores cidades do país (2014)**. Disponível em: <https://vitorlippicom.br/prefeito-sorocaba/>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

LIPPI, Vitor. **Vitor Lippi Sobre (2014)**. Disponível em: <https://vitorlippicom.br/prefeito/>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

LUTHER, Alessandra. **Discursos para a Educação Básica e Superior do Campo: Adestramento ou Desenvolvimento Rural?** 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/201133>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

MARCONI, Eva M.; LAKATOS, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MANGA, Rodrigo. **Rodrigo Manga história (2012)**. Disponível em: <https://rodrigomanga.com.br/rodrigo-manga/>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

MARTINS, Ana C. Casa das Mães assume gestão compartilhada de CEI na Vila Barão. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba Notícias, 01 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/casa-das-maes-assume-gestao-compartilhada-de-cei-na-vl-barao/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

MARTINS, Ana C. "Fizemos o melhor" afirma Jaqueline. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba Notícias. 13 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/fizemos-o-melhor-afirma-jaqueline/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

MARTINS, Ana C. Prefeitura corta contratos das creches em 50%. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba Notícias, 14 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/prefeitura-corta-contratos-das-creches-em-50/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

MELATI, Edmara A. P. **O movimento da privatização da rede municipal de ensino de Sorocaba entre 2018-2020**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba, 2021. Disponível em: <https://uniso.br/mestrado-doutorado/educacao/teses/2021/edmara-aparecida-parra-melati.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

MELGAREJO, Mariano M. **A Agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação: Um Estudo do Acordo com a Rede Municipal de Educação de Florianópolis**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188268>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

MENDES, Carolina B. **Influências de instituições externas à escola pública: privatização do ensino a partir da Educação Ambiental?** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista de Bauru, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/132640/000848781.pdf?sequencia=1>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Recomendação (2018)**. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/11/Recomendacao_MP_2018.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

MIRANDA GONZÁLEZ, Juan D. **A gestão público-comunitária da educação como horizonte comum: a experiência comparada das ocupações das escolas de Santiago e São Paulo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1129086>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

MÜLLER JÚNIOR, Levy. **Projeto bens comuns: a práxis do bem comum e a cidadania ativa através do ensino de ciências ambientais e filosofia**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58503>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

NICOLODI, Elaine. **Políticas Públicas de reestruturação do Ensino Médio: as reformas implantadas pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás no período 2000-2010**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3203>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

NOGUEIRA, Leandro. Candidatos apresentam os planos de governo. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba e região, 05 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/727881/candidatos-apresentam-os-planos-de-governo>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

NOGUEIRA, Leandro. Prefeitura desativará todas as unidades do Sabe Tudo. **SMetal**, Sorocaba, 07 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.smetal.org.br/imprensa/prefeitura-desativara-todas-as-unidades-do-sabe-tudo/20151207-102333-u114>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

NÚCLEO DE PESQUISA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Nota de Falecimento - Prof^a. Dr^a. Eunice Ribeiro Durham. **USP**, 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/nota-de-falecimento-professora-eunice-ribeiro-durham/>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

O DEDA QUESTÃO. Aulas de Educação Moral voltam em nova roupagem a Sorocaba. **Jornal Ipanema**, Destaque, 03 de outubro de 2018. Disponível em: <https://jornalipanema.com.br/noticia/aulas-de-educacao-moral-voltam-em-nova-roupagem-a-sorocaba>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

O DEDA QUESTÃO. Fim definitivo do Sabe Tudo é uma derrota da sociedade sorocabana, diz colunista. **Jornal Ipanema**, Destaque, 31 de agosto de 2018. Disponível em: <https://jornalipanema.com.br/noticia/o-deda-questao-fim-definitivo-do-sabe-tudo-e-uma-derrota-da-sociedade-sorocabana>. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

O DEDA QUESTÃO. Prefeito manda privatizar a Oficina do Saber (que serão creches) e pede estudos para a privatização do Estádio municipal (Cic) e Arena multiuso. Além disso quer fundação para administrar o zoológico e ceder praças à iniciativa privada. **O Deda Questão**, Política, 27 de abril de 2017. Disponível em: <https://odedaquestao.com.br/prefeito-manda-privatizar-a-oficina-do-saber-que-serao-creches-e-pede-estudos-para-a-privatizacao-do-estadio-municipal-cic-e-arena-multiuso-alem-disso-quer-fundacao-para-administrar-o-zoologico-e/>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

O DEDA QUESTÃO. Prefeitura demite 180 dos 220 funcionários do Sabe Tudo e diminui oferta de serviços. **O Deda Questão**, Política, 22 de setembro de 2015. Disponível em: <https://odedaquestao.com.br/prefeitura-demite-180-dos-220->

funcionarios-do-sabe-tudo-e-diminui-oferta-de-servicos/. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

O DEDA QUESTÃO. Prefeitura faz ações da época da ditadura para resgatar valores éticos. **O Deda Questão**, Administração Pública, 03 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://odedaquestao.com.br/prefeitura-faz-acoes-da-epoca-da-ditadura-para-resgatar-valores-eticos/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

OLIVEIRA, Jaqueline dos S. **O atendimento público e privado concessionário na Educação Infantil: um olhar sobre as condições de oferta**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista de Rio Claro, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90094/oliveira_js_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

PAIVA, Vanilda. Sobre o conceito de “capital humano”. **Cadernos de Pesquisa**, v. 113, p. 185–191, 2001.

PEARSON. **Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino**. Disponível em: <https://www.netname.com.br/o-name.html>. Acesso em: 25 de julho de 2022.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PINHEIRO, Dalessandro de O. **O Movimento “Todos Pela Educação”: o Público, o Privado e a Disputa de Projetos Educacionais no Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/56953>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

PINA, Leonardo D. **Responsabilidade social e educação escolar: o projeto de educação básica da “direita para o social” e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2252>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

PODER 360. **Pannunzio (2012)**. Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/candidato/130765#2012>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

PPGED UFSCAR. **Dissertações Defendidas (2019)**. Disponível em: <https://www.ppged.ufscar.br/pt-br/programa/dissertacoes-defendidas>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

QUADROS, Lediania R. de. **Narrativas sobre o Processo de Constituição Docente dos Estudantes de Educação Física em Formação Inicial durante os Estágios de Docência da ESEFID/UFRGS**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/202159>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

REIS, André. Oficina do Saber inicia as atividades a partir do dia 22. **Agência Sorocaba de Notícias**, 05 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/oficina-do-saber-inicia-as-atividades-a-partir-do-dia-22/>. Acesso em: 01 de março de 2022.

REIS, André. Sorocaba participa do Congresso de Cidades Educadoras, na Argentina. **Agência Sorocaba de Notícias**, 04 de junho de 2016. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/sorocaba-participa-do-congresso-de-cidades-educadoras-na-argentina/>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL UFSCAR. **Educação Ppged-So Teses e Dissertações (2020)**. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8232>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

RIBEIRO, Paulo R. M. História da Educação Escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paideia**, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15–30, 1993.

RODRIGUES, Bruno. Escola Cívico-militar: prefeita visita escola contemplada com o programa. **Agência Sorocaba de Notícias**, 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/escola-civico-militar-prefeita-visita-escola-contemplada-com-o-programa/>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Bruno. Escola cívico-militar: Prefeitura recebe representante do MEC. **Agência Sorocaba de Notícias**, 30 de novembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/escola-civico-militar-prefeitura-recebe-representante-do-mec/>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Bruno. Estudantes da rede municipal iniciam aula de robótica no Parque Tecnológico. **Agência Sorocaba de Notícias**, 07 de maio de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/estudantes-da-rede-municipal-iniciam-aula-de-robotica/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Bruno. Governo Crespo trará formação para todos professores em 2019. **Agência Sorocaba de Notícias**, 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/governo-crespo-trara-formacao-para-todos-professores-em-2019/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Bruno. Prefeito assina contrato para levar o Sistema Didático de Ensino do Sesi para a rede municipal. **Agência Sorocaba de Notícias**, 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/prefeito-crespo-assina-contrato-para-levar-o-sistema-didatico/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Bruno. Prefeito José Crespo insere na rede de ensino aulas de Ética, Solidariedade e Cidadania. **Agência Sorocaba de Notícias**, 02 de outubro de 2018. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/prefeito-jose-crespo-insere-na-rede-de-ensino-aulas-de-etica/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Bruno. Prefeitura conclui processo de adesão do Programa Nacional da Escola Cívico-militar. **Agência Sorocaba de Notícias**, 12 de novembro de 2020.

Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/prefeitura-conclui-processo-de-adesao-do-programa-nacional-da-escola-civico/>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Bruno. Prefeitura entrega creche na Vila Barão. **Agência Sorocaba de Notícias**, 01 de julho de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/prefeitura-entrega-creche-na-vila-barao/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Bruno. Prefeitura entrega oitava creche este ano. **Agência Sorocaba de Notícias**, 27 de junho de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/prefeitura-entrega-oitava-creche-este-ano/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Bruno. Prefeitura inaugura creche no Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério. **Agência Sorocaba de Notícias**, 08 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/prefeitura-inaugura-creche-no-conjunto-habitacional-ana-paula-eleuter/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Bruno. Prefeitura inaugura creche no Jardim Montreal. **Agência Sorocaba de Notícias**, 15 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/prefeitura-inaugura-creche-no-jardim-montreal/>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, Bruno. TJSP cassa liminar que suspendia Sistema Sesi. **Agência Sorocaba de Notícias**, 14 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/tjsp-cassa-liminar-que-suspendia-sistema-sesi/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

SANTOS, Kildo A. dos. **Parcerias Público-Privadas no Ensino Fundamental e na Educação Infantil: Implicações na Gestão da Escola Pública e no Trabalho Docente**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-92QP7K/1/parcerias_p_blico_privadas_no_ensino_fundamental_e_na_educa__o_infantil.pdf. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

SANTOS, Regina H. Projeto forma 265 jovens multiplicadores. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba e região, 03 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/348347/projeto-forma-265-jovens-multiplicadores>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado. **Lançamento da aliança brasileira pela educação acontece nessa quarta 31 em São Paulo**. 31 de agosto de 2016. Disponível no link: <https://www.educacao.sp.gov.br/lançamento-da-alianca-brasileira-pela-educacao-acontece-nesta-quarta-31-em-sao-paulo/>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

SECOM. Prefeita se reúne com o coordenador-geral da implantação de escolas cívico-militares do MEC. **Agência Sorocaba de Notícias**, 21 de julho de 2020. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/%EF%BB%BFprefeita-se-reune->

com-o-coordenador-geral-da-implantacao-de-escolas-civico-militares-do-mec/. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

SCINOCCA, Marcel. Contrato da prefeitura com Sesi é considerado irregular pelo TCE. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba, 18 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/noticias/2021/08/677874-contrato-da-prefeitura-com-sesi-e-considerado-irregular-pelo-tce.html>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

SCINOCCA, Marcel. Jaqueline diz que não fará mudanças bruscas no plano de governo. **Jornal Cruzeiro**, Sorocaba Notícias, 05 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/jaqueline-diz-que-nao-fara-mudancas-bruscas-no-plano-de-governo/>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

SCHONFELDER, Ricardo. **Prefeitos de Sorocaba/SP (2011)**. Disponível em: <https://sorocaba-sp.webnode.com.br/news/prefeitos-de-sorocaba-sp/>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

SELO SOCIAL. **Clube do Nais (2015)**. Disponível em: <http://www.selosocial.com/projeto/426>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SILVA, Mariana V. da. **A qualidade da educação das crianças de zero a três anos: estudo a partir da percepção das famílias de uma creche conveniada no município de Curitiba**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/69212/R%20-%20D%20-%20MARIANA%20VERISSIMO%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

SILVA, Petula R. S. e. **A judicialização na Educação Infantil entre ênfases, encaminhamentos e solicitações no município de Sorocaba/SP**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos - *campus* Sorocaba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10553/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20DE%20PETULA%20-%20vers%C3%A3o%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

SILVA, Rosimeire. Planos de governo dos candidatos podem ser consultados na internet. **Jornal Cruzeiro**, 11 de julho de 2012. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/401493/planos-de-governo-dos-candidatos-podem-ser-consultados-na-internet>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

SIMÕES, Roberto A. **Mercantilização x escola pública: a instrumentalização das ONGs no processo de privatização no início do século XXI**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/15897>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO (SEESP). Prefeitura de Sorocaba anuncia corte de 86 milhões. **Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo**, 10 de agosto de 2016. Disponível em: <https://seesp.org.br/site/index.php/comunicacao/noticias/item/15227-prefeitura-de-sorocaba-anuncia-corte-de-r-86-milh-es>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

SOROCABA. **Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo**. Sorocaba, 05 de dezembro de 2018. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/12/Agravo_prefeitura_apostilamento.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Aulas de Robótica estimulam aprendizado e criatividade na Rede Municipal. **Município de Sorocaba**, 13 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2015/1.673%20-%2013%20de%20fevereiro%20de%202015.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Autoriza a Prefeitura Municipal de Sorocaba a celebrar convênio com a Associação Educacional e Profissionalizante Pérola - PROJETO PÉROLA, visando a gestão de Núcleos do Programa "SABE TUDO" e "PROINFO" (Programa Nacional de Tecnologia Educacional) e dá outras providências. **Câmara Municipal**, 16 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura_texto_anexo.html?id=5e3f0e2a05d7040f28b47df1&keywords=. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Cei Jd. São Camilo ganha segunda creche. **Município de Sorocaba**, Nota, 29 de julho de 2011. Disponível em: <https://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SEF%2FTransparencia%2F01%20-%20Informacoes%20de%20Prestacoes%20de%20Contas%20-%20Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal/%2FLei%20de%20Diretrizes%20Orçamentarias%20-%20LDO/2012%20-%20Lei%20de%20Diretrizes%20Orçamentarias.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Cidade assume a coordenação das Cidades Educadoras. **Município de Sorocaba**, Sedu, 29 de julho de 2011. Disponível em: <https://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SEF%2FTransparencia%2F01%20-%20Informacoes%20de%20Prestacoes%20de%20Contas%20-%20Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal/%2FLei%20de%20Diretrizes%20Orçamentarias%20-%20LDO/2012%20-%20Lei%20de%20Diretrizes%20Orçamentarias.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

SOROCABA. **Cidade Humana e Educadora (2022)**. Disponível em: <https://www.sorocaba.sp.gov.br/eixos-estrategicos/cidade-humana-e-educadora/>. Acesso em: 27 de junho de 2022.

SOROCABA. Comunicado CMESO nº 06/2018, de 31 de outubro de 2018. Assunto: Consulta CMESO 01/2018. **Município de Sorocaba**, Sedu, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do->

Município%2F2019/2387%20-%2019%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202019.pdf. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Consulta Pública CMESO nº 01/2018 “Material Didático utilizado pela Escola” Relatório. **Município de Sorocaba**, Sedu, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Município%2F2019/2387%20-%2019%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202019.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Cursos do Sabe Tudo: Aulas gratuitas de informática atraem a população. **Município de Sorocaba**, Capa, 26 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/agencia-teste-1.242-26-de-janeiro-de-2007.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

SOROCABA. Cursos do Sabe Tudo formam mais de 1.800 alunos. **Município de Sorocaba**, Sedu, 25 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Município%2F2011/1.503%20-%2025%20de%20novembro%20de%202011.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2022.

SOROCABA. **Decreto nº 17.937, de 19 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a criação da Escola de Gestão Pública "Dr. José Caetano Graziosi" e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/decreto/2009/1793/17937/decreto-n-17937-2009-dispoe-sobre-a-criacao-da-escola-de-gestao-publica-dr-jose-caetano-graziosi-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 02 de outubro de 2022.

SOROCABA. **Decreto nº 22.119, de 28 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a regulamentação do sistema de Capacitação profissional. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/decreto/2015/2212/22119/decreto-n-22119-2015-dispoe-sobre-a-regulamentacao-do-sistema-de-capacitacao-profissional>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SOROCABA. **Decreto nº 24.163, de 19 de outubro de 2018**. Confere nova normatização ao "Programa Sabe Tudo", que passa a ser de Gestão Compartilhada com as políticas públicas do município, gerenciado no âmbito da Secretaria de Segurança e Defesa Civil e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/decreto/2018/2416/24163/decreto-n-24163-2018-confere-nova-normatizacao-ao-programa-sabe-tudo-que-passa-a-ser-de-gestao-compartilhada-com-as-politicas-publicas-do-municipio-gerenciado-no-ambito-da-secretaria-de-seguranca-e-defesa-civil-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. **Decreto nº 24.877, de 31 de maio de 2019**. Dispõe sobre nomeação e substituição de membros titulares e suplentes do conselho municipal de educação, criado pela lei nº 4.574 de 19 de julho de 1994, com alterações determinadas pela lei nº 6.754, de 22 de novembro de 2002 e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/decreto/2019/2488/24877/decreto-n-24877-2019-dispoe-sobre-nomeacao-e-substituicao-de-membros-titulares-e-suplentes-do-conselho-municipal-de-educacao-criado-pela-lei-n-4574-de-19-de->

julho-de-1994-com-alteracoes-determinadas-pela-lei-n-6754-de-22-de-novembro-de-2002-e-da-outras-providencias. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

SOROCABA. **Decreto nº 25.035, de 06 de agosto de 2019.** Dispõe sobre a reconstituição dos efeitos dos decretos nº s 22.121, de 28 de dezembro de 2015, 22.247, de 15 de abril de 2016, 22.666, de 3 de março de 2017, 22.988, de 10 de agosto de 2017, 23.637, de 10 de abril de 2018, 24.215, de 1 de novembro de 2018, revoga expressamente o Decreto nº 24.877, de 31 de maio de 2019, que dispõe sobre nomeação e substituição de membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei nº 4.574, de 19 de julho de 1994, com alterações determinadas pela Lei nº 6.754, de 22 de novembro de 2002 e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/decreto/2019/2504/25035/decreto-n-25035-2019-dispoe-sobre-a-reconstituicao-dos-efeitos-dos-decretos-n-s-22121-de-28-de-dezembro-de-2015-22247-de-15-de-abril-de-2016-22666-de-3-de-marco-de-2017-22988-de-10-de-agosto-de-2017-23637-de-10-de-abril-de-2018-24215-de-1-de-novembro-de-2018-revoga-expressamente-o-decreto-n-24877-de-31-de-maio-de-2019-que-dispoe-sobre-nomeacao-e-substituicao-de-membros-titulares-e-suplentes-do-conselho-municipal-de-educacao-criado-pela-lei-n-4574-de-19-de-julho-de-1994-com-alteracoes-determinadas-pela-lei-n-6754-de-22-de-novembro-de-2002-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Deliberação CMESO nº 04/2018, de 28 de novembro de 2018. Aprova o Parecer CMESO nº 03/2018, que rejeita o projeto “Planejamento 2018 para a Gestão Compartilhada na Educação Infantil do Município de Sorocaba”, e dá outras providências. **Município de Sorocaba**, Sedu, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2019/2387%20-%2019%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202019.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Deliberação CMESO nº 06/2018, de 19 de dezembro de 2018. Aprova o Parecer CMESO/CE nº 01/2018, que rejeita a “Proposta de Adesão ao Sistema de Ensino direcionado à Educação Básica Municipal de Sorocaba”, e dá outras providências. **Município de Sorocaba**, Sedu, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2019/2387%20-%2019%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202019.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

SOROCABA. **Editais de Chamamento Público.** Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/destaques/editais-de-chamamento>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

SOROCABA. “Educa” Fórum mostra boas práticas na educação municipal. **Município de Sorocaba**, Nota, 17 de junho de 2011. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/agencia-teste-1.480-17-de-junho-de-2011.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Educação: 40 cidades já confirmaram presença na Semana da Cidade Educadora. **Município de Sorocaba**, 08 de abril de 2011. Disponível em:

<https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/agencia-teste-1.470-11-de-abril-de-2011.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

SOROCABA. Educação: Clube da Escola começa dia 19, em 15 escolas municipais. **Município de Sorocaba**, Informações, 18 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2011/1.463%20-%2018%20de%20fevereiro%20de%202011.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Educação: "História de Vida" tem mais duas turmas na Fundação Casa. **Município de Sorocaba**, Informações, 27 de agosto de 2010. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/agencia-teste-1.437-27-de-agosto-de-2010.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2022.

SOROCABA. Educação: Lousas digitais chegam às escolas municipais. **Município de Sorocaba**, Informações, 08 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2011/1.470%20-%2011%20de%20abril%20de%202011.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

SOROCABA. Educação: Mais de 1.600 educadores no primeiro dia do Seminário Internacional. **Município de Sorocaba**, 23 de julho de 2010. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/agencia-teste-1.431-23-de-julho-de-2010.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

SOROCABA. Educação: Mais de 100 mil participaram do Clube da Escola em 2011. **Município de Sorocaba**, Informações, 06 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2012/1.510%20-%2006%20de%20janeiro%20de%202012.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Educação: Neste final de semana tem Clube da Escola em 18 bairros. **Município de Sorocaba**, Informações, 10 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/agencia-teste-1.515-10-de-fevereiro-de-2012-part1.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Educação: Seminário Internacional é destaque na cidade. **Município de Sorocaba**, 21 de julho de 2006. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/agencia-teste-1.215-21-de-julho-de-2006-1.pdf>. Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

SOROCABA. **Escola de Gestão Pública EGP "Dr. José Caetano Graziosi"**. Disponível em: <https://recursoshumanos.sorocaba.sp.gov.br/egp/sobre-a-escola/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Escola Viva começa neste sábado em 13 unidades municipais. **Agência Sorocaba de Notícias**, 04 de março de 2015. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/escola-viva-comeca-neste-sabado-em-13-unidades-municipais/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Escola Viva movimentou treze escolas municipais neste sábado.

Agência Sorocaba de Notícias, 12 de junho de 2015. Disponível em:

<https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/escola-viva-movimentou-treze-escolas-municipais-neste-sabado/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

SOROCABA. "Esse livro é meu": Projeto vai distribuir mais 70 mil livros aos alunos da Rede Municipal. **Município de Sorocaba**, 17 de dezembro de 2010. Disponível em:

<http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2010/1.453%20-%2017%20de%20dezembro%20de%202010.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

SOROCABA. Funcionários da Sedu recebem formação para trabalhar a ética e a cidadania nas escolas. **Agência Sorocaba de Notícias**, 06 de setembro de 2018. Disponível em:

<https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/funcionarios-da-sedu-recebem-formacao-para-trabalhar-a-etica-e-a-cid/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Inclusão digital: Inscrições para o Sabe Tudo Móvel começam no dia 08. **Município de Sorocaba**, Informações, 05 de fevereiro de 2010. Disponível em:

<https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/agencia-teste-1.407-05-de-fevereiro-de-2010.pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

SOROCABA. Inclusão Digital: Sabe Tudo atinge 1,1 milhão de acessos. **Município de Sorocaba**, 04 de maio de 2012. Disponível em:

<http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2012/1.527%20-%2004%20de%20maio%20de%202012.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

SOROCABA. Inscrições ao Sabe Tudo. **Município de Sorocaba**, Informações, 09 de janeiro de 2009. Disponível em:

<http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2009/1.347%20-%2008%20de%20janeiro%20de%202009.pdf>. Acesso em: 21 de outubro de 2022.

SOROCABA. **Lei nº 4.574, de 19 de julho de 1994**. Cria o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/1994/458/4574/lei-ordinaria-n-4574-1994-cria-o-conselho-municipal-de-educacao-de-sorocaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

SOROCABA. **Lei nº 8.627, de 04 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a proteção integral à criança e adolescente no município de Sorocaba e dá outras providências. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2008/863/8627/lei-ordinaria-n-8627-2008-dispoe-sobre-a-protecao-integral-a-crianca-e-ao-adolescente-no-municipio-de-sorocaba-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. **Lei nº 9.442, de 22 de dezembro de 2010**. Autoriza o município de Sorocaba, através da Secretaria da Educação, a celebrar Convênio de cooperação técnica com a Corporação Andina de fomento, visando o fortalecimento do programa Escola em tempo integral - Oficina do saber, e dá outras providências. Disponível

em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2010/944/9442/lei-ordinaria-n-9442-2010-autoriza-o-municipio-de-sorocaba-atraves-da-secretaria-da-educacao-a-celebrar-convenio-de-cooperacao-tecnica-com-a-corporacao-andina-de-fomento-visando-o-fortalecimento-do-programa-escola-em-tempo-integral-oficina-do-saber-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

SOROCABA. **Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME do município de Sorocaba. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-sorocaba-sp>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

SOROCABA. **Lei ordinária nº 8.114, de 20 de março de 2007**. Autoriza a Prefeitura Municipal a firmar termo de cooperação técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, através do Governo Brasileiro, visando à implantação e implementação, no Município de Sorocaba, do Projeto “Sorocaba: Cidade Educadora” e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura.html?id=5e3f0e2505d7040f28b4769f>. Acesso em: 07 de junho de 2022.

SOROCABA. **Lei ordinária nº 9.238, de 20 de julho de 2010**. Dispõe sobre autorização para a Prefeitura Municipal de Sorocaba celebrar convênio com a Fundação de Desenvolvimento Cultural de Sorocaba – Fundec para implementação e desenvolvimento do projeto de Oficinas de coral e cordas dentro do programa Escola em período integral - Oficina do saber, nas escolas municipais e dá outras providências. Disponível em: http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura_texto_anexo.html?id=5e3f0e2805d7040f28b47b7f&keywords=. Acesso em: 02 de maio de 2022.

SOROCABA. **Lei ordinária nº 9.801, de 16 de novembro de 2011**. Autoriza a Prefeitura Municipal de Sorocaba a celebrar convênio com a Associação Educacional e Profissionalizante Pérola - Projeto Pérola, visando à gestão de núcleos do programa "Sabe Tudo" e “Proinfo” (Programa Nacional de Tecnologia Educacional) e dá outras providências. Disponível em: http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/propositura_texto_anexo.html?id=5e3f0e2a05d7040f28b47df1&print=1. Acesso em: 12 de junho de 2022.

SOROCABA. Lousa Digital revoluciona o aprendizado na Rede Municipal. **Município de Sorocaba**, 21 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2013/1.589%20-%2021%20de%20junho%20de%202013.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

SOROCABA. Mais educação: Jd. Marcelo Augusto – Prefeitura acelera obras do prédio da Oficina do Saber. **Município de Sorocaba**, 01 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2011/1.482%20-%2001%20de%20julho%20de%202011.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2022.

SOROCABA. Paço Municipal tem nova Galeria de Fotos dos Prefeitos (2015). **Agência Sorocaba de Notícias**, 30 de maio de 2015. Disponível em:

<https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/paco-municipal-tem-nova-galeria-de-fotos-dos-prefeitos/>. Acesso em: 01 de junho de 2021.

SOROCABA. Parceria Internacional: Sorocaba e Unesco firmarão Termo de Cooperação em Educação. **Município de Sorocaba**, Capa, 23 de março de 2007. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/agencia-teste-1.250-23-de-marco-de-2007.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

SOROCABA. Parecer CMESO nº 03/2018, Aprovado em 28 de novembro de 2018, Assunto: Projeto “Planejamento 2018 para a Gestão Compartilhada na Educação Infantil do Município de Sorocaba” – Ofício SEDU/GS nº 2.198/2018. **Município de Sorocaba**, Sedu, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2019/2387%20-%2019%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202019.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Parecer CMESO/CE nº 01/2018, Aprovado em 19 de dezembro de 2018. Assunto: Proposta de Adesão ao Sistema de Ensino direcionado à Educação Básica Municipal de Sorocaba. **Município de Sorocaba**, Sedu, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2019/2387%20-%2019%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202019.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Parecer Conjunto CMESO/CEI/CEF nº 01/2018, Aprovado em 19 de dezembro de 2018, Assunto: “Proposta de Adesão ao Sistema de Ensino direcionado à Educação Básica Municipal de Sorocaba”. **Município de Sorocaba**, Sedu, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2019/2387%20-%2019%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202019.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Parque Tecnológico realiza projeto de robótica com alunos de escolas municipais. **Agência Sorocaba de Notícias**, 18 de março de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/parque-tecnologico-realiza-projeto-de-robotica-com-alunos/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Parque Tecnológico realiza projeto de robótica com alunos de escolas municipais. **Município de Sorocaba**, Capa, 18 de março de 2019. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2019/2223%20-%2018%20%20DE%20MARCO%20DE%202019.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Pannunzio recebe prêmio da Unesco, no México. **Agência Sorocaba de Notícias**, 28 de setembro de 2015. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/pannunzio-recebe-premio-da-unesco-no-mexico/>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Plano Municipal de Educação é sancionado em Sorocaba. **Município de Sorocaba**, Capa, 26 de junho de 2015. Disponível em:

<http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2015/1693%20-%2026%20de%20Junho.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

SOROCABA. Portaria CMESO nº 01/2019, de 06 de fevereiro de 2019. Mantém e ratifica a Deliberação CMESO nº 04/2018, de 28 de novembro de 2018 – Aprova o Parecer CMESO nº 03/2018, que rejeita o projeto “Planejamento 2018 para a Gestão Compartilhada na Educação Infantil do Município de Sorocaba”, e dá outras providências. **Município de Sorocaba**, Sedu, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2019/2387%20-%2019%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202019.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Portaria CMESO nº 02/2019, de 06 de fevereiro de 2019. Mantém e ratifica a Deliberação CMESO nº 06/2018, de 19 de dezembro de 2018 – Aprova o Parecer CMESO/CE nº 01/2018, que rejeita a “Proposta de Adesão ao Sistema de Ensino direcionado à Educação Básica Municipal de Sorocaba”, e dá outras providências. **Município de Sorocaba**, Sedu, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2019/2387%20-%2019%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202019.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Prefeito José Crespo lança Programa "Cidade Empreendedora" em parceria com o Sebrae. **Agência Sorocaba de Notícias**, 15 de maio de 2019. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/prefeito-jose-crespo-lanca-programa-cidade-empreendedora/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Prefeitura abre inscrições para visitas do Roteiro Educador. **Agência Sorocaba de Notícias**, 23 de março de 2015. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/prefeitura-abre-inscricoes-para-visitas-do-roteiro-educador/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Prefeitura assina contratos para construir “Oficina do Saber” e “Casa do Cidadão”. **Município de Sorocaba**, Capa, 30 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM/Jornal-do-Municipio/2007/1.287%20-%2030%20de%20novembro%20de%202007.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

SOROCABA. Prefeitura inaugura terceira creche em duas semanas. **Município de Sorocaba**, Capa, 22 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2019/2209%20-%2022%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202019.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

SOROCABA. **Processo nº 34.989/2017 Termo de Colaboração que entre si celebram o Município de Sorocaba e o COESO Centro de orientação e Educação Social (2017)**. Disponível em: <http://ongcoeso.com.br/wp-content/uploads/2019/04/TERMO-DE-COLABORACAO-CEI-117-GESTAO-COMPARTILHADA.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Projeto “Turminha da Inovação” acontece no Parque Tecnológico. **Município de Sorocaba**, Capa, 22 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2017/1904%20-%202022%20de%20novembro.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. “Recomeçar”: Projeto oferece aos jovens mais uma oportunidade de inclusão social. **Município de Sorocaba**, 06 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2012/1.510%20-%202006%20de%20janeiro%20de%202012.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Reconhecimento: Sorocaba recebe prêmio “Amigo da Criança”. **Município de Sorocaba**, 29 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2012/1.535%20-%202029%20de%20junho%20de%202012.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Rede Municipal ganha em fevereiro padrão Sesi de ensino. **Município de Sorocaba**, 20 de março de 2019. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/agencia-teste-2225-20-de-marco-de-2019.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Rede Municipal: Prefeitura leva teatro a mais de 5 mil crianças. **Município de Sorocaba**, 30 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM/Jornal-do-Municipio/2007/1.287%20-%202030%20de%20novembro%20de%202007.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

SOROCABA. Roteiro Educador já recebeu mais de 9 mil estudantes. **Município de Sorocaba**, Nota, 21 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2011/1.498%20-%202021%20de%20outubro%20de%202011.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

SOROCABA. Roteiro Educador volta a receber alunos da Rede Municipal. **Município de Sorocaba**, 09 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2013/1.596%20-%202009%20de%20agosto%20de%202013.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2022.

SOROCABA. Sabe Tudo: Prefeitura lança projeto no Jd. Hungarês nesta sexta-feira. **Município de Sorocaba**, Capa, 27 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2006/1.229%20-%202027%20de%20outubro%20de%202006.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

SOROCABA. Sabe Tudo do Jardim Ipiranga. **Município de Sorocaba**, Capa, 25 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do->

Municipio%2F2007/1.259%20-%2025%20de%20maio%20de%202007.pdf. Acesso em: 21 de outubro de 2022.

SOROCABA. Sabe Tudo supera marca de 1 milhão de acessos. **Município de Sorocaba**, Sedu, 02 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2011/1.504%20-%2002%20de%20dezembro%20de%202011.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

SOROCABA. Secretaria da Educação. **Dados Educacionais (2021)**. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/dadoseducacionais/dados-educacionais/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Secretaria da Educação. **Instituições de Educação Infantil - Conveniadas que atendem Creche/2022**. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadastromunicipalunificado/instituicoes-de-educacao-infantil-conveniadas-que-atendem-creche/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Secretaria da Educação. **Manual de Procedimentos da Secretaria de Escola da rede municipal de ensino (Ensino Fundamental e Médio)**. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/wp-content/uploads/sites/3/2019/12/manualdeprocedimentossedu1408finalizado.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Secretaria da Educação. **Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba (2017)**. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/cadernos/wp-content/uploads/sites/3/2017/02/marcoreferencial.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro, 2022.

SOROCABA. Sábado tem Escola Viva - Clube da Escola tem 13 unidades municipais. **Agência Sorocaba de Notícias**, 12 de março de 2015. Disponível em: <https://agencia.sorocaba.sp.gov.br/sabado-tem-escola-viva-clube-da-escola-em-13-unidades-municipais/>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Sedu: Não há mais vagas para o Seminário Internacional de Educação. **Município de Sorocaba**, Nota, 22 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2012/1.534%20-%2022%20de%20junho%20de%202012.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Seminário de Educação: Professor espanhol se apresenta nesta manhã. **Município de Sorocaba**, 22 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2011/1.485%20-%2022%20de%20julho%20de%202011.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

SOROCABA. Sorocaba e Unesco firmam parceria: Cooperação técnica vai reforçar o programa Cidade Educadora. **Município de Sorocaba**, Capa, 15 de maio de 2009.

Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2009/1.365%20-%2015%20de%20maio%20de%202009.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

SOROCABA. Sorocaba sedia o Seminário Internacional de Educação. **Município de Sorocaba**, 06 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2013/1.613%20-%2006%20de%20dezembro%20de%202013.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Sorocaba supera meta de 2015 no Ideb. **Município de Sorocaba**, Educação, 16 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2016/1756%20-%2016%20de%20Setembro.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

SOROCABA. Sorocaba Total: Dois trechos do programa criarão sistema viário interligado. **Município de Sorocaba**, Capa, 18 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/SECOM%2FJornal-do-Municipio%2F2011/1.463%20-%2018%20de%20fevereiro%20de%202011.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Processo Digital nº: 1041254-46.2018.8.26.0602 Classe - Assunto Ação Civil Coletiva - Utilização de bens públicos**. Sorocaba, 06 de dezembro de 2018. Disponível em: http://www.cmeso.org/wp-content/uploads/2018/12/liminar_apostilamento.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resolução nº 23.373, de 14 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos nas eleições de 2012. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2011/resolucao-no-23-373-de-14-de-dezembro-de-2011>. Acesso em: 01 de junho de 2022.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TSE. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais: Pannunzio (2012)**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2012/1699/71455/250000030390>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

TSE. **Plano de governo da Coligação Renasce Sorocaba (2016)**. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/SP/71455/2/250000005826/proposta_governo1470169706838.pdf. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.

TSE. **Proposta de Governo: Pannunzio (2012)**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2012/1699/71455/250000030390>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

TV SOROCABA/SBT. José Crespo é condenado por improbidade administrativa. **Noticidade**, 30 de julho de 2021. Disponível em: <https://tvsorocaba.com.br/jose-crespo-e-condenado-por-improbidade-administrativa/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

TV SOROCABA/SBT. Prefeitura anuncia convênio com o Sesi para implantação de escola. **Noticidade**, 02 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TUzUWgBQCAQ>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

TV TEM. Fechadas há seis anos, unidades do "Sabe Tudo" viram alvo de vandalismo em Sorocaba. **G1 Sorocaba e Jundiáí**, 10 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2021/02/10/fechadas-ha-seis-anos-unidades-do-sabe-tudo-viram-alvo-de-vandalismo-em-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

UNICAMP. **Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação**. Disponível em: <https://www.relaappe.fe.unicamp.br/pt-br>. Acesso em: 1 de janeiro de 2022.

UNISO. **Dissertações (2022)**. Disponível em: <https://educacao.uniso.br/view/dissertacoes>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane. H.; GARCIA, Teise (orgs.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)**. v. 3. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2021.

VIEIRA, Patrícia S. **O trabalho em Saúde nos hospitais de Gestão Terceirizada: o caso do estado de Goiás**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, 2013. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/3002/5/disserta%c3%a7%c3%a3o_ver%c3%a3o_entrega.pdf. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

XAVIER, Maria E. S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1992.

APÊNDICE

Apêndice A - 20 Resultados Estado do Conhecimento privatização e escola pública (BDTD).

ANO DA DEFESA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	DISSERTAÇÃO/TESE	AUTOR	INSTITUIÇÃO	METODOLOGIA	RESULTADOS
2020	A qualidade da educação das crianças de zero a três anos: estudo a partir da percepção das famílias de uma creche conveniada no município de Curitiba	Privatização da Educação; Trajetória de dependência; Qualidade no atendimento em creche; Direito à Educação; Famílias	Dissertação	Silva, Mariana V. da	Universidade Federal do Paraná	A pesquisa teve cunho qualitativo. Como técnicas de pesquisa foram utilizados questionário, grupo focal e Análise de Conteúdo; como recurso tecnológico, o gravador de voz e como procedimento complementar, uma visita inicial ao bairro para conhecer o entorno da creche, entrega de documento explicando a pesquisa à instituição e termo de consentimento para a pesquisa. A pesquisa insere-se no campo dos estudos críticos da infância e da análise neoinstitucionalista histórica da política.	A constituição do atendimento em creches no município de Curitiba através das parcerias público-privadas são resultado de uma série de políticas e programas efetivados ao longo da história. No capítulo de análise sobre privatização da Educação perceberam-se algumas construções das famílias sobre essa forma de atendimento. As famílias percebem a creche conveniada mais próxima do atendimento da creche privada, sendo, portanto, de maior qualidade em relação à creche pública estatal, de forma que acreditam que ela "ensina mais" e prepara mais para a alfabetização. Também citou-se a religiosidade como elemento de preferência pelo CEI. A liberdade de escolha de metodologia e de projeto educativo foi apontada pelas famílias como algo positivo. A construção de um discurso ameaçador da creche, como espaço em que as crianças podem se machucar também apareceu no grupo como um elemento de preocupação das famílias. A boa referência da instituição na comunidade e seu histórico de atendimento são considerados pelas famílias como fatores positivos e que as tranquiliza diante desses discursos ameaçadores. Sendo assim, percebeu-se o quanto a forma de atendimento modula a percepção social das políticas públicas, de forma com que famílias se sentem privilegiadas por ter acesso a essa educação que consideram de maior qualidade.
2020	A gestão público-comunitária da educação como horizonte comum: a experiência comparada das ocupações das escolas de Santiago e São Paulo	Privatização na educação - Estudantes do ensino médio - Movimentos sociais - Escolas - Ocupação - Cultura Política - Escolas Públicas - Educação Comunitária	Dissertação	Miranda González, Juan D.	Universidade Estadual de Campinas	Essa pesquisa, embora pertinente, não tem semelhança com a pesquisa apresentada.	
2019	Instituto Ayrton Senna: proximidades e contradições da atuação empresarial na educação pública	Educação pública. Empresários e a educação. Instituto Ayrton Senna. Privatização. São	Dissertação	Depieri, Adriana A. de L.	Universidade de São Paulo	Análise documental. Buscou, por meio de fontes documentais produzidas pelo próprio Instituto Ayrton Senna e uma rica e volumosa literatura	A dissertação mostra que a atuação dos empresários na educação é motivada por bandeiras e demandas que não conflitam com a lógica central do sistema capitalista e, é consolidada, por meio da criação e organização de uma série de instituições especializadas em educação com o objetivo de promover as mudanças necessárias para um projeto de reforma empresarial da educação.

	no Brasil	Paulo.				produzida sobre a atuação do IAS, compreender a formação histórica de instituições de caráter privado e sua intrínseca relação com o Estado.	
2019	Discursos para a Educação Básica e Superior do Campo: Adestramento ou Desenvolvimento Rural?	Educação no campo. Desenvolvimento rural. Paradigmas. Discursos. Geografias.	Tese	Luther, Alessandra	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Essa pesquisa, embora pertinente, não tem semelhança com a pesquisa apresentada.	
2019	Narrativas sobre o Processo de Constituição Docente dos Estudantes de Educação Física em Formação Inicial durante os Estágios de Docência da ESEFID/UFRGS	Narrativas. Experiências formativas. Constituição docente. Formação inicial. Estágio de docência.	Dissertação	Quadros, Lediana R. de	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Essa pesquisa, embora pertinente, não tem semelhança com a pesquisa apresentada.	
2018	Políticas Públicas para a Leitura: a Mercantilização da Educação	Políticas Públicas de Leitura. Democratização da leitura. Público-privado. Mercantilização da educação.	Dissertação	Bufo, Katia S.	Universidade Estadual de Londrina	Como procedimentos de pesquisa, utilizaram-se a pesquisa bibliográfica e análise documental.	A pesquisa permitiu concluir que o Estado atua como um regulador dos interesses da classe hegemônica mediando ações pela manutenção da sociedade de classes e pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, a educação e a leitura são mediadas pelo controle dos conteúdos tanto pelas propostas curriculares quanto pela forma com que os livros são encaminhados para as escolas. Os programas de Políticas Públicas para o Livro e a Leitura utilizam a bandeira da democratização, no entanto, esses programas atendem muito mais um viés mercadológico em vez de viabilizarem condições reais de realizar o ato de ler na escola. Identificamos na atualidade um ataque em forma de neoliberalização da educação com agendas que privilegiam tendencialmente os interesses do empresariado na educação.
2018	Projeto bens comuns: a práxis do bem comum e a cidadania ativa através do ensino de ciências ambientais e filosofia	Filosofia. Bens Comuns. Meio ambiente. Ecopedagogia. Grupo focal. Ciências ambientais. Ensino médio.	Dissertação	Müller Júnior, Levy	Universidade Federal do Paraná	Essa pesquisa, embora pertinente, não tem semelhança com a pesquisa apresentada.	
2018	O Movimento "Todos Pela Educação": o Público, o Privado e a Disputa de Projetos Educacionais no Brasil	Política Educacional. Gestão da escola pública. Movimento Todos Pela Educação. Empresariamento da educação pública	Tese	Pinheiro, Dalessandro de O.	Universidade Federal do Paraná	Para coleta e análise de dados foram trabalhados documentos e textos constantes dos portais dos movimentos empresariais na internet, contraditados por textos da produção acadêmica de autores nacionais.	Neste sentido compreendemos que, a organização, em 2006, do movimento Todos Pela Educação passa a representar a constituição de um dos principais vetores da coalizão empresarial, que se estrutura para pautar a agenda da educação pública no país (...) culpabiliza a gestão pública como fator determinante para o "pretenso" insucesso da escola. Elencando o compartilhamento como alternativa de associação entre o setor público, privado e às organizações sociais para melhoria da educação básica.

2017	A Agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação: Um Estudo do Acordo com a Rede Municipal de Educação de Florianópolis	Banco Interamericano de Desenvolvimento; Educação e Desenvolvimento; Política Educacional; Rede Municipal de Educação; Prefeitura Municipal de Florianópolis.	Dissertação	Melgarejo, Mariano M	Universidade Federal de Santa Catarina	Utilizamos como procedimentos de pesquisa a análise documental, o balanço da produção acadêmica e realizamos um levantamento de notícias sobre o acordo entre Prefeitura Municipal de Florianópolis e Banco Interamericano de Desenvolvimento.	Os empréstimos do BID para o setor Educação deixam de se voltar para o Ensino Superior e Profissional, a partir dos anos 1990, e passam cada vez mais a atingir o Ensino Fundamental, surgindo, apenas nos últimos cinco anos, projetos para a Educação Infantil (...) Buscam, portanto, a reprodução da classe trabalhadora disciplinada para as necessidades do mercado de trabalho, por um menor custo e maior eficiência.
2016	A participação das instituições não governamentais na gestão da escola pública: uma análise do Programa "Nave-Mãe" no município de Campinas-SP	Educação Infantil. Privatização. Parceria Público-Privado	Dissertação	Chicone, Sílvia H.	Universidade de São Paulo	Para subsidiar essa análise, além do levantamento teórico concernente ao tema da pesquisa, realizamos análise documental e entrevistas semi-estruturadas.	A pesquisa realizada permite concluir, com base nos dados de matrículas apresentados, que desde a criação da CEI's "Naves-Mães", tem sido priorizada a expansão da oferta pelo setor público não estatal em detrimento da oferta direta pela Prefeitura que, inclusive, sofreu um declínio, principalmente, no caso das pré escolas (...) Arriscamos afirmar que a PMC tem por objetivo privilegiar o setor privado com melhores condições para que assim possa competir com o público estatal e tal prática legitimar-se como política pública.
2016	Responsabilidade social e educação escolar: o projeto de educação básica da "direita para o social" e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo	Empresários. Responsabilidade social. Educação escolar. Política educacional.	Tese	Pina, Leonardo D.	Universidade Federal de Juiz de Fora	Análise documental. O processo de investigação partiu da seleção: (1) de documentos oficiais da política educacional brasileira voltados à educação básica; (2) de organismos empresariais e de suas produções (formulações e ações) sobre educação escolar.	(...) a "responsabilidade social" é uma ideologia que vem orientando a classe burguesa na definição de iniciativas que visam moldar a educação escolar pública do país em conformidade com os seus interesses de classe (...) Apoiando-se na apropriação privada do saber erudito, as organizações analisadas propõem uma formação escolar centrada nas ideologias da empregabilidade e do capital humano e social.
2016	Mercantilização x escola pública: a instrumentalização das ONGs no processo de privatização no início do século XXI	ONGs. Privatização do ensino público. Capitalismo. Crise. Imperialismo. Marxismo. Esquerda.	Tese	Simões, Roberto A.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Análise documental. Como fonte de dados, o programa oficial de educação do Governo do Estado do Rio de Janeiro (GIDE), Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU e sites oficiais de instituições públicas e privadas. Método dialético de análise.	Podemos concluir com isso que fica demonstrada uma tendência à sistematização nacional, que poderá ser formalizada e sancionada, não mais por decreto, mas por lei federal, que, no caso de não estar em conformidade com a Constituição Federal, utiliza-se do usual recurso às infames PECs, que têm atuado, entre outras coisas, contra os direitos previdenciários e trabalhistas dos trabalhadores. Podemos esperar desta política o avanço contumaz sobre as conquistas trabalhistas de docentes e não docentes do ensino básico e mesmo do ensino universitário, pois a nova política de gestão escolar exigirá mudanças radicais no currículo do ensino básico, o que exigirá mudanças também, no currículo da formação de professores formados pelas universidades públicas e privadas para o trabalho com os novos métodos de manualização do ensino.
2015	Influências de instituições	Educação Ambiental Crítica.	Dissertação	Mendes, Carolina B.	Universidade Estadual	Para a coleta de informações, foram	Ficou constatado que a inserção de instituições externas - de tamanha relevância econômica e cultural na região amostrada - nas escolas públicas interfere no trabalho

	externas à escola pública: privatização do ensino a partir da Educação Ambiental?	Responsabilidade socioambiental. Escola pública. Agronegócio.			Paulista de Bauru	realizadas visitas ao CEA, aplicados questionários e realizadas entrevistas com professores, secretários municipais de educação e/ou representantes das Secretarias Municipais de Educação (SMEs) daqueles municípios, bem como com uma representante da ABAG de Ribeirão Preto.	docente e no desenvolvimento de uma educação humanizadora para os estudantes, permitindo que a escola difunda ideologias dos setores sociais (como o agronegócio), em detrimento de outras concepções que, segundo se entende, possibilitariam a emancipação dos sujeitos e a apropriação de concepções críticas sobre a realidade socioambiental.
2013	Políticas Públicas de reestruturação do Ensino Médio: as reformas implantadas pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás no período 2000-2010	Ensino Médio; identidade; políticas de reforma; avaliação	Tese	Nicolodi, Elaine	Universidade Federal de Goiás	Essa pesquisa, embora pertinente, não tem semelhança com a pesquisa apresentada.	
2013	O trabalho em Saúde nos hospitais de Gestão Terceirizada: o caso do estado de Goiás	Hospitais públicos, organizações sociais, gestão terceirizada, trabalho em saúde.	Dissertação	Vieira, Patrícia S.	Universidade Federal de Goiás	Essa pesquisa, embora pertinente, não tem semelhança com a pesquisa apresentada.	
2013	O atendimento público e privado concessionário na Educação Infantil: um olhar sobre as condições de oferta	Educação infantil. condições de oferta. indicadores de qualidade. privatização. avaliação.	Dissertação	Oliveira, Jaqueline dos S.	Universidade Estadual Paulista de Rio Claro	Foram realizadas observações nas instituições educacionais, entrevistas, análise documental e avaliação das instituições por meio dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.	Os dados obtidos revelam que o Programa Bolsa Creche foi implementado como uma ação paliativa para resolver o problema de falta de vagas nas creches. Apesar disso, o programa ainda se mantém e o problema de falta de creches permanece (...) Na escola pública municipal, os profissionais se mostraram mais participativos do que os das escolas privadas concessionárias, e a instituição apresentou as melhores condições de oferta.
2013	Política de Avaliação e Trabalho Docente no Ensino Médio	Políticas educacionais. Reforma do Estado. Políticas de avaliação. Avaliações externas. Trabalho docente. Ensino médio.	Tese	Carneiro, Verônica L.	Universidade Federal Do Pará	Essa pesquisa, embora pertinente, não tem semelhança com a pesquisa apresentada.	
2012	Parcerias Público-Privadas no	Parceria público-privada. Gestão	Dissertação	Santos, Kildo A. dos	Universidade Federal de	Foi desenvolvida a pesquisa utilizando	Constata-se que a estratégia da parceria público-privada tem implicado fortemente na gestão das escolas públicas e no trabalho dos docentes, implantando uma lógica

	Ensino Fundamental e na Educação Infantil: Implicações na Gestão da Escola Pública e no Trabalho Docente	escolar. Trabalho docente. Política educacional.			Minas Gerais	métodos qualitativos de coleta de dados (documentos, observação e entrevista semiestruturada).	mercantil, tecnicista, gerencialista, eficaz e eficiente, disseminando as regras de competitividade, da avaliação e da prestação de contas, o que tem contribuído para a privatização da gestão escolar e para a intensificação do trabalho docente.
2011	Dinheiro Direto na Escola, Gestão Democrática e Público Não-Estatal: uma Avaliação do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de Fortaleza	Avaliação, descentralização, gestão democrática, público não-estatal, autonomia escolar.	Dissertação	Campelo, João I.	Universidade Federal do Ceará	Essa pesquisa, embora pertinente, não tem semelhança com a pesquisa apresentada.	
2010	A Educação Municipal e a Relação Público X Privado: um Estudo de Caso em Fernão/SP	Quase-Mercado em educação; Gestão Educacional; Municipalização do Ensino.	Dissertação	Delgado, Fernanda M.	Universidade Estadual Paulista Marília	Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de análise documental, contrapondo-a a materiais divulgados pela Secretaria Municipal da Educação de Fernão e a dados obtidos por meio de entrevistas realizadas com funcionários da pasta educacional fernãoense.	Os dados coletados durante a realização desta pesquisa apontaram que a parceria entre a Secretaria Municipal da Educação de Fernão e o Colégio Oswaldo Cruz (COC) se deu por acaso, demonstrando que o Poder Público se preocupa muito mais com sua imagem diante dos eleitores do que com a qualidade dos serviços prestados. Faz-se essa observação com base nas entrevistas realizadas com a Secretária Municipal, que destacou o fato de os alunos se sentirem "chiques" por terem em mãos, e de forma gratuita, um material de excelente qualidade.

Elaborado pela autora, 2022.

Fonte: Banco Digital de Teses e Dissertações do IBICT. Acesso em: 22 jun. 2022

Apêndice B - Resultados Estado do Conhecimento privatização, escola pública e Sorocaba (UNISO)

ANO DA DEFESA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	DISSERTAÇÃO/TESE	AUTOR	INSTITUIÇÃO	METODOLOGIA	RESULTADOS
2021	O movimento da privatização da rede municipal de ensino de Sorocaba entre 2018-2020	Neoliberalismo. Terceira Via. Política Educacional. Legislação Educacional. Movimento Todos pela Educação. Privatização da Educação. Rede Municipal de Ensino de Sorocaba.	Tese	Melati, Edmara A. P.	Universidade de Sorocaba	A metodologia adotada foi a pesquisa documental de cunho analítico, por meio do estudo dos documentos oficiais, de matérias jornalísticas produzidas pela imprensa local e legislação educacional, de forma a verificar as bases teóricas que possibilitaram a compreensão da totalidade. Assim, partiu-se da análise do contexto mais amplo, ou seja, do papel do Estado brasileiro enquanto instituição estratégica nos processos de privatização das atividades educacionais e por fim realizou-se uma revisita a Rede Municipal de Ensino de Sorocaba.	Os resultados apontaram para a influência da lógica do neoliberalismo e da terceira via na organização das políticas proposta pelo Estado brasileiro. A atuação empresarial na definição da política e da legislação educacional também foi observada e por fim foram identificadas formas de privatização da educação municipal de Sorocaba implantadas dentro de um contexto de resistência e disputa.

Elaborado pela autora, 2022.

Fonte: UFSCAR. Acesso em: 16 dez. 2022

Apêndice C - Resultados Estado do Conhecimento privatização, escola pública e Sorocaba (UFSCAR).

ANO DA DEFESA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	DISSERTAÇÃO/TESE	AUTOR	INSTITUIÇÃO	METODOLOGIA	RESULTADOS
2018	A judicialização na Educação Infantil entre ênfases, encaminhamentos e solicitações no município de Sorocaba/SP	Judicialização. Educação Infantil. Sorocaba-SP. Políticas públicas para educação infantil.	Dissertação	Silva, Petula R. S. e	Universidade Federal de São Carlos - <i>campus</i> Sorocaba	A escolha intencional dos respondentes deu-se por conta de sua atribuição na recepção e execução das medidas judiciais, além de serem os responsáveis pela interlocução administrativa e pedagógica na unidade educacional. Foram entrevistados 10 diretores de creche de tempo integral, considerando o seu aceite a participação na pesquisa, a partir do universo dos 20 convidados.	Os resultados revelaram que o descompasso entre oferta e demanda para educação infantil de 0 a 3 anos no município de Sorocaba/SP deve-se, por um lado, à não dialogicidade entre o poder executivo com as demandas da população, a ausência de planejamento e organização para o atendimento à faixa etária delimitada à creche, privando o direito da criança pequena ao acesso educacional, por outro lado, a judicialização tem desencadeado questões que afetam as dimensões pedagógicas, físicas, de pessoal, de clima organizacional nas unidades para as quais as liminares são direcionadas, mas também ao percurso e contexto histórico da educação infantil no Brasil.
2018	O conselho municipal de educação de Sorocaba/SP: a gestão democrática e a busca pela qualidade socialmente referenciada	Conselhos Municipais de Educação. Qualidade da educação socialmente referenciada. Sorocaba/SP.	Dissertação	Almenara, Gilsemara V. R.	Universidade Federal de São Carlos - <i>campus</i> Sorocaba	O percurso metodológico constituiu-se preliminarmente de um levantamento bibliográfico na literatura especializada sobre a temática e por meio do Banco da CAPES em nível de teses e dissertações de 2006 a 2016 em número de 32 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado. Utilizou-se a abordagem qualitativa e o tratamento de dados por meio da análise de conteúdo a partir das obras de Bardin (1977, 2010, 2011), concernente às Atas e fala dos respondentes. Os procedimentos utilizados para coleta de dados incluíram: 1. Roteiro de Caracterização do Respondente, que apresentou questões relacionadas à formação pessoal e representatividade no C.M.E.SO; 2. Roteiro Preliminar de Sondagem do Conselho, que contextualiza a cidade de Sorocaba/SP e a atuação do C.M.E.SO quanto à sua organização e funcionamento; 3. Roteiro Semiestruturado de Entrevista direcionada aos Conselheiros Municipais de Educação, realizada com cinco conselheiros tendo como critério de escolha dos respondentes, conselheiros que participaram da elaboração do PME e que permaneceram C.M.E.SO posteriormente.	O estudo como um todo possibilitou inferir, que ao longo dos dez anos investigados, o C.M.E.SO buscou sua autonomia e participação na educação municipal por meio de das funções normativas, deliberativas e consultivas. É de se destacar na fala dos respondentes que o órgão apresenta acentuada dependência do executivo municipal, no que tange a questões estruturais como: verba própria suas ações, estrutura física para o seu funcionamento e direcionamento de pautas em assuntos educacionais relevantes. O eixo orientador da gestão democrática ainda precisa ser bem trabalhado no conselho, a despeito de aberturas que vem ocorrendo na última década. Vale destacar que um projeto de educação socialmente referenciada somente tem espaço pela mobilização e ação dos cidadãos, ainda que de forma representada, que cobram e querem compreender e agir na contexto e movimento da lógica educacional do município.

Elaborado pela autora, 2022.

Fonte: UFSCAR. Acesso em: 16 dez. 2022

Apêndice D – Prefeitos de Sorocaba/SP (1895 – 2012).

Capitão José Vaz Guimarães	Janeiro de 1895 a Janeiro de 1896
Augusto da Silveira Franco	Janeiro de 1896 a Janeiro de 1899
Capitão José Dias de Arruda	Janeiro de 1899 a Janeiro de 1901
Coronel Francisco Loureiro	Janeiro de 1901 a Janeiro de 1902
João Ribeiro de Carvalho Braga	Janeiro de 1902 a Abril de 1902
Coronel José de Barros	Abril de 1902 a Janeiro de 1908
Capitão João Clímaco de Camargo Pires	Janeiro de 1908 a Janeiro de 1911
Doutor Álvaro Soares	Janeiro de 1911 a Março de 1913
Capitão Joaquim Eugênio Monteiro de Barros	Março de 1913 a Janeiro de 1914
Capitão Augusto César do Nascimento Filho	Janeiro de 1914 a Janeiro de 1921
Capitão Joaquim Eugênio Monteiro de Barros	Janeiro de 1921 a Janeiro de 1923
Capitão João Clímaco de Camargo Pires	Janeiro de 1923 a Janeiro de 1926
Doutor Luiz Pereira de Campos Vergueiro	Janeiro de 1926 a Janeiro de 1927
Professor Jorge Moisés Betti	Janeiro de 1927 a Janeiro de 1929
Doutor João Machado de Araújo	Janeiro de 1929 a Outubro de 1930
Otacílio Malheiros	Outubro de 1930 a Julho de 1932
Doutor Ernesto de Campos	Julho de 1932 a Janeiro de Outubro
Doutor David Alves Athaide	Outubro de 1932 a Janeiro de 1933
Doutor João da Costa Marques	Fevereiro de 1933 a Julho de 1933
Tenente Coronel Ary Cruz	Julho de 1933 a Setembro de 1933
Doutor Eugênio Salerno	Setembro de 1933 a Agosto de 1935
Doutor Francisco de Paula Camargo	Outubro de 1935 a Maio de 1936
Porfírio Loureiro	Maio de 1936 a Julho de 1936
Alcino de Oliveira Rosa	Julho de 1936 a Julho de 1938
Capitão Augusto César do Nascimento Filho	Julho de 1938 a Julho de 1943
Doutor José Fernal	Julho de 1943 a Outubro de 1945
Doutor Mário Schimidt Inglês de Souza	Outubro de 1945 a Janeiro de 1946
Doracy Amaral	Janeiro de 1946 a Abril de 1946
João Wagner Wey	Abril de 1946 a Março de 1947
Doracy Amaral	Março de 1946 a Abril de 1947
Nelson da Costa Marques	Abril de 1947 a Junho de 1947
Jorge Frederico Schrepel	Junho de 1947 a Dezembro de 1947
Doutor Gualberto Moreira	Janeiro de 1948 a Dezembro de 1950
Arminio de Vasconcelos Leite	Janeiro de 1951 a Dezembro de 1951
Emerenciano Prestes de Barros	Janeiro de 1952 a Dezembro de 1954
Doutor Gualberto Moreira	Janeiro de 1955 a Janeiro de 1959
José Lozano	Janeiro de 1959 a Janeiro de 1960
Doutor Artidoro Mascarenhas	Janeiro de 1960 a Dezembro de 1963
Emerenciano Prestes de Barros	Agosto de 1962 a Setembro de 1962
Benedito Camargo Santos	Setembro de 1962 a Outubro de 1962
Doutor Armando Pannunzio	Janeiro de 1964 a Janeiro de 1969
Doutor José Crespo Gonzales	Fevereiro de 1969 a Janeiro de 1973
Doutor Armando Pannunzio	Fevereiro de 1973 a Janeiro de 1977
Doutor José Theodoro Mendes	Fevereiro de 1977 a Maio de 1982
Doutor Cláudio Grosso	Maio de 1982 a Fevereiro de 1983
Doutor Flávio Nelson da Costa Chaves	Fevereiro de 1983 a Fevereiro de 1987
Engenheiro Luiz Francisco da Silva	Agosto de 1984 a Setembro de 1984
Paulo Francisco Mendes	Fevereiro de 1987 a Dezembro de 1988
Antonio Carlos Pannunzio	Janeiro de 1989 a Dezembro de 1992
Ikuo Kadiama	Fevereiro de 1992 a Março de 1992
Paulo Francisco Mendes	Janeiro de 1993 a Dezembro de 1996
Renato Fauvel Amary	Janeiro de 1997 a Dezembro de 2004
Doutor Vitor Lippi	Janeiro de 2005 a Dezembro de 2008
Doutor Vitor Lippi	Janeiro de 2009 a Dezembro de 2012

Elaborado pela autora, 2022.

Fonte: SCHONFELDER (2011) e SOROCABA (2015). Acesso em: 16 dez. 2022